



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Vera de Fátima Maciel Lopes

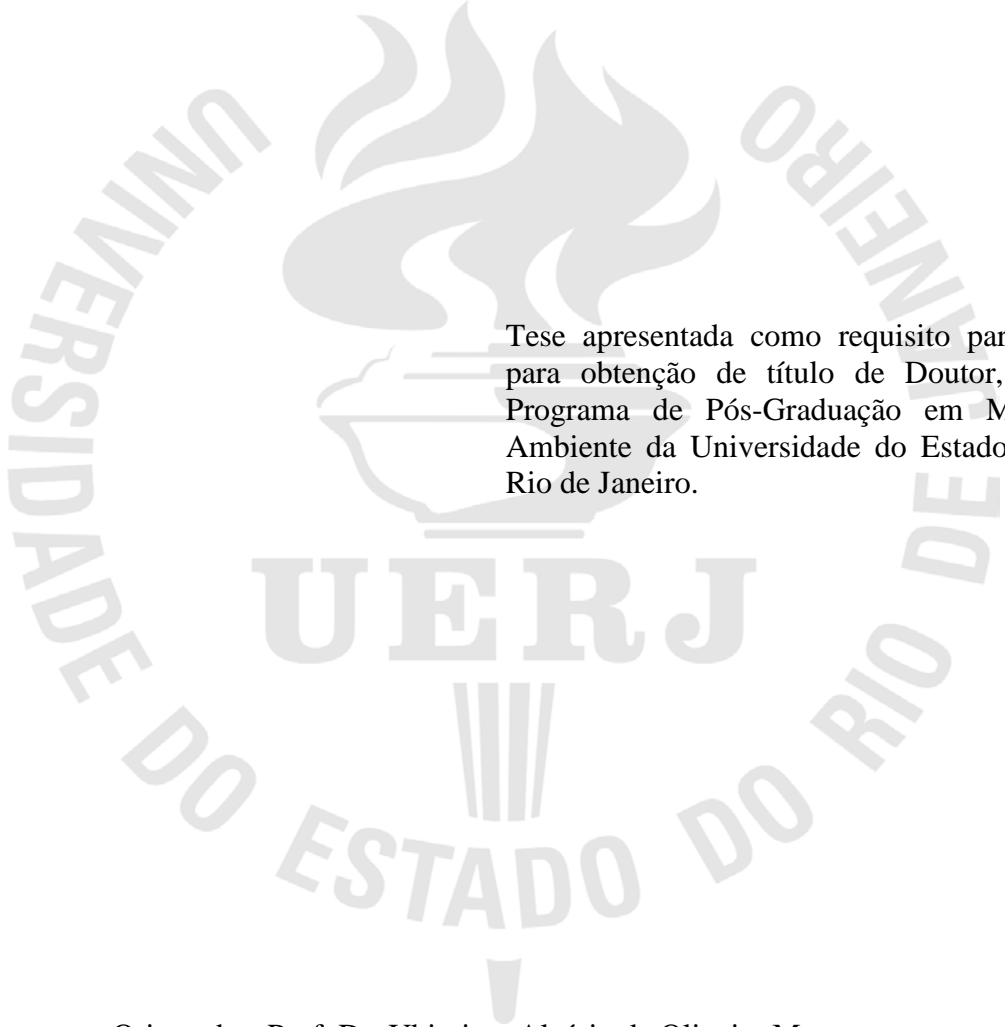
**Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais
dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da
Madeira/Itaguaí/RJ)**

Rio de Janeiro

2013

Vera de Fátima Maciel Lopes

Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos

Coorientador: Prof. Dr. Sidney Lianza

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

L864 Lopes, Vera de Fátima Maciel.
Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)/Vera de Fátima Maciel Lopes. - 2013
199f: il.

Orientador: Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos.
Coorientador: Sidney Lianza.
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Pescadores - Madeira (Madeira, Ilha da) - Teses. 2. Pesca artesanal - Aspectos sociais - Teses. 3. Pesca artesanal - Aspectos ambientais - Teses. 4. Indústria - Aspectos ambientais - Teses. 5. Impacto ambiental. I. Mattos, Ubirajara Aluízio de Oliveira. II. Lianza, Sidney. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes. IV. Título.

CDU 639.2(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

Vera de Fátima Maciel Lopes

Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ) – 2013

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ubirajara Aluísio de Oliveira Mattos (Orientador)
Faculdade de Engenharia Ambiental - UERJ

Prof. Dr. Sidney Lianza (Coorientador)
Departamento de Engenharia Industrial - UFRJ

Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva
Faculdade de Engenharia Ambiental - UERJ

Prof(a). Dr(a). Paula Raquel dos Santos
Faculdade de Enfermagem/ Depto de Enfermagem – UERJ

Prof^a. Dra. Naína Pierri Estades
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira
Programa de Pós Graduação em Educação - UNIRIO

Rio de Janeiro
2013

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

José Maciel e
Julia Montanher Maciel,
que tanto me estimularam,
mas que não conseguiram ver o resultado final desse trabalho.

A todos os que lutam em defesa dos territórios das comunidades tradicionais.

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram, direta ou indiretamente, da construção desse trabalho.

Aos moradores e ex-moradores da Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ por dispensarem tempo e partilharem suas memórias, em especial: o Sr Roberto Barboza e sua esposa Iaco, pelos ensinamentos, disponibilidade, pelo acolhimento. Aos representantes da APLIM e da APAIM pelas excelentes análises; Sr Magno, Sr Luiz Vieira, Sergio, Conceição e Antonia, pela disponibilidade, generosidade e sabedoria; ao Isac e todos os demais pescadores(as) que, apesar das dificuldades, continuam a luta em defesa do território e do meio ambiente.

Ao meu orientador professor Ubirajara A. de Oliveira Mattos e ao meu coorientador professor Sidney Lianza, por tudo de melhor, belo e profundo que me ensinaram.

Aos que me ajudaram a trilhar os caminhos da Ilha da Madeira: Lucia Guirra, Lucia Santos. A quem ajudou de outras formas: Luana Pacheco e Ágata Gomes.

Aos que me despertaram para a problemática vivenciadas pelos(as) pescadores(as) no Brasil: toda equipe do SOLTEC/UFRJ da PAPESCA/UFRJ, do Núcleo UFRJmar, todos os que passaram pelo Colégio Municipal de Pescadores de Macaé, aos membros da Rede Solidária da Pesca. Ao grupo de mulheres da Benesca/Macaé – em especial Maria Celeste (in memória).

Ao programa de Pós Graduação em Meio Ambiente/UERJ, em especial aos professores Elmo Rodrigues da Silva e a professora Elza Neffa. A Danielle, sempre tão gentil e disponível. A professora Paula Raquel dos Santos pela brilhante condução e ensinamentos nas oficinas de artigo. Aos companheiros de trajetória de doutorado, ao grupo da oficina de construção de artigos, em especial, Márcia Ferreira Mendes Rosa e Karoline Pinheiro Frankenfeld.

Aos professores(as) e pesquisadores(as) que se prontificaram a ler e comentar esse trabalho: Ana Paula Glinfskoi Thé, Naína Pierri Estades, Celso Sánches Pereira, Elmo Rodrigues da Silva e Paula Raquel dos Santos.

Aos incansáveis militantes dos movimentos sociais que lutam em defesa dos territórios tradicionais e por uma sociedade mais justa e igualitária: Alexandre (AHOMAR - baía de Guanabara), à equipe do PACS, a Rede de Justiça Ambiental. Aos pesquisadores e professores que assumiram a luta em defesa dos pescadores e da baía de Sepetiba: Alexandre, Hermano, Monica Lima, Marcelo Firpo entre outros.

Aos queridos mestres que partiram, prematuramente, mas que deixaram um legado maravilhoso: professora Ana Clara Torres, Miguel de Simoni e Fernando Amorin, presentes, agora e sempre!

E finalmente aos amores de minha vida, em especial: minha filha Naiara Lopes, pelo companheirismo, paciência, incentivo. Renato Tortato pelo carinho e solidariedade. Ao companheiro de vida e de luta Sidnei Donizeti Lopes. Queridas(os) irmãs(os): Rita, Carlos, Vicente, Celeste, Bernadete e todos os cunhados(as) e sobrinhos(as).

Muito obrigada, por tudo!

Eles [as empresas] quando chegam,
querem que a gente saia.
Vão dando preço para as nossas casas.
Eles enxergam tijolos e cimento,
Mas, (...) não é só isso,
é nossa vida.
(...) Então eu te pergunto:

- como se põe preço em relações construídas ao longo de toda uma vida?

Moradora da Ilha da Madeira, 2012,
Sobre os processos de remoções decorrentes da implantação de complexos industriais.

RESUMO

LOPES, Vera de Fátima Maciel. **Era uma vez uma Ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ).** 2013. 199f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O presente estudo visa analisar os processos de transformações econômicos, políticos e socioambientais decorrentes da instalação dos grandes empreendimentos em territórios tradicionais da pesca, mais especificamente, as experiências da comunidade pesqueira da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ, desde a instalação da Cia Ingá Mercantil (1964) até os dias atuais, identificando, nos vários ciclos de industrialização: os fatores endógenos e exógenos que contribuem para a vulnerabilidade ou sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente. Sinalizando, nesta experiência, alguns aspectos que possam servir de referência para outras comunidades pesqueiras que vivenciam problemas similares. Introduzimos a problemática a partir da contextualização da pesca artesanal no Brasil, as políticas, a regulamentação da atividade, a organização dos pescadores. Ao evidenciar a pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro, destacamos os conflitos socioambientais decorrentes da instalação de complexos industriais em territórios tradicionalmente ocupados por pescadores, com destaque para os conflitos relativos à instalação do Porto de Açú, em São João da Barra/RJ e os gasodutos para a refinaria de petróleo na baía de Guanabara. Aprofundamos a temática, a partir de um estudo de caso na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ. Esse território, tradicionalmente ocupado por pescadores, mergulhou em uma crise socioambiental a partir da década de 60 e, desde então, vem passando por diversas transformações: alteração radical da paisagem, degradação ambiental além do sufocamento da atividade pesqueira. Os fatos são evidenciados por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, registros fotográficos, sobretudo, história de oral. Em entrevistas com informantes-chave resgatamos as memórias pessoais e, nesse percurso, fomos recuperando parte da história do território. Caracterizando a paisagem, a vida e trabalho dos pescadores, a cultura local: tradições, costumes, valores, aspectos materiais e simbólicos, em um período anterior a chegada das indústrias, quando a Ilha da Madeira era de fato, uma Ilha. Em suas narrativas os entrevistados foram pontuando as sucessões dos trágicos acontecimentos que ocorreram após a instalação da Ingá até os dias atuais. Esses fatos são demarcados em ciclos que compõem a crise socioambiental no território. Um estudo que retrata a injustiça ambiental, a vulnerabilidade de uma comunidade pesqueira, cuja experiência serve de alerta para outras comunidades tradicionais. Ressaltamos a importância das articulações entre os movimentos locais com instâncias extras locais, sinalizando para a necessidade de democratização dos processos decisórios e da gestão compartilhada dos recursos de uso comum. Também pontuamos a urgência de superação do paradigma que dissocia desenvolvimento, natureza e sociedade, fortalecendo uma lógica de produção que, ao se impor como hegemônica sufoca todas outras formas de organização do trabalho.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais. Impactos Socioambientais. Complexos Industriais. Conflitos. Resistência. Ilha da Madeira. Baía de Sepetiba. Itaguaí/RJ.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the process of economics, politics and socioenvironmental transformations resulting from installation of the large enterprises at traditional fishery territories, more specifically, the experiences of the fishing community from Madeira Island/Sepetiba Bay/Itaguaí-RJ, since installation of the Ingá Mercantil Corp. (1964) to the present day, identifying, in the various cycles of industrialization, the endogenous and exogenous factors that contribute for the vulnerability or sustainability of the artisanal fishing and the environment. Signaling, in this experience, some aspects that may serve as reference for others fishing communities that experience similar problems. We introduce the problem through the contextualization of the artisanal fishing in Brazil, the politics, the activity regulation, the fishermen organization. By showing artisanal fishing in the state of Rio de Janeiro, include the socioenvironmental conflicts arising from the installation of industrial complexes at territories traditionally occupied by fishermen, highlighting conflicts concerning the installation of Açú Port, at São João da Barra/RJ and the gas pipelines to oil refinery in the Guanabara Bay. Deepen the thematic, from a case study at the Madeira Island, Sepetiba Bay, Itaguaí/RJ. Territory that was traditionally occupied by fishermen, but that plunged into a socioenvironmental crisis from the 60 and ever since has undergone several transformations: radical transformation of the landscape, environmental degradation beyond suppressing the fishing activity. The facts are evidenced from bibliographics and documentaries researches, photographic records but mostly through the life story. At interviews with key informants get back the personal memories and this journey, were recovering part of the history of the territory. Featuring the landscape, life and work of the fishermen, the local culture: traditions, habits, values, material and symbolic aspects, in a previous period to arrivals of the industries, when the Madeira Island was indeed, a island. In yours narratives the respondents were appointing the successions of tragic events that happening after installation of the Ingá Corp. to present day. These facts are demarcated in cycles comprising the territorial socioenvironmental crisis. A study that portrays environmental injustice, the vulnerability of a fishing community whose experience serve as a warning to others traditional communities. Emphasize the importance of joints between local movements with instance extra local, signaling to necessity to democratization of the decision processes and management of shared resources in common use. Also we pointed out the urgency of overcoming the paradigm that separate development, nature and society and strengths a production logic that by imposing as hegemonic suppress all others forms of work organization.

Keywords: Artisanal Fishermen. Impacts Socioenvironment. Industrial Complexes. Conflict. Resistance. Madeira Island. Sepetiba Bay. Itaguaí/RJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa Itaguaí/RJ e Baía de Sepetiba, em destaque, Ilha da Madeira.....	25
Figura 02 - Obras da TKCSA em área de Mangue ba Baía de Sepetiba/RJ.....	27
Figura 03 - Projeto simulação do porto da TKCSA	27
Figura 04 - Esquema Geral da Tese.....	35
Figura 05 - Mapa de Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro.....	55
Figura 06 - Elos da Cadeia Produtiva da Pesca	58
Figura 07 - Baía de Sepetiba e o Município de Itaguaí, em destaque, Ilha da Madeira.....	79
Figura 08 - Foto Aérea da Restinga da Marambaia.....	80
Figura 09 - Mapa de Unidades de Conservação/ Baía de Sepetiba.....	82
Figura 10 - Mapa com das sub-bacias dos rios inteligados à Baía de Sepetiba/RJ.....	84
Figura 11 - Assoreamento da Baía de Sepetiba (2008 e 2012)	85
Figura 12 - Entidades de Pesca da Baía de Sepetiba e Áreas de Pesca	89
Figura 13 - Mapa do rio Mazomba/Cação separando a Ilha Madeira do continente.....	96
Figura 14 - Obras sobre o rio Mazomba/Cação, 2012.....	97
Figura 15 - Foto da Ilha da Madeira, Praia Saco do Engenho, 1970.....	99
Figura 16 - Foto da Ilha da Madeira e uma Cercada ou Curreal para a Pesca	101
Figura 17 - Foto de Cercada ou Curreal. Arte de Pesca, Maragogi/PE, 2012.....	102
Figura 18 - Foto de canoa usada para pesca e locomoção (Ilha da Madeira, 1970).....	104
Figura 19 - Ilha da Madeira. Foto Aérea, 1964	111
Figura 20 - Foto aérea da pilha de rejeito da Cia Ingá e a Planta Fabril	114
Figuras 21 - Fotos Cia Ingá Mercantil (após falência).....	119
Figura 22 - Porto de Itaguaí.....	120

Figura 23 - Imagem Google Earth, Porto de Itaguaí, 2013	123
Figura 24 - Foto, Pescadores da Ilha da Madeira	124
Figura 25 - Pescador consertando Rede de Pesca.....	128
Figura 26 - Complexo Siderúrgico TKCSA.....	130
Figura 27 – Foto do Lingoteamento das placas de aço (TKCSA).....	131
Figura 28 - Linha do Tempo. Fatos ocorridos na Ilha da Madeira/RJ.....	142
Figura 29 - Imagens da construção do Porto LLX/MMX (2011)	145
Figura 30 - Foto da estrada de acesso à Ilha da Madeira.....	148
Figura 31 - Fotos: Abertura do túnel de acesso ao Porto Sudeste e Placa das detonações.....	148
Figura 32 - Protesto de Moradores	149
Figura 33 - Foto. Acesso Precário à Ilha da Madeira.	150
Figura 34 - Mapa. Área Diretamente Afetada. Projeção -Plano de Expansão do Porto de Itaguaí....	152
Figura 35 - Fotos: Obras na Estrada de acesso a Ilha da Madeira e a Placa da empresa LLX	155
Figura 36 - Barcos de Pesca e local escolhido para a Construção do Porto Sudeste.....	156
Figura 37 - Foto, Ilha da Madeira/RJ, obras do Porto Sudeste, desconstrução da paisagem.	156
Figura 38 - Foto Sede da APAIM, Ilha da Madeira.	158
Figura 39 - Foto de Painel Informativo sobre a reforma da Sede da APLIM.	160
Figura 40 - Foto de uma placa fixada na Sede da APLIM.	161
Figura 41 - Sede da APLIM, Ilha da Madeira/RJ.....	162
Figura 42 - Ilha da Madeira, barcos de pesca, transporte e turismo.	163
Figura 43 - Fotos obras dos empreendimentos: Porto Sudeste e Estaleiro Naval.....	164
Figura 44 - Constução Pier do PortoSudeste da LLX/MMX, vista da baía de Sepetiba.....	165
Figura 45 - PIER da LLX e saída do túnel de acesso ao Porto	165

Figura 46 - Pier Porto Sudeste da LLX/MMX.	165
Figura 47 - Foto Audiência Pública LLX/MMX.....	166
Figura 48 - Foto Aérea, Ilha da Madeira, 1964.	167
Figura 49 - Foto de Satélite, Ilha da Madeira, 2008.....	168
Figura 50 - Foto de Satélite, Ilha da Madeira, 2013.....	168

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Objetivos Específicos, Procedimentos e Ferramentas de Pesquisa.....	34
Quadro 02 - Regiões do Estado, Artes de Pesca e Espécies mais Pescadas.....	56
Tabela 01 - Embarcações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.....	60
Tabela 02 - Evolução do PIB e Salário de 1995 a 2011	64
Quadro 03 - Unidades de Conservação Baía de Sepetiba/RJ	81
Quadro 04 - Entidades de Pesca, Pesqueiros, Espécies Pescadas e Cultivadas.....	87
Quadro 05 - Resumos das ações dos pescadores frente à atuação da TKCSA.....	139
Quadro 06 - Fatos Relativos aos conflitos gerados com a construção do Porto de Açu.....	193
Quadro 07 - Fatos Relativos aos conflitos entre os Pescadores e a TKCSA	195

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TERRITÓRIO E PESCADORES: DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	21
1.1 Questão norteadora	28
1.2 Hipóteses.....	28
1.3 Objetivo Geral	29
1.4 Objetivos Específicos.....	29
1.5 Contribuições	30
1.6 Metodologia.....	30
1.7 Esquema Geral da Tese: métodos e técnicas de Pesquisa.....	34
2 ORGANIZAÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A PESCA ARTESANAL E OS GRANDES COMPLEXOS INDUSTRIAIS NO RIO DE JANEIRO	37
2.1 Características da Pesca e dos Pescadores Artesanais.....	39
2.1.1 <u>A Regulamentação da Atividade e o Histórico das Colônias de Pescadores</u>	<u>43</u>
2.1.2 <u>Da Era Vargas à Criação da SUDEPE na década de 1960.....</u>	<u>45</u>
2.1.3 <u>A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e nova regulação das Colônias dos Pescadores Artesanais: mudar para que?.....</u>	<u>47</u>
2.2 A Pesca Artesanal no Estado do Rio de Janeiro: dados gerais da cadeia produtiva	54
2.3 Pescadores Artesanais no estado do Rio de Janeiro: cenário das lutas em defesa da conservação da atividade, dos territórios e do meio ambiente.....	63
2.3.1 <u>O Complexo Portuário de Açú (LLX) – São João da Barra/RJ.</u>	<u>69</u>
2.3.2 <u>O Gasoduto na Baía de Guanabara – Magé-RJ.....</u>	<u>71</u>

3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DA MADEIRA, BAIÁ DE SEPETIBA, ITAGUAÍ/RJ.	74
3.1 Delineando o Território: Baía de Sepetiba e o Município de Itaguaí	78
3.1.1 <u>Baía de Sepetiba</u>	78
3.1.2 <u>O Município de Itaguaí-RJ</u>	90
3.2 Ilha da Madeira, do mangue, das aves, dos peixes e das pessoas: memória de um lugar, memória do seu povo	94
3.2.1 <u>A pesca e o trabalho dos pescadores na ilha de antigamente</u>	100
3.2.2 <u>Outras dimensões da cultura tradicional</u>	108
3.3 A Ilha deixa de ser Ilha, início da Primeira Crise: a ligação com o continente e a implantação da Cia Ingá Mercantil	110
3.4 Segundo Ciclo da crise: a instalação do Porto de Itaguaí, um novo esforço de resiliência dos sistemas sócio-ecológicos	120
3.4.1 <u>A Ilha e os Pescadores Artesanais ainda Resistem</u>	126
3.5 Terceiro ciclo da crise socioambiental na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ: a instalação do Porto da TKCSA	128
3.5.1 <u>O Empreendimento: caracterização do Complexo Siderúrgico</u>	130
3.5.2 <u>Processos de Licenciamentos e Conflitos Socioambientais</u>	132
3.5.3 <u>A Comunidade Pesqueira da Ilha da Madeira: transição acelerada</u>	142
3.6 Quarto ciclo da crise Socioambiental na Ilha da Madeira: a instalação do Porto Sudeste (MMX-LLX) e do Estaleiro de Base Naval (EBN)	145
3.6.1 <u>O que está ruim sempre pode piorar: junto com as obras do porto Sudeste as obras do Estaleiro de Submarinos - Itaguaí Construções Navais</u>	152
3.6.2 <u>Ilha da Madeira: no contato com a realidade a concretude dos problemas</u>	155
3.6.3 <u>Ilha da Madeira, baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ o futuro ao deus, do capital, pertence</u> ...	169

4 CONCLUSÃO.....	174
REFERÊNCIAS.....	179
APÊNDICE A – Fatos ocorridos em São João da Barra / RJ - Porto de Açú	193
APÊNDICE B - Fatos ocorridos em Magé/Baía da Guanabara - GLP	195
APÊNDICE C – Roteiro semi-estruturado para as entrevistas na Comunidade Pesqueira da Ilha da Madeira, Baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ.....	197

INTRODUÇÃO

Abordamos nessa pesquisa, as transformações socioambientais, conflitos e resistências que ocorreram ao longo de 50 anos na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ. Antigamente, uma bela ilha cercada por águas limpas e extensos manguezais da baía de Sepetiba, litoral sul do Rio de Janeiro. Uma comunidade, cujos laços de solidariedade pautavam-se por valores e costumes tradicionais, onde a pesca era a principal atividade econômica.

Por força e interesses alheios à população local, em meados de 1960, a ilha foi interligada ao continente e passou a ser um bairro da cidade de Itaguaí/ RJ. Nesse mesmo período, é instalada a Cia Ingá Mercantil e desde então, o território passou por sucessivas crises socioambientais. A população e o meio ambiente, submetidos a agressões que envolvem desde mudanças de paisagens, processos de remoções, destruições ambientais generalizadas e poluição de várias ordens. A partir de 2009, com a instalação de novos empreendimentos no bairro, as transformações se aceleraram, a degradação ambiental aumentou e as condições de vida pioraram. A comunidade constituída por, aproximadamente, 1000 famílias, após anos de luta e resistência em defesa do território, estão sem perspectivas. Muitas famílias veem “obrigadas” a deixar o lugar.

Centramos o estudo na Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/RJ, mas procuramos evidenciar outros conflitos que envolvem pescadores do estado do Rio de Janeiro, entre os quais: a instalação do Porto de Açú, em São João da Barra/RJ e os gasodutos para a refinaria de petróleo na baía de Guanabara. Este último, com o agravante das lideranças da pesca, estarem sofrendo ameaças, inclusive, com ocorrência de mortes de pescadores.

A pesquisa está contextualizada por uma trajetória acadêmica e profissional marcada, por oito anos de pesquisa e formação junto a comunidades de pesca artesanal e aquicultura familiar do Rio de Janeiro. A atuação como pesquisadora do Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ) contribuiu com o desenvolvimento da Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA/UFRJ) e da Rede Solidária da Pesca (RSP) que articulou nodos a nível nacional (Amazonas, Pará, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Os pesquisadores da PAPESCA/UFRJ foram e continuam sendo articuladores importantes da Rede. Essa atuação nos faz assumir um papel de pesquisador-ator no âmbito dos movimentos que apoiam a pesca artesanal, reforçando a importância da luta por justiça ambiental e pelos direitos das comunidades tradicionais. A PAPESCA/UFRJ procurou manter a amplitude interdisciplinar atuando com diversas áreas de conhecimento – biologia

reprodutiva, sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, gestão compartilhada dos recursos naturais, tecnologia e ciência do alimento entre outras, sempre em diálogo com o conhecimento oriundo das comunidades. Durante o tempo de atuação na PAPESCA/UFRJ, pessoalmente, busquei salientar a importância e necessidade do olhar e dos conhecimentos das ciências sociais, área da qual sou oriunda.

Entendemos que o processo de construção de áreas interdisciplinares no campo acadêmico é complexo e vem exigindo dos professores e pesquisadores muito trabalho, esforço intelectual pessoal e coletivo, impondo desafios no sentido de vencer preconceitos, enfrentar as lutas nas disputas de poder, se abrir para o novo, rever paradigmas questionando as concepções que instrumentalizam a razão científica. Um esforço contínuo em sair da zona de conforto historicamente gerada pela visão disciplinar, linear e hierárquica do conhecimento, redefinindo o lugar do homem e avançando a concepção ecocêntrica. A criação e consolidação desse doutorado e do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ), é uma luta contínua, e representa o desafio de superação de muitos desses esforços.

A interdisciplinaridade, no entanto, é apenas um dos muitos desafios que circundam os debates referentes às questões ambientais. Dada à abrangência das temáticas, observa-se uma multiplicidade de enfoques e perspectivas de abordagens que pode servir para legitimar práticas e interesses diversos. Por exemplo, empresas e governos que poluem, destroem, mas que legitimam as suas práticas institucionais, políticas, científicas desenvolvendo o discurso e a imagem de ambientalmente responsável, assumindo um discurso genérico de que as tragédias ambientais afetam a todos igualmente. Ou numa perspectiva oposta, grupos que lutam e apontam para a necessidade de mudanças de paradigmas reforçando a necessidade de transformação do modo de produção e consumo (LEITE LOPES, 2004; ASCERALD, 2014).

Os desafios epistemológicos, éticos e políticos que envolvem a relação homem-natureza no debate sobre o binômio desenvolvimento e meio ambiente apresentado por Vieira, Berkes e Seixas (2005), ressaltam a importância de superação dos modelos tradicionais de análise. Somando-se a isso, os recorrentes conflitos de percepção e interesse envolvendo uma grande diversidade de atores sociais representantes dos setores governamentais, do setor econômico e da sociedade civil organizada.

Natureza e sociedade estão mutuamente interligadas. Todavia, não se pode concluir que a sociedade corresponderia a uma extensão da natureza. Conforme destaca Aguiar (2009), é fundamental interpretar a relação sociedade/natureza como um todo coerente e articulado

entre duas instâncias com características e propriedades específicas. A natureza é entendida aqui, como base indispensável da vida social, diferente de assumir que ambas constituíssem uma continuidade. Há uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião, simbologias, etc.) que consubstanciam as sociedades, assim como há um complexo sistema ecológico com movimentos próprios que compõem a natureza. Sociedade e natureza interpenetram-se sem, todavia, se esvaziarem uma na outra.

Mais uma vez destaca-se a necessidade da interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade e uma visão de pesquisa "criada por meio de processos de coprodução em que os estudiosos e comunitários interajam" (BERKES, COLDING e FOLKE, 2003: 02). Nessa concepção, as análises em relação aos sistemas sociais devem tratar da governança como direito de propriedade e acesso aos recursos e também consideram de vital importância, os diferentes conhecimentos pertinentes à dinâmica do ambiente e do uso dos recursos, bem como uma visão global e ética na relação homem-natureza. Os sistemas ecológicos (ecossistemas) referem-se às comunidades autorreguladas de organismos interagindo entre si e com o ambiente.

Na maioria das vezes, os analistas, planejadores e gestores não reconhecem as interdependências entre os processos socioambientais. As decisões tomadas afetam as condições de reprodução da vida social, a busca de satisfação de necessidades básicas das populações sistematicamente segregadas dos benefícios do crescimento e em certo sentido, a preservação da qualidade de vida para todos os segmentos sociais envolvidos (VIEIRA, BERKES, SEIXAS, 2005:24).

Esses autores destacam que até recentemente, havia uma crença de que com o uso de ferramentas e tecnologias cada vez mais sofisticadas, juntamente com a aplicação de mecanismos de mercado, seria possível desenvolver parâmetros de controle em relação aos problemas ambientais. Entretanto, consideram que as experiências das últimas décadas não permitem tal otimismo, já que há uma lacuna entre os problemas ambientais e uma lenta capacidade em resolvê-los. "Mudanças na biosfera, incluindo as modificações nas paisagens, perda da biodiversidade e mudança climática, são causados por atividades humanas e ocorrem em um ritmo acelerado" (BERKES, COLDING e FOLKE, 2003, p.03).

Acsehrad (2004) ressalta que empresas e governo propõem campanhas de "modernização ecológica", mas que de fato são destinadas a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. "Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico" (ACSELRAD, 2004, p. 23). A tendência é a de considerar o controle e

superação dos problemas ambientais, sem abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista.

Na linha da “modernização ecológica”, os temas do desperdício e da escassez de matéria e energia passaram a ser veiculados mundialmente nos debates ecológicos. A corrente dominante que veicula tais ideias costuma entender a questão ambiental como ordem meramente técnica, “alheia a qualquer discussão acerca dos fins pretendidos com a apropriação extensiva e intensiva do meio ambiente na escala em que hoje conhecemos” (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009, p.13).

Estes autores reforçam que as representações dominantes do mundo, propositadamente, se configuram com um raciocínio simplista que escamoteia a forma como os impactos e problemas ambientais estão sendo gerados e distribuídos tanto em termos de incidência quanto de intensidade.

Afirmações como as de que “os riscos inerentes às práticas poluidoras e destrutivas que as técnicas produzem, mas não controlam, poderiam atingir a todos de maneira indistinta, independentemente de origem, credo, cor e classe” (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009, p.13), evidenciam esta simplificação. Nela o meio ambiente passa a ser percebido como “naturalmente escasso, uno e homogêneo e os seres humanos – vistos como um todo indiferenciado (...) onde todos seriam responsáveis pelo processo de destruição das formas naturais do ambiente, da vida” (IDEM). Os “partidários da modernização ecológica” tendem a não considerar a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. No entanto, há estudos e pesquisas que evidenciam que “é sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder que recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos” (IBIDEM).

Geralmente, os locais com alto índice de pobreza, tornam-se zonas de sacrifício, acentuando as discriminações, não só do ponto de vista social, mas também ambiental. O conceito “racismo ambiental” vem sendo usado para caracterizar a imposição desproporcional de rejeitos perigosos, intencional ou não, a determinadas comunidades. Entre os fatores que explicariam esta imposição podem ser destacados: a existência de terras baratas, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa, a falta de recursos políticos e de políticas públicas para as comunidades tradicionais, a falta de mobilidade espacial em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Os conflitos socioambientais entre as comunidades pesqueiras e os grandes complexos industriais no estado do Rio de Janeiro, como em outros locais do Brasil, têm sido cada vez mais frequentes. As três baías que recortam o litoral do estado do Rio de Janeiro (baías de Sepetiba, de Guanabara e Ilha Grande), vêm sendo palcos de conflitos em decorrência da privatização dos bens de uso comum.

A instalação de grandes empreendimentos nos territórios, tradicionalmente, ocupados por pescadores artesanais, gera destruição ambiental e compromete a continuidade das atividades pesqueiras. As negociações e decisões da instalação dos empreendimentos, são realizadas em instâncias de poder “extralocais”, em geral, envolvem articulações de interesse em esferas estaduais e federal. Por sua vez, a comunidade local, além de não participar das decisões, não é devidamente informada.

O resgate da história da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ, evidencia a truculência do poder econômico e político que, por meio das ações das empresas e do Estado, ambos com papéis diferenciados, protagonizam a devastação socioambiental nessa ilha, em nome de um desenvolvimento pautado no crescimento econômico, na lógica do capital, cujos benefícios, atendem a interesses particulares em detrimento da população local.

A constatação das realidades vividas pelas comunidades pesqueiras tradicionais coloca na ordem do dia o debate sobre as formas de ocupação e uso do território, pois é nele que as projeções políticas e econômicas ganham concretude, afetando diretamente a vida e trabalho das populações tradicionais que, em muitos casos, são desconsideradas nas formulações e planejamentos dos grandes projetos político-econômicos.

O contato com as pessoas e o território, no processo de pesquisa, provocou reações e sentimentos que foram, propositadamente, explicitados no trabalho. Os questionamentos e reflexões apontam para o debate relativo às concepções de desenvolvimento em curso no país; sobre o isolamento das comunidades que vivem nas chamadas “zonas de sacrifício”; sobre as dificuldades, as lutas, e formas de resistências vivenciadas pelos pescadores e moradores da ilha.

Os fatos são evidenciados por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, registros fotográficos, sobretudo, por meio de história oral. Em entrevistas com informantes-chave resgatamos as memórias pessoais e, nesse percurso, fomos recuperando parte da história do território. Caracterizamos as mudanças na paisagem, a vida e trabalho dos pescadores, a cultura local: tradições, costumes, valores, aspectos materiais e simbólicos, em um período anterior a chegada das indústrias, quando a Ilha da Madeira era de fato, uma Ilha. Nos depoimentos, os entrevistados foram pontuando as sucessões dos trágicos acontecimentos,

desde a instalação da Companhia Ingá Mercantil, na década de 1960, até os dias atuais. Esses fatos são demarcados em ciclos que compõem a crise socioambiental naquele território.

Um estudo que retrata a injustiça socioambiental, a vulnerabilidade de uma comunidade pesqueira, cuja experiência serve de alerta para outras comunidades tradicionais. Um esforço de reflexão sobre o conceito de território no sentido de contribuir com a práxis desenvolvida no âmbito dos movimentos sociais visando o fortalecimento das comunidades pesqueiras. Nesse sentido, ressaltamos a importância das articulações entre os movimentos locais com instâncias extralocais, sinalizando para a necessidade de democratização dos processos decisórios e da gestão compartilhada dos recursos de uso comum. Também pontuamos a urgência de superação do paradigma que dissocia desenvolvimento, natureza e sociedade, fortalecendo uma lógica de produção que, ao se impor como hegemônica sufoca todas outras formas de organização do trabalho.

O texto segue a seguinte estruturação:

- No primeiro capítulo, apresentamos o delineamento da pesquisa, embasada nos conceitos de território, territorialidade e a cultura pesqueira.
- No segundo capítulo, apresentamos conceitos relativos às atividades pesqueiras, destacando aspectos econômicos e políticos da pesca artesanal no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro; apresentamos uma breve caracterização de alguns complexos industriais, recentemente, instalados no estado; os conflitos com a pesca artesanal, as políticas que favorecem a implantação dos grandes empreendimentos, e as consequências da escolha desse padrão de desenvolvimento para as populações locais.
- No terceiro capítulo, apresentamos o caso da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/RJ as crises socioambientais daquele território em decorrência da instalação dos complexos industriais.
- No quarto e último capítulo apresentamos as conclusões.

1 TERRITÓRIO E PESCADORES: DELINEAMENTO DA PESQUISA

A busca pelo crescimento econômico acelerado, a ocupação territorial desordenada, a alocação espacial de processos poluentes, fragilidades e descontinuidades nas políticas públicas, gestão e governança, refletem a indiferença própria à lógica hegemônica do capital, onde a relação produtivo-exploratória do homem pelo homem e deste, com a natureza e seus recursos, segue uma lógica de racionalização tecnicista, voltada aos interesses mercadológicos e ao aumento da competitividade. Intensifica-se a exploração do trabalho humano e da natureza, mas a apropriação dos resultados ocorre de maneira desigual. Tais problemas ganham concretude nos territórios que são os lugares em que se desenvolvem as ações, os poderes, as identidades e os conflitos. (BAUMAN, 2010, MARX, 1968, SANTOS, 2000).

Segundo SANTOS (2007), tudo que é considerado essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do que é território. Pois ali “desembocam todas as ações todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência”. O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas. Santos (2007) destaca o termo “*território usado*” como sendo “*o chão mais a identidade*”. A identidade é qualificada como o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Para ele, “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.13-14).

A expressão “território usado” para Santos é quase um correlato direto de espaço: - “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”. (SANTOS, 2000, p.12).

Na geografia, o espaço resulta de um passado histórico, da densidade demográfica, da organização social e econômica e dos recursos técnicos dos povos que habitam os diferentes lugares, portanto está impregnado de história. Algo que é produzido e consumido por práticas sociais. Um produto construído, vivido e utilizado como meio de sustentação para as práticas sociais (SANTOS, 2000).

Santos (2000), afirma que o território é tido como um recurso para os atores hegemônicos, ou seja, ali eles têm a garantia de realização de seus interesses particulares. No entanto, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, “buscando constantemente se

adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam a sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS, 2000, p. 12-13).

Para ele, a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Ressaltando a dialética dos processos históricos, ele nos ensina que em cada momento histórico, “os elementos mudam seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 1985, p.9).

O território também se configura pelas técnicas, meios de produção, objetos e coisas, pelo conjunto territorial e na dialética do próprio espaço. A relação entre o homem e o meio, é dada pela técnica “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria espaço” (SANTOS, 1994: 61).

Em síntese podemos considerar que o trabalho, as relações sociais e o território, são características definidoras da identidade dos sujeitos. Há uma inter-relação de sentidos e significado entre identidade social e territorial. Ao mesmo tempo em que a identidade social vai sendo definida a partir de relações estabelecidas em um território específico, com apropriações que se dá tanto no campo das ideias, quanto na realidade concreta.

O território também ganha significado a partir dos grupos sociais e da forma específica de sua ocupação. Haesbaert (1999:172) considera que “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Ao realizar a atividade pesqueira, os homens cultivam saberes e acabam constituindo uma cultura distinta, dentro de um cotidiano muito peculiar. Essa especificidade nos remete ao conceito de identidade socioterritorial, conforme Haesbaert (1999):

“Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta. O espaço geográfico constitui assim, parte fundamental dos processos de identificação social” (HAESBAERT, 1999, p.172) .

O conceito de identidade socioterritorial reforça a ideia de que “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Os pescadores artesanais possuem tradicional modo de vida e não há possibilidade de compreensão desse modo de vida, sem o vínculo com o território. O reconhecimento dos

direitos das Comunidades Tradicionais sobre seus territórios estão contemplados na convenção 169 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto legislativo 143/2002; Decreto 6.040/2007 da presidência da Republica; pela Lei federal 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e no caso específico dos pescadores artesanais, pela Lei 11.959/29/06/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. No entanto é importante destacar que no texto da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido expressamente direitos particulares à índios e quilombolas e também a seus territórios, deixando de fora outras comunidades tradicionais como pescadores, seringueiros, ciganos entre outros (MONTEIRO, D. e SILVA, K., 2012).

A pesca é uma atividade de produção humana que possibilita a interligação entre os meios aquáticos e terrestres, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de moradia dos pescadores e seus familiares, como também, o da realização do pescado enquanto mercadoria. O seu exercício sofre interferência direta das condições climáticas, por isso Cunha (2001) a caracteriza como uma atividade articulada a um espaço tridimensional, terra, água e ar. Ao realizar a atividade pesqueira, os homens cultivam saberes e acabam constituindo uma cultura distinta, dentro de um cotidiano muito peculiar.

O conceito de cultura guarda relação com a forma como os homens produzem material e simbolicamente a sua existência. Ou seja um todo complexo que envolve a concretude da produção da vida e a ordem simbólica da regras, valores, linguagem e crença (CHAUÍ, 1994; LARAIA, 2009).

Nesse sentido, os pescadores artesanais estabelecem, no processo de trabalho, uma relação particular com os elementos da natureza. Isso faz parte da construção do seu conhecimento; quanto maior a interação homem-natureza, maiores as possibilidades de sucesso nas pescarias. Essa relação produz um sentimento de pertencimento e ajuda a caracterizar a sua cultura e identidade. Há um saber nativo que é passado de geração para geração, que advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente no desenvolvimento da atividade. Os 'pescueiros', em geral, são definidos por marcas simbólicas, vinculadas à tradição de posse e uso do local por parte do grupo de pescadores que praticam a pesca artesanal (FURTADO, 2008).

Marques (2001) reforça que a destruição gradativa da natureza afeta diretamente as relações socioambientais no setor pesqueiro. Segundo ele, a diminuição dos estoques

pesqueiros ocorre não somente pela sobrepesca (esforço de pesca para além do suportável, afetando os estoques mínimos) facilitada pela introdução de equipamentos e técnicas cada vez mais predatórias. Deve-se também, em decorrência dos efeitos negativos da poluição proveniente dos dejetos urbano-industriais, destruição de berçários, como áreas de mangue etc. Segundo Cardoso (2003), os impactos se agravam, ainda mais, pelo fato de interagir com as modalidades de uso dos espaços litorâneos e dos recursos hídricos, em geral, marcadas pela expansão da atividade turística e industrial e pela discussão de privatização e remodelamento dos organismos de gestão das águas e de controle e gestão na cadeia produtiva da pesca, ou seja, gestão das etapas realizadas para elaborar, processar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o seu consumo final (JOFILSAN,1998; GTZ, 2009)

A pesca artesanal vem sofrendo ameaças de ordens econômicas, políticas e ambientais que afetam a dignidade e a identidade dos que sobrevivem nesse contexto (DIEGUES, 1995). O orgulho “de ser pescador” está abalado. É comum ouvirmos relatos do tipo: - “*Sou pescador, sou filho e neto de pescador, mas não quero que meu filho siga esse caminho, hoje, pescador só pesca - a- dor*”. (Pescador da baía da Guanabara, Colônia Z10, Out/2008).

Os pescadores estão expostos às dinâmicas territoriais, em função do avanço da industrialização sobre seus territórios e de políticas públicas nacionais e regionais com externalidades que afetam suas relações grupais e ambientais, seus modos de vida e trabalho e interferem na construção de sua identidade (FURTADO, 2008).

Na leitura de Florestan Fernandes (1975), percebemos que os projetos econômicos e políticos em curso no Brasil seguem a lógica de incorporação de modelos globais que atendem aos interesses do grande capital. Na arena política as divergências são pontuais e os diversos grupos liberais, neoliberais, nacionalistas, democratas e até mesmo setores que se dizem de esquerda se aliam em torno da concretização do modelo desenvolvimentista, consolidando a aliança entre o capital internacional e nacional. Este projeto contribuiu para mudanças no cenário político do Estado do Rio de Janeiro, que passou a estabelecer uma política de aliança entre o Governo do Estado, o Município e o Governo Federal o que, segundo discurso oficial, favoreceu o crescimento econômico.

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro vem sendo palco para a instalação de megaempreendimentos e complexos industriais, dentre os quais: o Porto de Açu em São João da Barra/RJ (região norte do Estado), a intensificação da ocupação e uso da baía de Guanabara, com a instalação de uma nova refinaria, que gera obras de infraestrutura, gasodutos e oleodutos, envolve apropriação da água que vai abastecer o Complexo Industrial

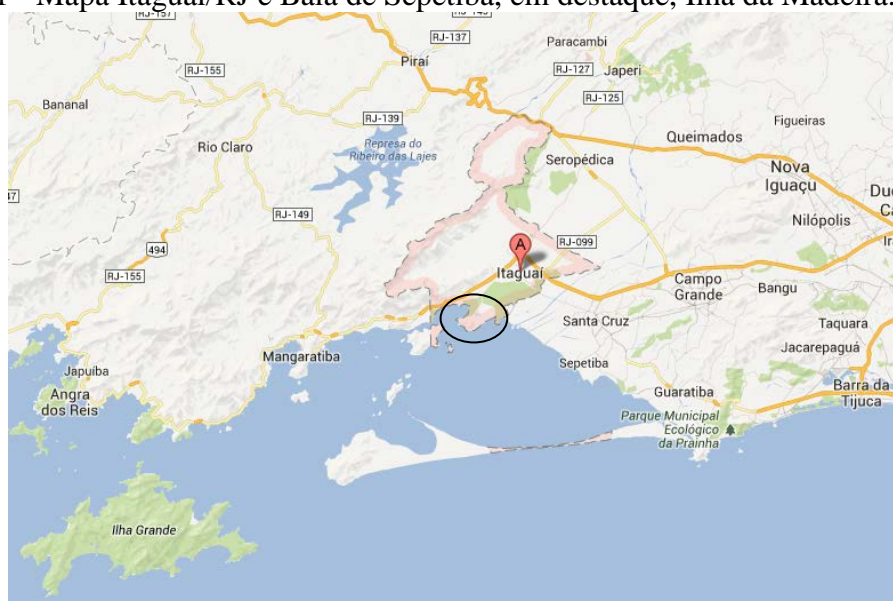
Petroquímico de Itaboraí (COMPERJ) um mega empreendimento que envolve obras em vários pontos do estado do Rio de Janeiro; no entorno da baía de Sepetiba temos a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico –TKCSA (Santa Cruz, bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro); a ampliação do Porto de Itaguaí e a construção de um porto de mineração e de um estaleiro naval para construção de submarino nuclear, na Ilha da Madeira bairro de Itaguaí (baía de Sepetiba), além dos avanços das atividades petrolíferas do pré-sal que intensifica a movimentação de navios e embarcações em todo o litoral, impactando diretamente a baía de Ilha Grande, sem falar nas atividades já existentes do complexo petrolífero da região norte do Estado entre Campos e Macaé, região dos Lagos.

Todos os projetos acima referidos afetam diretamente, a vida dos pescadores. Segundo Souza Porto (2013), os processos de negociação não são democráticos e nem transparentes, não há garantias para que os pescadores continuem na atividade:

“em síntese, um modelo perverso que afeta o destino desses grupos e populações. Não sairemos dele sem radicalizarmos a democracia, sem compreendermos os impactos desse modelo, sem diálogos entre saberes e práticas solidárias que articulam movimentos sociais e grupos acadêmicos” (SOUZA PORTO, 2013).

O caso da comunidade pesqueira que vive na Ilha da Madeira, bairro da cidade de Itaguaí/RJ margeado pela baía de Sepetiba, é emblemático (Figuras 1).

Figura 1 - Mapa Itaguaí/RJ e Baía de Sepetiba, em destaque, Ilha da Madeira.



Fonte: Google Maps, 2012.

A cidade de Itaguaí-RJ está localizada a 69 quilômetros da capital do estado do Rio de Janeiro, na mesoregião metropolitana e faz divisa com seis municípios entre os quais o próprio Rio de Janeiro.

A Ilha da Madeira, já foi uma ilha, mas devido a sua proximidade com o continente, e para atender as demandas da companhia Siderurgia Ingá que ali se instalava, no final da década de 1960 foi feito o aterro para ligação da Ilha com o continente, transformando-a em um bairro.

Consideramos o caso dessa comunidade pesqueira emblemático, por tratar-se de uma comunidade tradicional de pescadores artesanais que paulatinamente vem sofrendo desapropriações, perda de território e restrição de acesso aos recursos pesqueiros, devido às instalações de complexos industriais.

A crise na Ilha da Madeira/baía de Sepetiba começou na década de 1960, com a instalação da Companhia Siderúrgica Ingá Mercantil (1960). Na década de 1970, ocorre novo ciclo de crise, com perdas do território e impactos ambientais negativos, em decorrência da construção do Porto de Itaguaí-RJ. Em 1994, sofre nova crise com as obras de ampliação do porto.

Em 2005/2006, outra crise decorrente da construção do Porto da TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp CSA instalado na baía de Sepetiba. Ainda que a unidade fabril esteja situada em Santa Cruz-RJ (2005), a construção do Porto na baía de Sepetiba, afetou diretamente a comunidade de Ilha da Madeira. A empresa realizou obras de dragagens para a construção de um *pier* que possui uma plataforma única com uma face acostável de 413,0 metros, largura de 39,0 metros e um trecho inicial a noroeste de 62,65 metros de comprimento, com largura de 89,50 metros dando uma configuração final da plataforma em “L” (TKCSA). A construção do *piér* limitou o acesso dos pescadores, gerando áreas de exclusão, desmatando o manguezal, além de vários outros impactos negativos ao meio ambiente e à comunidade do entorno.

Figura 02 – Obras da TKCSA em área de mangue na Baía de Sepetiba/RJ



(a)

(b)

Legenda: (a)- Acesso construído em meio ao manguezal, Baía de Sepetiba;
(b) Início da construção da TKCSA e o acesso ao porto.

Fonte: <http://www.metallica.com.br> e Marina Zborowski

Figura 03 - Projeto simulação do porto da TKCSA



Fonte: <http://www.google.com.br>

Em 2009, a comunidade foi novamente surpreendida com a instalação de dois grandes empreendimentos: o Porto Sudeste um Terminal Portuário Privativo de uso misto, dedicado à movimentação de minério de ferro, granéis sólidos para 100 milhões de toneladas por ano, projeto da LLX/MMX, empresa do Grupo EBX, cuja previsão de início das operações é para final de 2013. Ainda em 2009, iniciam-se as obras do Estaleiro e Base Naval para construção, operação e manutenção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear uma *joint-venture* entre a Odebrecht e DCNS, com participação simbólica da Marinha do Brasil. A previsão do início das atividades também é para 2013.

Assim como a Ingá, esses quatro novos complexos afetam diretamente os pescadores e toda a comunidade. A chegada dos complexos industriais vem provocando profundas transformações, desarticulando o modo de vida e trabalho dos pescadores artesanais, modificando drasticamente a paisagem, destruindo os manguezais e o meio ambiente,

dificultando a continuidade da cultura pesqueira. As transformações que vem ocorrendo nesta comunidade são tão intensas que consideramos fundamental recuperar e dar visibilidade por meio das histórias de vida, as crises, lutas e resistências daquela comunidade pesqueira diante das transformações e perda do território.

No resgate das histórias de vida, os riquíssimos relatos dos informantes-chave, o registro da memória de antigos moradores sobre a atividade pesqueira, a vida a cultura os laços de solidariedade na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ, de ontem e de hoje. Trata-se de um registro valioso, evidenciando as transformações socioambientais vivenciadas naquele território e que servirá de referência para as gerações mais novas do local, como para interesses de pesquisa.

1.1 Questão norteadora

Como os grandes empreendimentos, ao se instalarem nos territórios com culturas pesqueiras tradicionais afetam o modo de vida e trabalho dos pescadores, quais conflitos, formas de lutas e resistência emergem nesse processo, mais especificamente, como a comunidade da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ vem reagindo diante da crise socioambientais decorrente da instalação de grandes complexos industriais nesse território e que lições extrair dessa experiência?

1.2 Hipóteses

Os grandes complexos industriais, ao se instalarem nos territórios tradicionalmente ocupados por pescadores, acabam por inviabilizar a continuidade da pesca artesanal na medida em que destroem o meio ambiente, alteram radicalmente a paisagem, dificultam os acessos aos recursos pesqueiros e naturais, desterritorializam e acabam por afetar o sentimento de pertencimento dos nativos inferiorizando e minimizando os resultados do trabalho das culturas tradicionais.

As reflexões relativas à comunidade pesqueira da Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ nos faz supor ainda que: o fortalecimento da organização social e política dos pescadores, a formação, a coletivização das lutas, a democratização dos processos decisórios, a gestão compartilhada dos recursos de uso comuns nos territórios são fatores que podem

favorecer a continuidade da cultura da pesca artesanal, com sustentabilidade e justiça ambiental, desde que todos esses aspectos extrapolem a organização de âmbito local, envolvendo outros atores sociais em escala regional, nacional e até internacional.

1.3 **Objetivo Geral**

Analisar os processos de transformações econômicos, políticos e socioambientais decorrentes da instalação dos grandes empreendimentos em territórios tradicionais da pesca, mais especificamente, as experiências da comunidade pesqueira da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ, desde a instalação da Cia Siderúrgica Ingá (1964) até os dias atuais identificando, nos vários ciclos de industrialização os fatos que contribuem para a vulnerabilidade ou sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente, o fortalecimento da organização social e política dos pescadores sinalizando, nesta experiência, alguns aspectos que possam servir de referência para outras comunidades pesqueiras que vivenciam problemas similares.

1.4 **Objetivos Específicos**

- Apresentar conceitos-chave e o delineamento da pesquisa.
- Contextualizar historicamente o cenário da pesca e da organização dos pescadores artesanais no Brasil, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro e os problemas vivenciados pelos pescadores artesanais frente aos processos recentes de instalação de complexos industriais em seus territórios demarcando aspectos econômicos, políticos e socioambientais.
- Apresentar um panorama histórico demarcando os principais fatos relacionados às transformações socioambientais vivenciadas pela comunidade pesqueira da Ilha da Madeira e as crises geradas (mudanças e acomodações), tendo como marco inicial a instalação da Companhia Ingá (1960).

- Descrever as formas de organização sociocultural e política dos pescadores da Ilha da Madeira, suas perspectivas de futuro frente às transformações socioambientais que vêm ocorrendo no seu território.
- Pontuar os fatos que contribuem para a vulnerabilidade ou sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente na Ilha da Madeira e que possam servir de referência para outras comunidades pesqueiras que vivenciam problemas similares.

1.5 Contribuições

Aspira-se a contribuir com as discussões referentes aos processos de implantação dos grandes conglomerados industriais no Estado do Rio de Janeiro, apontando caminhos para a sustentabilidade da cultura pesqueira com justiça ambiental. A tese pode ainda gerar informações importantes para futuras ações do Ministério da Pesca. No campo acadêmico pode contribuir com conhecimentos sobre procedimentos metodológicos utilizáveis em futuros estudos sobre impactos gerados por grandes empreendimentos em territórios com populações vulneráveis.

1.6 Metodologia

Iniciaremos a discussão sobre a metodologia ancorada na concepção de Thiollent (1996), definindo metodologia como “disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência (...) a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos”. Ou seja, “metanível” acerca da abordagem da situação a ser investigada com métodos e técnicas particulares (THIOLLENT, 1996, p. 25). A palavra método tem origem grega e quer dizer “pelo caminho (meta+hodos)” ou, “meio para se chegar ao objeto”, implica uma relação com o objeto e com a perspectiva de observação adotada pelo pesquisador (GOMES, 2008:55).

Em função da minha formação, há um esforço crescente de integração dos conhecimentos das ciências sociais (antropologia, sociologia, história com alguns aspectos da geografia) e das áreas ambientais.

Com Japiassu (1975) aprendemos que a neutralidade científica é um mito. No campo científico há sempre um esforço de compreensão e interpretação dos fatos, mas não há imparcialidade. Os indivíduos são marcados por suas experiências, suas histórias, sua cultura e valores - internalizados e reproduzidos. O cientista não está isento desse processo, portanto, não há ciência “neutra”. A escolha e o recorte do objeto guardam relação com o posicionamento e interesse de quem desenvolve a pesquisa. Nesse sentido, a objetividade do conhecimento será alcançada na medida em que a subjetividade for explicitada e que, a metodologia utilizada, possibilite a verificação dos dados seja por meio das análises teóricas, das pesquisas documentais, das descrições e análises das práticas sociais e históricas. Nesse contexto, o pesquisador (sujeito) exerce um papel essencialmente ativo no processo de pesquisa (NETTO, 2011; FREITAS, 2006).

Em virtude do foco de pesquisa e a forma de abordagem do problema, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa que possibilita um mergulho nas nuances e particularidades que o tema comporta. A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo às questões particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SPINDOLA e SANTOS, 2003).

Optamos pela integração do Estudo de Caso (K Yin, Robert, 2001), aliado à História Oral (FREITA, 2006; VERENA, 2004; MEDA, 1986; BERTAUX, 1980), com o uso das seguintes técnicas de pesquisa: levantamento bibliográfico e documental; entrevistas com informantes-chave; imagens; fotografias e mapas.

Inspirada na concepção dialética, procuramos analisar os fatos contextualizados no processo histórico - passado (era), presente (é) e a visão de futuro (tende a ser), demarcando as mudanças, contradições, conflitos e resistências no contexto socioambiental, político e econômico em que ocorreram (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993; NETTO, 2011).

A opção pelo Estudo de Caso (*case study*) relaciona-se à possibilidade de contribuição para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. O Estudo de Caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisas em várias áreas de conhecimento. O uso deste método nessa pesquisa está assentado na ideia de que o objeto de estudo da tese tem uma particularidade que precisa ser aprofundada. Se optássemos por uma abordagem generalizada do tema tenderíamos a perder a riqueza da realidade empírica e das particularidades. Nesse sentido, o diálogo é intenso com a antropologia, já que para esta área

de conhecimento o que importa é a particularidade, pois ela denota o diferente (K YIN, R. 2001; GOMES, 2008,).

A pesquisa qualitativa requer uma preocupação com os indivíduos e seus ambientes com as complexidades, não havendo limites ou controle impostos pelo pesquisador. Desse modo, baseia-se na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos são construídos dialogicamente, daí a ênfase na descrição das experiências humanas, tal como ela é vivida e tal como ela é definida pelos próprios atores (SPINDOLA e SANTOS, 2003).

Uma investigação que priorize a informação do entrevistado exige uma aproximação do pesquisador com os pesquisados para que se estabeleça um contato, uma relação de confiança. A história oral tem, no resgate de memória, uma fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento (MEDA, 1986). É caracterizada pela obtenção de dados descritivos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, valorizando-se mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes isto é, os significados que atribui às coisas, a natureza à vida.

Segundo Freitas (2006) a história oral enquanto modalidade de estudo em abordagem qualitativa pode ser dividida em três gêneros: tradição oral, história de vida e história temática. Todas fazem uso de técnicas de entrevistas para registrar as experiências humanas. Como método de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade específica, padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, narrativas que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem.

Na história oral temática (...), a entrevista tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa forma os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências e convergências e evidências de uma memória coletiva (FREITAS, 2006, p. 21).

O Estudo de Caso e a História Oral (temática), nesse trabalho, irão possibilitar o aprofundamento de uma realidade específica, ajudando a direcionar as análises visto que a compreensão do objeto será analisada a partir de um eixo temporal que embute contradições, conflitos, passagem de um estágio a outro e uma intencionalidade (GOMES, 2008).

Nesse sentido, a escolha dos entrevistados foi guiada pelos objetivos da pesquisa. Optamos pelos chamados – informantes-chave dentre eles: moradores antigos, detentores de

conhecimento e que vivenciaram a Ilha do passado; lideranças comunitárias e representantes das associações de Pescadores. O procedimento das entrevistas envolveu o mapeamento anterior dos informantes-chave e a preparação prévia de um roteiro de entrevista com questões semiestruturadas (ver apêndice do trabalho).

O roteiro de entrevista serviu como um ponto de apoio, um gatilho de memória, usado apenas quando o entrevistado deixava de abordar um ou outro aspecto relevante. Portanto, as entrevistas não seguiram uma formalidade de perguntas e respostas sequenciadas, cada entrevista ganhava uma dinâmica própria. Iniciávamos “a conversa” o diálogo, com uma pergunta ampla, qual seja: - *“Você poderia começar contando um pouco sobre a sua história de vida e trabalho na pesca e também nos contar sobre como era a Ilha antigamente e como era a qualidade de vida e do meio ambiente, na Ilha?”* A partir dessa questão, os entrevistados desenvolviam sua linha de raciocínio de maneira livre e acabavam por abordar todas as demais questões. As intervenções ocorriam na medida em que eu sentia necessidade de maior esclarecimento, aprofundado de um determinado aspecto ou ainda, no sentido de passar uma informação que, por ventura, o entrevistado desconhecesse.

As entrevistas ganharam particularidades, os informantes-chave contextualizavam os fatos no seu tempo de acordo com a sua vivência, sua memória e experiência. Isso exigiu um trabalho, atento e minucioso, no processo posterior de transcrição das entrevistas. Nesse momento, o roteiro de entrevista serviu como referência para a organização das informações. Preocupada em não perder a riqueza dos fatos, na sistematização final, optamos por uma descrição cronológica, fazendo uso das informações obtidas na pesquisa bibliográfica, documental, imagens, mapas e centralmente das narrativas.

No esforço de integração de diversas áreas de conhecimento, cabe reforçar aqui a necessidade do olhar antropológico, pelo fato de tratarmos de uma comunidade tradicional a Ilha da Madeira. Considera-se importante e necessário dar voz à comunidade pesqueira diretamente afetada no processo. No terceiro capítulo, onde serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, retomaremos e aprofundaremos alguns aspectos metodológicos evidenciando especificidades da experiência junto aos pescadores na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ.

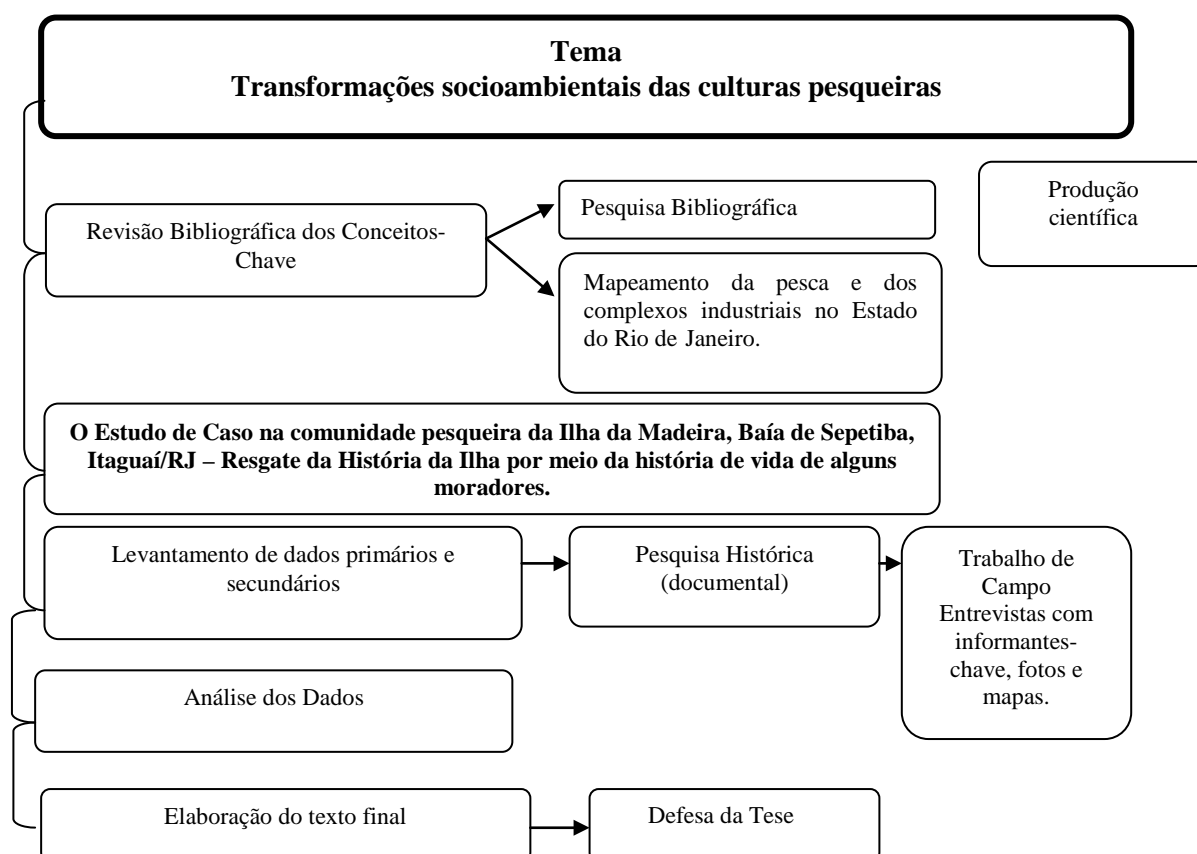
1.7 Esquema Geral da Tese: métodos e técnicas de Pesquisa

Quadro 01 - Objetivos Específicos, Intencionalidades e Procedimentos de Pesquisa (continua).

Cap.	Objetivos Específicos	Intencionalidade/ Subcapítulos	Procedimentos
1	Apresentar conceitos-chave e o delineamento da pesquisa	Discutir o conceito de território, territorialidade e a cultura pesqueira	Pesquisa Bibliográfica
2	Contextualizar historicamente o cenário da pesca e da organização dos pescadores artesanais no Brasil, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro e os problemas vivenciados pelos pescadores artesanais frente aos processos, recentes, de instalação de complexos industriais em seus territórios demarcando aspectos econômicos, políticos e socioambientais.	Apresentar uma análise da atividade pesqueira no contexto econômico e político atual, destacando a pesca artesanal no Estado do Rio de Janeiro.	Pesquisa Bibliográfica e Documental
		Fazer uma breve caracterização dos complexos industriais instalados recentemente no Estado do Rio de Janeiro que afetam a atividade pesqueira, exemplificar com dados relativos à investimentos, setor econômico, localização, atores envolvidos; impactos gerados, ações do poder público e dos pescadores.	Pesquisa Bibliográfica
		Pontuar aspectos das políticas que favorecem a implantação dos grandes empreendimentos no Estado do RJ, as consequências da escolha desse padrão de desenvolvimento para as populações locais.	Pesquisa Bibliográfica
3. Estudo de Caso com resgate de Histórias de Vida			
3.1	Apresentar um panorama histórico demarcando os principais fatos relacionados às transformações socioambientais vivenciadas pela comunidade pesqueira da Ilha da Madeira, a crise socioambiental (mudanças e acomodações), tendo como marco inicial a instalação da Companhia Ingá (1960).	Delineamento do Território: a baía de Sepetiba e a cidade de Itaguaí, dados socioeconômicos e ambientais.	Por meio de entrevistas com informantes-chave, pesquisas bibliográficas e documentais, fotos e mapas.
3.2		A Ilha da Madeira antes da chegada dos empreendimentos: Recuperação da memória histórica e da cultura da Ilha, a partir das narrativas dos moradores. No Resgate das Histórias de Vida, a recuperação da história do território, cultura material e imaterial, o trabalho na pesca, a vivência cotidiana, os laços de solidariedade, entre outros.	
3.3	Descrever as formas de organização sociocultural e política dos pescadores da Ilha da Madeira, suas perspectivas de futuro frente às transformações socioambientais que vêm ocorrendo no seu território.	Primeiro Ciclo da Crise: a Instalação da Cia Ingá Mercantil, as transformações econômicas, políticas e socioambientais. O reflexo na vida dos pescadores, os processos de resistência.	
3.4		Segundo ciclo da Crise Socioambiental: a instalação do Porto de Sepetiba, atual Porto de Itaguaí. As mudanças e permanências na vida e trabalho dos pescadores e no território	

Quadro 1 - Objetivos Específicos, Intencionalidades e Procedimentos de Pesquisa (continuação).			
3.5		Terceiro ciclo da crise socioambiental. a Instalação da TKCSA. As mudanças e permanências na vida e trabalho dos pescadores e no território	
3.6		Quarto ciclo da Crise Socioambiental: a Instalação do Porto Sudeste e do Estaleiro e base de construção naval de submarinos convencionais e nucleares. As mudanças e permanências na vida e trabalho dos pescadores e no território	
4	Conclusão	Retorno à questão norteadora, hipótese e objetivos.	Análise

Figura 04 – Esquema geral da Tese



A partir dos objetivos e da concepção metodológica apontada, buscamos construir um roteiro semiestruturado (apêndice C) para as entrevistas/conversas com informantes-chave no qual seguimos a seguinte lógica:

- Recuperação da memória histórica do local;

- A gestão/organização do trabalho e dos recursos de uso comum;
- A chegada dos complexos industriais;
- As transformações/crises vivenciadas pela comunidade;
- Visão de Futuro.

2 ORGANIZAÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A PESCA ARTESANAL E OS GRANDES COMPLEXOS INDUSTRIAIS NO RIO DE JANEIRO

No modo de produção capitalista, o incremento da técnica e a maior produtividade do trabalho, acabam por gerar sempre novas necessidades de consumo, homogeneizando uma determinada representação sobre o desenvolvimento social. No entanto, as injustiças sociais e as contradições continuam aflorando na sociedade. Somente uma minoria concentra os lucros obtidos a partir da exploração humana e da natureza (MARX, 1978).

Hoje os níveis alcançados pelo crescimento da produção permitiriam a satisfação das necessidades materiais básicas de toda a humanidade. Poderíamos erradicar a pobreza, as doenças, abolir o analfabetismo, acabar com a fome (SANTOS: 2001; HARVEY: 2006), a lógica do modo de produção capitalista está voltada para a realização das mercadorias enquanto veículo de mais valor, geradora de lucros. O que importa, é a concretização dos lucros e não a distribuição dos bens e serviço de forma equitativa para atender as necessidades de todos. No Brasil, segundo dados da Embrapa, estima-se uma perda diária de alimentos em torno de 40 mil toneladas, uma quantidade suficiente para alimentar cerca de 19 milhões de pessoas com três refeições por dia. (CANTO, 2012).

A democracia burguesa e a concepção imperialista são uma máscara que encobre a exploração dos seres humanos, o saque do planeta e a destruição do meio ambiente sem maiores preocupações com as gerações futuras (CHAUI: 2011; GALEANO: 2010).

Além disso, o avanço da lógica hegemônica do capitalismo atinge todos os espaços geográficos, os setores econômicos e as culturas. O mar, cada vez mais, vem se constituindo em um grande território de exploração de recursos naturais. “Os ecossistemas costeiros e oceânicos contêm a maior parte da biodiversidade disponível no planeta”. Grande parte desses sistemas passa por algum tipo de pressão de origem antrópica. Os números evidenciam que os recursos pesqueiros, antes abundantes, vêm reduzindo-se, em alguns casos, com evidências de extinção (MMA-Revizze, 2012).

Os dados relativos à produção pesqueira mundial comprovam uma diminuição dos estoques marinhos. Ao analisar o relatório *The State of World Fisheries and Aquaculture (2012)*, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO verifica-se que, 30% dos peixes do mundo são superexplorados e podem desaparecer, outros 57% estão próximos do limite da pesca sustentável. Os dados apontam que a pesca

industrial de grande escala já captura metade de todas as espécies oceânicas, estando além da capacidade máxima de reposição (FAO, 2012).

Essa modalidade faz uso de alta tecnologia o que potencializa, em muito, a sua capacidade de captura do pescado. Este tipo de pesca movimenta, nos dias atuais, aproximadamente, 75 bilhões de dólares por ano. As embarcações podem armazenar mais de 20 toneladas, sendo que, algumas são equipadas para processar o pescado a bordo. Segundo a FAO (2012), essas embarcações representam apenas 1% da frota pesqueira global, mas pesca metade de tudo que é retirado dos oceanos e o restante, é explorado pela pesca artesanal. As frotas pesqueiras trabalham o ano inteiro. Os cardumes são localizados por satélites, aviões e pelo sonar dos barcos que emitem ondas sonoras que alcançam profundidades de até 1.000 m (MELLO: 2012).

Além do emprego de novas tecnologias, que potencializa a captura dos recursos pesqueiros na pesca industrial, há outros fatores contribuintes para a destruição dos recursos naturais e pesqueiros: crescimento da aquicultura em larga escala; crescimento urbano, desmatamentos, aumento do lixo urbano e industrial, esgoto despejados nos rios em natura; atividades de complexos industriais e portuários nos territórios tradicionais de pesca, entre outros.

Esses e outros fatores refletem nas condições de vida dos pescadores. Segundos dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no Brasil há cerca de 970 mil pescadores registrados, sendo 36% do sexo feminino. Do total, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais (MPA, dados de setembro de 2011). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, metade da população pesqueira depende do programa de bolsa família do governo federal (MDS, 2012). Vale ressaltar que este programa foi criado para atender famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, atendendo “aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos” (CAIXA ECONÔMICA, 2012).

Isso significa que, aproximadamente, 485 mil famílias de pescadores estavam vivendo na linha da pobreza ou na extrema pobreza. Uma evidente injustiça social, em um país com uma costa litorânea de 8.500 km de extensão, com 13,7% da água doce do planeta em seus territórios, 10 milhões de alqueires de águas represadas e que produz 1 milhão e 240 mil toneladas de pescado por ano, dos quais, 45% dessa produção vêm da pesca artesanal (MPA, 2011).

Os números, além de evidenciar as desigualdades sociais entre os pescadores, refletem a complexidade deste setor extrativista/coletor. A pesca está normatizada pela Lei 11.959 de 29 de junho de 2009 sendo definida como a ação de extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. Uma atividade que envolve tradição - uma das profissões mais antigas da humanidade; variação de modalidade – artesanal, industrial, esportiva, amadora (que trataremos com maior detalhe adiante) e emprego de diferentes tecnologias a depender do tipo de pesca, entre outros.

Os processos de organização da atividade pesqueira no país remontam aos tempos pré-coloniais. Naquela época, eram os indígenas que se organizavam em grupos familiares ou de aldeia para a captura de peixes. A cultura tradicional da pesca artesanal é milenar, vide o litoral fluminense com sambaquis datados de 8000 anos. Ela vem mantendo-se ao longo dos anos, mas torna-se cada vez mais difícil a sua sobrevivência.

Na sequência deste capítulo procuramos caracterizar a pesca artesanal traçando um histórico da atividade no Brasil: a sua regulamentação, as políticas, a organização das entidades de base e do ministério da pesca. Ao descrever a pesca no estado do Rio de Janeiro destacamos aspectos relativos à cadeia produtiva e contextualizamos o cenário dos conflitos socioambientais decorrente da instalação de grandes complexos industriais - Porto de Açu em São João da Barra e os gasodutos em Magé/baía de Guanabara.

2.1 Características da Pesca e dos Pescadores Artesanais

Em função das culturas regionais/locais há variações e até divergências, em relação às classificações da pesca seja em relação ao local, aos objetivos e tipos de pesca realizada. Comumente, distingue-se a pesca marítima da pesca continental.

A pesca marítima, segundo o espaço onde se realiza, pode ser subdividida em três grupos: *Litorânea*: praias, costões, restingas, estuários, lagoas e canais de água salobra; *Costeira*, realizada nos locais não muito afastados da costa, ou na zona costeira, dentro dos limites da zona nerítica - entendida como zona oceânica mais rasa, com profundidades menores do que 200 metros; e a pesca *Oceânica*, realizada nos locais mais afastados da costa, em alto-mar, nos limites da zona pelágica – regiões de águas mais profundas (SILVA, 2008).

Nos marcos da Lei 11.959 de 06/2009, as áreas de exercício da atividade são: as *Águas Continentais*: os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar; as

Águas Interiores: compreendem as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e águas compreendidas entre a costa e a linha de base reta, ressalvado, o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte; **Mar Territorial:** faixa de 12 (doze) milhas marítimas de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Brasil; **Plataforma Continental;** o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 (duzentas) milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância; a **Zona Econômica exclusiva brasileira:** faixa que se estende das 12 (doze) às 200 (duzentas) milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial; o **Alto-Mar:** a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago, e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário.

As áreas de exclusão, como já destacado no primeiro capítulo, são cada vez maiores, nos territórios tradicionalmente utilizados pelos pescadores e isso decorre dos avanços de outras atividades produtivas nesses locais. O espaço aquático vem sendo paulatinamente privatizado e os pescadores perdendo o direito de exercer a sua profissão, já que as decisões políticas acabam por favorecer as atividades industriais do setor petrolífero, portos e mineração, aquicultura e carcinicultura, entre outros.

Quanto às categorias (objetivos) da pesca, no Brasil, há pelo menos três: *esportiva* (amadora), de *subsistência* (amadora) e *comercial* (profissional). A pesca comercial (profissional) se subdivide em pequena (artesanal), média (industrial/empresarial) e grande (industrial/empresarial) (MPA, 2011).

Para Ramos (1977), os pescadores podem ser classificados em dois grandes grupos, sob o ponto de vista de sua economia: a) pescadores de subsistência e b) pescadores comerciais. Os pescadores de subsistência são homens e mulheres que exploram a fauna do meio aquático apenas para complementar o suprimento alimentar da família. Não visam o

comércio com o produto de suas pescarias e limitam-se, quando muito, a trocar os eventuais excedentes de suas capturas por outros artigos de alimentação e artefatos diversos. Os pescadores comerciais subdividem-se em: a) independentes ou autônomos (artesanais); b) empregados ou assalariados (industriais).

A *Foundation for Agriculture Organization* (FAO), para efeitos de uniformidade e comparação estatística internacional, classifica os pescadores em relação à maior ou menor dedicação à atividade, ou dependência da mesma, subdividindo-os em: a) Pescadores permanentes. Dedicam pelo menos 90% de seu tempo à pesca, obtendo rendimentos na mesma proporção; b) Pescadores parciais. Menos de 90%, porém mais de 30% de seu tempo ou rendimentos são dedicados à pesca ou provenientes dela; c) Pescadores ocasionais. Dedicam menos de 30% de seu tempo à atividade, e menos de 30% de seu rendimento é proveniente da pesca.

No marco legal (Lei nº 11.959) a pesca comercial artesanal é definida como aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

A definição no campo da ciência social não difere do que está na lei. A pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil (pescadores/lavradores e pescadores artesanais) pode ser definida como aquela que, na captura e desembarque de pescado, os pescadores se organizam para o trabalho baseado na família (nuclear ou extensa) ou pelas relações de amizade e compadrio. Os equipamentos de pesca (embarcação e petrechos) são de propriedade familiar ou individual. A embarcação não é somente um meio de produção, mas é também, um meio de transporte. O proprietário da embarcação é, normalmente, um dos pescadores que participa como os demais de toda a atividade de pesca, mas fica com a maior parte dos resultados da pescaria. Os barcos geralmente têm pouca autonomia (rendimento) e as artes de pesca apresentam reduzida capacidade de captura, trabalhando principalmente em águas costeiras e abrigadas (interiores) (DIEGUES, 1983).

Fruto de avanços na organização e luta dos povos tradicionais, o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, diz que as comunidades tradicionais são representadas:

“por grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040/2007).

Estudos relatam que no litoral brasileiro, diferentes grupos indígenas praticavam a pesca como forma de subsistência (DIEGUES, 1983). A presença de “sambaquis” em diversas localidades de nosso litoral corrobora com esta afirmação. O estudo do sambaqui de Camboinhas (Niterói-RJ) permitiu identificar os hábitos dos grupos que habitavam a região da baía da Guanabara e mostrou uma predominância da atividade de pesca, seguida da coleta de mariscos (VIANA, 2009).

Além da tradição indígena, a pesca no Brasil também foi influenciada por diferentes culturas, principalmente a portuguesa e a espanhola. Este legado permitiu o surgimento de culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre elas: a do jangadeiro - no litoral nordestino (do Ceará até o sul da Bahia); a do caçara - no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e do açoriano – no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1999).

Em entrevista com uma pescador artesanal, liderança, da baía de Sepetiba-RJ, abordamos a temática, pedindo que ele falasse o que significava para ele, ser um pescador artesanal. Destaco aqui, a fala de Isac e sua autodefinição sobre o que é ser um pescador artesanal:

- “O pescador artesanal é aquele que vive do seu trabalho. A gente vive de forma simples e gosta disso. Existe uma relação direta com a natureza, não há mediação, existe respeito. A nossa história e cultura vem de nossos antepassados, é o que aprendemos com nossos pais e avós e é o que tentamos ensinar para nossos filhos. A gente aprende a identificar o peixe através da lua, da maré, conhece os pontos de pesca pelos sinais das águas. O pescador gosta de viver solto, o trabalho é livre (...) a pesca é tudo, é a minha vida, é muito mais que uma profissão” (ISAC, pescador da baía de Sepetiba- RJ).

Para Diegues (1983) existem aspectos caracteristicamente relacionados à pesca artesanal, entre eles, os conhecimentos adquiridos com a experiência e com histórias de gente mais experiente. Isto diferencia o saber-fazer e a sabedoria destes pescadores. A sabedoria não é simplesmente saber usar/manusear os apetrechos, mas, fundamentalmente, quando e onde utilizá-los. Formalmente, o pescador precisa da carteira de pesca e estar associado a uma entidade representativa. Mas, a amizade e o companheirismo são fundamentais enquanto elementos de coesão do grupo envolvido na atividade, pois, ser pescador é ter vocação e fazer parte de um grupo que domina os segredos do mar. O domínio da arte exige qualidades físicas e intelectuais conseguidas somente com a experiência, como, por exemplo, conhecer as áreas

de pesca e saber lidar com os perigos do mar. Manter em segredo a localização de um bom pesqueiro é fundamental, em geral, os pescadores não gostam de revelar o seu local de pesca.

Dias Neto *et al.* (2008) em pesquisa na Lagoa Feia (RJ) fazem alguns comentários acerca do sigilo dos pesqueiros. No caso estudado, os pescadores são donos de um segredo legítimo, o local de um pesqueiro. Portanto, têm o direito de protegê-lo, seja pelo silêncio (omissão) ou pela dissimulação (mentira). “Se a mentira literalmente é o engano dos sentidos (sentido) e o ato de dizer mentiras é a indução ao erro, inventar histórias enganosas sobre onde, como e quanto se pescou, parece ter um sentido bastante peculiar” (DIAS NETO *et al.*, 2008:11). Os autores mencionam que, dentro da política do sigilo, o direito de mentir é garantido.

2.1.1 A Regulamentação da Atividade e o Histórico das Colônias de Pescadores

A regulamentação da pesca, no Brasil, ocorre por iniciativa da Marinha e durante anos os pescadores foram tutelados por este órgão. A regulamentação visava mais o controle dos pescadores do que propriamente da atividade. Em decorrência da extensão da costa brasileira e da fragilidade da Marinha em manter a vigilância sobre todo o território, passa-se a tutelar os pescadores, obrigando-os a colaborar com essa instituição, na vigilância do território. Em 1845, com a criação da Capitania dos Portos e Costas foi determinada a obrigatoriedade da matrícula dos pescadores profissionais. De posse do registro, ficavam liberados de servirem à Guarda Nacional, mas em caso de necessidade eram convocados e tinham a obrigatoriedade de atender ao chamado. Nos primeiros domingos de cada mês os pescadores tinham que se apresentar e caso isso não ocorresse podiam sofrer prisão ou serem multados. Para maior controle, a Marinha criou os Distritos de Pesca e nomeava um responsável, denominado “*capataz*”, até hoje, as subseções das “Colônias de Pescadores”, entidade organizativa de pescadores, também tutelada pelo Estado, são chamadas de capatazias (SILVA, 1988).

Em 1912, a responsabilidade administrativa da pesca foi transferida para o Ministério da Agricultura, com a criação da Inspetoria de Pesca, no entanto, na década de 1920 por fatores de segurança da costa litorânea, a Marinha passou novamente a tutelar os serviços de pesca (SILVA, 1988).

As Colônias de Pesca surgem por iniciativa de uma missão desenvolvida pelo comandante da marinha, Frederico Villar. Ele saiu, em 1919 do Estado do Rio de Janeiro no “Cruzador José Bonifácio” e foi dividindo o litoral e os rios em “Zonas de Pesca”,

combinando distâncias e números de pescadores, onde havia em torno de 200 pescadores, ele criava uma Colônia de Pesca e denominava Z1, Z2, etc., quando entrava em outro Estado, começa novamente do número 1 (COIMBRA, 2004).

Em 1º de janeiro de 1923, foi assinado o Estatuto para as Colônias de Pesca, em forma de aviso, pela Marinha. As Colônias eram definidas como agrupamentos de pescadores ou agregados associativos, não assumindo as características de uma organização de classe, como um sindicato. A entidade era denominada Colônia de Pesca, reforçando a atividade e não a organização livre de pescadores. Inicialmente, ela “representava” todos os profissionais envolvidos na temática (pescadores, comerciantes, “comissários”, armadores, grandes empresários e pescadores embarcados). No estatuto, denotava-se a necessidade de criar postos de saneamento rural; aproveitar industrialmente o pescado; tomar medidas de apoio à pesca; organizar viveiros da marinha e Reserva Naval da República; criar escolas profissionais da pesca; desenvolver a piscicultura e combater a pesca predatória (COIMBRA, 2004). Outra finalidade era ajudar no controle militar da costa litorânea (SILVA, 1988).

Nesse período, havia forte controle sobre a organização política dos pescadores. Era exigida a matrícula nas Colônias de Pesca e, por vezes, em cooperativas (SILVA, 1988). As colônias mantinham (e até hoje, algumas, ainda mantém) uma política assistencialista, oferecendo serviços de atendimento à saúde dos pescadores e seus familiares (VIANA, 2009). Junto com a criação das colônias, foi criada também a “Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB)”, posteriormente surgiram as Federações agrupando colônias em nível estadual.

As cooperativas visavam desenvolver a atividade, mas a filosofia cooperativista, nem sempre era reforçada. Predominava a cultura da centralização do poder nas mãos de um pequeno grupo e a concepção da racionalização da atividade dentro de um “padrão de eficiência”, que garantisse maior controle da cadeia produtiva, desde a comercialização dos apetrechos até a venda do produto, em prol de interesses de pessoas e/ou grupos comerciais e industriais emergentes (SILVA, 1988).

Vale ressaltar que nas primeiras décadas do século XX, o Brasil era um país predominantemente rural, dominado politicamente pelas oligarquias estaduais e pelos coronéis no plano municipal. A economia baseava-se no modelo agroexportador alternando os ciclos entre a cana de açúcar e o café. A atividade pesqueira subsiste aos ciclos econômicos atendendo ao mercado interno e a depender da localidade, a pesca se destacava como

atividade econômica central, como é o caso de cidades litorâneas no Estado do Rio de Janeiro: Macaé, Arraial do Cabo, Cabo Frio (PAPESCA, 2010).

A base da economia fortalecia a superestrutura arcaica de poder institucionalizando os laços pessoais, reforçados por meio da ideologia do favor. As classes subalternizadas viviam sob o jugo da superexploração do trabalho, da dependência da terra, da força, da vigilância (MACIEL LOPES e NEPOMUCENO, 2006).

2.1.2 Da Era Vargas à Criação da SUDEPE na década de 1960

Na era Vargas, precisamente no início dos anos de 1930, tentou-se dinamizar o setor pesqueiro artesanal no país. Em 1930 o gerenciamento da atividade pesqueira passou a encargo do Ministério de Agricultura, que criou uma divisão de caça e pesca. Em 1934 foi publicado o 1º código de pesca. Neste mesmo ano foi fundado o Entrepasto Federal de Pesca na Cidade do Rio de Janeiro, um mercado de peixe na praça XV (centro do Rio de Janeiro)¹. Em 1939 foi inaugurada a Escola de Pesca Darci Vargas, na restinga da Marambaia, baía de Sepetiba-RJ. Em 1925 havia 245 escolas que pertenciam às Colônias de Pescadores. O incentivo à criação das Escolas de Pesca vinculava-se à visão de que era necessário modernizar a atividade, tirá-la do “primitivismo” (CALLOU, 2007).

Os reflexos da crise econômica de 1929 acabam gerando escassez de recursos para importação de produtos industrializados e os investimentos passam a ser aplicados na indústria de base, fomentando um novo ciclo econômico, baseado na industrialização. As políticas para pesca permanecem estáveis.

O incentivo de criação das escolas de pesca está compatível com esse novo ciclo econômico onde o foco é preparar as bases para industrialização. O Estado passa a ser uma instituição fundamental no planejamento e controle das ações econômicas e políticas. A indústria, nesse momento, atendia às demandas do mercado interno. A pesca artesanal destinava-se ao atendimento do mercado interno e à subsistência (CALLOU, 2007).

Na década de 1950, a pesca volta a ficar relegada das políticas governamentais. O foco dos investimentos eram as áreas de petróleo, siderurgia, transporte e comunicação. A partir dos anos 1960, o Brasil passou a adotar um projeto nacional desenvolvimentista e os

¹ Vale destacar que em 1990, este mercado foi desativado, em função dos preparativos para Rio-92. A desativação desse mercado gerou desarticulação na comercialização do pescado, pulverizando os pontos de desembarque. Hoje há, aproximadamente, 40 pontos desembarque no Rio de Janeiro (VIANA, 2009).

investimentos foram canalizados para o aumento de infraestrutura (estradas); realizando obras de saneamento (barragens e retificação de rios); formando complexos industriais e junto com eles a expansão urbana com o crescimento de cidades de médio e grande porte. Foi uma época de grandes processos migratórios. As modificações políticas e tecnológicas na agricultura tornavam a sobrevivência no campo ainda mais difícil. O estímulo era para a agricultura extensiva (utilização de maquinaria e de fertilizantes). A precarização da vida campesina e as lutas pela reforma agrária se intensificavam, mas o chamado dos centros urbanos por uma possibilidade de melhoria nas condições de vida era forte. Nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, este processo atraiu pessoas de diferentes regiões do país. No Rio de Janeiro, muitos migrantes, ao se defrontarem com as dificuldades, acabavam buscando uma forma de sobrevivência na pesca (VIANA, 2009).

Na década de 1960, o setor pesqueiro é marcado por políticas de expansão visando o fortalecimento da industrialização da atividade. Em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe) (Decreto-Lei 50.872), que incentivava a pesquisa, o planejamento, a promoção de transformações estruturais, a formação de recursos humanos e a expansão dos mercados. Em 1962, é criada, pela Lei Delegada 10/62, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) vinculada ao Ministério da Agricultura, quando da extinção da Divisão de Caça e Pesca, do mesmo ministério. Segundo Paiva (2004):

A Sudepe tinha como objetivos promover, desenvolver e fiscalizar a atividade pesqueira, bem como prestar assistência aos pescadores na solução de seus problemas econômicos e sociais, através da definição de uma política de pesca suportada por planos de desenvolvimento reajustáveis às novas condições, considerando os diferentes aspectos naturais e econômicos das regiões. Para isto, seria fundamental um diagnóstico da situação existente para a definição das estratégias, a reformulação da velha legislação e a adequação técnica e administrativa necessária à execução das atribuições decorrentes deste mesmo processo de desenvolvimento planejado (PAIVA, 2004:177).

Ao analisar a ação da Sudepe, Giulietti e Assumpção (1995) afirmam que os resultados obtidos ao longo dos anos pela política do órgão foram distintos dos objetivos iniciais. Houve um incremento de embarcações especializadas em um tipo de recurso como, por exemplo, no camarão-rosa e sardinha. O principal destino do camarão era a exportação e da sardinha era a indústria de beneficiamento. Tal fato favoreceu a sobre-exploração destes recursos. As fábricas passaram a ter capacidade de processamento superior ao abastecimento de matéria-prima e, por isso, nos anos 1980, as importações de pescado do país aumentaram (GIULIETTI E ASSUMPÇÃO, 1995). Em 1965, a média de exportação era de 2.430 toneladas e a importação era de 16.730 t., cinco vezes mais. Em 1980, a exportação era de

34.462 t., enquanto a importação era de 66.800 t., duas vezes mais (ABDALLAH E BACHA, 1999).

As análises de várias décadas evidenciam que todas as ações políticas de incremento à atividade pesqueira foram direcionadas para a pesca comercial industrial e, por sua vez, para o mercado externo. Os pescadores artesanais tiveram pequena participação nos processos políticos e nos programas governamentais. Viana (2009) destaca que o incentivo das exportações de alguns recursos pesqueiros acarretou a sobrepesca e que a industrialização fez aumentar a competitividade em busca de lucros e isso, por sua vez, fez aumentar a corrupção no setor gerando maior degradação ambiental e redução dos estoques.

Paiva (2004), enfatiza que o enfraquecimento setorial, foi gerado principalmente pela “prostituição da política de incentivos fiscais e financeiros”, ocorrendo a extinção da Sudepe e a sua fusão ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) (Lei 7.735/1989). Com a migração da Pesca para o Ibama, o autor avalia que a administração pesqueira incorporou a componente ambiental e acabou fragilizada pelas outras inúmeras atribuições decorrentes da absorção das competências de quatro grandes órgãos públicos extintos: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) (PAIVA, 2004:177).

2.1.3 A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e nova regulação das Colônias dos Pescadores Artesanais: mudar para que?

Em 2003, o governo federal criou (com base na Medida Provisória nº 103 posteriormente, transformada na Lei 10.683/03), a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) atendendo assim, ao primeiro ponto da Carta de Compromisso aos Pescadores apresentada em agosto de 2002, pelo presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva.

Em 13 de junho de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.699, dispondo sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Ela regulamenta o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, o qual trata sobre a livre associação profissional ou sindical e revoga o dispositivo do Decreto Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. Afirma, entre outras coisas, que “as Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e suas atividades regulamentadas por ato do Poder Executivo” (Decreto Lei 221/28/02/1967- Disposição Finais). Portanto, a citada Lei diz:

“Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Art. 4º É livre a associação dos trabalhadores no setor artesanal da pesca no seu órgão de classe, comprovando os interessados sua condição no ato da admissão. Art. 5º As Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização. Parágrafo único. São vedadas à Confederação Nacional dos Pescadores a interferência e a intervenção na organização das Federações Estaduais de Pescadores. Art. 6º As Colônias de Pescadores são criadas em assembleias de fundação convocadas para esse fim pelos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal da sua base territorial” (BRASIL, LEI Nº 11.699, DE 13 DE JUNHO DE 2008).

Apesar do avanço nos dispositivos legais, observa-se que muitas Colônias não são percebidas como um órgão, representativo dos anseios dos pescadores. Em muitas delas os presidentes e diretores se revezam no poder permanecendo “encastelados” por 15 anos ou mais.

Ao longo da nossa experiência na PAPESCA/UFRJ e na Rede Solidária da Pesca e recentemente, nas pesquisas para a tese, nos deparamos com inúmeros casos em que as Colônias não são efetivamente reconhecidas como um órgão representativo da categoria pelos próprios pescadores. É comum ouvirmos relatos de pescadores revoltados pela imobilidade das Colônias: - *“Não podemos contar com a Colônia, não servem nem para dar informação, quando a gente procura informação lá, ficamos ainda mais confusos.”* (Pescador da Baía de Ilha Grande); (...) *“Quando a gente participa de um evento contra as empresas poluidoras, que interessa aos pescadores, um protesto ou algo assim, os representantes das Colônias raramente aparecem, mas quando a empresa chama para negociar, eles atendem rapidinho.”* (Pescador da baía de Sepetiba).

Pela manutenção de um padrão arcaico de organização, com forte centralização de poder e personalismo, muitos pescadores se distanciam das Colônias e optam pela criação e filiação em Associações de Pescadores. Estas, geralmente, funcionam em pequenas sedes, nas comunidades pesqueiras, próximas aos pescadores, podendo ser organizadas conforme modalidades de pesca. Os pescadores, ao optarem pelas associações, relatam que se sentem “melhor representados” e expressam maior vínculo de pertencimento.

O fato das Colônias passarem a ser oficialmente reconhecidas como órgão de classe, tem gerado polêmicas nos movimentos de pescadores. Antes da lei, os pescadores organizados em associações, ou mesmo individualmente, podiam dirigir-se diretamente às Superintendências Estaduais da Pesca e obter a documentação necessária para atuar legalmente na profissão. Hoje, só conseguem a obtenção dos documentos, dando entrada nas

Colônias. Estas, por sua vez, passaram a ter o direito sobre o recolhimento dos recursos referentes ao imposto sindical obrigatório. A alteração ocorreu a partir da publicação de uma portaria pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Segundo dados do MPA, em 09/2011 havia 970 mil pescadores dos quais, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais que estão organizados atualmente em cerca de 760 associações, 137 sindicatos (Colônias) e 47 cooperativas. Souza (2010), complementarmente, afirma que existem 23 federações e uma Confederação que articula as federações. As Colônias, as federações e a confederação passam a ser beneficiadas com o imposto sindical, atingido o total de 970 mil pescadores filiados.

Após a regulamentação da lei 11.699, começaram a surgir iniciativas de criação de alguns Sindicatos de Pesca, mas ainda são poucos que optam pela fundação de sindicatos. A maioria mantém a filiação nas Associações e/ou Colônias.

Em junho de 2009, é sancionada a Lei nº 11.958, criando assim, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Com a criação do MPA, a pesca artesanal passou a receber alguns incentivos em projetos de infraestrutura e comercialização, na área de educação e pequenos créditos.

Na estrutura do MPA, o Conselho Nacional da Pesca (CONAPE) exerce importante papel. Porém, mais uma vez, os interesses estão voltados para a pesca e aquicultura industrial. Na visão do presidente do CONAPE (2009), o setor deve se integrar ao agronegócio, desde o processo de produção e extração até a fase de industrialização: - “Com isso, consegue conquistar uma fatia maior do mercado internacional, seguindo o mesmo padrão do que ocorre no agronegócio com as carnes bovinas e de frango” (depoimento do Presidente do CONAPE - Agencia Brasil, 2009)². Segundo dados do MPA, o PIB do agronegócio em 2010 foi de US\$ 491 bilhões (22,34% do PIB total), o PIB do setor pesqueiro representou 7% do agronegócio (MPA, visitado em 11/2012).

Desde 2003, ano de criação da SEAP, cinco pessoas já assumiram o cargo de representação executiva. Duas enquanto ainda era Secretaria Especial e, após 2009, com a criação do ministério, ocorreram três trocas de ministros. A descontinuidade dos projetos e das políticas é inevitável em um cenário de tantas mudanças. Em 2011, a receita realizada do MPA foi de R\$ 12.265.085,54 o segundo menor valor em relação às despesas de todos os demais Ministérios, perdendo somente para o Ministério Público da União. O montante de recursos evidencia, entre outras coisas, que a pesca não está entre as prioridades políticas.

² <http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/336301>

Mas, ainda que comparativamente, a sua receita seja menor que a dos outros ministérios, entende-se que o desenvolvimento de políticas de incentivo à pesca artesanal seja possível, desde que houvesse continuidade dos projetos; transparência e participação nos Programas temáticos de Pesca e Aquicultura (PPA), assim como, fiscalização dos recursos destinados aos programas e projetos, entre outros.

Recentemente, o governo federal anunciou um novo plano para o setor - Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014. Ele objetiva o fomento das políticas econômicas e sociais voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura. Segundo o MPA, o objetivo do plano é “ampliar as ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo” (MPA, 2012).

As ações preveem, entre outras coisas: resgate de 100 mil famílias que estão na linha de pobreza; assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis; reestruturação de nove unidades de produção (aquicultura); criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento de Novas Tecnologias MPA/MAPA Embrapa Pesca e Aquicultura; execução de 75 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; implantação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Pesca Ilegal; criação do Instituto Nacional de Pesquisa para Desenvolvimento Pesqueiro (INDEP). O plano também propõe o fortalecimento da atuação das mulheres e jovens. A análise do documento permite aferir que o foco principal está no incentivo ao crescimento da aquicultura familiar (MPA, 2012).

Ao longo desses anos de atuação, junto aos pescadores artesanais, podemos observar que parte dos problemas vivenciados poderia ser minimizada se houvesse maiores oportunidades. A construção de espaços de diálogos seja entre pescadores e as entidades representativas, entre estes e as instâncias do poder público e demais atores que atuam nos territórios da pesca, fomentaria a participação, o envolvimento e o comprometimento coletivo pelas resoluções dos problemas. Há pouco espaço de diálogos e pouca iniciativa de construção dos mesmos. A centralização do poder, como já reforçamos, é uma forte característica das colônias, das instâncias de poder do Estado e das empresas privadas que atuam nos territórios da pesca. Ou seja, a falta de diálogo, de estímulo à participação das populações nos processos decisórios, entre outros fatores, reflete as formas de dominação presentes nas diversas instâncias de poder da sociedade brasileira.

A regulamentação, em lei, da liberdade de organização dos pescadores pode ser um primeiro passo na quebra desse modelo. Por um lado, houve um avanço na medida em que o

Estado reconheceu o direito de livre organização dos pescadores, mas por outro, este mesmo Estado, continua atrelando as entidades por meio do imposto sindical. O mais grave, é que continua obrigando a filiação dos pescadores às colônias para obtenção de registros de pesca, carteiras de pesca e até mesmo para comprovação da sua condição de assegurado especial para fins de aposentadoria.

No dia 01/08/2012 foi assinado um acordo de Cooperação Técnica (nº 2/2012), entre a Confederação Nacional dos Pescadores Artesanais e o MPA. Ele estabelece que, a partir da assinatura desse acordo, somente as Colônias de Pescadores poderão representar os pescadores e só ela terá o poder de encaminhar a documentação para legalização dos pescadores e suas embarcações. Ou seja, as associações, os sindicatos, as cooperativas, ficam deslegitimadas perante o MPA.

Apesar de, até o momento, estarmos tratando de algumas características históricas comuns aos pescadores artesanais, é importante destacar que não há intencionalidade de homogeneizar a categoria. Entendemos que há traços comuns, como também, muitas particularidades, que emergem a partir das especificidades territoriais. Nos vários estudos de Diegues (1983; 1995), encontramos excelentes caracterizações dos chamados pescadores tradicionais caiçaras, ribeirinhos, etc. Mas, esse padrão já não se enquadra quando falamos dos pescadores artesanais que vivem e atuam em territórios urbanizados. Estes, apesar de ainda estarem conseguindo manter um modo de vida tradicional, absorvem a multiplicidade de características econômicas e culturais urbanas. Neste caso, observa-se uma tendência ao estabelecimento de relações fortemente marcadas por traços de personalidade.

O histórico de constituição e funcionamento das Colônias, por exemplo, ajuda-nos a compreender, em parte, as dificuldades dessas organizações em estimular a participação ativa dos seus filiados. Mas, há alguns outros componentes que ainda precisam ser explorados. Por exemplo, a personalidade nas relações ajuda a demarcar fortes traços de paternalismo e subserviência. Ao longo das atividades desenvolvidas pela PAPESCA/UFRJ, foram inúmeras as vezes que ouvimos falas como: - *“O que vocês podem fazer por nós?”* (Pescador artesanal de Búzios, Curso PLANSEQ/março/2010).

Weber (1991, p. 141), ao estudar os modos de dominação, aponta para a distinção da dominação diferenciando-as em racional, tradicional e a carismática. A dominação racional, “[...] obedece à ‘ordem impessoal’, objetiva e legalmente instituída e aos ‘superiores’ por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência delas” (WEBER, 1991, p. 141).

Já na dominação tradicional e/ou carismática é como se houvesse um afrouxamento da submissão das instituições, em favor das relações pessoais. Essa interpretação de Weber serviu de suporte para o esforço de análise e compreensão do Brasil e dos brasileiros por Holanda (1995). Na leitura deste autor, percebe-se que a personificação nas relações de poder e a fragilidade da dominação racional, institucional, não derivam de qualquer hedonismo (prazer, vontade) dos nativos que cá já estavam quando da chegada dos portugueses. Para o autor de *Raízes do Brasil*, a questão se vincula antes à herança da cultura lusitana, que tem algumas características que se reproduziram no país. Dentre as consequências da cultura ibérica poderíamos identificar os modos de convívio. Naquelas nações desenvolveu-se a cultura da personalidade que acabou por se constituir em um traço distintivo daqueles povos em relação às outras nações da Europa central, e de certa forma, marcou também, a nossa cultura.

A influência ibérica explica uma série de aspectos da nossa cultura, mas é insuficiente para a compreensão da constituição do poder, seja em relação a configuração do Estado, das relações de classes, como do papel da ideologia.

Schuwartz (2000), afirma que a “colonização portuguesa produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o *homem livre*, na verdade dependente”. Ele explica que entre os dois primeiros a relação é clara, mas o terceiro gera um híbrido. “Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura”. O autor afirma que, “o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”. Denota, que é nesta configuração que vão se assentar as relações ideológicas, conjuminada ao uso da força e da violência, que asseguravam as relações produtivas, seja entre escravo e senhor e posteriormente, entre patrões e empregados. Para ele, o favor esteve presente combinando-se às mais variadas atividades. Segundo o autor: “o favor é a nossa mediação universal” (SCHUWARTZ 2000, p.05).

O histórico de regulamentação da atividade pesqueira e as concepções teóricas expostas acima nos ajudam a entender alguns traços de “subserviência” que a categoria dos pescadores artesanais vem reproduzindo ao longo de todos esses anos.

Do nosso ponto de vista, parte dos pescadores artesanais se enquadra nessa classe intermediária, nesse híbrido definido por Schuwartz. Parte deles, sempre foram homens livres e pobres, mas que, em função das necessidades, dependiam e até naturalizavam a mediação

das relações pela troca de favores, sendo esse, um traço passível de ser observado até hoje, principalmente, entre os que vivem em territórios mais urbanizados. Muitas lideranças reproduzem uma visão paternalista e submissa, seja em relação aos políticos locais, seja em relação aos atravessadores que dominam a cadeia produtiva da pesca, aos projetos que são desenvolvidos - projetos governamentais ou das políticas de compensação ambiental dos complexos industriais, ou em outras situações que envolvem relações de poder.

Para além da atuação das Colônias e Associações, existem algumas organizações e movimentos que buscam fortalecer as articulações, as reivindicações e lutas dos pescadores em âmbito nacional, entre eles citamos: o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); o crescimento da atuação dos pescadores no Movimento Via Campesina Brasil; a Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras (ANP), o Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP), entidades de apoio como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); assim como outras entidades e redes que se articulam em apoio à organização e luta dos pescadores artesanais.

Esses movimentos de caráter nacional vêm conseguindo mobilizar diversos setores em prol das lutas dos pescadores artesanais e pela preservação ambiental. Em junho de 2012, paralelo ao evento oficial da Rio+20, que aconteceu no Rio de Janeiro, ocorreu o encontro da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, a presença dos Movimentos das Comunidades Tradicionais foi intensa e os movimentos nacionais de pescadores(as) artesanais se fizeram presentes, em vários eventos.

Outra mobilização importante, que está acontecendo nacionalmente, refere-se à Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios Tradicionais Pesqueiros, cujo lema é: Território pesqueiro: biodiversidade, cultura e soberania alimentar do povo brasileiro. Tal campanha vem se desenvolvendo diante dos avanços dos conflitos socioambientais envolvendo os pescadores artesanais e seus territórios tradicionais contra as atividades poluidoras e as formas de atuação de empresas de diversos setores como, por exemplo: mineração, petróleo, carcinicultura, hidroelétricas, barragens, entre outros. O objetivo da mesma é conseguir a criação de uma lei, de iniciativa popular, que regulamente a demarcação, titulação dos territórios pesqueiros e, o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras.

Ao participar desse processo, passamos a ressignificar os nossos sonhos, com a esperança de dias melhores. O avanço de movimentos nacionais fortalece a luta contribuindo

para a diminuição do isolamento dos pescadores, evidenciando as reivindicações da categoria e a luta em defesa das culturas tradicionais e do meio ambiente.

Na sequência, faremos uma caracterização básica sobre a pesca artesanal no Estado do Rio de Janeiro, procurando evidenciar os dados referentes ao perfil socioeconômico dos pescadores, as entidades representativas, as artes de pesca e as espécies mais pescadas.

Essa breve caracterização ajuda-nos a compreender que a pesca artesanal, mesmo de forma precária, se mantém e movimenta recursos em várias cidades do Estado, sendo fundamental para o sustento de milhares de famílias.

No entanto, este mesmo Estado onde a pesca, historicamente, se fez presente, passou a ser palco de instalações de grandes empreendimentos econômicos – petrolíferos, portuários, siderúrgicos, entre outros –, que são projetados dentro de um cenário de crescimento econômico, entendido pelos segmentos hegemônicos da sociedade (mídia, empresários, políticos etc.), como sinônimo de desenvolvimento. Tais atividades industriais, no entanto, usam os territórios tradicionalmente ocupados pela pesca, inviabilizando o compartilhamento dos recursos naturais e, por consequência, sufocando a atividade pesqueira, que passa a sobreviver de forma marginal.

As proposições que buscaremos discutir no próximo subitem ajudam a contextualizar o que vem ocorrendo na Ilha da Madeira/baía de Sepetiba – RJ, a qual será apresentada no terceiro capítulo.

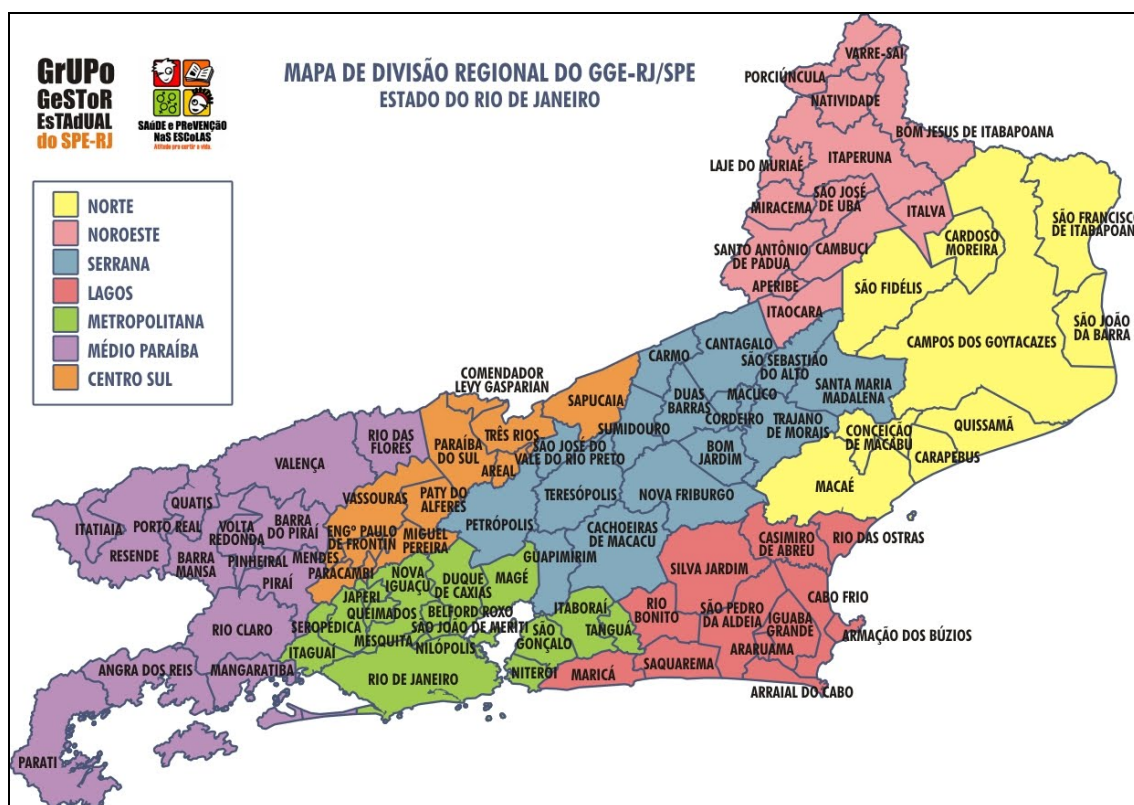
2.2 A Pesca Artesanal no Estado do Rio de Janeiro: dados gerais da cadeia produtiva

O estado do Rio de Janeiro possui um litoral de aproximadamente 636 km de extensão, a terceira maior costa litorânea, perdendo apenas para Bahia e Maranhão. É o segundo estado nacional a abrigar baías (três), estuários, lagoas costeiras e mangues etc., totalizando 25 municípios litorâneos onde a atividade de pesca ainda resiste: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Somando a esses municípios,

encontram-se mais dois pertencentes ao sistema lagunar de Araruama onde se realiza a pesca artesanal: Iguaba Grande e São Pedro d'Aldeia.

No limite ao norte temos a desembocadura do rio Itabapoana, divisa com o Estado do Espírito Santo, e no extremo sul, a Ponta de Trindade, divisa com o Estado de São Paulo (FIPEJ/2012).

Figura 05 – Mapa de Divisão Regional do Estado do RJ



Fonte: Saber e Prevenção nas Escolas (SPE/RJ), 2010.

Antigamente, no estado do Rio de Janeiro a pesca era praticada, principalmente, nas lagoas litorâneas, nos fundos das enseadas, nas baías, pelos indígenas e pelos primeiros povoadores europeus. Os indígenas praticavam a pesca de linha e os europeus introduziram a rede, empregada inicialmente em praias, onde trabalhavam escravos e homens brancos livres e assalariados. Estes formavam pequenos vilarejos ao redor das lagoas que, posteriormente, originariam as cidades, entre as quais: Squarema, Maricá, Mangaratiba, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Macaé. Os portugueses foram os primeiros pescadores do nosso litoral a se aventurar no mar aberto. Utilizavam embarcações motorizadas, transportando inúmeros caíques, que eram descarregados um a um (semelhante ao que ocorre hoje, com a pesca de caíco em Arraial do Cabo). Nas baías e na desembocadura dos rios, que nelas deságuam, eram

utilizados apetrechos direcionados principalmente para a captura do camarão, como a tarrafa, puçá, balão, rede de arrasto e, até mesmo, currais ou cercados (DIEGUES, 1999).

Hoje se mantém diversas modalidades de pesca, de embarcações, assim como uma diversidade nas técnicas e artes de pesca. Baseado no Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (convênio SEAP/IBAMA/PROZEE 2006), apresentamos abaixo, um quadro sobre as artes de pesca praticadas em algumas localidades do Estado do Rio de Janeiro e as principais espécies pescadas.

Quadro 02- Regiões do Estado, Artes de Pesca e Espécies mais Pescadas (Continua)

ARTES DE PESCA (PRINCIPAIS)	PRINCIPAIS ESPÉCIES PESCADAS
Região Norte do Estado (São Francisco de Itabapuana)	
Arrasto costeiro	Camarão-Sete Barbas
Pesca de linha de fundo	Pargo, Dourado e Peroa
Pesca de isca-viva	Bonito, Listrado, Albacora-Laje, Albacorinha, Cavalas e Sarda.
Pesca-de-omalhe.	Cação, Pescadas E Enchova, dentre outros.
Região dos Lagos (Cabo Frio)	
Pesca de cerco	Sardinha Verdadeira, Cavalinha, Corvina, Enchova, Galo, Xerelete;
Arrasto costeiro	Camarões Rosa, Sete-Barbas, Santana, Barbaruça e Peixes da fauna acompanhante
Pesca de linha de fundo	Cavala, Cherne, Dourado, Enchova, Pargo e Pescadas.
Área oceânica - pescaria com redes deomalhe.	Enchovas, Corvina e Pescadas

Quadro 02- Regiões do Estado, Artes de Pesca e Espécies mais Pescadas (Continuação)

Lagoa de Araruama	
Armadilhas fixas, denominadas de ganchos (cercados que apresentam currais nas duas extremidades, divididos por setores chamados enganos);	Camarão-rosa (principal)
Rede-de-arrasto funil estaqueada no fundo.	Tainhas, Parati, Carapeba, Corcoroca, Peixe Rei, entre outros.
Baia de Guanabara	
Rede de emalhe é a principal pescaria com grande diversificação de tipos de redes (redes de Fundeio, de volta, caça e malha e caceio).	Enchova, Corvina e Tainha
Rede de cerco	Captura Das Sardinhas Boca Torta, Verdadeira e Laje.
Arrasto costeiro	Camarão rosa, Pescadinha e Corvina
Pesca de linha e anzol	Cherne, Corvina, Enchova e Piraúna;

Quadro 02- Regiões do Estado, Artes de Pesca e Espécies mais Pescadas (continuação)

Espinhel	Corvina, pescadas e enchova
Baia de Sepetiba	
Redes-de-arrasto; Redes-de-emalhar (caça e malha) e Redes-de-emalhar fundeadas.	Camarões branco, rosa e sete-barbas, Corvina, Bagre, Enchova
Pesca de linha	Enchova, Pescadas e Robalo
Baia de Ilha Grande	
Rede de espera, de cerco, Pesca de Linha e anzol, Cercada, Pesca de mergulho, Armadilhas, Espinhel.	Sardinha verdadeira; Camarões rosa, branco e sete-barbas; Castanha, Corvina, Pescadas, entre outros.

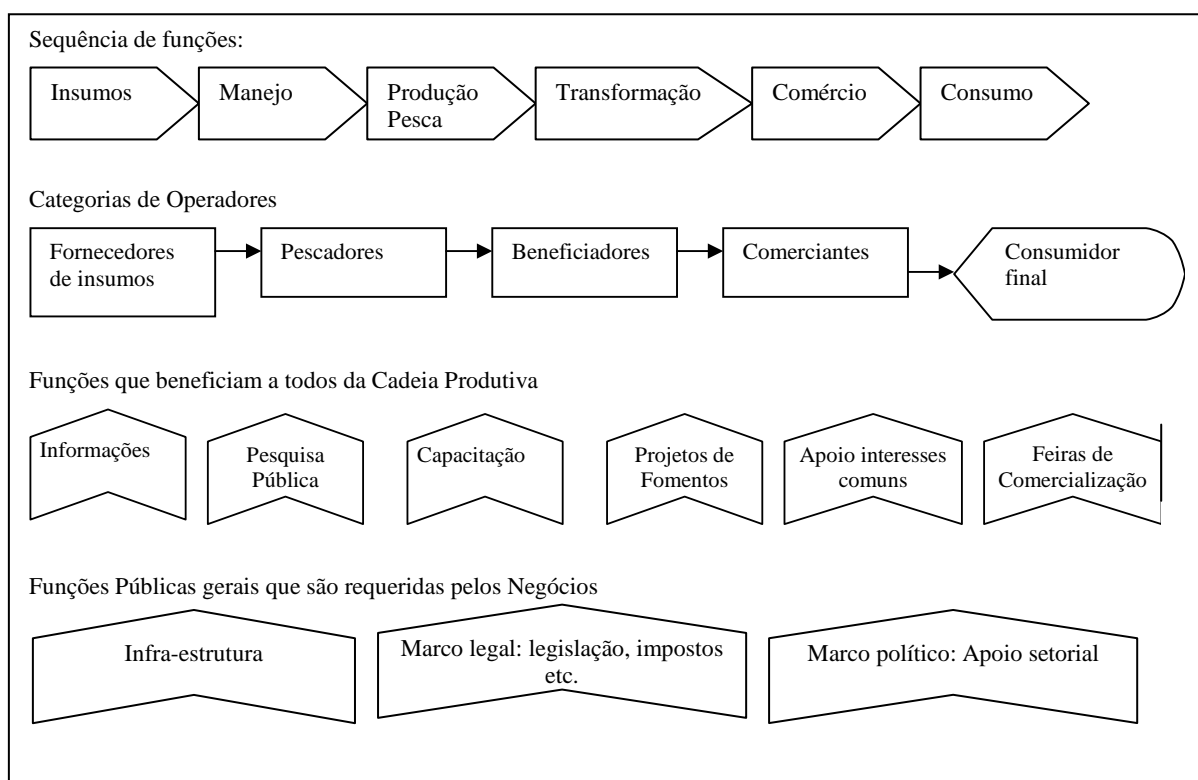
Fonte: Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Convenio SEAP/IBAMA/PROZEE (2006).

As Cadeias Produtivas são constituídas pelos atores e segmentos que integram todos os elos de uma atividade econômica (insumos, produção, comercialização e consumo). No caso da pesca, antes da captura do pescado, várias ações são desenvolvidas: a compra dos insumos, a preparação das embarcações, dos apetrechos e das condições para conservação do pescado. Após a captura, pode ser identificada uma diversidade de atividades possíveis: o beneficiamento, o aproveitamento dos resíduos, escamas para o artesanato, a comercialização

em feiras livres, mercados, restaurantes etc. Tudo isso faz parte da cadeia produtiva e deve ser levado em consideração para a melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da atividade pesqueira (MPA/SOLTEC, PROJETO Cooperativismo, 2011).

Na sequência mostramos um esquema dos elos que envolvem a Cadeia Produtiva da Pesca. Figura 08.

Figura 06 – Elos da Cadeia Produtiva da Pesca



Fonte: LOPES, Vera de F.M. Material didático sobre “Gestão de Empreendimentos na Pesca, projeto de Formação para Agentes territoriais de pesca” (2009).

O número estimado de pescadores em atividade na pesca marítima artesanal do Estado do Rio de Janeiro, em 2009, era de 18.344 dos quais 13,8% são mulheres (Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura/MPA/ 2008-2009). A maior concentração está na região metropolitana e Região dos Lagos (Relatório do Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima-IBAMA). Os dados, no entanto, podem ser questionáveis, já que as instituições ligadas à pesca não fazem o levantamento com regularidade e, também, não utilizam metodologias padronizadas para o monitoramento de pescado. O IBGE está realizando o Censo Pesqueiro do Brasil, mas o trabalho ainda está inacabado e os dados ainda não foram disponibilizados.

Dentre os 18.344 pescadores, a maioria, aproximadamente, 78,6% se concentra entre as faixas etárias de 30 e 59 anos. Em decorrência das diversas dificuldades vivenciadas, os jovens filhos de pescadores já não são estimulados a atuarem na pesca.

Rosa e Mattos (2010) retratam as precárias condições de vida e trabalho dos pescadores artesanais e catadores de caranguejo da baía de Guanabara e que são passíveis de generalização. Destacam que esses trabalhadores estão vulneráveis às condições de risco, convivendo cotidianamente com a precariedade nas relações da atividade, com as ameaçadas “de acabar” a pesca, já que ela se torna cada dia mais difícil devido, principalmente, à poluição de suas águas e a degradação dos manguezais e de seu entorno repercutindo diretamente na vida e saúde do trabalhador da pesca. Segundo os autores:

“A pesca artesanal na Baía de Guanabara ainda resiste apesar da intensa degradação, e para conseguir o máximo de aproveitamento no mar ou no mangue, eles [os pescadores e catadores] recorrem a outras atividades para buscar a sobrevivência. São atividades como “bicos” que complementam a renda desses trabalhadores da pesca. A realidade dura do dia a dia muitas vezes não é recompensada, pois nem sempre se consegue pescar algo ou o suficiente para pagar o óleo e o gelo utilizados. Eles realizam o trabalho sem um horário definido, sofrendo com a precariedade do trabalho, sem garantias e sem direitos” (ROSA e MATTOS, 2010).

As mulheres das comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro caracterizam-se pela precocidade com que assumem o *status* de adultas; casam-se cedo, e desde meninas se encarregam de diversas tarefas domésticas, assumindo responsabilidades. Raramente chegam a concluir os estudos, em geral estudam até a primeira fase do ensino fundamental. As necessidades e, muitas vezes, as distâncias e dificuldades de acesso à escola, o casamento, o desestímulo familiar e social são fatores que influenciam no abandono do estudo. Uma vez casadas, fica ao seu cargo a gestão do orçamento doméstico e a chefia familiar. Mesmo nas comunidades menos isoladas do meio urbano, as mulheres sofrem limitações na amplitude de suas vidas, que se resumem ao trabalho, e à espera da volta dos seus maridos do mar (SILVA SÁ, 1999).

A jornada de trabalho das mulheres varia entre 10 e 12 horas diárias – descontados os cuidados com os filhos. O trabalho feminino segue uma rígida e não-explícita divisão sexual, e se divide entre as tarefas domésticas (de reprodução social do grupo familiar), a agricultura de subsistência e o trabalho na pesca/mariscagem. Esta divisão sexual se traduz no alijamento das mulheres da pesca marítima, o que evita o seu afastamento do núcleo doméstico não comprometendo, portanto, a sua manutenção e reprodução (SILVA SÁ, 1999).

No estado do Rio de Janeiro, são poucas as mulheres que possuem carteira de pesca. As que são regulamentadas na atividade pesqueira em geral trabalham com beneficiamento de pescado, descascando camarão, filetando peixes, deconchando mariscos. Mas existem algumas que fazem tudo, inclusive, vão para o mar de canoa a remo para pescar, tirar mariscos e ainda assumem a sua condição de chefe de família (LOPES et al, 2003).

Dados de 2009 mostram que o nível de escolaridade dos pescadores(as) é baixo. Dados levantados por Viana (2009) mostram que, dentre 14.000 pescadores mapeados, 2,94% são analfabetos; 75,00% tem o fundamental incompleto; 9,01% tem o fundamental completo, 4,79% tem ensino médio incompleto; 7,43% médio completo, e 0,56% tem o superior incompleto.

O número de embarcações cadastradas no Estado do Rio gira em torno de 3.023 (SILVA FILHO/2005). A frota pesqueira atuante no litoral, segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ), é composta por embarcações de pequena, média e grande escala. Cada embarcação fluminense é vinculada a uma das 25 colônias de pescadores, ou são associadas ao Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.

Na tabela abaixo, pode-se ver uma relação dos tipos de embarcações mais usadas no estado do Rio de Janeiro. A configuração das embarcações reforça a predominância de barcos pequenos e médios, dos quais: o caico (embarcação estreita) entre 4 e 6 metros, tem o maior índice, 14,5% e, em segundo, aparecem os botes com cabine, também de 4 a 6 metros com 11,5%. A tabela ainda ajuda a evidenciar que existe uma quantidade de barco, que não podem ser identificados, por não estarem devidamente regularizados.

Tabela 01 – Embarcações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (continua)

Tipo de embarcação	Classes de Comprimento					NI	TOTAL	%
	<=4 m	4-- 6 m	6-- 8 m	8-- 12 m	> 12 m			
Baleeira	40	41	21	11	9	4	126	4,2
Bateira	4	33	16	-	-	1	54	1,8
Canoa	16	119	93	11	1	7	247	8,2
Chalupa	-	-	1	-	-	-	1	0,0
Bote c/ cabine	4	35	71	221	14	2	347	11,5
Caico	45	212	175	1	1	5	439	14,5
Bote s/ cabine	19	168	71	53	6	14	331	10,9
Não identificado	61	349	269	147	25	456	1307	43,2

Barco Arrasto Camarão	-	-	8	110	3	6	127	4,2
Barco Emalhe Costeiro	-	6	20	15	1	-	42	1,4
Prancha	1	1	-	-	-	-	2	0,11
Total geral	190	964	745	569	60	495	3023	100,0

Fonte: Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Convenio SEAP/IBAMA/PROZEE (2005).

Havia em 2005, 156 pontos de desembarque pesqueiro (SILVA FILHO, 2005). Os principais portos pesqueiros estão em Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio. Na Região Metropolitana, a partir da desativação do Terminal Pesqueiro da Praça XV, em 1991, conforme já referenciado, os desembarques se pulverizaram pelo entorno da Baía de Guanabara, e estima-se que exista mais de 40 pontos, o que dificulta a obtenção de dados de produção (FIPERJ, 2012).

A produção extrativa pesqueira marinha do Rio de Janeiro, em 2010, foi de, aproximadamente, 54 mil toneladas. O Estado situa-se na quarta posição na lista dos produtores de pescado do país e na primeira posição dentre os estados do Sudeste brasileiro (MPA/2010). Estima-se que, em termos de preço de primeira comercialização, a atividade pesqueira no Estado gere uma receita anual de aproximadamente 180 milhões de reais (VIANA, 2009).

A maior parte da produção pesqueira é comercializada na forma de pescado inteiro e resfriado. O trabalho da PAPESCA/UFRJ mostrou que o beneficiamento de pescado é uma excelente oportunidade de fortalecimento da cadeia produtiva da pesca, agregando valor ao pescado, gerando trabalho e renda, fortalecendo o cooperativismo, dando maior visibilidade ao papel das mulheres na pesca.

Um dos grandes gargalos da cadeia produtiva da pesca, no Rio de Janeiro como em todo o Brasil, está no processo de comercialização. Geralmente, a produção é repassada para intermediários ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários normalmente comercializam o pescado em mercados, peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros estados. Os atravessadores detêm o controle da Cadeia Produtiva. Na maioria das vezes são eles que estabelecem os preços, em muitos casos, atuam também, como financiadores da atividade, fornecendo os insumos necessários para que o pescador possa realizar a pesca: apetrechos, gelo, óleo, e o rancho dos tripulantes. É um círculo vicioso onde pescador torna-se dependente, nas duas pontas do processo, ou seja, muitas vezes ele já

sai para a pescaria devendo ao atravessador. A regulação do mercado, o estabelecimento de uma tabela mínima de preços, a realização de pregões mediados pelo Estado, conforme é realizado em países como Portugal, por exemplo, pode ser uma alternativa viável.

Com relação às entidades representativas dos pescadores artesanais, verifica-se que no Estado do Rio de Janeiro existem 25 Colônias de Pescadores; duas Federações - uma ligada às Colônias - Federação de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) e a outra ligada às Associações de Pescadores - Federação das Associações de Pescadores (FAPESCA); tem ainda a União Estadual das Associações de Pescadores (UEPA).

Na baía de Sepetiba, existem sete entidades pesqueiras: duas Colônias - a Z14 (Pedra de Guaratiba) e a Z16 (Itacuruça), e mais cinco Associações de Pescadores que atuam em Mangaratiba, Itaguaí, Sepetiba e Santa Cruz.

Entendemos que a questão educacional é vital para a sobrevivência da atividade e dos pescadores. A Rede Solidária da Pesca, em seu 3º Encontro Nacional (2009), apontava para a necessidade da erradicação do analfabetismo na pesca, e definiu a “Educação Continuada” como um dos eixos prioritários de atuação.

A criação das Escolas de Pesca da era Vargas, deixou de ser estimulada. As poucas experiências que resistiram, entre as quais Niterói-RJ, Piúma-ES, estão sucateadas. Em agosto de 2012, o ministro da pesca voltou a falar da necessidade de se criar escolas do mar. Os *Institutos do Mar*, segundo denominação, deveria oferecer cursos desde, a formação a básica até graduação, onde um dos focos seria a pesquisa sobre as nossas espécies, pensando em como preservá-las (MPA, 2012).

Em 2003, a prefeitura de Macaé numa tentativa de estímulo à atividade pesqueira da cidade, em parceria com a UFRJ, criou o Colégio Municipal de Pescadores, uma iniciativa inovadora, que atendia alunos do ensino fundamental do segmento de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano) em tempo integral. O colégio oferecia, além das disciplinas regulares, uma gama de outras disciplinas de caráter complementar, com conhecimentos tecnológicos sobre a fabricação de embarcações, dinâmica e segurança da navegação, relações socioambientais etc., voltadas para a sustentabilidade da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal. Visava, entre outras coisas, relacionar educação e trabalho despertando a consciência crítica, como também, a diminuição da evasão escolar no município. Infelizmente em finais de 2010, a parceria com a UFRJ foi finalizada e o colégio mudou a sua proposta pedagógica.

Ainda no tocante à educação, existem alguns programas de iniciativa do MPA para diminuição do analfabetismo na Pesca, como o Programa “Pescando Letras”. Há também,

algumas parcerias entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o MPA e os Institutos Federais Tecnológicos (IFTs) para a implantação Educação de Jovens e Adultos (EJAs), no entanto, os resultados são lentos, visto que os programas precisam ser adaptados à realidade dos pescadores, adequando-se aos horários de trabalho dos mesmos, aos locais de moradia, à linguagem etc. As entidades educativas se deparam com vários problemas como a falta de infraestruturas, estruturas burocratizadas, dificuldade de adaptação curricular, falta de pessoal, de qualificação profissional, entre outros.

Outro aspecto que merece comentário refere-se às políticas de incentivo ao trabalho coletivo, cooperativismo e, ao beneficiamento. Nos últimos anos, o governo federal abriu alguns editais de fomento ao cooperativismo. Muitos desses editais visavam à chamada “*incubagem de empreendimentos*”. Os recursos destinados a esses projetos são definidos mediante metas e prazos, em geral, médio prazo. Os projetos tendem a funcionar enquanto estão recebendo incentivos, vencidos os prazos e recursos, os projetos sofrem declínio. Para garantir a sustentabilidade, os empreendimentos coletivos necessitam de políticas públicas específicas, com continuidade, seja no apoio à formação (de longo prazo), na legalização, no incentivo para a comercialização etc. A mudança de cultura é lenta e as políticas governamentais, em geral, são de curto prazo.

2.3 Pescadores Artesanais no estado do Rio de Janeiro: cenário das lutas em defesa da conservação da atividade, dos territórios e do meio ambiente

Antes de tratarmos os fatos relativos ao cenário das lutas dos pescadores artesanais em defesa de seus territórios no Rio de Janeiro, apresentaremos alguns dados relativos à distribuição de riqueza no Brasil. Tais dados ajudam a evidenciar algumas contradições, presente nos discursos em favor da instalação dos grandes empreendimentos, seja no Rio de Janeiro ou, em outros estados do Brasil.

A defesa da instalação dos grandes empreendimentos tem sido, evidenciada, como uma necessidade, fator essencial, para melhoria das condições de vida das populações e que, o crescimento econômico, leva ao desenvolvimento. Porém, quando observamos os dados relativos, por exemplo, à questão salarial e distribuição de renda no país, verificamos que tal concepção é, no mínimo, controversa.

Os índices do Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos salários, por exemplo, evidenciam que o PIB vem crescendo, mas os salários, ainda que sofram reajustes anuais, não ultrapassam a faixa dos 35%.

Tabela 02 – Evolução do PIB e Salário de 1995 a 2011

Ano	PIB	Crescimento	Posição na Economia Mundial	Salário Mínimo	% do PIB
2011	R\$ 4,143 trilhões	2,7%	6°	R\$ 545,00	---
2010	R\$ 3,675 trilhões	7,5%	7°	R\$ 510,00	35,00
2009	R\$ 3,143 trilhões	-0,2%	8°	R\$ 465,00	34,10
2008	R\$ 3,032 trilhões	5,2%	8°	R\$ 415,00	33,30
2007	R\$ 2,558 trilhões	5,4%	10°	R\$ 380,00	32,70
2006	R\$ 2,370 trilhões	3,8%	10°	R\$ 350,00	32,50
2005	R\$ 2,148 trilhões	2,9%	10°	R\$ 300,00	31,70
2004	R\$ 1,769 trilhão	5,7%	13°	R\$ 260,00	30,80
2003	R\$ 1,556 trilhão	0,5%	13°	R\$ 240,00	31,10
2002	R\$ 1,320 trilhão	2,7%	13°	R\$ 200,00	31,40
2001	R\$ 1,184 trilhão	1,4%	11°	R\$ 180,00	31,90
2000	R\$ 1,089 trilhão	4,4%	10°	R\$ 151,00	32,20
1999	R\$ 1,011 trilhão	0,3%	10°	R\$ 136,00	32,10
1998	R\$ 979,275 bilhões	-0,1%	8°	R\$ 130,00	33,10
1997	R\$ 865,552 bilhões	3,0%	8°	R\$ 120,00	33,00
1996	R\$ 752,439 bilhões	2,9%	8°	R\$ 112,00	34,10
1995	R\$ 731,162 bilhões	4,3%	8°	R\$ 100,00	35,20

Fonte: IPEA; IBGE; Dez, 2012

Os dados referentes à distribuição da renda do trabalho no Brasil evidenciam o nível de concentração de renda, e revelam que em 2009, 10% da população mais pobre dividia entre si 1,2% de toda a riqueza produzida; os 20% mais pobres 20%; os 50% mais pobres 17,8%; os 10% mais ricos ficavam com 42,5%; os 5% mais ricos 30,3 e 1% mais rico concentravam 12,4% da riqueza produzida (DIEESE, 2010).

O Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD) de 2013, aponta que houve progresso na diminuição da pobreza relativa dos países do hemisfério Sul. O relatório destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2013, relativo à 2012, foi de 0,730. No ranking mundial, o país ocupa 85° lugar, ficando atrás do Chile (40°), Argentina (45°), Uruguai (51°), Cuba (59°) e Venezuela (71°). O relatório aponta ainda que até 2050, o Brasil, a China e a Índia representarão, em conjunto, 40% de todo o produto mundial.

Não se trata de descaracterizar a necessidade de projetos que possam trazer resultados sustentáveis para a economia brasileira. O desafio consiste em dar sustentabilidade ao

crescimento, tanto no sentido de sua manutenção em longo prazo, quanto em relação à não dilapidação do patrimônio ambiental e social (NOGUEIRA COSTA, et all, 2011).

Como já sinalizado, o estado do Rio de Janeiro está diante de um novo cenário, marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financeiro estatal, articulado nas diferentes esferas de governo e com as principais organizações empresariais do estado, com destaque para a Firjan.

Este cenário permite a realização de grandes blocos de investimentos mediante a criação de megaempreendimentos que articulam complexos industriais, agroindustriais, obras de infraestrutura e logística (MENDONÇA et all, 2011). Desde 2005 o Rio de Janeiro passou a incentivar investimentos, tais como:

- Complexo Industrial-Portuário do Açú em São João da Barra, região norte do estado;
- Complexo Logístico e Industrial Farol Barra do Furado na foz do canal da Flecha que divide os municípios de Campos de Goitacazes e Quissamã, região norte do estado;
- Complexo Petroquímico (COMPERJ) em Itaboraí;
- Terminal Flexível para recebimento de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Duto de Gás Natural na Baía de Guanabara;
- Modernização do porto de Itaguaí
- Companhia Siderúrgica do Atlântico TissenKrupp (TKCSA) no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro;
- Porto Sudeste na Ilha da Madeira em Itaguaí;
- Estaleiro Naval também na Ilha da Madeira em Itaguaí.

Todos os investimentos citados afetam diretamente a pesca e os pescadores. Mas, há outros mega empreendimentos sendo desenvolvidos: o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro que liga Itaboraí ao Porto de Itaguaí; a Hidrelétrica Simplício localizada em Anta, distrito de Sapucaia-RJ, as obras na cidade do Rio de Janeiro referentes à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, entre outras.

As obras relativas aos jogos, por exemplo, ao mesmo tempo em que propiciam a revitalização dando maior visibilidade a algumas áreas da cidade, provoca uma série de transtornos para a população e impactos ambientais: poluição sonora, ruídos, poeiras, mudança de paisagem e inclusive, vem realizando processos de remoções forçadas de moradias em vários lugares. Organizações não Governamentais chegaram a encaminhar

pedido de intervenção para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), solicitando que o Brasil interrompa as remoções forçadas de moradias que estão sendo feitas em decorrência de obras para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Segundo a denúncia, “são 170 mil pessoas que estão sendo despejados ou enfrentam risco de saída forçada de suas casas, devido a intervenções urbanísticas voltadas para os dois grandes eventos, que vão ocorrer no Brasil nos próximos três anos” (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

O marketing produzido para divulgação dos mega empreendimentos reforça a necessidade do crescimento econômico, do desenvolvimento social com responsabilidade socioambiental. Mas na leitura de vários segmentos acadêmicos e de movimentos sociais, esses empreendimentos e projetos aprofundam um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que gera poucos empregos e promove forte degradação ambiental (MENDONÇA, D. et all, 2001).

Durante anos, em decorrência de divergências políticas partidárias as ações do governo estadual do Rio de Janeiro não se articulavam com o governo municipal e tampouco com o governo federal. Nos últimos anos, mudanças no cenário político possibilitaram alianças entre as três instâncias que beneficiaram a captação de investimentos para o Rio de Janeiro. Essas alianças políticas e econômicas se articulam aos interesses hegemônicos internacionais, dentro da ordem global. A captação de recursos internacionais e o cumprimento das metas implicam em reformas e flexibilização das regras que, em geral, afetam as áreas trabalhistas e ambientais.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo federal em 2007, propunha um conjunto de políticas econômicas, planejadas para quatro anos e previa investimentos de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, crédito e financiamento, mudança no marco regulatório da área ambiental, desoneração tributária e medidas fiscais. O estado do Rio de Janeiro capitalizou boa parte desses recursos.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Rio vive um excelente momento de sua história. Entre 2008 e 2010, recebeu investimentos públicos e privados superiores a R\$ 107 bilhões. As análises do Relatório de Decisão Rio 2011-2013 são ainda mais otimistas, afirmando que a economia fluminense movimentará em investimentos, recursos públicos e privados de R\$ 181,4 bilhões nos próximos três anos (FIRJAN, 2012).

Nas análises referentes à 2008-2010, destacam-se as atividades da cadeia produtiva do petróleo; o setor de transformação com a siderurgia, ressaltando as atividades da

“ThyssenKrupp CSA”; o Porto do Açu, o COMPERJ, o Arco Metropolitano e Angra 3, segundo a FIRJAN: “irão dinamizar ainda mais as atividades industriais e trazer os benefícios do desenvolvimento sustentável”. Nas análises referentes a 2011-2013, continuam destacando a cadeia produtiva do petróleo e a movimentação em torno dos jogos desportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas (FIRJAN, 2013).

Os dados mostram que dos R\$ 107,3 bilhões, a maior parte está voltada para a indústria de transformação R\$ 29,2 bilhões. Destes, 60% ou seja, R\$ 17,4 bilhões estão destinados ao setor siderúrgico. Considerando-se apenas os investimentos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o montante é de quase R\$ 15 bilhões (FIRJAN, 2012).

No setor petroquímico, destaca-se a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), maior investimento atualmente em andamento no país, que está sendo realizado pela Petrobras e que entrará em operação em 2015. Os investimentos são da ordem de R\$ 17,7 bilhões, dos quais R\$ 6,3 bilhões estavam previstos até 2010. Além do COMPERJ há outros investimentos da Petrobrás com peso significativo, chegando a R\$ 39,7 bilhões, ou seja, 37% do total (FIRJAN, 2012).

Em relação à infraestrutura são R\$ 287,4 bilhões. A logística, segundo dados da FIRJAN, “será a grande beneficiada”, uma vez que quase metade dos recursos será canalizada para esta área. A construção do Arco Metropolitano, a implantação do Complexo Logístico do Açu (São João da Barra) e a modernização do Aeroporto Internacional Tom Jobim são alguns destaques da área, uma vez que reforçam a competitividade do Rio de Janeiro. Na área de energia, está prevista a implantação de Angra 3, a construção da Usina Hidrelétrica de Simplício/Sapucaia-RJ e da Termelétrica do Porto do Açu. Os investimentos totais em energia superam R\$ 12 bilhões, ou seja, 43% do total previsto na área de infraestrutura (idem, 2012).

Para o setor de turismo, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões, concentrados, sobretudo, na Região da Costa do Sol, no Leste Fluminense. Búzios, Maricá e Cabo Frio que receberão grandes empreendimentos turísticos (ibidem, 2012).

A receita total do Ministério da Pesca, em 2012, foi de R\$ 126,5 bilhões e da superintendência do Rio de Janeiro foi de R\$ 411,8 mil. Não obtivemos informações dos recursos referentes à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca.

Os projetos ganham concretudes nos territórios e, estes, estão impregnados de vida, de pessoas que o constroem cotidianamente. Como reforçado por Santos (1985), o território é

compreendido pelo conjunto de técnicas que pautam os diversos modos de uso do ambiente; pela política que se configura a partir das correlações de forças e pelos aspectos simbólicos, marcados pelas representações dos diferentes grupos sociais sobre o ambiente.

No processo de planejamento dos grandes projetos, as pessoas e o meio ambiente são desconsiderados. A lógica do “tempo”, da “pressa” e dos interesses políticos acaba por inviabilizar a real participação das populações locais que são os principais afetados. O discurso da sustentabilidade econômica torna-se, então, uma máscara e acaba atendendo, centralmente, aos interesses dos grandes grupos econômicos.

Na correlação de forças, os atores hegemônicos, que tratam o território como “abrigo” (SANTOS, 2000, p. 12-13) resistem, se organizam, buscam alternativas coletivas para o enfrentamento da situação. Quando esgotadas as possibilidades de resistências, se veem obrigados a buscar novas formas de adaptação, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam a sobrevivência.

Para maior compreensão dos conflitos socioambientais que envolvem os pescadores no estado do Rio de Janeiro, apresentaremos aqui um breve painel destacando os fatos relativos às instalações do Porto do Açu/São João da Barra/RJ e do gasoduto na baía de Guanabara/Magé/RJ.

Cabe ressaltar que, em Santa Cruz, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, está situada a Companhia Siderúrgica do Atlântico ThyssenKrupp (TKCSA). A instalação deste megaempreendimento teve início em 2006 e, desde então, vem gerando sérios problemas ambientais de várias ordens: desmatamentos de manguezal, desvio do curso de rios, poluição atmosférica, entre outros. Os conflitos socioambientais com esta empresa envolvem vários setores inclusive professores, pesquisadores e profissionais da saúde. Este megaempreendimento afetou diretamente a comunidade pesqueira em decorrência da construção do porto particular instalado na baía de Sepetiba. No trabalho de campo, os impactos ambientais negativos gerados com a construção do porto da TKCSA foram evidenciados pelos entrevistados como um dos fatores constituinte da crise vivida pela comunidade pesqueira da Ilha da Madeira. Trataremos os conflitos relativos à TKCSA, no terceiro capítulo.

2.3.1 O Complexo Portuário de Açú (LLX) – São João da Barra/RJ.

Localizado no município de São João da Barra, na região do norte do Estado do Rio de Janeiro, o Porto do Açú é um dos maiores investimentos do Brasil em terminais marítimos privados. Ele teve a construção iniciada em outubro de 2007, com área total de 90 km², pela empresa de logística LLX pertencente ao grupo EBX. O Porto terá 17 km de píer e profundidade inicial de 21 metros e capacidade para receber navios de grande porte. A previsão é que o Porto movimente 350 milhões de toneladas por ano entre exportações e importações, com destaque para o petróleo. O projeto está incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e o total de investimentos em todo o Complexo pode chegar a US\$ 40 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O início das operações do Porto do Açú está previsto para o segundo semestre de 2013 (LLX, 2012).

Observa-se que, para facilitar o processo de licenciamento foram realizados vários Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs), cada um relacionado à uma área do Complexo Portuário, de forma que os impactos socioambientais apontados eram específicos de uma área, sem considerar as relações de sinergia e “cumulatividade” desses impactos do projeto como um todo. O Ministério Público Federal (MPF) sustenta que essa fragmentação do licenciamento ambiental do empreendimento foi totalmente ilegal. Alega que o empreendimento irá gerar significativa degradação ambiental, atingindo comunidades tradicionais, áreas de Mata Atlântica em estágio primário, áreas de preservações permanentes, além do próprio mar brasileiro (MPF, 2009).

De acordo com o relatório realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) com base na análise dos RIMAs:

“Na fase de implantação do projeto prevê-se a alteração do relevo, com mega escavações no continente e oceano e destruição de ambientes costeiros de dunas e cordões arenosos, risco de aumento da erosão costeira e alteração da sedimentação na praia, supressão de vegetação de restinga, alteração do fluxo subterrâneo com impactos nos ambientes lacustres e hídricos superficiais, alteração na qualidade da água, alteração da qualidade do ar (pela emissão de gases tóxicos e metais pesados ligadas à operação da calderaria), risco de extinção de espécies, forte incremento populacional, com aumento da pressão sobre o ambiente, deslocamentos de famílias e desestabilização da economia agrícola familiar, restrição às atividades de pesca, risco de interferência nos sítios arqueológicos, risco social relacionados às incertezas e expectativas, o que está relacionado à transformação do modo de vida e trabalho das várias famílias impactadas por este empreendimento.” (MENDONÇA, et all, 2011, p.20)

Neste estudo também são apontadas as inúmeras arbitrariedades e incoerências na concessão das licenças ambientais, uma vez que essas foram emitidas por instituições públicas diferentes, em níveis de competência distintos. Incoerências como, a omissão de informações a respeito do volume de água a ser captado para a realização dos processos industriais e os impactos que essa captação causará e a estratégia na contabilização separada, por unidades do Complexo Portuário, das emissões atmosféricas, de forma que essas permaneçam dentro dos parâmetros legais.

Segundo dados da LLX, de janeiro de 2012, o Superporto do Açú, na sua plena atividade, irá gerar 50.000 empregos. Já foram investidos R\$ 70 milhões em mais de 50 projetos sociais e ambientais, sejam eles, programas de qualificação profissional, de auxílio à atividade pesqueira, ou de saúde e segurança (LLX, 2012).

No entanto, pesquisas como o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil FIOCRUZ/FASE (PORTO, 2008) evidenciam que, desde o início das obras, em 2007, o Complexo Portuário do Açú tem gerado sérios problemas que afetam pescadores e agricultores locais. Os pescadores sofrem restrição de acesso às áreas de pesca em decorrência da construção de um píer para a ligação do terminal de cargas ao continente. Os agricultores familiares são ameaçados com a iminente expropriação de suas terras. As práticas locais de produção e subsistência foram interrompidas.

A associação de moradores e entidades de defesa dos direitos humanos já manifestou publicamente as arbitrariedades e injustiças que vem sendo cometidas na condução das negociações com as famílias. No caso das áreas desapropriadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) os problemas envolvem a forma de notificação, erros de vistoria, subavaliação e assédio moral. A Associação dos Produtores Rurais e Imóveis (ASPRIM) relata que famílias têm sido intimidadas por agentes de segurança privada, contratados pela LLX e por integrantes do 8º Batalhão da Polícia Militar de Campos, que rondam seus imóveis a qualquer hora do dia ou da noite sem qualquer propósito justificado (COSTA, 2012).

No apêndice pode-se ver um quadro baseado no Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil realizado pela FIOCRUZ e FASE (2006-2010) com os principais fatos ocorridos ao longo do processo de implantação do Complexo Portuário de Açú. Com atualização de dados até 2012.

2.3.2 O Gasoduto na Baía de Guanabara – Magé-RJ

No município de Magé, os pescadores locais enfrentam as consequências negativas da implantação do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara e do Projeto Gás Liquefeito de Petróleo da Baía de Guanabara da Petrobras.

O Terminal Flexível GNL será um píer localizado a uma distância de, aproximadamente, 2 km da costa a leste da Ilha de Boqueirão. Do terminal partirá um duto submarino de cerca de 10 km de extensão em direção à Praia de Mauá, no município de Magé. Ao chegar à praia inicia a parte terrestre do gasoduto com cerca de 5 km de extensão que segue até o Terminal de Campos Elíseos, em Duque de Caxias. Esse projeto objetiva a importação de gás natural liquefeito e sua regaseificação para o atendimento de demandas por gás natural de curto prazo. O valor total dos investimentos para o Terminal Flexível de GNL na Baía de Guanabara, dutos e construções auxiliares somam US\$ 156,9 milhões de dólares (RIMA GNL, 2007).

Já o Projeto GLP prevê a implantação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, adaptações no Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e a instalação de respectivos dutos de escoamento de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC). O traçado desses dutos, de aproximadamente 20,5 km de extensão cada, possuirá um trecho submarino, que tem início no Terminal da Ilha Redonda, percorrendo uma extensão de, aproximadamente, 13,5 km, até chegar à praia de Ipiranga (Bairro Ipiranga), município de Magé, e um trecho terrestre de, aproximadamente, 7 km, que tem início na praia de Ipiranga (Magé) até a REDUC, no Município de Duque de Caxias (RIMA GLP, 2007).

Nos RIMAs de ambos os projetos, os principais impactos negativos apontados dizem respeito às alterações na qualidade da água, às mudanças na fauna marinha, à supressão da vegetação, à emissão de poluentes, à desapropriação das terras e à criação de zonas de exclusão de pesca.

Segundo o RIMA do Projeto GLP, será necessário estabelecer uma zona de segurança em torno das ilhas, de forma a evitar acidentes. Nessa zona será proibida a permanência de embarcações sem a autorização das empresas que administram os empreendimentos (RIMA GLP, 2007). Por conta disso, desde o início das obras, os pescadores se encontram impedidos de realizar suas atividades. Além disso, o intenso tráfego das embarcações tem afugentado os peixes, destruído as redes e instrumentos de trabalho, tornando a pesca mais difícil.

A falta de preocupação com os impactos que seriam gerados pela instalação do empreendimento, juntamente com a omissão das indenizações às famílias atingidas, tem gerado constantes atritos entre a comunidade e as empresas. Outro grande problema está na truculência da segurança das empresas encarregadas da obra. Há denúncias de atentados e assassinatos de pescadores ligados à Associação Homens do Mar/Magé-RJ (AHOMAR).

Em várias audiências públicas (na ALERJ, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro), Alexandre Anderson (presidente e fundador da AHOMAR) e, demais pescadores, denunciaram as ações das empresas (GLP, Petrobras e as várias empresas que atuam nas obras como prestadores de serviços); as ameaças que vêm sofrendo; assim como, assassinatos de pescadores que ocorreram na baía da Guanabara. Desde que começou a luta e as denúncias contra as empresas, 2003, quatro pescadores foram assassinados. Os laudos e inquéritos policiais não confirmam que as mortes, por assassinato, tenham relação com os conflitos dos pescadores contra as empresas. No entanto os quatro que morreram participavam do movimento e estavam envolvidos nas lutas e denúncias contra a GLP, dois deles, eram representantes da AHOMAR.

O próprio Alexandre Anderson, após sofrer várias ameaças de morte e atentados, passou a ser assistido por um Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), criado pelo governo federal. Alexandre perdeu a liberdade, vive sem endereço fixo e longe de seus familiares.

Desde 2003, os pescadores da baía de Guanabara denunciam a atuação das empresas, entre elas a Petrobras. Já realizaram diversas manifestações, barqueatas e ações diretas, tentando chamar a atenção da opinião pública quanto à gravidade do que vem ocorrendo na baía de Guanabara. Também, querem pressionar à Petrobrás a assumir suas responsabilidades e indenizar os prejudicados. Em 2003, o pescador Alexandre Anderson, ajudou a organizar a atuação política dos pescadores, denunciando que os grandes projetos na Baía de Guanabara, ligados à Petrobras, acabavam com a atividade pesqueira e tinham sérios impactos no meio ambiente. Em entrevista concedida em 2012, para o site Rio+Tóxico, Alexandre diz:

“A pesca na Baía de Guanabara vem de pai para filho, [...]. O sentimento desses pescadores é de muita tristeza. Têm o dever de pai de pedir ao filho para não pescar. De incentivar o filho a procurar outro serviço, de se mudar para mais perto da capital para trabalhar. Porque a pesca não agrega mais ninguém. Tem pouco peixe e o espaço está menor. É natural que o jovem não se insira na pesca. É a cultura centenária dos caiçaras da Baía de Guanabara, que vem dos indígenas, que está morrendo. Além da questão social e econômica, estamos perdendo uma identidade cultural.” (Alexandre Anderson, RIO TOXICO, 2012)

No apêndice, apresentamos outro quadro com os principais fatos relativos à luta dos pescadores da AHOMAR, também baseado no Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela FIOCRUZ e FASE (2010), onde pode acompanhar o histórico dos fatos relativos às atividades da GLP.

3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DA MADEIRA, BAIÁ DE SEPETIBA, ITAGUAÍ/RJ.

Bacurubus e Umbaúbas, Cedros, Ipês e Caneleiras
 Enfloravam teus caminhos e bordavam tuas costeiras
 Do pescador partindo para o mar, aos cantos das lavadeiras
 Sendas, bosques e atalhos, Floridos e sem rodeios
 Da viola e o violeiro que cantava em seus ponteios o amor a mulher amada
 Em busca de seus anseios
 Madeira na tua história, na fibra de tua gente
 No tronco que se fazia canoa
 No dia a dia presente
 Da casa de pau a pique
 Da ilha de antigamente.

Roberto Barboza (2008)

Escritor, poeta, pesquisador e antigo morador da Ilha da Madeira.

O presente capítulo remete ao objetivo geral da tese: “analisar os processos de transformações econômicos, políticos e socioambientais decorrentes da instalação dos grandes empreendimentos em territórios tradicionais da pesca. Mais especificamente, as experiências da comunidade pesqueira da Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ, desde a instalação da Cia Siderúrgica Ingá (1964) até os dias atuais, identificando, nos vários ciclos de industrialização, os fatores endógenos e exógenos que contribuem para a vulnerabilidade ou sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente, sinalizando, nesta experiência, alguns aspectos que possam servir de referência para outras comunidades pesqueiras que vivenciam problemas similares”.

A pesquisa de campo foi realizada na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ entre 2010 e início de 2013. A poesia de Roberto Barboza (2008), usada como epígrafe sintetiza a simplicidade da vida bucólica e certo saudosismo referente ao passado, captado nas entrevistas com os antigos moradores. As lembranças que povoam essas gerações evidenciam o forte vínculo com o território, enaltecendo a beleza da paisagem natural, as boas relações de vizinhança, a alegria das festas comunitárias, as relações de trabalho humanizadas etc. Todos os entrevistados revelaram, com intensa carga emocional, um misto de alegria das lembranças passadas, tristezas sobre o presente e apreensão sobre o futuro.

Nas entrevistas, se fez contato com pessoas, que em meio a tantas mudanças buscam, talvez, no refúgio das suas memórias, preservarem as coisas boas vividas naquele lugar. Como pesquisadora, enquanto ouvia as histórias, sentia o choque da realidade e com esforço, tentava me remeter àquele lugar descrito pelos entrevistados, um lugar que existia

efetivamente nas suas memórias. Inesquecível, para não dizer bizarro, a entrevista com Sr. Magno, pescador de 76 anos de idade, que falava da pesca com brilho nos olhos, das praias limpas, do camarão colhido no puçá, da cercada que ele cuidava junto com seu pai e sua avó, das festas comunitárias, e em meio a essas memórias, o barulho e o tremor do solo decorrente das insistentes batidas de um bate-estaca, seguidos pela passagem de pesados caminhões que trabalhavam nas obras do Porto Sudeste.

Os conceitos “*Zona de Sacrifício*” e “*Território como Recurso*” nunca fizeram tanto sentido para mim. Conforme Bullard (2004), a zona de sacrifício, remete a lugares onde atividades, mesmo mais agressivas e danosas são toleradas uma vez que “aquilo”, leia-se aquele lugar, já não possui funcionalidade, ou conforme Santos (2000), a única funcionalidade é a realização racional da minimização dos custos em detrimento da maximização dos lucros e da garantia de realização dos interesses particulares. O movimento de Justiça ambiental, faz referência ao conceito, “zona de sacrifício”, quando em uma determinada localidade ocorre uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

“A designação “zona de sacrifício” surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país. Tal movimento ganhou força em 1987, quando um estudo patrocinado pela Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ* mostrou que todos os depósitos de lixo tóxico do território americano estavam localizados em áreas habitadas pela comunidade negra. Seu resultado apontou para a existência do que passou a ser chamado de “racismo ambiental”, articulando as lutas ambientais às lutas tradicionais pelos direitos civis” (VIEGAS, 2007)

A concepção território como recurso por Milton Santos (2000), reforça a idéia da supremacia da racionalidade técnica dos padrões de produção hegemônicos que ao se apropriar do território, explora todas as potencialidades relativas à geração de lucros.

O modo de produção capitalista segundo Marx (1968), resulta da combinação entre as forças produtivas materiais e as relações de produção estabelecidas entre as diferentes classes sociais. Reafirma a centralidade do trabalho e desvela a condição de exploração dos trabalhadores por meio da extração de mais-valia (mais-valor). Ao reforçar a condição de exploração, afirma a desigualdade social como fator estrutural do sistema capitalista. Nessa condição, a natureza, a terra e todos os demais fatores essenciais à reprodução da vida, bens comuns, são transformadas em mercadorias (valor de uso e valor de troca), sendo livremente trocadas no mercado. O capitalismo transforma as relações sociais subjacentes a essas trocas,

isto é, as relações de produção, que são relações essencialmente humanas, sociais, em relações entre coisas (mercadorias) e nesse processo, a inversão, as “coisas” ganham vida e os seres humanos se “coisificam” e se desumanizam (MARX, 1968).

Obviamente, essa complexa constituição é fruto de um processo marcado por particularidades históricas onde, a depender das características socioeconômicas, políticas e culturais, em cada localidade assumirão determinados contornos. Norbert Elias (1996), ao analisar a moderna sociedade capitalista, diz que se configura como um processo de “encapsulação” individual do ser social. Ou seja, um processo de individualização, onde os laços coletivos e os vínculos de dependência mútua e solidariedade, características às sociedades anteriores, precisavam ser quebradas. À medida que o capitalismo avança vai ficando cada vez mais difícil a afirmação de valores que se contrapõem à lógica individualista, consumista etc. Hoje, tais valores são elementos estruturantes das relações em vários grupos sociais (IASI, 2002; SANTOS, 2001).

Algumas comunidades tradicionais conseguem preservar os seus valores e as suas tradições, porém algumas comunidades, em geral pobres, acabam se tornando “presas fáceis” tanto da especulação imobiliária, dos interesses particulares de grupos econômicos, como em relação às seduções ideológicas, tão bem caracterizadas por Guy Debord (2005), como a “sociedade do espetáculo”.

As buscas por registros e documentos históricos da ilha da Madeira foram intensas, porém pouco satisfatória. Mesmo as teses, dissertações e os artigos científicos, em geral, tratam dos impactos gerados pela Companhia Mercantil Industrial Ingá, ou das outras empresas, mas não remetem ao histórico da comunidade e/ou da organização da pesca artesanal.

A estratégia metodológica que articulou a revisão bibliográfica, a pesquisa histórica, o Estudo de Caso aliado ao resgate de memória, *história de vida*, onde os entrevistados destacam as experiências marcantes memorizadas e eternizadas em narrativas, passam então, a servir como mais um registro histórico dessa localidade.

As entrevistas com os *informantes-chave (história de vida)* foram possíveis graças à paciência e disponibilidade de lideranças comunitárias; as lideranças da Pesca, especialmente os representantes da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM); pela boa vontade do senhor Magno, 76 anos, antigo pescador e, principalmente, pela generosidade de dois escritores, antigos moradores apaixonados pela ilha, o senhor Roberto Barboza e, também, o senhor Luiz Oswaldo Vieira, que gentilmente me cederam horas de

conversa, assim como seus livros literários que foram fundamentais para a compreensão das transformações desse território. Uma história que, infelizmente, sinaliza para a decadência da pesca artesanal. Após 53 anos, a resiliência do sistema socioecológico não está permitindo mais manter a sua sustentabilidade.

O conceito de resiliência, aqui empregado, refere-se à magnitude da mudança ou perturbação que um sistema sócio-ecológico pode experimentar sem mudar para um estado alternativo que tem diferentes propriedades estruturais e funcionais. Ele ajuda a compreender a dinâmica dos sistemas sócio-ecológicos e seus ciclos adaptativos (GUNDERSON, et all 2010).

Em 1973, Crawford Holling introduziu pela primeira vez o conceito de resiliência na literatura ecológica como uma forma de entender a dinâmica não-linear e os processos através dos quais os ecossistemas se auto mantêm e persistem frente a perturbações, choques e mudanças. De acordo com as definições de Hollings a resiliência enfatiza as condições de sistema complexo afastado do equilíbrio, onde instabilidades podem transformar o mesmo e apresentar um outro regime de comportamento, assim a resiliência é medida através da magnitude das perturbações que podem ser absorvidas pelo sistema antes de ser reorganizado com diferentes variáveis e processos. Sustentabilidade, portanto, é a capacidade de um sistema complexo de ser mantida ao longo do tempo, apesar da volatilidade ambiental promovida pela aprendizagem, transformação, renovação e evolução contínua. Anos mais tarde, Holling definiria o que é conhecido como o Ciclo de Renovação Adaptativa para explicar a natureza cíclica dos sistemas adaptativos complexos.(CALVENTE, 2007).

A lógica de estruturação das entrevistas com os comunitários buscou captar a dinâmica das mudanças, o movimento cíclico das vivências (estabilidade dinâmica), crises, adaptações, crises etc. As questões formuladas, a partir de um roteiro semi-estruturado, buscaram denotar como se constituía a identidade socioterritorial dos entrevistados, as mudanças em cada período histórico, incluindo o modo de vida, o meio ambiente, o trabalho, os sonhos, a relação de convívio comunitário e, em especial, como se geria a atividade pesqueira em cada época histórica.

Em relação ao papel do pesquisador, principalmente, em relação à sua atuação no campo, procuramos manter presente os ensinamentos filosóficos de Schopenhauer (1988) e também de Hélio Pellegrino (1977), psicanalista brasileiro, ambos ressaltavam a necessidade do ser humano se espantar com as coisas comuns, o “espanto” como um impulso para o conhecimento. Portanto, a reflexão sobre o papel do pesquisador, principalmente nos trabalhos de campo, nos leva a procurar manter alerta os sentidos, procurando não naturalizar as coisas, mantendo a capacidade de espanto e indignação como mais um elemento de pesquisa.

Parte das reflexões que trazemos nessa tese surgiu nas inúmeras viagens entre Rio de Janeiro e Itaguaí, onde tínhamos como “fiel companheiro” o caderno de campo. Em uma das tantas vezes em que esperávamos o ônibus na “rodoviária” (se é que assim podemos chamar), situada aos fundos do prédio da Estação Central do Brasil (centro do Rio de Janeiro), nos deparamos com esse sentimento de indignação e espanto:

“Enquanto anoto essas linhas, na calçada da frente, um senhor que aparenta uns 60 anos bebe o resto de um suco de uma lata que acabou de encontrar no lixo, Josué de Castro eternizou essa cena. Um cheiro insuportável de urina queima o meu nariz. São 7h: 37min e espero o ônibus para Itaguaí eu e mais oito pessoas em uma fila. Todos nós visivelmente injuriados pela condição desagradável, desconfortável e insegura do local. O ônibus está atrasado, um dos meus colegas de fila diz: - *“isso é normal”*. Três pessoas estão com uniformes de empresas que atuam naquela região. Após 40 minutos de espera o ônibus encosta. Não há reclamações, ninguém blasfema todos resignadamente e com ar de alívio entram no coletivo, acomodando as suas expectativas. Como explicar tanta naturalização diante das péssimas condições de vida que parcela da população está submetida? Lixo, cheiro de urina, insegurança, é isso que sobra para os trabalhadores? O velho e bom cotidiano amortizando nossas tensões e nossas mentes. Agora é suportar uma viagem de 1h: 30min. a depender do trânsito, para chegar a Itaguaí. Provavelmente, muitos dos que aqui estão, assim como eu, dependem de outra condução para chegar ao destino. Eu mera expectadora, “pesquisando a realidade”. Eles, vivendo o seu cotidiano, provavelmente enfrentarão um dia todo de trabalho e na volta para casa, novamente isso, ou coisa pior. Observação participante... devo ficar com a consciência mais tranquila por isso? Enquanto escrevemos teses, essas pessoas de carne e osso e memória continuam enfrentando esse modo de vida. Segue a destruição da Ilha da Madeira, as pessoas continuam sendo expulsa dos seus territórios. Em nome de que mesmo? Desenvolvimento? Progresso? Crescimento? De quem e para quem?” (VERA MACIEL, diário de campo, dez/2012).

Para compreensão das transformações socioambientais e da situação atual da pesca e dos pescadores na Ilha da Madeira, optamos por uma descrição cronológica dos fatos. Iniciando pela delimitação do território, com uma breve contextualização referente à baía de Sepetiba, os contornos geográficos o ecossistema e alguns problemas ambientais. Em seguida, apresentamos o município de Itaguaí, breve histórico, o processo de industrialização e alguns índices socioeconômicos que ajudam na caracterização do município, para finalmente, adentrarmos na história da ilha da Madeira e na compreensão das transformações socioeconômicas vivenciadas pela comunidade.

3.1 Delineando o Território: Baía de Sepetiba e o Município de Itaguaí

3.1.1. Baía de Sepetiba

A baía de Sepetiba, juntamente com as outras duas baías, Guanabara e Ilha Grande tornam o litoral do estado do Rio de Janeiro ainda mais exuberante. É um estuário semiaberto

com 477 km² de área, localizada a cerca de 60 km a oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Recobre 11 municípios fluminenses entre os quais Itaguaí (DOURADO et al, 2012).

Figura 07 - Baía de Sepetiba e o Município de Itaguaí, em destaque, Ilha da Madeira



Fonte: Google Maps. Disponível em: <http://wikimapia.org/#lat=-22.8605642&lon=-43.934404&z=10&l=9&m=b> – Acesso em: fev. 2013.

Um corpo de águas salinas e salobras que se comunica com o oceano atlântico por meio de duas passagens, na parte oeste, entre os cordões de ilhas, que limitam com a ponta da restinga da Marambaia e, na porção leste, pelo canal que a conecta com Barra de Guaratiba (DOURADO ET AL, 2012).

Segundo relatório da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (2001), existem 49 ilhas e ilhotas na baía, sendo as principais as de Itacuruçá, Madeira, Jaguanum, Guaíba, Furtada, Martins, Cutiatá-Açu, Vigia Grande, Bonita, Saracura e Jardins. Vale destacar que a ilha da Madeira, desde meados de 1950, foi conectada ao continente, após aterramento de áreas de mangues e do rio Cação.

A baía foi palco de inúmeros acontecimentos da história do Brasil, da ocupação indígena ao período colonial, esteve relacionada com o comércio brasileiro, por ali escoaram muitas das nossas reservas de ouro (CHAVES, 2012). Nos últimos decênios, vem sofrendo diversas intervenções antropogênicas causando consideráveis modificações na sua

geomorfologia, assim como na fauna e flora, destacando-se o açoreamento de suas margens, desmatamentos, dejetos de esgoto e industriais, entre outros (IDEM). Na zona industrial de seu entorno estão o Porto de Itaguaí, a NUCLEP, a TKCSA, o Porto Sudeste, o Estaleiro para submarino nuclear da Marinha, entre outras indústrias.

Em contraposição à industrialização, a região ainda guarda uma riqueza paisagística impressionante. Algumas áreas de mangue e zonas estuarinas constituem criadouros naturais para as diversas espécies de moluscos, crustáceos e peixes existentes neste ambiente, sendo fundamental para a atividade pesqueira (CRESPO e LA ROVERE, 2002). Na baía de Sepetiba, ainda sobrevivem algumas dessas áreas.

As águas da baía ainda servem à preservação da flora e fauna, à recreação, à navegação. Suas águas envolvem e estão protegidas pela restinga da Marambaia, cujas características são próprias das definições clássicas dos ecossistemas de restinga, imensa barragem de areia que apesar de seus poucos metros acima do nível do mar, funciona como um dique, isolando as águas da baía do oceano (ZBOROWSKI e LOUREIRO, 2008).

Figura 08 - Foto Aérea da Restinga da Marambaia



. Fonte: Maciel Lopes, Jul/2012.

As áreas protegidas são chamadas pela legislação brasileira de Unidades de Conservação e fazem parte do sistema brasileiro de proteção ao meio ambiente. Essas áreas são controladas pelo órgão federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), compondo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que foi instituído em 18 de julho de 2000, através da Lei Nº 9.985. As Unidades de Conservação (UCs) é uma das estratégias adotadas para a proteção dos atributos

e patrimônios naturais. Nestas áreas, a fauna e a flora devem ser conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção da biodiversidade.

No entorno da baía de Sepetiba existem duas Áreas de Proteção Ambiental; três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); uma Reserva Biológica e Arqueológica (RBA) e uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Conforme destacado no quadro abaixo:

Quadro 03 - Unidades de Conservação Baía de Sepetiba/RJ

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO(S)
APA de Mangaratiba	23.000 hectares	Itaguaí e Mangaratiba. Inclui as ilhas Guaíba, Guaibinha, Itacuruçá, Furtada, Jaguanum e da Marambaia.
RPPN Reserva Rio das Pedras	1.260 hectares	Mangaratiba
RPPN Fazenda Santa Izabel	525 hectares	Mangaratiba
RPPN Fazenda Cachoeirinha	650 hectares	Mangaratiba
RBAG - Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba.	3.600 hectares	Rio de Janeiro
APA do Rio Guandu	74.000 hectares	Seropédica, Queimados e Nova Iguaçu
ARIE (área de relevante interesse ecológico) da Baía de Sepetiba	300 km ²	Mangaratiba, Itaguaí e Rio de Janeiro

Fonte: ICMBIO (2013); RIMA PORTOS SUDESTE (2009).

Figura 09 – Mapa de Unidades de Conservação/ Baía de Sepetiba



Fonte: RIMA PORTO SUDESTE, 2009.

Os ecossistemas marinhos, na baía, são compostos por três comunidades principais de organismos, que possuem denominações diferentes dependendo de sua capacidade de locomoção e de sua posição na coluna d'água: a comunidade planctônica que vive na superfície da coluna d'água possui nenhuma ou limitada capacidade de locomoção; a comunidade nectônica que pode frequentar todas as camadas da coluna d'água, possuindo grande capacidade de locomoção; a comunidade bentônica que vive no fundo do mar ou aderido a substratos como rochas:

“*comunidade planctônica* que vive na superfície da coluna d'água, É formada por organismos (macro e microscópicos) que representam a base da cadeia alimentar nos mares e oceanos, a maioria dos planctotes são invertebrados, possuem nenhuma ou limitada capacidade de locomoção; *comunidade nectônica* são predominantemente constituídos por vertebrados (sobretudo peixes- mais numerosos em espécies e em indivíduos). O necton engloba representantes de todas as classes de vertebrados com a exceção dos anfíbios. Pode frequentar todas as camadas da coluna d'água, possuindo grande capacidade de locomoção; *comunidade bentônica* que vive no fundo do mar ou aderido a substratos como rochas. São organismos, animais ou vegetais que habitam o fundo do mar. Eles desempenham papel de grande importância na cadeia alimentar oceânica e por isso são fundamentais para o equilíbrio ecológico. O bentos é frequentemente utilizado como indicador de degradação ou recuperação ambiental, uma vez que possui capacidade de refletir as condições ambientais a qual está submetido.” (RIMA PORTO SUDESTE, 2008, p.24).

As características naturais da baía contribuem para a compreensão de sua tradição como reduto de pesca, desde a ocupação pelos indígenas até os dias atuais e há também inclinação para o turismo. Ambas as atividades em crise, decorrentes dos sucessivos investimentos (CHAVES, 2012).

A baía consiste em uma área natural de criação de peixes de importância econômica local. Foram catalogadas 97 espécies de peixes, incluindo peixes ósseos tubarões e arraias (elasmobrânquios), “o que configura uma das maiores diversidades registradas para sistemas semiabertos da costa brasileira”. Diversos estudos sobre a ictiofauna da região sugerem que, nos primeiros anos de seus ciclos de vida, muitos peixes utilizam a baía como área de criação, no levantamento verificou-se elevada diversidade, especialmente de peixes jovens (RIMA PORTO SUDESTE, 2008, p. 26).

Outra espécie importante encontrada na baía e na ilha da Madeira são os botos cinza (*Sotalia guianensis*). Existe inclusive uma *Organização Não Governamental* (ONG) - Instituto Boto Cinza (IBC), que monitora a espécie desde 1997.

Segundo levantamento desta ONG, ratificado no EIA do Porto Sudeste (2008), “as estimativas dessa população local de botos indicam que ela é a mais numerosa dentre todas as observadas na área de distribuição geográfica da espécie (entre Honduras e Santa Catarina)”. As maiores ameaças que os botos enfrentam são as redes de pesca, o aumento no tráfego de embarcações e a poluição dos ecossistemas marinhos (RIMA PORTO SUDESTE, 2008 p. 27).

Em entrevista, um dos integrantes da ONG fez questão de reforçar que as ameaças não são os pescadores. O representante da ONG destacou que o aumento no movimento dos portos, as dragagens na área de fundeio e a chegada de novos empreendimentos na região, têm forçado a migração dos golfinhos para áreas onde a pesca é mais intensa. “*Os pescadores aprenderam a preservar. Hoje ambos, golfinhos e pescadores são vítimas da onda de desenvolvimento, mas acredito que podemos encontrar uma solução, desde que haja diálogo e efetivação das ações ambientais*” (Representante da ONG-IBC, fev/2012).

O bioma da baía de Sepetiba, não seria o mesmo se não houvesse a interligação com os rios. As bacias hidrográficas que se interligam a baía de Sepetiba tem uma superfície de 2.654 km² e atravessam a região serrana e os maciços costeiros (Pedra Branca, Mendanha, Ilha da Marambaia), domínios mais afastados da Baía de Sepetiba e a baixada, uma extensa planície flúvio-marinha adjacente ao corpo hídrico. Os principais rios desta bacia são:

Guandu, da Guarda, Canal Guandu, Mazomba, Piraquê, Piracão, Portinho, Ingaíba, São Bráz, do Saco e Saí, com destaque para o rio Guandu.

No mapa abaixo é possível visualizar os rios que se interligam a baía.

Figura 10 - Mapa das sub-bacias dos rios interligados à Baía de Sepetiba/RJ



Legenda: Em destaque as sub-bacias dos rios: Guandu, Guandu Mirim, Guarda e o rio Mazomba

Fonte: DNER - Governo do estado do Rio de Janeiro

A maioria dos rios apresenta, nos trechos que ficam próximo à foz (baixo curso), sérias modificações em relação ao que eram originalmente. Em decorrência de ações antrópicas, os rios vêm sendo retificados, dragados, canalizados ou unidos por valões. Os rios estão sujeitos à ação das marés que, por sua vez, influenciam no escoamento e na penetração das águas “salgadas” em áreas continentais, o que eleva os teores de cloretos e oxigênio, criando assim condições favoráveis para a proliferação dos manguezais nas suas margens (RIMA PORTO SUDESTE, 2009).

Rodrigues et al (2012), destacam que nas décadas de 1930 a 50 do século XX, foram feitas diversas obras de Saneamento na baixada de Sepetiba, entre as quais, a transposição das águas do rio Guandu, visando melhorias no abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro (RODRIGUES, M.; PEREIRA, S.; SANTOS, S, 2012).

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em 1941 construiu o canal de Arapucaia, derivando as águas do rio Mazomba para o rio Cação. Com a construção do canal o Mazomba passou a constituir um rio isolado, que deságua na baía de Sepetiba entre as localidades da Ilha da Madeira e Brisamar. Essas obras retificaram toda a bacia de drenagem da baía de Sepetiba, alterando drasticamente a fisiografia local. Desde então, a Ilha da Madeira, foi acoplada ao continente e passou a ser um bairro de Itaguaí. (RODRIGUES, M.; PEREIRA, S.; SANTOS, S, 2012).

O processo de assoreamento é intenso em alguns pontos da baía, conforme mostra as imagens a seguir:

Figura 11 – Assoreamento da Baía de Sepetiba/RJ (2008 e 2012)



(a)



(b)

Legenda: (a) Pedra de Guaratiba, 2008

(b) Pedra de Guaratiba, 2012

Fontes: (a) <http://falamarisco.blogspot.com.br>, 2008, acesso em, 2012

(b) Lopes, Vera F. M, Dez/2012

Estudos sinalizam que são várias as causas desse assoreamento, nos últimos 30 anos houve aumento da carga sólida despejadas nas bacias contribuintes da baía, assim como: os aterros, uso do solo, crescimento populacional, presença de redes de drenagem e coletora de esgotos, presença de indústrias, erosão das margens dos rios, retificações de calha de rios e desvios dos cursos dos mesmos.

Os pescadores, muito prejudicados, consideram que o assoreamento aumentou após as obras de dragagens do Porto de Itaguaí e com a construção de novos piers. No processo de construção das obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp CSA, alteraram o sistema de drenagem no entorno da planta provocando alagamentos e enchente, causando

prejuízos aos agricultores da região (MONTEZUMA, 2007; RODRIGUES, 201; ZBOROWSKI E LOUREIRO, 2008; PACS, 2011).

“(…) A industrialização e a urbanização da região com sucessivos aterros vêm levando a uma transformação radical da paisagem e um cenário de intensa degradação ambiental. Por exemplo, a Ilha da Madeira à foz do rio Cação, tem essa denominação por ter sido uma porção de terra desconectada do continente” (RODRIGUES, M.; PEREIRA, S.; SANTOS, S, p. 16: 2012).

Aterros, transposição de rios, são apenas alguns dos fatores que vêm alterando a paisagem local. A destruição das áreas de mangue, ainda que proibidas, continuam sendo realizadas. O manguezal é uma área estuarina com vegetação adaptada a inundações periódicas e à alta concentração de sal e pouca oxigenação do solo argiloso. É classificada pelo IBGE (2006) como área de formação pioneira de influência marinha e fluviomarina. O desmatamento de manguezal no Rio de Janeiro foi intenso e ainda hoje continua ocorrendo, é uma marca na história ambiental urbana das cidades. A madeira de suas árvores no passado era utilizada como lenha e diversas de suas áreas, naturalmente alagadas, foram e continuam sendo aterradas para empreendimentos imobiliários, ocupações irregulares e industrialização.

Vale destacar que há várias empresas situadas na região que contribuem para a contaminação da baía, todas nesse caso, localizadas no distrito industrial de Santa Cruz, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro: Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA) incorporada pela Gerdau em 10/04/1992; a Valesul Alumínio, subsidiária da Vale, hoje pertence ao grupo METALIS; a Casa da Moeda; a White Martins Acetileno; a Usina Termoelétrica de Santa Cruz, pertencente à empresa Furnas Centrais Elétricas; e a TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico ThissenKrupp. As empresas localizadas no município de Itaguaí serão destacadas no próximo item.

As empresas Cosigua e Casa da Moeda descartam nas águas da baía: óleos, graxas, fenóis, cianetos, zinco, cadmio, chumbo, ferro, cromo e outros rejeitos sólidos (LEITE LOPES, 2004). Em 30/12/2012, a Casa da Moeda foi multada pelo Instituto Estadual do Ambiente em 860 mil por jogar dejetos de resíduos sem tratamento no canal de São Francisco que deságua na baía de Sepetiba (VIVATERRA, 2013).

O potencial poluidor de origem doméstica é quantificado pelo número de residentes na bacia e o nível de tratamento dos efluentes antes do lançamento nos sistemas de drenagem (FEEMA, 1992). A baía de Sepetiba abriga em seu entorno, uma população urbana e rural de 1.845.902 habitantes (IBGE, 2010), e ainda conta com uma população flutuante não

quantificada, que nos meses de verão se instalam nos balneários, condomínios, hotéis, casas de veraneio e casas de campo situadas no interior da baía (SILVA SÁ, 1999).

A carga orgânica proveniente dos esgotos domésticos chega à baía de Sepetiba de forma mais concentrada na porção leste, na faixa litorânea, proveniente de cursos d'água que drenam áreas densamente povoadas. Uma parcela muito pequena deste esgoto é dotada de algum tratamento. No município do Rio de Janeiro, responsável pela maior população urbana da bacia da baía de Sepetiba, praticamente não existem sistemas coletores de esgoto sanitários implantados. Os efluentes das fossas sépticas, geralmente sem sumidouro, são lançados nas galerias de águas pluviais ou em valas e chegam aos cursos água, afetando a qualidade das águas (ROSNAN e MONTEIRO, 2002).

Outros fatores são os sistemas de drenagens urbanas que, nos períodos de maior índice pluviométrico, carreiam resíduos sólidos e líquidos dos perímetros urbanos para o estuário (SILVA SÁ, 1999).

Os vários estudos (EIAs, teses etc.), apontam que as principais fontes com alto índice de poluição do solo são os aterros de lixo urbanos e industriais, as indústrias dos setores de siderurgia, metalúrgicos, papel, portos e navegação e construção civil. Em relação à água destacam-se as indústrias dos setores siderúrgicos, metalúrgicos, portos e navegação e os maiores responsáveis pela poluição da atmosfera são as indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e mais recentemente, as de construção civil, devido ao crescimento das construções industriais na região.

Devido às características fisiográficas da baía, a pesca exercida no seu interior é, basicamente, artesanal, com emprego de embarcações com arqueação bruta abaixo de 10 toneladas (SILVA SÁ, 1999). Existem, aproximadamente, 4500 pescadores cadastrados nas nove entidades pesqueiras que atuam em diversos locais da baía. No quadro a seguir, descrevemos as entidades pesqueiras, os locais onde costumam pescar e as principais espécies capturadas ou cultivadas pelos maricultores, que também atuam na região.

Quadro 04 – Entidades de Pesca, Pesqueiros, Espécies Pescadas e Cultivadas (Continua)

Entidades	Pesqueiros	Espécie Alvo
Z 14 (Pedra de Guaratiba)	Canal do Meio	Corvina, tainha, parati, camarão
	Canto da Praia	Corvina, tainha, parati, camarão
	Pernambuco	Corvina, tainha, parati, camarão
	Rio Vermelho	Corvina, tainha, parati, camarão
Z 16 (Itacuruça)	Lage de Marambaia	Anchova, cação, corvina e pargo
	Lages do Mero e do Fundo	Garopa, corvina

Quadro 04 - Entidades de Pesca, Pesqueiros, Espécies Pescadas e Cultivadas (continuação)		
AMAR – Associação de Maricultores de Mangaratiba	Ilha da Marambaia	Corvina
	Ilha Grande	Lula, Corvina, Baiacu
	Ilha da Guafba	Corvina, anchova, robalo, cultivo de mexilhão, coquile e ostra, extração de mexilhão
	Ilha do Cutiatá-Açu	Corvina, anchova, robalo
	Ilha do Cutiatá Mirin	Corvina, anchova, robalo
	baía de Mangaratiba	Corvina, anchova, robalo, camarão, cultivo de mexilhão, coquile e ostra

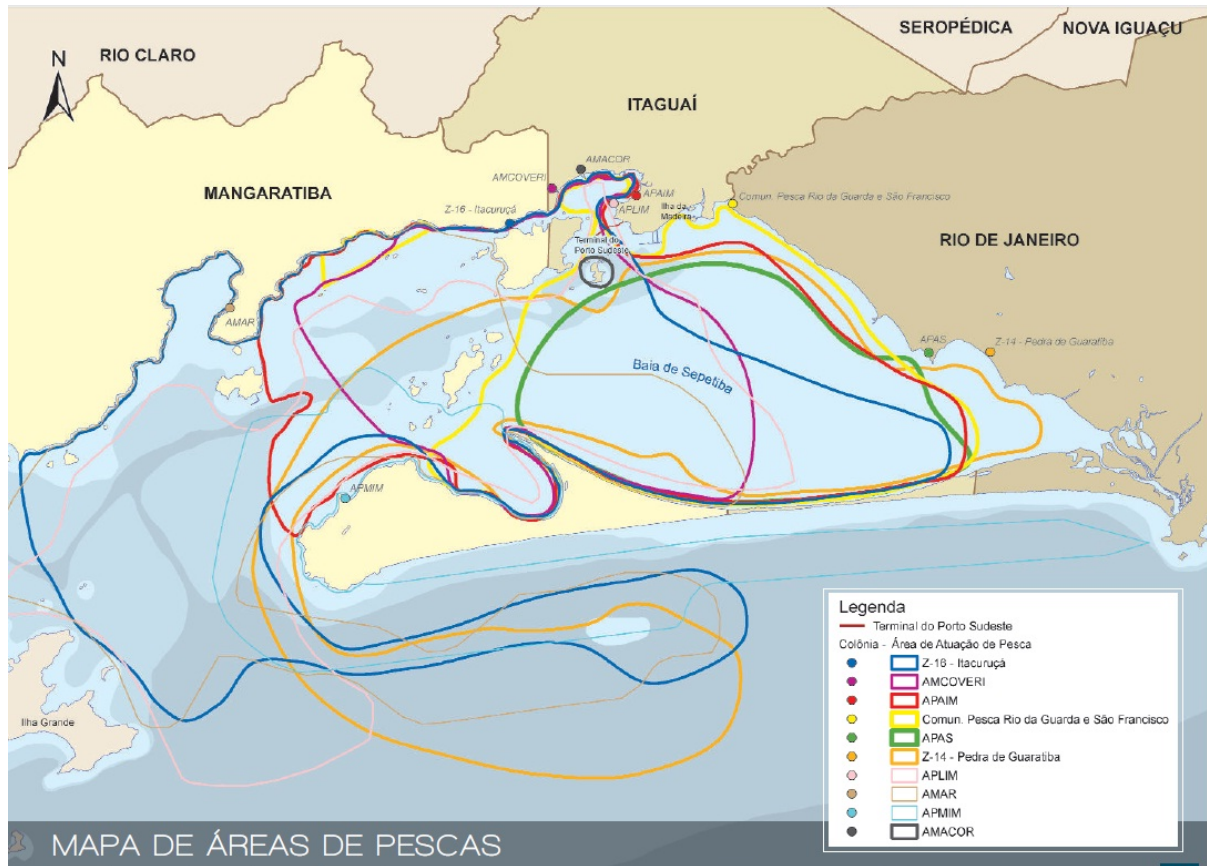
Quadro 04 – Entidades de Pesca, Pesqueiros, Espécies Pescadas e Cultivadas (Continuação)

APAS- Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba	Pombeba	Camarão, piraúna, corvina e linguado
	São Francisco	Camarão
	Rio Vermelho	Tainha, corvina, piraúna, arraia
	Rio Capão	Tainha, corvina, piraúna, arraia
APAIM – Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira	Saco da Ilha da Madeira	Camarão, corvina, tainha, arraia
	Restinga da Marambaia	Camarão, corvina, tainha, arraia, piraúna, bagre
APLIM – Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira	Saco da Ilha da Madeira	Camarão, corvina, tainha, arraia
	Restinga da Marambaia	Camarão, corvina, tainha, piraúna, bagre
	Lage do Mero	Anchova, Cação, corvina e mero
	baía de Mangaratiba	Corvina, anchova, robalo, camarão
AMACOR - Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande	Praia do recife (Angra)	Vongole
	Restinga da Marambaia	Vongole
	Praia de Coroa Grande	Vongole
	Lagoa de Saquarema	Vongole
	Costões de Mangaratiba	Mexilhão
	Manguezal de Itaguaí	Sururu
	Manguezal de Mangaratiba	Sururu
AMCOVERI - Associação dos Maricultores da Costa Verde de Itaguaí	Praia do Pombeba	Camarão, corvina, linguado, tainha
	Praia Itacoatiara	Camarão, corvina, linguado, tainha
	Lage Branca	Camarão, corvina, linguado, tainha
	Ponta do Boi	Cultivo de ostra Giga, vieira, mexilhão, ostra nativa e algas
APMIM – Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia	Restinga da Marambaia	Camarão, corvina, tainha, piraúna, bagre
	Lage da Marambaia	Anchova, cação Corvina e Pargo

Fonte: RIMA /PORTO SUDESTE, MMX, 2009, p. 34.

No Mapa de áreas de pesca abaixo, pode-se verificar as entidades e os locais onde os pescadores costumam pescar.

Figura 12 - Entidades de Pesca da Baía de Sepetiba e Áreas de Pesca.



Fonte: RIMA PORTO SUDESTE, 2008, p. 35.

Os locais de maior concentração de pescadores na baía são: Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Ilha da Madeira e Itacuruça. Além dos pescadores artesanais, existem ainda no entorno da baía os/as marisqueiros(as), um contingente de mulheres e homens que vivem de catar mexilhão, ostras, samanguiás (espécie de concha), caranguejos e siris. As mulheres são majoritárias nesse tipo de trabalho. Esse ainda é um trabalho marginalizado, muitos trabalhadores não são reconhecidos e sequer mantêm registros. Os locais onde podemos encontrar um elevado contingente de marisqueiros(as) na baía de Sepetiba são: Coroa Grande, Vila Geni, e antigamente na Ilha da Madeira (Itaguai/RJ), e nas praias da Brisa, dona Luíza, do Cardo e na Pedra de Guaratiba, localizadas no Município do Rio de Janeiro (SILVA SÁ, 1999).

O IV Distrito Naval, situado em Itacuruçá, é o órgão oficial da Marinha, responsável por todo o tráfego marítimo no espaço compreendido entre Guaratiba e Conceição de Jacareí, sendo responsável também pelos registros das embarcações.

Dentre os municípios que estão no entorno da baía, interessa-nos destacar Itaguaí, visto que ali está localizada a Ilha da Madeira, palco de muitas lutas em favor do meio ambiente, da baía e dos pescadores, mas que hoje vivem grandes transformações.

3.1.2. O Município de Itaguaí-RJ

Localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, a 73 km da capital, o município de Itaguaí desde 1974, integra a chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)³, sendo a área contígua à ilha da Madeira, nesse mesmo período, destinada à implantação de uma “Zona Exclusiva Industrial” (PMI/RJ, 2012).

No início do século XVIII, os limites territoriais na região eram diferentes. Parte do atual município pertencia a Angra dos Reis e outra parte ao Rio de Janeiro. Em 1818, foi fundada a Vila de São Francisco de Itaguaí e, em 1833, foi elevada à categoria de cidade, conseguindo assim, emancipação administrativa (PMI, 2012).

A abrangência territorial do município, hoje, é de 275.867 Km², mas já foi maior. Segundo Barboza (2008), Itaguaí chegou a ter cinco distritos: Ibituporanga, Seropédica, Paracambi, Ilha da Madeira, Coroa Grande. Posteriormente, Ilha da Madeira e coroa Grande viraram bairros. Em 2003, período da última reformulação, o município passou a ser composto por apenas dois distritos: Itaguaí e Ibituporanga (IBGE, 2012).

Avizinha-se, a leste, com o distrito industrial de Santa Cruz – RJ, a oeste com a região turística - Costa Verde, ao norte, uma região constituída por planícies e serras, com características rurais, sítios e plantações, avizinha-se com os municípios Paracambi e Seropédica. A parte litorânea é banhada pelas águas da baía de Sepetiba, e dele faz parte a Ilha da Madeira, que desde 1957 está interligada ao continente.

A população, no censo 2010 (IBGE), era de 109.091 habitantes, correspondente a 0,9% do contingente da Região Metropolitana. A densidade demográfica era de 395,45 habitantes por Km² e a taxa de urbanização correspondia a 95% da população. Segundo o

³ Que no total abrange 19 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá e Itaguaí.

censo, a população itaguaiense é formada por: brancos (39,23%), pardos (49,51%), pretos (10,11%) e amarelos (1,02%), ou seja, praticamente 60% da população é afrodescendentes com uma população residente masculina de 54.409 e de 54.682 mulheres. A relação entre homens e mulheres está equilibrada (IBGE, 2013; TORRES, TCE/RJ, 2011; PMI/RJ⁴, 2012).

No período colonial, a região chegou a exportar café, açúcar, farinha e aguardente, predominando a força de trabalho escrava de negros e remanescentes indígenas. Posteriormente, chegaram imigrantes japoneses e alemães. Até a década de 1960 a base econômica do município girava em torno da agricultura, pesca e turismo, vivendo ciclos de relativa estabilização econômica e demográfica. Ao longo do tempo, a agricultura foi perdendo força, hoje subsiste produzindo variedades de frutas (banana, abacate, manga, goiaba, coco etc.) e outros produtos: mandioca, algodão, café, chá entre outros (IBGE, 2012; LEITE LOPES, 2004).

Sem render a notoriedade que a atividade agrícola alcançou em tempos passados, a pesca artesanal sempre conseguiu manter-se, nos diversos períodos históricos, graças aos esforços dos próprios pescadores. Hoje, a pesca sobrevive, apesar de enfrentar graves problemas com a poluição das águas, restrição das áreas de pesca e acesso aos pesqueiros em função das instalações portuárias. Segundo dados da Federação das Associações de Pescadores do Rio de Janeiro (FAPESCA), em 2009 havia, no entorno da baía de Sepetiba, cerca de 8 mil famílias ligadas à pesca (PACS, 2009). Hoje, a estimativa é que haja, aproximadamente, 5 mil famílias (MPP/UERJ, 2012).

A crescente expansão urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro forçou a ocupação das suas áreas periféricas, constituídas na sua grande maioria pelos municípios situados na bacia de Sepetiba, entre os quais Itaguaí. Esta ocupação foi estimulada pela relativa proximidade dos grandes centros e pelo baixo valor das terras em metros quadrados. (SILVA SÁ, 1999).

O processo de industrialização do município teve início em 1964, com a instalação da Companhia Mercantil Industrial Ingá⁵, na Ilha da Madeira. Em 16 de dezembro de 1975, por meio do decreto Lei federal nº 76.805, foi autorizada a criação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), visando à implementação do Programa Nuclear Brasileiro para a geração de energia nucleoeletrônica. A empresa que foi instalada em Itaguaí, praticamente, na entrada do bairro da Ilha da Madeira, iniciou suas atividades, em maio de 1980.

⁴ Prefeitura Municipal de Itaguaí/RJ - http://www.vivaterra.org.br/historia_itaguaui.htm

⁵ Será detalhada, mais a frente.

A NUCLEP é uma empresa estatal de alta tecnologia, destinada à produção de reatores nucleares e peças metalúrgicas de alta precisão, componentes pesados relativos a usinas nucleares, assim como equipamentos relativos à construção naval e “*offshore*”, e a outros projetos. Uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, atualmente é uma sociedade de economia mista regida pela Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), pelo decreto de sua criação, por seu estatuto e outros dispositivos legais aplicáveis. Atualmente é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (NUCLEP, 2012).

O período entre 1973-77 é demarcado pela construção da rodovia Rio – Santos (a BR-101) uma obra que, além de favorecer a especulação imobiliária da Costa Verde, atendeu à construção das usinas nucleares de Angra dos Reis e de outras empresas que vieram para a região. Nesse período também foram instaladas a Fundação Técnica Sulamericana (peças para a indústria naval) e a Usina Itaguaí (transformação de metais não ferrosos).

Em dezembro de 1975, o governo militar assinou o decreto de nº 76.825, desapropriando uma área de 14.049.511,89 m² em favor da construção de uma unidade da Usina Siderúrgica Nacional (CSN). A Zona Exclusiva Industrial abrigaria, inicialmente, a segunda unidade da CSN, mas que não saiu do papel. Posteriormente, esta área foi cedida para a companhia das Docas do Rio de Janeiro, encarregada de administrar o “Porto de Sepetiba”, inaugurado em 1982, hoje denominado “Porto de Itaguaí”. Em 1987, o governo federal definiu a construção do pólo petroquímico do Rio de Janeiro naquela área. Desses grandes projetos apenas o porto foi adiante (SOARES & TOLENTINO, 2004; LEITE LOPES, 2004; ZBOROWSKI, 2008).

O processo de industrialização do município de Itaguaí ocorreu ao longo de vários ciclos econômicos. Iniciou na década de 1960, foi revigorado com a instalação do Porto em 1982. Passou por um período de relativa estabilização, sem maiores investimentos, até que em 1994, recebeu novo impulso com a ampliação do Porto de Itaguaí. Em 2005, ocorre novo ciclo a partir da inauguração da Companhia Siderúrgica do Atlântico ThissenKrupp (TKCSA), que tem a sua planta localizada no bairro de Santa Cruz/RJ, mas que mantém o porto particular com dois terminais composto por uma ponte de acesso de 4 Km e um Píer de 700 m para carga e descarga de material que está instalado na baía de Sepetiba, próximo à Ilha da Madeira (PACS, 2009).

Em 2007, iniciaram as negociações do projeto do Porto Sudeste, denominado pela empresa de “Superporto Sudeste”, um terminal privado da empresa de logística LLX do grupo

EBX, voltado para exportação de minério de ferro. As obras iniciaram no final de 2009, com previsão de inauguração para final de 2013. Nesse mesmo período, teve início, também na Ilha da Madeira, a construção do Estaleiro de Base Naval (EBN) que servirá para a construção de submarinos convencionais e nucleares, um empreendimento que envolve a parceria entre a empresa Odebrecht, a DCNS (uma empresa francesa), e também, com uma participação, simbólica, da Marinha do Brasil.

Além dos empreendimentos citados, existem outros que estão sendo instalados, ou planejados, para o Município de Itaguaí: o Arco Metropolitano; o projeto de revitalização do porto; fala-se na construção de mais um porto, no caso uma parceria entre a Gerdau, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Petrobras, com foco na exportação de aço e apoio logístico para embarque de petróleo da camada do pré-sal (Jornal Negócios e Investimentos, 2012). Dentre as grandes empresas que já estão presentes na região destacam-se: a NUCLEP; Cia Docas, TKCSA; LLX/MMX; Vale do Rio Doce; Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Usiminas; Gerdau; Furnas; Odebrecht; Petrobras.

Todos esses empreendimentos refletem as demandas dos investimentos econômicos e as diretrizes políticas do Estado. Em pesquisa realizada entre 1996 e 2000, Leite Lopes já sinalizava que “as decisões que podem transformar radicalmente a vida dos moradores são sempre extralocais, sempre embaladas em um “discurso oficial”, que tem como componente básico a ideia de desenvolvimento, traduzida localmente, como possibilidade de emprego” (LEITE LOPES, 2004 p.43).

Em 2011, a manchete de uma notícia veiculada em *site* oficial da prefeitura de Itaguaí destacava o fato de que, até mesmo, a prefeitura precisa recorrer à internet para saber quais são as empresas que estão chegando à cidade. Segundo o secretário de obras, o problema estaria na falta de comunicação prévia, tanto do governo federal, quanto das grandes empresas. Segundo a notícia, os empreendimentos que estão atualmente sendo construídos e, os que se encontram em projetos, são planejados e implantados sem a participação técnica da prefeitura (PMI/RJ⁶).

Para além da desarticulação das ações governamentais, destaca-se o fato que, no município, as relações políticas são marcadas por facções pessoais, clientelismo e violência, inclusive com assassinatos de ocupantes de cargos públicos, e repressão a movimentos que defendem aos direitos da população (LEITE LOPES, 2004). Os jornais locais são distribuídos

⁶ <http://www.cidadaniadoporto.com.br/2011/07/prefeitura-de-itagua-i-precisa-recorrer.html>

para a população gratuitamente, mas sem abrir espaço para crítica às ações políticas do governo local (TOLENTINO & SOARES, 2004).

Os ciclos de industrialização do município refletem diretamente no crescimento demográfico. Em 1970 a população era de 55.800 habitantes em 2000 passou para 82.003. Segundo análise da prefeitura, a chegada das indústrias, a notícia da instalação de uma unidade da CSN e depois a construção do porto contribuíram para o aumento populacional. O apelo do desenvolvimento, nesse período, ainda que nem todos os projetos tenham se concretizado plenamente, produziu efeitos colaterais significativos: a população rural que era de 38.371 habitantes caiu para 14.126, em 1980, enquanto a população urbana cresceu de 17.468 habitantes, em 1970, para 78.391 em 1980 (IBGE, 1970; LEITE LOPES, 2004)

Os dados populacionais de 2010 evidenciam que, em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 33%, representando o 17º maior crescimento no estado do Rio de Janeiro (TORRE, 2011). A estimativa feita pelo governo do estado é que o município de Itaguaí terá um aumento populacional de 40%, nos próximos 10 anos. A população da região do Arco Metropolitano poderá chegar a 1 milhão de habitantes.

Não há novidade no fato dos grandes empreendimentos provocar processos migratórios e refletirem no aumento populacional, mas há que se compreender se os empreendimentos para além de gerar um crescimento econômico, estão gerando desenvolvimento socioambiental e melhoria da qualidade de vida da população local.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, dados de janeiro de 2013, evidenciam que o mercado de trabalho está perdendo dinamismo. O balanço da criação de empregos, em 2012, foi o pior dos últimos três anos, e também foi observado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho das regiões sul e centro-oeste foi positivo, no nordeste, no norte e no sudeste, por outro lado, o saldo foi negativo. Os piores desempenhos foram no Rio de Janeiro (fechamento de 24,6 mil vagas), Pernambuco (11,5 mil) e no Ceará (4,7 mil) (MTE, 2013).

Segundo o mapa de pobreza e desigualdade de 2003 (IBGE Cidades), a incidência de pobreza no Município de Itaguaí, nessa época, era de 52%, sendo que o índice de Gini⁷ era de 0,42, não fugindo muito do padrão das demais cidades do estado Rio de Janeiro. Os dados do

⁷ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade geralmente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

IBGE cidades evidenciam que o município tem 27 estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2012, havia 19.812 matrículas no ensino fundamental, 5.426 matrículas no ensino médio. Em 2000, o município de Itaguaí ocupava o 42º lugar em relação aos demais municípios fluminenses, sendo 0,768 o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.2 Ilha da Madeira, do mangue, das aves, dos peixes e das pessoas: memória de um lugar, memória do seu povo.

“A história de um lugar é a maior riqueza de um Povo”
(ROBERTO BARBOZA, 2008).

Aprendemos com Santos (1985), que a periodização da história define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e socioambientais (SANTOS, 1985:9). O território também se configura pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Para ele, a relação entre o homem e o meio em que vive é dada pela técnica “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1994: 61).

A paisagem é “*uma parte*” da configuração territorial, “é a parte perceptível, visível, através dos sentidos, fotografias e mapas” (Santos, 1988, p. 72). A paisagem tem um caráter histórico, uma materialidade que marca cada época, cada instante da sociedade. Segundo Santos, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...) e não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. (Idem, p. 62). A visão da paisagem depende da localização, de onde se olha, sua dimensão corresponde à dimensão da percepção e esta ligada à produção do espaço “um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (Ibidem p. 65).

Podemos considerar ainda, que “esse olhar” guarda relação com as experiências estabelecidas ao longo do processo de socialização, com a particularidade das vivências que ajudam a dar significado às coisas “olhadas”, sejam elas naturais ou artificiais. Portanto, o que vemos também guarda relação com o momento que vivemos, com as nossas experiências, nossa cultura, nossos valores (FORACCHI e MARTINS, 1979)

O resgate de memória nos transporta a uma dimensão temporal, ainda que interpretativa, possibilitando a compreensão das perdas e permanências em relação à

paisagem e ao território e de como as transformações geradas a partir de interesses exógenos, acabam por vitimizar as populações locais e o meio ambiente, com consequências, por vezes, irreversíveis.

As águas abrigadas da baía e a abundância do pescado fez desse território o local escolhido pelos Y-tinga, uma tribo tupiniquim que habitou a região até serem totalmente dizimados pelos colonizadores. O domínio dos colonizadores na região data do século XVII, época em que os índios foram sendo expulsos das ilhas para o continente. O nome *Ilha da Madeira* é creditado a um cidadão português, que vindo da Ilha da Madeira em Portugal, estabeleceu-se nessa ilha por volta de 1718, batizando-a com esse nome, em homenagem à sua terra natal.

O relato dos moradores mais antigos, remete a um tempo em que a Ilha era, de fato, uma ilha, não havia sido aterrada e incorporada ao continente. O mapa abaixo ajuda a evidenciar a foz do rio Mazomba/Cação que separava a ilha do continente e, a foto ao lado mostra o rio, em 2012, após a instalação do Porto Sudeste e do Estaleiro de Base Naval (EBN), entre 2012 e 2013 ocorreram novas mudanças.

Figura 13 – Mapa do rio Mazomba/Cação separando a Ilha Madeira do continente.



Fonte: DNER - Governo do estado do Rio de Janeiro

Figura 14 – Obras sobre o rio Mazomba/Cação, 2012



Fonte: LOPES, Vera F. M. 2012

A ilha da Madeira, hoje, mais um bairro de Itaguaí, localiza-se entre dois domínios geomorfológicos importantes: (1) os terrenos elevados e acidentados da Serra do Mar, e (2) os terrenos planos e rebaixados das planícies fluviais e marinhas. “A Serra do Mar é constituída por rochas cristalinas, com vertentes escarpadas e cumes aguçados onde ainda, encontramos áreas remanescentes do bioma⁸ mata atlântica, a amplitude topográfica varia entre 300 e 700m”. A região de planícies fluviais e marinhas é constituída por “sedimentos argilosos ricos em matéria orgânica. Nesse domínio desenvolvem-se outras duas unidades: as planícies aluvionares e os manguezais”. As chamadas planícies de inundação desenvolvem-se nas margens dos principais rios e córregos. “Os manguezais ocorrem nos terrenos baixos e planos que são constantemente inundados pela maré, formando terrenos argilosos saturados de matéria orgânica” (RIMA DE AMPLIAÇÃO DO PORTO SUDESTE, 2011, p.19).

O conjunto de ilhas da baía de Sepetiba forma um alinhamento de serras que compõem um recorte paisagístico belíssimo.

“O núcleo da ilha é formado por rochas granitóides com vertentes inclinadas, chegando a alcançar 200 m de amplitude, cercada por planícies costeiras e fluviais. Ao norte da ilha, desenvolve-se um manguezal no baixo curso do rio Mazomba-Cação. (...) Na ilha da Madeira, há dois tipos de ocorrência de aquíferos: o aquífero sedimentar, associado às camadas superiores do terreno (aproximadamente 20 m de espessura); e o aquífero fissurado, associado

⁸ **Bioma** refere-se ao conjunto de diferentes ecossistemas, que possuem certo nível de homogeneidade, comunidades biológicas, populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e com o ambiente físico chamado biótopo (INDRIUNAS E PARRUCO, 1998).

às rochas cristalinas que formam o núcleo rochoso da ilha. O aquífero cristalino é explorado através de poços tubulares profundos. Os dados coletados em 3 poços revelaram vazões entre 0.7 a 10 m³/h. (...) Em relação ao manguezal da Ilha da Madeira, análises da qualidade da água realizadas recentemente não revelaram problemas de poluição por metais pesados, que são normalmente os elementos críticos em termos de contaminação da água e do solo na Baixada de Sepetiba” (RIMA de AMPLIAÇÃO do PORTO SUDESTE, 2011, p. 20).

Banhada por águas calmas em função da proteção natural da Restinga da Marambaia e salobras, em decorrência das águas doces dos rios que desembocam na baía, a ilha fica sujeita a pouca variação de maré, as águas demoram de 4 a 17 dias para se renovarem. A região é povoada por várias espécies de aves: garça-branca-pequena (*Egretta thula*), o socó-grande o (*Ardea cocoi*) e o piru-piru (*Haematopus Pallitus*), entre outras (RIMA PORTO SUDESTE, MMX, 2008).

Para quem vive em cidades, é inevitável o estranhamento, imaginar as dificuldades de se viver em uma ilha. Mas, para aqueles que ali nasceram, é muito difícil pensar na vida em outro local. Com exceção do Sr. Luiz Vieira, que muito pequeno, veio morar na Ilha, os demais entrevistados são Madeiranos natos, nascidos e criados na ilha da Madeira.

Os relatos destacam a beleza paisagística, a generosidade do solo, as riquezas naturais o que de certa forma, compensava as dificuldades de se viver em um local que não tem ligação por terra com o continente.

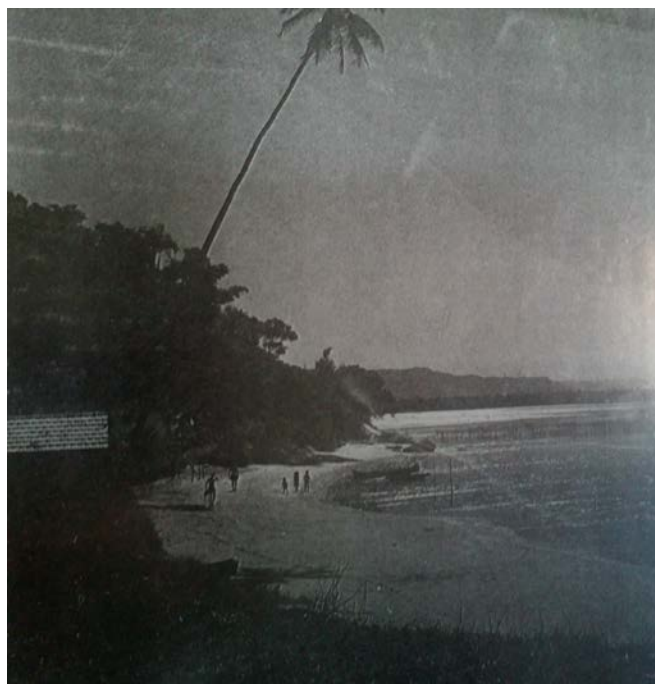
Na ilha da Madeira até 1957 havia, aproximadamente, 500 famílias. Não havia carros, a locomoção interna era a pé ou de bicicletas. A ligação com o continente só era possível com barcos. Isso foi destacado nos relatos, como um complicador, principalmente em situações em que ocorriam imprevistos e necessidades urgentes, por exemplo, necessidade de hospitais e médicos.

Os canais dos rios eram os caminhos mais rápidos para a locomoção, mas dependia da maré alta para chegar, por exemplo, à Coroa Grande, ponto mais próximo. Se tivesse com maré baixa ficava inviável, nesse caso a opção era contornar toda a ilha e, para isso, dependiam ainda, das condições de vento. Após chegar a Coroa Grande eles dependiam do trem para o Rio de Janeiro.

Segundo relatos, de leste a sul a ilha era banhada por belas praias que tanto encantava os moradores locais, como os visitantes e veranistas. No total havia *seis praias*: Saco do Engenho, praia do Coração, Prainha, praia do Ceroula, praia do Goiás e praia da Itapuca. Havia ainda, os costões e recantos como: Castelo, Ponta do Queijo, Costão do Urubu e das Paineiras. Eram pontos de natureza intocada, com muita vegetação e águas limpas. Na foto a

seguir, pode-se ver que a praia Saco do Engenho, guarda beleza, mesmo depois da instalação da Ingá.

Figura 15 - Foto da Ilha da Madeira, Praia Saco do Engenho, 1970.



Fonte: Foto de Roberto Barbosa (morador da ilha), 1970.

Os entrevistados ressaltam também a importância e a beleza dos manguezais, onde entre as raízes submersas da vegetação do mangue, as aves faziam os ninhos e os alevinos (peixes em estágio inicial de desenvolvimento) buscavam proteção contra os predadores:

- *“O manguezal é um verdadeiro berçário para várias espécies. Era nas árvores de mangue que as garças e socós faziam seus ninhos. No manguezal viviam os caranguejos, os siris. Quando criança adorava brincar no mangue, pegar caranguejo* (Sr. Magno, pescador, 76, 2011).

O relato dos moradores é confirmado em estudos sobre baía de Sepetiba: EIA-RIMA (Porto Sudeste, 2008) e no estudo de Rodrigues et al (2012), onde confirmam que na baía de Sepetiba, os principais manguezais estão localizados na Ilha da Madeira e Barra de Guaratiba.

Em meio a tanta riqueza natural, ninguém passava necessidade: - *“A gente podia não ter riqueza, mas aqui na ilha todo mundo vivia com dignidade, era uma beleza, uma fartura, na ilha ninguém passava fome, as pessoas eram felizes”* (Sr Magno, pescador, 76, 2011).

Apesar da pesca ser a atividade econômica mais importante, nem só de pesca viviam os moradores. Para além das margens praianas, a ocupação da área central e das áreas mais altas na ilha era demarcada por pequenos sítios e chácaras. Os caminhos de acesso levavam nomes dos seus moradores “sítio de seu Aquilino, chácara da dona Balbina, entre outros”. Essas áreas eram consideradas rurais e a produção restringia-se ao consumo próprio, mas sempre que possível, quando havia excedente, era partilhado e/ou comercializado com a população local. Havia produção diversificada de mandioca, milho, café, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, banana, entre outros. A mandioca e a banana se destacavam, sendo possível o consumo local de farinha de mandioca (BARBOZA, 2008).

A produção agrícola não chegava a gerar auto-suficiência para atender toda a demanda da população local, mas trazia certo benefício ao comércio. A banana, com produção farta, costumava ser previamente negociada com compradores “de fora”, sendo levada em canoas a remo, até a praia de Sepetiba e/ou praia de Coroa Grande.

O comércio era, majoritariamente, impulsionado pela pesca. Cada parte da ilha era valorizada pela comunidade, mas segundo Barboza (2008), era na praia do Saco de Engenho que se concentrava a força do comércio local:

“O Saco de Engenho era uma espécie de capital da ilha. Ali ficava a padaria (de grande importância para a comunidade local), a escola (que funcionava apenas para as séries iniciais), os armazéns, a sede social (onde tinha bailes, reuniões esportivas, peças teatrais e festa em geral), salão de barbeiro, a igreja e acima de tudo, a base pesqueira que era a grande alavanca da economia local” (BARBOZA, 2008, p. 18).

No Saco do Engenho, aos sábados, funcionava uma feira com variedades de produtos, cujos comerciantes podiam ser os nativos da ilha, ou os chamados “mascates”, que vinham da cidade só para comercializar produtos manufaturados. A presença dos “mascates” podia durar semanas e, segundo relatos, era comum a população abrigá-los nas casas, “*sempre na camaradagem*” (BARBOZA, 2008, p.19).

3.2.1 A pesca e o trabalho dos pescadores na ilha de antigamente

A pesca artesanal era a grande alavanca da economia local. Uma atividade passada de pai para filho. As artes de pesca eram variadas, redes de linha de algodão, de emalhe, rede de tarrafa. Para cada espécie pescada (camarão, tainha, linguado, corvina etc.) um tipo de rede,

assim como, o uso de armadilhas e de puça. O espinhel, um cordão longo com uma série de anzóis presos por linhas, era muito usado.

Barboza (2008) destaca que na ilha, um dos peritos no uso de espinhel era um pescador, já falecido, chamado João Pinto. “Mulato forte e bom remador, tinha um profundo conhecimento da costa brasileira, quando eu era criança, adorava ouvir as aventuras do valente João Pinto e sua canoa ‘*Vamos Nessa*’, uma figura marcante na pesca da ilha” (BARBOZA, 2008, p. 36).

A *cercada*, uma espécie de *curral-de-peixes*, ou *criadouro*, era uma técnica caiçara usada para prender os peixes, também muito usada na ilha. Na cercada, os peixes pequenos ficavam presos e por força da maré, os peixes maiores entravam e depois não conseguiam sair. A cercada não funcionava o ano todo, tinha períodos mais propícios. Sr. Magno (76), pescador desde os nove anos, relata que o pai e a avó costumavam fazer duas a três cercadas no ano e, geralmente, eram montadas em frente ao terreno onde moravam e também era comum ter mais de uma cercada, assim como, fazer parcerias com vizinhos para cuidar da cercada. Uma modalidade de pesca coletiva.

Figura 16 – Foto da Ilha da Madeira e uma Cercada ou Curral para a Pesca.



Fonte: Foto Roberto Barboza (morador da Ilha, 1970).

Figura 17 – Foto de Cercada ou Curral – Arte de Pesca, Maragogi/PE/2012



Fonte: LOPES, Vera F. Maciel, 2012.

Barboza (2008) destaca que a técnica de produção da cercada mobilizava muita gente, desde a construção da sua estrutura até a sua implantação. Usavam-se materiais variados: pau de mangue, bambu e imbé (um tipo de cipó).

“O bambu era cortado, ponteadado e contado mais ou menos para efeito de despesas. A partir daí, era preparado uma esteira no estandal, uma espécie de estaleiro. Havia ainda o preparo dos moirões e varas de mangue que serviriam também para a sustentação de armação desse curral. O Imbé, por ter pouca flexibilidade, ficava submerso por alguns dias e a seguir era retirado para fazer o entrelaçamento dos bambus, deixando as esteiras prontas para irem ao mar [...] várias pessoas eram beneficiadas com esse trabalho: o cortador de bambu, os trançadores e abridores de esteiras, o mergulhador e até as crianças que ajudavam destrançar o imbé. Havia técnica em tudo isso, mas o marcador de cercada era quem conhecia bem o movimento das marés naquele local, ele então determinava o local exato de cravar o ‘moirão mestre’ para a implantação da cercada” (BARBOZA, 2008, p. 35).

A cercada, depois de pronta, quando a maré demora em baixar, exige o uso de linha para a pesca, a vantagem é que ela ficava próxima às casas. O uso da cercada foi proibido pelo decreto Lei N. 794 de 19 de outubro de 1938, mas em algumas regiões ela era permitida, ou tolerada. Sr. Magno, afirma que na ilha, durante muito tempo, não havia repesaria, com o passar do tempo, a fiscalização começou a ficar mais rigorosa. A cercada foi muito usada na ilha, até meados da década de 1970, porém depois da chegada da Companhia Ingá a fiscalização ficou mais severa: - “a Marinha vinha e derrubava tudo” (Sr Magno, antigo pescador).

Na ilha, as redes de pesca eram produzidas pelas mulheres: “todas as mulheres sabiam produzir rede, minha mãe produzia muita rede. A gente comprava a linha e elas teciam tudo que é tipo de rede. Hoje, aqui, ninguém mais produz rede (Sr Magno. 2012)”.

Em geral, a divisão sexual do trabalho na pesca tende a valorizar o esforço dos homens e invisibilizar o trabalho das mulheres. São recentes os movimentos específicos das mulheres na pesca, assim como as conquistas dos direitos, entre os quais, o de aposentadoria como segurada especial e, em alguns casos, direito ao defeso.

No caso da ilha da Madeira, o trabalho na pesca, de maneira geral, exigia muito esforço. Os homens saíam no barco a remo, puxavam as redes, trabalhavam a noite no mar escuro ou de dia embaixo de sol, carregando e descarregando os balaios, comercializando o pescado, entre outros. Às mulheres cabia: ajudar a preparar os apetrechos e o rancho para a pescaria, lavar, passar, cozinhar (em fogão à lenha), construir redes, cuidar dos filhos, fazer os consertos das redes e das roupas dos maridos e dos filhos, tudo isso com horário marcado, visto que tudo tinha que estar preparado para quando os homens chegassem de volta. Eram elas também que dominavam as técnicas de beneficiamento do pescado e dos mariscos.

Marcada por sazonalidade, conforme expressão dos pescadores: - *“na pesca tem a quadra ruim e a quadra boa, quando a gente tava na quadra boa, tinha que se preparar para a quadra ruim”* (pescador). O resultado da pesca, em parte, era comercializado na própria ilha e/ou usado para o consumo próprio. Nesse caso, como não havia energia, muito menos gelo, as mulheres costumavam beneficiar o pescado, usando a técnica da *salga*.

Quando os maridos voltavam da pesca, eram elas que cuidavam da limpeza dos apetrechos e do beneficiamento do pescado. Algumas se aventuravam na pesca, saíam com os botes e canoas, e a técnica mais usada era a pesca de linha. Quando havia cercada, elas trabalhavam e ajudavam na construção e depois na pescaria de linha.

A jornada de trabalho das mulheres iniciava na madrugada e só terminava tarde da noite, geralmente eram as primeiras a acordar e as últimas a dormir:

“A ilha dormia, mas as mulheres sempre estavam despertas. Muitas ainda tinham que cuidar de criança pequena, trocar e amamentar. O trabalho era grande, as coisas eram mais difíceis, não tinha luz, a água era de poço ou de nascente, passar roupa com ferro de brasa, era pesado, mas eu nunca escutei uma reclamação de minha mãe”(Antonia, filha de pescadores).

Para a realização da atividade pesqueira, eles dependiam dos barcos, assim como para o traslado das pessoas para fora da ilha. Os pescadores usavam canoas a remo ou caíques (pequenos barcos com algum compartimento fechado). Nas canoas a remo, em geral, iam quatro pessoas: o mestre, o chumbereiro, o gancheiro e o proeiro. Havia também o sistema de

parcerias, em geral três canoas, em média, 12 homens, com uma rede em cada canoa (BARBOZA, 2008).

Figura 18 - Foto de canoa usada para pesca e locomoção (Ilha da Madeira, 1970)



Fonte: Foto Sr. Roberto Barboza (1970).

A parceria gerava melhor resultado, visto que as redes eram interligadas umas às outras com chances de melhores resultados. Segundo relato, nem sempre eram as mesmas equipes, em geral, o mestre da embarcação avaliava se havia homens disponíveis para sair em parceria.

A técnica e as artes de pesca guardam relação direta com o tipo de pescado, o que por sua vez, tem relação com a época do ano. Sérgio, comerciante de pescado e diretor da APLIM, afirma que: - *“O peixe tem suas épocas e suas safras e pode ter diferença de um lugar para outro. O linguado é um peixe de inverno, o robalo é de verão, a corvina aparece de agosto em diante”*. Segundo Sérgio, os peixes entram na baía com duas finalidades para engorda e para desova: - *“As tainhas, por exemplo, aparecem na baía em maio, junho, julho, agosto, épocas de desova”*. Para cada tipo de peixe, existe um tipo de rede, com malhas e tamanhos diferenciados, que tem a ver com o tamanho do pescado ou do camarão que se pretende pegar.

O senhor Roberto Barboza relatou que as águas da baía eram tão limpas que na época da pesca da tainha, os pescadores costumavam fazer a pesca de cerco. Ficava um olheiro esperando a entrada do cardume na baía, quando este entrava, era dado um sinal e os demais pescadores saíam em conjunto de canoas para cercar o cardume. Não houve relato de conflito em relação ao domínio de território, seja de cercada ou pesqueiro. Como a capacidade de pesca individual era pequena, era comum se unirem para conseguir um resultado melhor. O trabalho era mais coletivizado.

A análise dos relatos nos faz compreender que a atividade tradicional, com barcos pequenos, passa a ser um limitador no esforço de captura e na seleção quanto à qualidade e tamanho do pescado a ser comercializado. Sr. Magno relatou, com ares de satisfação, que ele e seu pai chegavam a levar de 40 a 50 quilos de camarão, em balaios, para serem comercializados no mercado de Coroa Grande: - *“aqui dava tanto camarão que a gente conseguia pegar até com a mão”* (Pescador, 76, 2012).

Mesmo gerando satisfação ao Sr. Magno, 40 a 50 quilos não representavam uma quantidade muito grande se comparada à capacidade de captura de um barco industrial, ou dos barcos que fazem arrasto. Nessas modalidades, os pescadores pegam toneladas de pescado de uma única vez. A pesca artesanal, ainda que cause impactos negativos, tende a ser mais sustentável, na medida em que o esforço de pesca é pequeno.

Em seu relato, Sergio reforçou que atualmente, há maior conscientização dos pescadores artesanais: - *“Hoje, a maioria respeita o período do defeso e procura usar malhas maiores, mas nem sempre foi assim”* (Sergio, comerciante de pescado).

Analisamos, no entanto, que a conscientização fica fragilizada, à medida que as condições de vida na pesca começam a piorar. A sazonalidade é uma característica da pesca e para os pescadores, com poucos recursos, as dificuldades aumentam à medida que precisam diversificar a pescaria e isso exige uma variedade de apetrechos e redes e, principalmente, a dependência de um barco. Mesmo, em épocas passadas, quando os barcos não tinham motor, nem todo pescador tinha condições de ter uma canoa. Muitos trabalhavam em barcos que não eram de sua propriedade.

A saída para o mar era sempre marcada por um ritual, dependia muito das condições climáticas exigindo organização: arrumação dos balaios e dos apetrechos, que eram sempre separados na véspera. O mestre era quem dava as ordens, era dele a responsabilidade de observar as condições do tempo, maré e organizar a saída. No término da pescaria, que podia ser de manhãzinha ou à noite, todos tinham direito ao *seu quinhão* (expressão usada pelos pescadores, relativo à parte de cada um na pescaria).

A comercialização do pescado era outra dificuldade. Segundo Sr. Magno, o mercado mais usado era o de Coroa Grande, onde o pescado era levado de canoa e os pregoeiros faziam uma espécie de leilão. Após a venda dos lotes de peixe, os pescadores faziam a partilha do quinhão. Muitos aproveitavam para comprar, no comércio local, os gêneros que necessitavam em casa, colocavam tudo na canoa e, somente então, voltam para casa. Sergio

relata que, em alguns casos, os peixes eram levados até Mangaratiba e de lá eram postos no trem até Santa Cruz, para somente então serem comercializados.

Com o passar do tempo, alguns comerciantes locais passaram a comprar os peixes na própria ilha e se encarregavam do transporte até o destino final. Uma rede de comercialização e de atravessadores na qual os pescadores eram forçados a vender o pescado não pelo valor referente ao esforço de pesca, mas pelos valores estipulados pelos comerciantes.

Barboza (2008) descreve que, na parceria, a divisão do *quinhão* se dava da seguinte forma: “A venda do pescado era intermediada por um dos mestres, que por sua vez, repassava para o mestre de cada uma das canoas a parte equivalente e este, fazia a subdivisão a seus camaradas” (BARBOZA, 2008, p. 34). Em ambos os sistemas, parceria ou de uma canoa, a divisão entre as partes era desigual.

O resultado da venda total do pescado era dividida em 6 partes, sendo que os “camaradas” ficavam com 1/6 desse total. Na descrição do Sr. Roberto:

“O quinhão que cada camarada recebia representava 1/6 da venda do pescado referente àquela maré. Ao mestre da canoa cabia-lhe um quinhão e meio; um quinhão era para cobrir os gastos com a rede, meio quinhão para a canoa e um quinhão para cada camarada. Exemplificando com moeda da época, que era o cruzeiro [...] se o resultado de uma pescaria fosse Cr\$90,00, o mestre ganhava Cr\$ 22,50, a canoa Cr\$ 7,50, a rede Cr\$ 15,00 e os camaradas ficavam com Cr\$15,00 cada” (BARBOZA, 2008, p.34)

Importante destacar que as culturas tradicionais também são marcadas por contradições e conflitos. A vida em sociedade pressupõe a construção e submissão às regras e valores construídos socialmente. Quanto mais tradicional é o modo de vida, a tendência é de que prevaleça, com maior intensidade, à consciência coletiva (DURKHEIM, 1955; IASI, 2002).

No entanto, os grupos sociais, ainda que vivessem em ilhas, não ficam fechados em si, se relacionam e se comunicam, estabelecem trocas de culturas. Os fatos que estamos relatando, referem-se à década de 1950. Nesse período, o Brasil estava em pleno processo de transformação, fazendo a transição do modelo agroexportador para a industrialização atendendo aos moldes e interesses internacionais. As influências dos valores e padrões de vida capitalista eram inevitáveis. Mas apesar disso, na ilha da Madeira ainda prevaleciam fortes laços de cooperação comunitária. Possivelmente, no cotidiano, as diferenças e adversidades gerassem conflitos entre a vizinhança. Mas analisando os relatos dos entrevistados, podemos aferir que os conflitos eram canalizados e “resolvidos” de várias formas. Na fala do Sr.

Magno, fica nítida a rivalidade que havia entre as pessoas que viviam no Saco do Engenho e as pessoas que viviam no outro extremo da ilha:

“Aqui, todos se davam muito bem. Somente quando tinha baile ou jogo de futebol que acaba dando uma certa confusão. O pessoal lá do Engenho (Saco do Engenho) vinha para os nossos bailes dançavam com as moças daqui, parece que era só para provocar e aí sempre tinha confusão. Mas, era briguinha à toa, a gente até tirava a camisa para não rasgar. Era até divertido, nunca teve uma briga de arma, nem de faca, era só na mão mesmo. O povo era unido e a violência era outra” (Sr. Magno, pescador, 76, 2011).

Nos relatos, os entrevistados não deixam transparecer armadura ou revolta pelas condições de trabalho ou de vida, pelo contrário, passam a impressão de que não havia separação entre trabalho, vida e lazer. Uma dimensão muito própria ao modo de vida das comunidades tradicionais, onde em integração, natureza e trabalho forma um todo coerente, que dá sentido à vida. Somam-se a isso, os vínculos comunitários que contribuem para o fortalecimento dos laços de cooperação e solidariedade. Isso guarda relação direta com o conceito de *identidade socioterritorial*, denotando que há identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço e de seus habitantes (HAESBAERT, 2007).

Senhor Magno, 76 relatou que em 1957, chegou à ilha um grupo de “grileiro”, querendo expulsar os moradores das praias, reivindicando a propriedade do local. Nas palavras dele:

“Em 1957 começou uma luta contra uns grileiros que chegaram aqui falavam que iam lotear a ilha, nesse grupo tinha muita gente envolvida, tinha prefeito, tabelião, comandante. Um grupo de uns oito. Criaram uma companhia balneária e vieram dizendo que iam lotear a ilha. Diziam que eram herdeiros dos donos da Ilha. Mas era tudo mentira, ‘papo furado’ tinha tabelião, prefeito, político, tudo envolvido e vinham dizendo que pescador só podia morar a trezentos metros longe da praia, queriam tirar a gente de perto da praia. Quando os grileiros falaram que o pescador ia ter que sair da beira da praia, morar lá longe revoltou todo mundo. Como que os pescadores iam fazer para levar as canoas lá para cima e sair da beira da praia onde todo mundo tinha nascido? Aí, um tal de Nestor Manuel Pinto (tinha uma casinha aqui) uma casinha de estuque aqui na beira da praia (as casas aqui antigamente eram todas assim: estuque, barreio, de chão), chamou o pessoal e falou para os moradores: - pessoal, vamos reunir, vamos se organizar, correr atrás, que esse pessoal já vieram com má intenção. Nós reunimos as pessoas, a primeira reunião em 1957, na casa da Nilda (já não existe mais) arrunamos um presidente, e fundamos naquela hora a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM). No começo foi só de boca, para garantir a união do povo e não sair daqui. O povo daqui era tihoso, não queria entregar nada. Foi uma luta boa, na época, nós tivemos que pedir apoio até do Joaquim Tenório Cavalcanti (ele mandava em Caxias), tivemos que mexer com políticos e três advogados, que não cobravam nada da gente, a gente pagava em peixe. E no final conseguimos chegar num acordo, tivemos que ceder um pedaço do terreno, se você tinha 100 metros, era obrigado a ceder uma parte, 30 metros, mas acabou solucionando tudo. Alguns pescadores não agüentaram a pressão e saíram, venderam, trocaram a terra por uma casinha lá longe!” (MAGNO, Pescador, 76, 2012).

No primeiro embate pela conservação do território, portanto nasceu a APLIM, que funciona até hoje, tendo o Sr. Magno como sócio fundador. Segundo relato dele, nessa época já existia as Colônias Z16 em Itacuruçá, que era quem representava os pescadores da Ilha da Madeira, mas, eles chegaram pedir apoio da Colônia, e ela não se manifestou, então decidiram criar uma associação, porque entendiam que, individualmente, não teriam força nem poder para enfrentar aquela situação. Relatou ainda que um comandante da Marinha, em represália à resistência dos pescadores aos grilheiros, mandou derrubar várias cercadas, causando muitos prejuízos aos pescadores.

3.2.2 Outras dimensões da cultura tradicional

A importância das festas populares foi enaltecida em todos os relatos. O folclore marcado pela festa de Folia de Reis, as festas religiosas (calendário católico) com destaque para a Festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores e do Bom Jesus de Iguape, que em função das regatas e das procissões de canoas, atraíam muita gente “de fora”. Destacam-se também as festas juninas. Pode-se perceber que o ritual das festas era um momento de desconpressão em relação às dificuldades cotidianas, mas também, de fortalecimento dos laços de construção da identidade e de pertencimento. Nas falas, os entrevistados denotam sempre as diferenças entre os “*daqui*” e os “*de fora*”. Ao mesmo tempo, narravam com orgulho às relações de vizinhança e o fato de serem excelentes anfitriões. Orgulham-se das pessoas “de fora” irem para lá e se sentirem acolhidos, serem bem recepcionados. Denote-se que do ponto de vista antropológico essa é uma questão importante, visto que não se trata de uma ação individual ou familiar, mas de atitude comunitária.

Sr. Roberto Barboza relata que a organização das festas acontecia com bastante antecedência e que todos os moradores contribuía e se cotizavam: - “*Quando faltava um mês mais ou menos para a festa, os pescadores doavam o resultado de uma pescaria (toda a produção pesqueira) para a realização da festa*” (antigo morador e pesquisador).

Outra festa importante destacada era o carnaval. Os moradores costumavam fazer blocos, denominados “*blocos de sujos*” e as mais excêntricas figuras a reverenciar Momo, o carnaval de rua era uma alegria para os moradores locais, uma época em que a ilha recebia muitas pessoas de fora.

Para além das grandes festas, a comunidade nos finais de semanas costumava realizar rodas de cirandas, onde violeiros e repentistas, incentivados pelo povo improvisavam os

versos divertindo a todos. Os bailes nos clubes e associações “*muito badalados*”, e o futebol que se desenvolveu na ilha a partir de 1930, após a construção do primeiro campo. Todos esses eventos, sempre fartos de comidas, sendo a *caldeirada* um dos pratos mais consumidos, eram fundamentais para a comunidade local, além de atrair turistas.

Na “*Escola Municipal da Ilha da Madeira*” havia dois professores, “*dona Marieta*” e “*seu Euvaldo*”. Funcionava em um casario localizado no Saco de Engenho, cujo imóvel era de propriedade da professora “*Dona Marieta*”. Em um amplo salão, foi adaptada uma sala de aula. Eram poucas as crianças que frequentavam a escola. Ali, elas se alfabetizavam e podiam estudar até a antiga quarta série primária, hoje quinto ano fundamental. Havia um livro para cada série e à medida que acabava um livro, passava-se para o próximo. Segundo relato do seu Roberto, quem pretendia que os filhos continuassem estudando, acabava tendo que sair da ilha, ou os filhos eram mandados para casas de parentes ou para colégios internos. Ainda segundo seu Roberto, os moradores lastimavam não haver uma escola completa.

A medicina tradicional, popular, era muito difundida na ilha. O conhecimento sobre as ervas medicinais era amplo e todos, mesmo as crianças, aprendiam a identificar as principais ervas medicinais e seus benefícios, era uma necessidade.

Segundo relato do Sr. Roberto: - “*Havia um morador ‘Seu Aquilino’ que era uma espécie de médico na ilha. A gente chegava a casa dele, tinha um livro preto e uma porção de vidrinhos com remédios, como os de homeopatia, ele curou muita gente*”. Relatou ainda, que por volta de 1940, mudou-se para a ilha uma família de libaneses comerciantes e que ajudou a melhorar muita coisa: comércio, as embarcações e a medicina local. O libanês dominava a técnica de aplicar injeção, e isso representou um grande avanço para o tratamento de algumas doenças.

Por não haver médicos, as mulheres grávidas, na hora do nascimento das crianças, contavam com a sabedoria e ajuda das parteiras. Seu Roberto Barboza, na entrevista, narrou um caso curioso, que ajuda a evidenciar as relações sociais, os valores e costumes predominantes entre os madeiranos:

“Na ilha as crianças vinham ao mundo, amparados por parteiras. Havia uma cidadã, dona Amélia, morreu com 105 anos, parteira fantástica, que era profundamente respeitada por todos. Veja bem, na ilha naquela época, não tinha luz e nem ruas, a ligação do lado norte com o lado sul, era por caminhos íngremes, difíceis. A dona Amélia morava no lado norte, mas a qualquer hora do dia ou da noite, quando chamada, ela atendia imediatamente. Não foram poucas as vezes que teve que caminhar na madrugada pelos caminhos escuros da ilha, no meio da mata, para atender a um chamado e fazia isso sem medir esforços. Mas onde eu quero chegar: por exemplo, se tivesse ocorrendo um jogo de futebol e a dona Amélia passasse todo mundo parava de jogar e ia beijar a mão dela. Crianças e homens já barbados.”

Para você vê, à medida que essas pessoas foram crescendo, evidentemente, aprendiam com os pais a respeitar, cada um sabia a importância e o valor que ela teve na vida de cada cidadão. Essas atitudes eram comuns na ilha.” (ROBERTO BARBOZA, antigo morador e pesquisador, 2012)

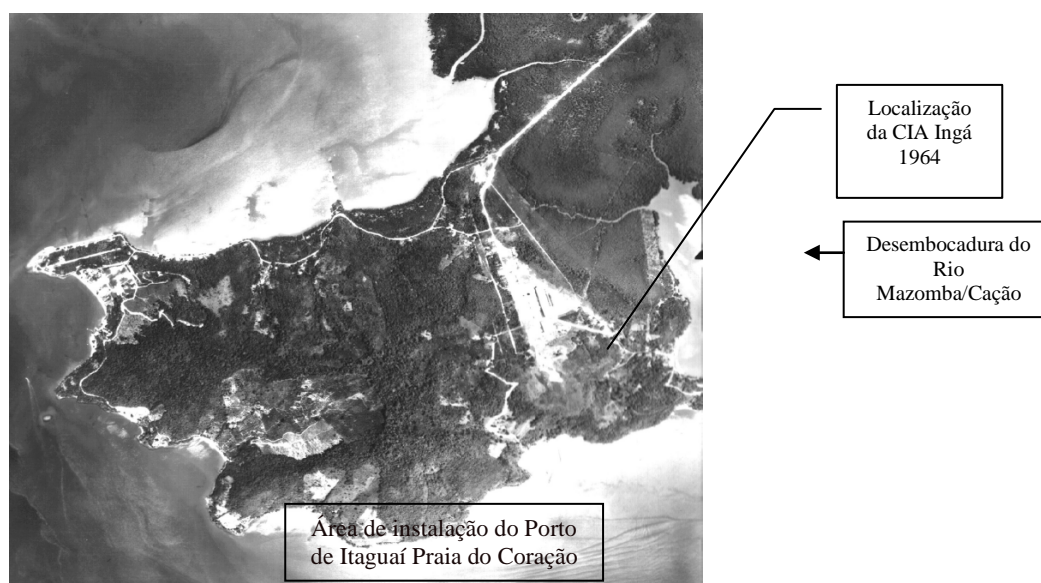
Por meio das narrativas é possível identificar como era e como vão se alterando as condições de vida, as relações e os valores à medida que o “desenvolvimento” chega à ilha.

3.3 A Ilha deixa de ser Ilha, início da Primeira Crise: a ligação com o continente e a implantação da Cia Ingá Mercantil

As primeiras movimentações para transformação da ilha ocorreram ainda em 1957, quando enviaram caminhões e tratores para abertura das ruas dentro da ilha. Partindo de Coroa Grande, por meio de balsas, a prefeitura de Itaguaí, enviou um caminhão e um trator, para começarem a trabalhar na abertura de ruas na ilha. Conforme relatou Sr. Barboza: - *“Eu jamais vou esquecer o primeiro veículo que entrou na ilha, um caminhão Chevrolet 57”*.

Entre 1957 a 1964, em sete anos, ocorreram várias transformações: a abertura de algumas ruas, as obras de ligação com o continente, as instalações de energia elétrica e a construção da Cia Ingá Mercantil. Nesse processo foram realizadas alterações no curso do rio Mazomba/Cação e aterros dos canais de ligação do rio à baía, desmatamentos e aterramentos de parte do manguezal.

Figura 19 - Ilha da Madeira. Foto aérea, 1964



Fonte: Missão AST-10 da FAB – USAF, 1964 em 1:60.000, apud. OLIVEIRA, S.

Foram muitas mudanças e os moradores foram pegos de surpresa. O processo de abertura das ruas e a ligação com o continente estavam relacionados à implantação da Cia Ingá no território, mas os moradores, no primeiro momento, não conseguiam fazer a correlação dos fatos. As mudanças eram observadas com um misto de espanto e deslumbramento com as novidades, ou com a expectativa de quem vivencia e observa a “chegada do progresso”.

Porém, ainda em 1957 começaram as negociações e o processo de remoção das famílias que moravam na praia do Saco do Engenho para a construção da Ingá Mercantil e a população passou a viver em um clima de tensão e insegurança. Um processo crítico, pouco transparente, que gerou remoções e mudanças profundas no território e na vida das pessoas.

Nos relatos podemos observar que havia relação entre a tentativa de usurpação dos terrenos dos pescadores no início de 1957, por “grileiros”, com a instalação da Cia Ingá. Na fala do senhor Magno ele registra:

“O grupo de grileiros apoiava a Cia Ingá, queriam montar uma fábrica aqui para produzir zinco. Esse grupo negociou uma parte do Saco do Engenho para a Cia Ingá, e com a chegada da Ingá resolveram aterrar o mangue para fazer a estrada para que os caminhões pudessem passar. Meteram o facão no mangue e saíram cortando tudo. Naquela época não se tinha a noção do danos que iam causar” (Pescador, 76, 2012).

Analisando os fatos, podemos aferir que no lado norte da ilha os pescadores conseguiram se organizar rapidamente e deram uma resposta coletiva conseguindo minimizar a ação dos grileiros, no lado sul, não houve essa mobilização e os moradores sofreram muitas consequências. A empresa acabou se instalando no Saco de Engenho: - *“Ali, antes era tudo muito bonito, tinha umas praias maravilhosas, tinha uma igreja, tinha até salão de cabeleireiro”* (Representante da APLIM, 2012).

Em pesquisa em jornais da época, constatamos que a primeira usina de Zinco do país – Companhia Mercantil Ingá, foi inaugurada em 1964, mas começou a produzir no primeiro semestre de 1965. Em 04/01/1965, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, concedeu crédito de Cr\$ 1, 4 bilhão para apoiar o início da industrialização das reservas de zinco no Brasil. A produção prevista, na época, era de 7.500 toneladas anuais (O GLOBO, 05/01/1965).

O projeto apoiado pelo BNDE foi decorrente de um acordo assinado entre o então presidente do banco, Sr. Garrido Torres, e dono da Ingá, Sr. Domício Gondim Barreto, e compreendia três itens: a implantação da usina; a exploração das reservas de minério na região de vazante de Minas Gerais e a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica para suprir o conjunto industrial. Vale destacar que o Sr. Domício Godim foi deputado federal entre 1958 a 1962 e senador de 1963 a 1978, ano em que faleceu (SENADO FEDERAL, 2013).

A Ingá antes de ser instalada na Ilha da Madeira produzia tubos galvanizados e lingotes de Zn., desde 1949, em uma planta fabril no Município de Nova Iguaçu. Em 1964, com a construção da nova planta na Ilha, foi transferida e passou a fabricar zinco metálico em escala industrial e, posteriormente, cádmio.

O relato de Sr. Roberto evidencia que muitos moradores da ilha não tinham registros de imóveis e isso facilitou a atuação da empresa na aquisição dos terrenos. *“A maioria, dos imóveis era de propriedade de usocapeão, mesmo os tinham registros eram passíveis de falsificação, visto que se tratava de um simples papel com apenas um selo e um carimbo assinado por um tabelião”* (Sr. Roberto, morador, 2012).

A compra dos terrenos pela companhia Ingá se deu de forma pouco transparente, para a comunidade. Segundo relato de Conceição, liderança comunitária na ilha, os representantes da empresa chegavam com um discurso “técnico” e as pessoas mais simples não compreendiam, eles ameaçavam os moradores com processos jurídicos e despejos: *“Meus pais passaram por isso, eles (os técnicos da empresa) vinham falando difícil, diziam que a*

gente não tinha direito de estar ali, que era melhor aceitar as propostas deles, senão ficaríamos sem casa e sem nada” (Moradora da Ilha, 2011).

Segundo Sr. Roberto, para os que tinham documentação e um pouco mais de instrução, havia uma maior negociação em torno do valor da indenização:

“As primeiras negociações foram mais fáceis e as indenizações foram mais justas, mas quem resistiu, individualmente, acabou saindo prejudicado. Eu avalio que faltou resistência, coletiva, as pessoas foram pegadas de surpresa, não houve tempo de organizar resistência” (Sr. ROBERTO, morador, 2012).

Segundo Conceição o processo de remoção foi difícil e marcou profundamente a vida das pessoas.

“Para quem não aceitava a indenização eles ofereciam outro terreno dentro da ilha, mas não é tão simples assim, a gente leva anos para construir a nossa casa e a vida não é só a casa, tem os vizinhos, o lugar que a gente aprende a gostar” (Moradora antiga da ilha, 2011).

Os depoimentos evidenciaram que a empresa usou de vários subterfúgios para persuadir a comunidade a ceder: negociações, coerção verbal, física, de vários tipos. A ação decisiva da empresa para expulsar os moradores foi o corte no abastecimento de água. Segundo relato de Conceição: - *“Essa foi a cartada final, tiveram a coragem de deixar a gente sem uma gota d’água, tinha família com criança. Quem tinha poço em casa ainda conseguia se virar, mas quem dependia das nascentes, foi horrível” (Moradora da Ilha, 2011).*

Esse fato chocou os moradores, não somente os que estavam diretamente implicados, mas a comunidade como um todo. Nas análises dos depoimentos aferimos que foi uma ação de represália inesperada, muito concreta visto que inviabilizava a continuidade da vida das pessoas no local e simbólica por criar no imaginário coletivo uma dimensão de que a empresa tinha total controle e poder sobre a situação e que não havia meios de resistir.

Segundo a fala do Sr. Roberto: - *“A condição de vida das pessoas no local ficou difícil, os últimos moradores acabaram tendo que aceitar o que a empresa oferecia” (Roberto, 2012).* Esta situação gerou um “trauma” coletivo que as pessoas não esquecem. O pior é que, quase trinta anos depois, eles voltam a (re)vivê-lo, com a chegada de outro empreendimento no local.

A Cia. Mercantil Ingá tinha como principal atividade a produção de zinco de alta pureza e, em 1974, começou a produzir cádmio (SILVA SÁ, 1999). O processo de produção de zinco era feito através de eletrólise de cádmio e zinco (DOURADO et al, 2012). Esses

minérios, por conterem impurezas de outros metais, geram durante o processo de purificação grandes quantidades de resíduos ricos em metais pesados. Os rejeitos sólidos e efluentes eram descartados no ambiente. Inicialmente todo rejeito era estocado no pátio da empresa e foram formando pilhas de rejeitos a céu aberto (ANSELMO, 2011). Segundo relato do Sr. Magno:

“Quando a Ingá começou a funcionar pegavam o bota-fora (dejetos) e despejavam aquilo tudo no mangue para ajudar a aterrar. Já tava poluindo tudo, mas ninguém sabia ninguém fazia ideia, nem noção do dano que ia causar. Eu sei, porque eu trabalhei na Ingá e fui testemunha do dano que aquela empresa causou ao meio ambiente.(...) Sulfato de cobre acido sulfúrico, Cádmio, aquilo ali tem muita raça de veneno. (...) Inclusive ainda tem aquele bota fora ainda lá, que ninguém sabe onde vão colocar. Hoje tão fazendo um aterro lá, mas aquilo tudo vai ficar ali no solo.” (Pescador, 2012).

Em 1984 foi construído um “dique argiloso”, com 40.000 m² de contenção no perímetro da área de deposição dos resíduos. Essa barragem de rejeito foi construída sem qualquer impermeabilização de base e, segundo Anselmo (2011), continha, aproximadamente, 430.000 m³ de efluentes com altas concentrações de zinco (824mg/l) e cádmio (2,9mg/l).

Figura 20 - Foto aérea da pilha de rejeito da Cia Ingá e a Planta Fabril



Fonte: ANSELMO (2011).

O solo era o principal destino dos rejeitos industriais. A transferência dos poluentes metálicos para as águas superficiais e subterrâneas se faz pela lixiviação e percolação promovidas pelo alto índice pluviométrico registrado na região. Além disso, a eliminação de emissões atmosféricas e o tratamento de efluentes líquidos tendem a aumentar a contaminação do solo através da geração de rejeitos sólidos. Da mesma maneira, as emissões atmosféricas de poluentes metálicos representam uma parcela expressiva de entrada total destes poluentes para a bacia (Pedlowski, 1990).

Logo no início do funcionamento da empresa, os moradores não tinham noção dos riscos que estavam se expondo. A empresa por sua vez, necessitava de força de trabalho e começou a admitir muita gente.

“Naquela época a Ingá tinha quase 500 funcionários, mas não tinha 2% daqui da Ilha. Essas firmas quando vem para cá, vem dizendo que vão dar serviço para todo mundo, para o pessoal do local, mas se você for correr aqui, não tem 40 pessoas trabalhando nas empresas. Muita gente vinha de Itaguaí, vinha tudo de fora”. (Sr. Magno,2012).

Segundo dados coletados em documentos da prefeitura de Itaguaí, a empresa chegou a gerar 450 empregos diretos, utilizando força de trabalho de Itaguaí e região. Segundo Leite Lopes (2004), a Ingá era um dos 100 maiores contribuintes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do Estado do Rio de Janeiro.

A ligação com o continente por via terrestre e a chegada do contingente de trabalhadores da Ingá ampliaram a comunicação dos “nativos” com os “de fora”. Importante destacar que, apesar de destruído o Saco do Engenho, havia ainda na ilha, as outras praias que guardavam a sua beleza, a mais citada é a Praia do Coração.

Nesse processo, a ilha passa a receber novas influências, chegam novos moradores e também, aumentam o número de visitantes, principalmente, nos finais de semana e feriados. O aumento do turismo tende a gerar novos impactos, entre esses: aumento do comércio local, construção de hotéis, aumento do lixo e da carga de esgoto.

Soma-se a isso, outro fator importante, já descrito no capítulo dois. Nessa época, década de 1960, a pesca no Brasil era marcada por políticas de expansão visando o fortalecimento da industrialização do setor. Coincidentemente, as falas dos entrevistados, revelam que a pesca na baía nesse momento não estava fácil, porque o peixe estava sumindo. Na visão dos pescadores, isso guarda relação com os períodos de sazonalidade, comum na pesca: - *“vivíamos uma quadra ruim”*(Magno, pescador, 2012).

Do nosso ponto de vista, este momento “ruim” guarda relação com as mudanças que estavam ocorrendo. Se por um lado, a chegada das indústrias na região da baía de Sepetiba provocava aumento populacional, poluição, desmatamento, entre outros; por outro, o crescimento da própria indústria pesqueira faz com que os barcos “grandes” e os barcos a motor passem a ser uma realidade, potencializando a capacidade de captura e provocando a diminuição dos estoques. O reflexo desses fatores será sentido, principalmente, pelos pescadores artesanais, momento em que as condições de vida destes tende a piorar.

Alguns pescadores da ilha, diante das dificuldades, deixaram a pesca e se submeteram a trabalhar na Ingá. Eles tinham a promessa de carteira assinada e salário fixo todo mês:

“Quando a empresa chegou, eu já tinha uns quatro filhos, a pescaria tava difícil para sustentar a família. Um dia por acaso eu tava passando por lá um encarregado me chamou e ofereceu emprego, como servente, e comecei a trabalhar. Entrei na usina piloto e praticando aprendi tudo ali passei a ser encarregado de setor. Ali a gente começava no moinho de bola, britando, fazia o minério virar polpa, lixiviação, filtro, filtro rotativo, saía àquela água que era solução, filtro prensa, eram cinco tratamentos. A placa de zinco saía com placa de alumínio” (Sr. Magno, 2012).

Senhor Magno relatou que trabalhou na Ingá por seis anos:

“Aquilo causava muita poluição. Se você atravessasse o galpão da eletrólise e assuasse o nariz saía sangue de tão forte que era. Aquilo tudo era só fumaça, hidrogênio soltando, um veneno só. Eu pedi para sair, por que senão eu teria aposentado lá, mas se isso tivesse acontecido eu poderia nem estar vivo” (Sr. Magno, 2012).

Os acidentes de trabalho eram graves, ocorreram casos de cegueira, queimaduras de 3º grau, amputações de membros e até mortes. No relato do Sr. Roberto (2012) ele analisa que:

“Os pescadores foram ‘empurrados’ para trabalhar ali, não recebiam treinamento suficiente, então acontecia muito acidente”.

Além dos metais pesados lançados na forma dissolvida e particulada nos reservatórios da empresa, havia ainda emissões atmosféricas consideráveis, tanto na forma de poeiras ricas em metais como na forma de gases (WARSSSEMAN, 2005).

Em 1965, os moradores já começaram a sentir os efeitos da poluição produzida pela Ingá: problemas respiratórios, náuseas, entre outros. Mas, havia muita desinformação e os tratamentos de saúde eram precários, não se fazia correlação entre os sintomas e as causas. Há relatos de moradores sobre a incidência de problemas de saúde: câncer, problema pulmonar, contaminação do sangue, cegueira, mas segundo representantes da APLIM, não há como comprovar a relação causa-efeito, visto que não foram documentados os registros, periódicos, laudos médicos suficientes para comprovar os casos.

A APLIM teve um papel importante em todo o processo. Ela foi criada em 1957, mas oficializada em 1959. Eles chegaram a reclamar na empresa sobre o “vazamento” de um líquido quente em uma vala que desembocava no manguezal próximo à planta industrial e que causava a morte de várias espécies.

Foram 20 anos de denúncias dos pescadores sobre os rejeitos jogados diretamente no solo e nas águas da baía para que em 1984, a empresa construísse o dique argiloso de

contenção no perímetro da área de disposição dos resíduos, os tanques de acumulação de água, a estação de tratamento de resíduos e águas residuárias e outros tipos de controle para minimizar o problema. Providências paliativas, sem rigor nos critérios técnicos e preocupação ambiental (ANSELMO, 2011).

Em 1987 a Fundação Estadual de Engenharia do meio Ambiente (FEEMA) e a Cia Ingá assinaram um Termo de Compromisso (TC) a fim de adequar a disposição dos resíduos sólidos e do tratamento dos resíduos líquidos. Em 1990, foi feito um aditivo ao TC exigindo que a empresa construísse um novo aterro para depósito dos dejetos, fora da área industrial e fizesse a remoção dos dejetos. Nenhuma das exigências foi cumprida (ANSELMO, 2011; LEITE LOPES, 2004).

Sergio (representante da APLIM) relata que até 1992 não havia maiores preocupações com as questões ambientais. Segundo ele, a Ingá gerou muitos problemas: - *“a remoção das famílias foi traumática, mas com o tempo as coisas foram se acomodando, as pessoas tinham que tocar a vida, ninguém tinha noção do perigo que aquilo tudo representava. Mas aí começaram os vazamentos”*.

Na avaliação de Sérgio, antes da Eco 92 quando percebíamos algo diferente, reclamávamos, mas as denúncias não surtiam resultados. Depois da Eco 92 a comunidade acadêmica e os ecologistas começaram a se manifestar: - *“Essa movimentação fortaleceu ajudou a fortalecer as nossas denúncias, a fiscalização começou a “apertar”, mas ainda assim, não conseguimos bons resultados”*.

Segundo Leite Lopes (2004), os monitoramentos exigidos pela FEEMA nunca foram feitos e, por sua vez, este órgão não pressionou à empresa para que fossem cumpridas as exigências. Em 1995, a Subestação Climatológica da Ingá estava fechada.

Em fevereiro de 1996, devido a fortes chuvas na região, o dique de contenção dos rejeitos rompeu-se causando um grave desastre ambiental. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicitou a colaboração de laboratórios, no sentido de realizarem análises paralelas à FEEMA. O laboratório Radioisótopo da UFRJ aceitou, mas depois disse que não tinha tecnologia para realizar todas as análises. Segundo Leite Lopes, análises realizadas demonstraram que os índices de contaminação dos mariscos por metais pesados (zinco e cádmio) na época do derrame, estavam 60 vezes mais altos do que os admitidos pelo Ministério da Saúde (LEITE LOPES, 2004).

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado na época, não concordava com os resultados obtidos pela FEEMA. O então secretário Flávio Perri, não acreditava no elevado

índice de contaminação da água e não interditou a Ingá, conforme pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A FEEMA, dividida, não divulgou seus resultados (LEITE LOPES, 2004).

Em notícia do Jornal do Brasil (29/02/1996), observa-se o reflexo direto na comercialização e consumo do pescado provenientes da baía de Sepetiba. Os pregoeiros reclamam da queda no consumo geral do pescado no Rio de Janeiro em decorrência da contaminação, esclarecem e tentam acalmar os consumidores afirmando que o pescado proveniente da baía de Sepetiba não está sendo aceito para comercialização. A notícia também faz referência à situação delicada vivida por 1000 famílias de pescadores, que comercializavam em média 1400 kg de peixes diariamente, dos quais 700 kg estavam direcionados ao mercado local. Nessa situação, a probabilidade de contaminação dos moradores do entorno da baía de Sepetiba era alta.

Um representante da APLIM esclareceu que ocorreram inúmeros vazamentos. Segundo ele a Ingá tinha acesso ao rio Cação, ao Saco do Engenho e ao manguezal:

*“Nas áreas baixas começaram a aparecer uma enorme mortandade de peixes e camarão. Em função dos vazamentos o camarão sumiu da baía. As denúncias viraram uma ‘faca de dois gumes’. Quanto mais a gente denunciava, mais a mídia divulgava e ninguém queria mais o peixe da ilha, até os turistas não queriam vir mais aqui. As notícias **não repercutiam contra a empresa, mas atingia diretamente os pescadores. Foi terrível!** (Representante da APLIM)”*

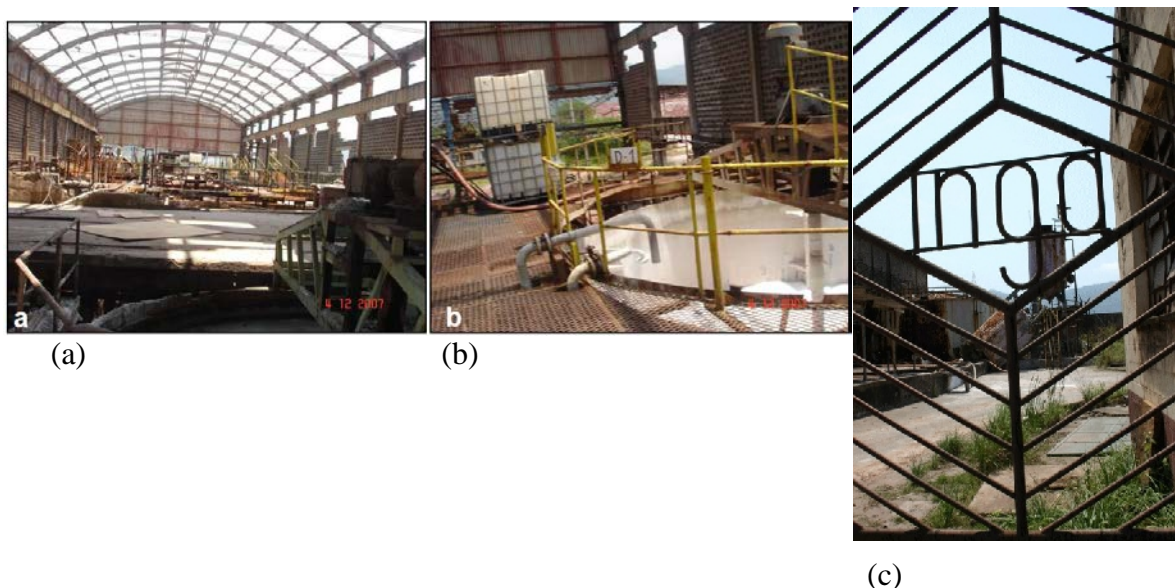
Em 1997, sem ter cumprido uma série de compromissos assumidos com a FEEMA, a Ingá iniciou um processo de concordata. Em 1998, após o despejo de toneladas de lixos tóxicos nas águas da baía e de terem acumulados outras tantas toneladas em suas precárias bacias (3 milhões e meio de toneladas de rejeitos: cádmio, arsênico, chumbo, mercúrio e manganês), a empresa em processo de falência fechou as portas (ANSELMO, 2011 e RODRIGUES, 2012).

Como é comum nos processo de falência no Brasil, a empresa saiu ilesa, sem pagar as dívidas trabalhistas, sem pagar as indenizações relativas aos passivos ambientais. A Ingá deixou um passivo ambiental avaliado em R\$ 20 milhões. Estima-se que 10 milhões de toneladas de cádmio e zinco foram despejadas na baía em 20 anos (ANSELMO, 2011).

Infelizmente, o fechamento da Ingá não acabou com os problemas ambientais, visto que deixou o passivo. A cada começo de ano, as fortes chuvas provocavam rompimento do dique e ocorriam novos vazamentos, segundo relato de representante da APLIM:

“Os processos políticos não equacionavam os problemas. Penso que os políticos não se interessavam em resolver porque o aterro contaminado virou a ‘galinha de ovos de ouro’. Depois da Ingá falida, quando chegavam as águas de março, havia rompimento do dique, a prefeitura decretava situação de Calamidade Pública, o governo federal liberava os recursos. A prefeitura vinha e consertavam de qualquer jeito. No próximo ano acontecia tudo de novo. No fundo a gente percebe que eles não queriam que o problema fosse sanado, porque uma vez o problema sanado, acabariam as verbas (Representante da APLIM, 2012).”

Figura 21- Fotos Cia Ingá Mercantil (após falência)



Legenda: (a) e (b) áreas de produção. (c) Portão de Entrada.
Fonte: ANSELMO, 2011.

Após 11 anos de um processo de falência mal resolvido, em 2008 o terreno da Massa Falida da Mineradora Ingá Mercantil foi a leilão. Segundo relato do então síndico da Massa Falida, Jarbas Barsanti, com o leilão seria possível concluir o processo de descontaminação da área, equacionar os passivos trabalhistas e fiscais, pagar as indenizações a pescadores locais e a todos os credores da massa falida (REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, 2009).

Em junho de 2008 a USIMINAS arrematou o terreno por 72 milhões. Em 2009, a empresa, juntamente com o governo do estado, deu início às obras de descontaminação do terreno e envelopamento dos resíduos. Os trabalhos estão sendo realizados com participação de pesquisadores da PUC/RJ e da COPPE/UFRJ (REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, 2009).

No local, a Usiminas irá construir um terminal portuário para suprir suas necessidades de exportação de minério de ferro, com investimentos estimados em R\$ 1 bilhão. A previsão é de que o terminal entre em operação até 2014.

Até o momento das entrevistas os pescadores ainda não haviam recebido qualquer indenização como medida compensatória, afirmam que alguns processos ainda estão sendo analisados pelas instâncias judiciais e outros estão parados.

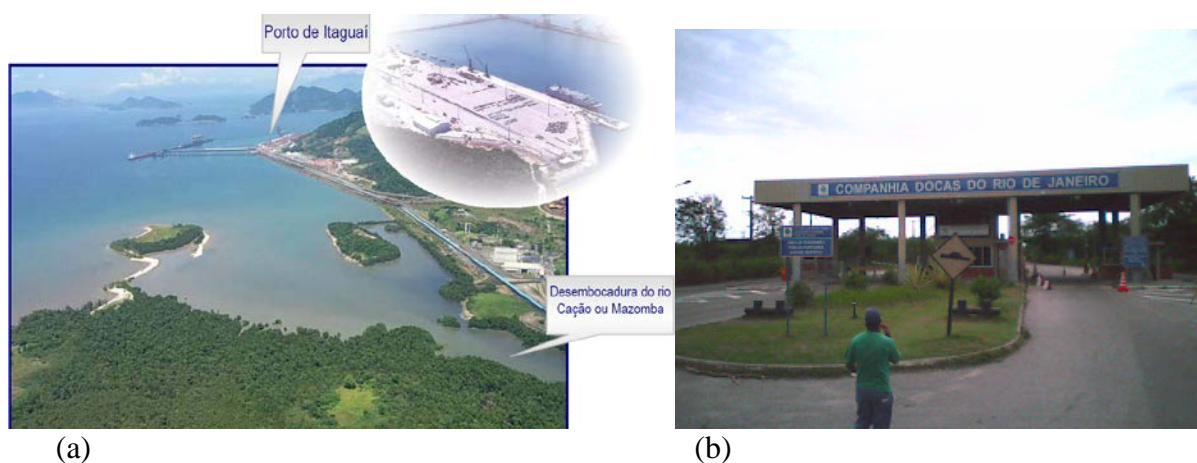
As crises provocadas pela Ingá eram cíclicas. Os vazamentos ocorriam, mas com o passar do tempo, os rejeitos iam sedimentando-se no fundo da baía, gerando uma aparente “volta à normalidade”. Essa “acomodação” possibilitava o retorno à vida, seja das espécies animais e vegetais, seja dos seres humanos, como se entrassem em um período de trégua, recuperando as forças para suportarem um novo ciclo de crise.

Importante destacar que a Ingá provocou danos ambientais gravíssimos, mudou a paisagem em uma parte da ilha, mas alguns espaços ainda vinham sendo mantidos. Mas, a situação agrava-se ainda mais, com a instalação do Porto de Sepetiba, atualmente denominado Porto de Itaguaí.

Em meados da década de 1970, a comunidade ainda tinha a “praia do coração”. Mantinham-se os laços de vizinhanças e de solidariedade. As pessoas preservavam os valores apreendidos, como forma de preservação da “dignidade” e da história.

3.4 Segundo Ciclo da crise: a instalação do Porto de Itaguaí, um novo esforço de resiliência dos sistemas sócio-ecológicos

Figura 22 - Porto de Itaguaí



Legenda: (a) Vista Aérea do Porto de Itaguaí. (b) Foto da entrada principal
 Fonte: (a) RIMA, obras de expansão, 2007. (b) BLOGSPOT MMTKY

Em 1973, foi encomendado pelo governo do estado da Guanabara, um estudo de viabilidade portuária na baía de Sepetiba. O projeto se concretizou somente após a fusão, em 15 de março de 1975, dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Em 1976, com financiamento de instituições públicas como: BNDE, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD-RIO) e da Empresa de Portos do Brasil S.A (PORTOBRAS)⁹, o projeto é viabilizado ficando sob a gestão da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro (CDRJ)¹⁰. A inauguração ocorreu no dia 07 de maio de 1982 (ANTAQ, 2012 e MULS, 2004).

Os argumentos técnicos apresentados como justificativa para a escolha da área de instalação do porto remetem à geografia do local por favorecer: a construção de uma enorme retroárea para movimentação de contêineres, espaços *desocupados*¹¹ para construção de indústrias, um mar que oferece profundidade suficiente para porta-contêineres de grande calado, além de ser um ponto de acesso fácil para rodovias e ferrovias. Um entreposto de localização estratégica, no coração do litoral da Região Sudeste, acessível a partir dos maiores centros industriais e comerciais do país. No seu entorno estão 70% do PIB nacional (FARO, POUSA e FERNANDEZ, 2005).

Ocupando uma área de 10,4 milhões de metros quadrados está situado entre sul e leste da ilha da Madeira. As obras de construção do píer foram iniciadas em 1976, e em 1977 foram feitas as primeiras obras de dragagem e enrocamento¹². No início operava com descarga de alumina para a Valesul e carvão para a CSN. Foi concebido para transformar-se em Complexo Portuário e Industrial (DORIA, 2010).

Em 24 de novembro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.200 (D.O.U. 25/11/2005), o Porto de Sepetiba passou a ser denominado de Porto de Itaguaí. Está localizado na costa norte da baía de Sepetiba, no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, ao sul e a leste da Ilha da Madeira.

O Porto, desde o início, foi interligado por malhas ferroviárias, rodoviárias e marítimas. O acesso marítimo se dá entre a Ponta dos Castelhanos, na Ilha Grande e a Ponta Grossa da Restinga da Marambaia, oferecendo 12 Km de largura e profundidade de 19 m. O

⁹ Empresa que foi criada pelo Governo ditatorial de Geisel e que funcionou entre 1975 a 1993.

¹⁰ Sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, é a Autoridade Portuária responsável pela gestão do Complexo Portuário Fluminense, que atualmente compreende os Portos do Rio de Janeiro, de Itaguaí, de Niterói e de Angra dos Reis.

¹¹ Destaque nosso, em função da desconsideração em relação à população local.

¹² Uma base de blocos de rocha natural ou artificial, assente no fundo das águas para sustentar uma construção e protegê-la contra o embate das águas, e aterro hidráulico.

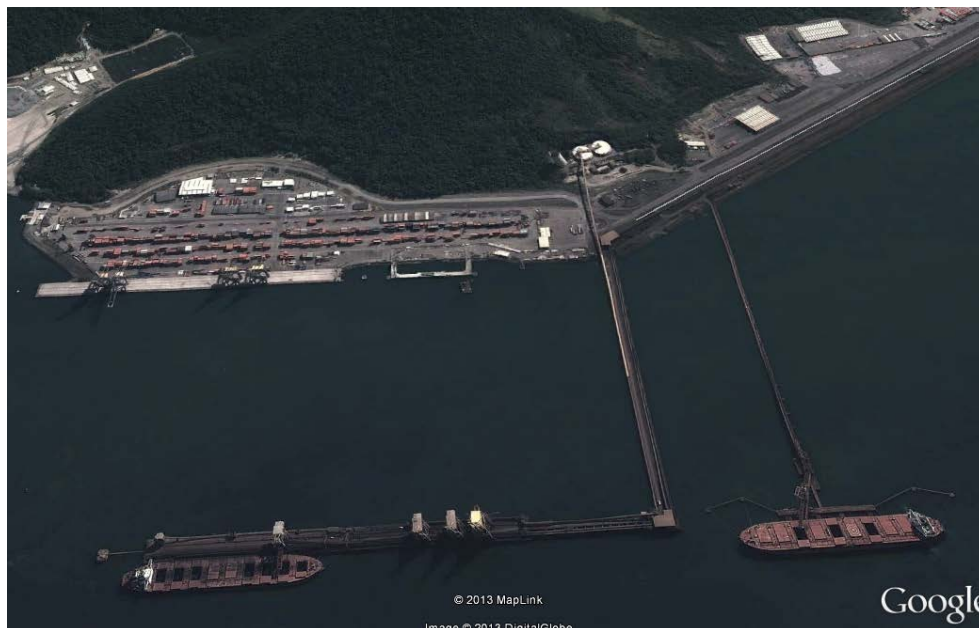
canal de acesso, com 22 km, possui largura de 200 m e profundidade oficial de 17,10 metros (ANTAQ, 2012).

São muitos os impactos negativos que podem ser gerados pelas atividades portuárias, descreveremos por etapas (RIMA- Serviço de Dragagem ao Complexo Industrial do Porto Organizado de Itaguaí, 2007; RIMA - Terminal Portuário para Embarque de Minério de Ferro da Usiminas, 2010):

- na execução de obras de abrigo e novas frentes de atracação, de dragagens de berços e canais de acesso, de derrocamentos, de aterros, de enrocamentos, de infra-estrutura de armazenagem, de edificações em geral, de acessos terrestres e outros - podem gerar alteração da linha de costa, supressão de vegetação, modificação no regime dos corpos d'água, agressão a ecossistemas e poluição dos recursos naturais;
- nas etapas de operações de manuseio, transporte e armazenagem da carga, serviços de manutenção da infra-estrutura, abastecimento e reparo de embarcações, máquinas, equipamentos e veículos em geral - podem gerar resíduos sólidos e líquidos, lançamento de efluentes em corpos d'água, poluição do ar, da água, do solo e do subsolo, perturbações diversas por trânsito de veículos pesados, alteração da paisagem e outros;
- traslado das embarcações também podem gerar vários impactos, em geral estes ocorrem em maior número nas proximidades dos portos e são decorrentes de vazamentos, ruptura e transbordamento ou derramamentos de óleo durante a operação de abastecimento e transferência entre embarcações ou entre embarcação e terminal; colisão, encalhes e vazamentos de embarcações que resultem em derramamento da carga ou de combustível; poluição do ar causada por combustão, ventilação da carga, resultante das operações com carga seca como cimento, grãos, minério e carvão; transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos, por meio da água de lastro e incrustações no casco e efeitos de tintas tóxicas usadas nas embarcações. Outros agentes causadores de impactos pela embarcação: óleos e resíduos oleosos; substâncias nocivas a granel; esgotos sanitários e lixo.

No processo de instalação do Porto, além dos impactos acima listados, a comunidade da ilha da Madeira sentiu profundamente, a destruição da melhor praia da ilha – Praia do Coração; a destruição do manguezal e também, as restrições impostas em relação ao acesso às áreas de pesca, visto que a construção impedia os pescadores de terem acesso aos pesqueiros (Lages e Costões que servem de abrigos para várias espécies) tradicionalmente usados.

Figura 23 – Imagem Google Earth, Porto de Itaguaí, 2013



Fonte: Google Earth, 2013.

O Complexo portuário de Itaguaí foi concebido e está sendo executado em circuitos econômicos e políticos externos à área de influência da sociedade local, em níveis de decisão muito acima dos níveis que poderiam ser alcançados pelas forças políticas e sociais da região. Concebido e implantado “de fora para dentro”, de tal forma que a sociedade local e as forças políticas locais tinham e ainda têm pouca ingerência ou poder de decisão sobre os rumos que estão sendo tomados e sobre o futuro do Porto (MULS, 2004).

Desde a sua concepção os documentos oficiais fazem referência à sua expansão como Complexo Portuário Industrial na baía de Sepetiba, no qual estava também prevista a criação de vários outros projetos industriais, tais como: a instalação de um Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (PETRORIO), de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) e a criação de uma segunda unidade da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Todos esses projetos, já presentes nos discursos das autoridades nos anos 1980, seriam sucedidos e encampados pela expansão do porto e fariam parte de um projeto mais amplo de dinamização da região.

Conforme já descrito no capítulo 2, a segunda unidade da CSN não foi concretizada, mas o anúncio desses empreendimentos geraram processos migratórios. O aumento populacional, conseqüentemente, traz problemas socioambientais como: crescimento desordenado, ocupação das áreas impróprias, aumento dos problemas sanitários, bolsões de pobreza, aumento da violência, entre outros.

Em 1993, foi regulamentada a Lei de Modernização dos Portos que objetivava tornar os portos brasileiros competitivos visto que o comércio mundial e o transporte de cargas se transformaram através da invenção do contêiner. Essa medida se integra à visão e exigências do mercado internacional global a partir da verticalização e controle das cadeias produtivas. No crescente processo de globalização da economia, passa-se a valorizar novos espaços e a estruturar as cadeias produtivas horizontalizadas. A logística, sobretudo, a portuária, e os espaços externos aos perímetros metropolitanos passaram a ser valorizados em ações empresariais e governamentais com intuito de se enquadrar nesta nova dinâmica produtiva (PAULA.L, et al, 2008).

As grandes empresas possuem interesse em infraestrutura portuária como um elemento de internalização de sua cadeia logística, com a finalidade de atender às próprias demandas de transporte, em alguns empreendimentos, a possibilidade de se utilizar um terminal para uso predominante de movimentação da própria produção pode ser decisiva para a viabilidade do negócio. Segundo Acsehrad:

A complexidade da nova situação criada com o projeto de ampliação do porto deriva, em primeiro lugar, da retomada de uma velha ideologia dos ciclos indutores de crescimento econômico, ancorada agora no fortalecimento das relações de intercâmbio com o mercado internacional e regional-sul, expressas no notável aumento das exportações tradicionais e das importações nos anos 90. Há portanto como pano de fundo, e dado complementar ao aspecto político-institucional antes assinalado, um esforço governamental explícito em dar forma a um modelo econômico de sustentação ao MERCOSUL e revalorizar o estado do Rio de Janeiro na busca de vocações produtivas afinadas com as políticas de abertura internacional (ACSELRAD, 1999 p.4).

O cais de uso público do porto de Itaguaí foi dividido em trechos arrendados: Cais de Carga Geral, Pier de Carvão, Pier de Minérios, Terminal de Alumina, Pátios de Carvão, Pátios de Minério, Pátio de Carga Geral. Existem ainda os terminais arrendados ao longo do cais público: Terminal de Carvão – TCV, da Companhia Siderúrgica Nacional S/A.; Terminal de Contêineres – TCS, da SEPETIBA TECON S/A.; Terminal de Minério da CPBS – Companhia Portuária Baía de Sepetiba S/A./Vale; Terminal de Alumina/ TAL, da VALESUL Alumínio S/A (PAULA.L, et al, 2008).

Leite Lopes (2004) destaca que apesar de incipientes, as organizações ambientalistas locais, por vezes, conseguiram gerar mobilizações dos setores populares com apoio de alguns órgãos da prefeitura local em aliança com organizações e instituições extralocais conseguindo dar visibilidades aos problemas ambientais: da Ingá, das obras de ampliação do porto, do projeto de implantação do pólo petroquímico, da contaminação das praias, entre outros.

Na análise de Muls (2004), a capacidade de reação autônoma dos atores locais estava, e nós podemos afirmar que ainda está, como que congelada por uma inércia, inclusive do poder público local. O modo de execução e de gestão dos projetos referentes ao porto não incluíam em suas decisões e deliberações, as representações e institucionalidade da sociedade local em seus processos de tomada de decisões, o que seria esperado se o objetivo fosse à inclusão da sociedade local nos resultados da expansão econômica do Porto.

As populações locais, em vários momentos, se manifestaram, porém não tem conseguido se fazer representar junto às instâncias decisórias. Não há incentivo e nem vontade política das autoridades públicas em relação às práticas participativas, principalmente em relação às questões relativas aos processos decisórios de gestão e controle do território e dos recursos de uso comuns.

Por sua vez, as empresas usam de vários subterfúgios desde ameaças à integridade física e cooptação para fragmentar a organização dos que estão diretamente implicados nos conflitos. Há muita descrença nos processos decisórios coletivos. As audiências públicas são usadas pelos setores públicos e empresariais como espaços de manipulação da população. Segundo relato de representante da APLIM:

“Já perdi a conta de tanta audiência pública que já participei. Eles (as empresas e o governo) já nem se incomodam mais. Querem enrolar a gente, dão lanchinho, falam difícil, marcam a audiência em local e horário difícil para gente. Mas nós vamos! A gente fala denuncia, mas no final não dá em nada! (REPRESENTANTE APLIM)”

No início das obras de ampliação do porto discutia-se o fato do órgão ambiental, na época a FEEMA, aprovar as licenças ambientais referentes às dragagens. Para as associações dos pescadores essas licenças não deveriam ter sido concedidas já que a dragagem aumentaria a poluição na baía, revolvendo o metal pesado já sedimentado. Com o passar do tempo, os problemas ambientais relativos ao porto foram perdendo a força em detrimento de outros problemas que também passaram a preocupar a população local, tornando-se tão ou mais sério que a poluição, por exemplo, o aumento da prostituição, inclusive, infantil, agravado com os riscos subsequentes, como o aumento de casos de AIDS.

Os absurdos cometidos pela Ingá serviram para velar e justificar as ações de todas as outras empresas poluidoras que atuavam na região e também para as que vieram a se instalar posteriormente. A poluição da Ingá deixou impune todas as outras empresas poluidoras situadas na região, entre as quais: Cosígua, Baliquímica, Cortume Carioca, Casa da Moeda. Serviu ainda para facilitar a implantação e obtenção das licenças ambientais dos novos

empreendimentos, que passaram a usar como desculpa o fato de que “já encontraram o local poluído”: Porto de Itaguaí, TKCSA, Porto Sudeste, CSN, Vale, USIMINAS entre outras.

3.4.1 A Ilha e os Pescadores Artesanais ainda Resistem

Já ressaltamos em várias passagens do texto, o amor que a população da Ilha da Madeira tem pelo território, principalmente, os moradores mais antigos. Nos relatos podemos constatar que inclusive mesmo aqueles que tiveram que se mudar da Ilha, procuraram manter os vínculos com o local e com as pessoas, visitando os amigos, freqüentando as festas.

As festas populares - religiosas ou pagãs – continuavam representando momentos de confraternização e de fortalecimento dos laços. O relato de um pescador da baía de Sepetiba, que não morava na Ilha é interessante: - *“Eu adoro aquele lugar. Nos períodos de festas então, não ia embora para casa, ficava por lá durante dias. As pessoas na ilha recebiam a gente muito bem. Fico muito triste em ver o que está acontecendo. (Pescador da baía de Sepetiba, 2012)”*

Entre 1964 a 1996, ou seja, em 32 anos houve transformações socioambientais, mas a pesca ainda era a principal atividade dos moradores da Ilha. Os poucos pescadores que num primeiro momento trocaram a pesca pelo trabalho na Cia Ingá, acabaram retornando à pesca.

Como não haviam políticas voltadas à organização da atividade, muito menos preocupação com a formação dos pescadores, eles seguiam isolados, ou no máximo, filiados às suas entidades de representação.

Um representante da APLIM relata que antes do fechamento do mercado da praça XV, eles levavam o pescado até lá e havia melhores condições de negociação, visto que havia uma centralização da compra e venda de praticamente todo o pescado do estado. Podia-se negociar diretamente com os feirantes e conseguir uma margem melhor de preço.

Com o fechamento do mercado, uma parte do pescado passou a ser comercializada no CEASA e o restante se pulverizou em vários outros pontos. Segundo Sergio, isso beneficiou os pregoeiros/atravessadores *“são eles que dominam a cadeia produtiva”*. Depois que passou a comercialização para o CEASA, os caminhões vêm até aqui para buscar o pescado: - *“Para a gente tanto faz, não compensa mais levar o pescado até lá, porque o preço é o mesmo”* (Representante da APLIM).

Alguns pescadores trocaram a canoa de madeira a remo, por pequenos botes com motor, ou por barcos maiores, mas ainda hoje é possível encontrar canoas de madeira na ilha.

Figuras 24 – Foto, Pescadores da Ilha da Madeira



Fonte: RIMA PORTO SUDESTE, LLX/MMX.

A organização da atividade sofreu algumas alterações. Os pescadores trabalham em parceria, mas já não era como antigamente. O trabalho passou a ser mais individualizado, os barcos a motor facilitaram o acesso aos pesqueiros e reduziu as parcerias. A diminuição do pescado foi outro fator que influenciou, alguns pescadores preferem trabalhar sozinho ou em família.

As técnicas, ao longo desses anos, também sofreram modificações, depois da chegada da Ingá as construções de cercadas, foram coibidas. Mas as demais modalidades se mantiveram, com um agravante: durante a década de 1970, pescadores de outras localidades, começaram a praticar na baía a pesca de arrasto para o camarão. Uma pesca nociva que destrói a fauna acompanhante.

As mulheres foram deixando de produzir as redes, o custo da linha e o tempo de trabalho não compensava o esforço de produção. Até 2011 ainda era possível encontrar pescadores tecendo e consertando suas redes.

Figura 25 – Pescador consertando Rede de Pesca



Fonte: RIMA Porto Sudeste - LLX/MMX

3.5 Terceiro ciclo da crise socioambiental na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ: a instalação do Porto da TKCSA

Em relação à TKCSA, é importante ressaltar que, mesmo antes de começar a desenvolver a tese, procuramos acompanhar os fatos que dizia respeito à baía de Sepetiba. Havia um interesse pessoal na temática dos conflitos socioambientais da pesca em relação aos megaempreendimentos e também, por estar atuando na Rede Solidária da Pesca e considerar importante a aproximação com os pescadores da baía de Sepetiba.

Inicialmente, acompanhávamos as notícias com certo distanciamento, porém após entrar no doutorado, no âmbito da pesquisa, chegamos a participar de várias atividades referentes à TKCSA.

Em 2009, como membro da Rede Solidária da Pesca e da PAPESCA-UFRJ, participamos de uma reunião da Rede de Justiça Ambiental. Nela foram discutidas várias casos de conflitos socioambientais, entre as quais, os problemas referentes à empresa TKCSA. Posteriormente, neste mesmo ano, participamos de um seminário sobre os conflitos entre os megaempreendimentos e os pescadores artesanais das baías de Guanabara e de Sepetiba, organizado por várias entidades: Justiça Global, uma organização não governamental (ONG), pelo Instituto Políticas Alternativas para Cone Sul (PACS), Instituto Rosa Luxemburgo, Rede de Justiça Ambiental, Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDIPETRO-RJ) entre outras. Neste evento, estiveram presentes pescadores da baía de Sepetiba, inclusive alguns que

vinham sofrendo ameaças de morte em função de estarem liderando as manifestações e protestos contra a empresa (detalharemos à frente).

Em 2010, após processo de qualificação do doutorado, acompanhamos, por indicação de um dos membros que integrou a banca, uma ação em defesa dos direitos humanos, meio ambiente e saúde, denominada: “Missão de Solidariedade e Investigação de Denúncias em Santa Cruz”, apoiada por mais de 40 entidades entre as quais várias instituições acadêmicas: UERJ; UFRRJ, IPPUR-UFRRJ, FIOCRUZ, entre outras.

Em função do interesse na pesquisa, à convite do meu orientador Prof. Dr. Ubirajara A. de Oliveira Mattos, acompanhamos as reuniões de uma Comissão Especial Consultiva de Saúde Ambiental criada pelo INEA frente aos problemas decorrentes da TKCSA. Uma tentativa de desenvolver uma pesquisa-ação na região de Santa Cruz, buscando alternativas para os problemas gerados pela TKCSA.

Integravam esta comissão, representantes do INEA, diversos pesquisadores da UERJ, FIOCRUZ, UFRJ e representantes de órgãos oficiais de Saúde do município e do estado. Em decorrência dos trabalhos dessa comissão, tivemos oportunidade de participar de diversas reuniões e encontros mais amplos com a comunidade que vive no entorno da empresa. Nessas reuniões buscamos sempre manter um laço mais estreito com os pescadores que atuavam na baía de Sepetiba. Além das reuniões com a comunidade, participamos também de visitas técnicas em hospitais e centro de saúdes da região e tivemos a oportunidade de participar de um encontro específico com uma equipe de consultores ambientais da TKCSA. Por divergências políticas entre alguns membros da Comissão e os representantes do INEA e, também, por falta de recursos, não foi dada continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Ao longo dos anos de desenvolvimento da tese, tivemos a oportunidade ainda, de acompanhar várias Audiências Públicas, manifestações referentes à problemática da Pesca frente à atuação dos grandes complexos industriais no Rio de Janeiro.

Portanto, a descrição dos fatos relativos à TKCSA está baseada, centralmente, em trabalhos acadêmicos, nos relatórios produzidos pelo PACS, nos relatórios produzidos por técnicos e pesquisadores da FIOCRUZ e nas impressões e anotações em caderno de campo, geradas ao longo dessa atuação nos vários eventos. A tabela com a cronologia dos fatos apresentada no final do texto foi extraída do Mapa de Justiça Ambiental e Saúde no Brasil, FASE/FIOCRUZ (2006-2010), complementada pela atuação do PACS, com alguns apontamentos nossos.

3.5.1 O Empreendimento: caracterização do Complexo Siderúrgico

O Complexo Siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico ThyssenKrupp (TKCSA) está em atividade desde 2009. Localiza-se no entorno da baía de Sepetiba, dentro de uma área de 9 milhões de m², com acesso direto às águas da baía. Um megaempreendimento, que começou a ser implantado em 2006, no bairro de Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O complexo mantém um porto privado localizado na baía de Sepetiba, próximo à Ilha da Madeira. Na figura abaixo, pode-se ter uma visão da área e do Complexo Siderúrgico TKCSA.

Figura 26 - Complexo Siderúrgico TKCSA



Fonte: CUNHA FILHO, J.F. Apresentação Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico-RJ- TKCSA , um caso de sucesso. Disponível em: www.mdic.gov.br/sistemas

Trata-se uma *joint venture* formada pela ThyssenKrupp com 73,13% das ações e pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com 26,87%. Projetada para ser a maior siderúrgica da América Latina, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. A produção do complexo siderúrgico está voltada para exportação, atendendo a outras unidades da ThyssenKrupp das quais 80% da produção vai para os Estados Unidos e 20% para a Alemanha (THYSSENKRUPP CSA, 2013).

O projeto conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do BNDES e isenções fiscais (PACS, 2009; EIA/RIMA, 2005).

O produto da siderúrgica, o aço, é feito a partir de quatro etapas principais: (1) A transformação do carvão em coque na chamada coqueria; (2) a combinação do minério de ferro com o coque, no alto-forno, produzindo o ferro-gusa; (3) a retirada de carbono e outras impurezas, criando o aço a partir da gusa líquida, na unidade chamada aciaria; e (4) o lingotamento, que é a transformação do aço em placas, produto final da siderúrgica.

O processo de produção é totalmente integrado. Na fabricação do aço, o minério de ferro passa pelo processo de redução nos altos-fornos a temperaturas elevadíssimas, resultando em uma liga de ferro com alto teor de carbono, chamada de ferro gusa. O ferro gusa é levado para a aciaria, ainda em estado líquido, para ser transformado em aço. Isso é feito através da queima do carbono contido no metal líquido. Elementos de liga são adicionados para obtenção das propriedades desejadas antes do aço ser levado para a máquina de lingotamento contínuo a fim de ser cortado em placas.

Figura 27 - Foto do Lingoteamento das placas de aço (TKCSA)



Fonte: Site TKCSA, 2013.

As obras de implantação do complexo siderúrgico envolveram: dragagem na baía de Sepetiba, aterro da área de instalação da usina, construção de um terminal portuário e a construção da própria Usina. Na planta fabril encontra-se a usina termelétrica, uma unidade de separação de ar, pátio de estocagem, coqueria, sinterização, dois altos-fornos, aciaria e lingotamento contínuo (RIMA, 2005; THYSSENKRUPP, 2012).

A usina tem a finalidade de produzir placas de aço a partir da redução de minério de ferro que são fornecidos por minas de propriedade do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais,

que pertencem a CVRD. A estimativa de produção é de 4.850 milhões de toneladas de aço destinados ao mercado europeu e norte americano (RIMA, 2005).

O terminal portuário próprio possui dois berços de atracação, um para recebimento das matérias primas, carvão e coque, e outro para exportação das placas para unidades do grupo nos Estados Unidos e na Alemanha (EIA, 2005).

No RIMA realizado para a obtenção da licença de instalação da Usina, pode-se verificar a projeção de cenários previstos em relação à poluição atmosférica e verifica-se incidência de óxido de nitrogênio, dióxido de enxofre, monóxido de carbono, e hidrocarbonetos.

3.5.2 Processos de Licenciamentos e Conflitos Socioambientais

O licenciamento do complexo foi subdividido: uma parte referente à usina, termoelétrica e coqueria e outra, para o processo de dragagem, aterro hidráulico e terminal portuário. Em 2005 foram realizados os Estudos de Impactos Ambientais e produzido os RIMAs.

As polêmicas em relação aos impactos ambientais surgiram já no início das obras, em 2005, com denúncia sobre o desmatamento de manguezais, que segundo a LEI nº 4.771/65 é considerada Área de Preservação Permanente (APP).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto aponta que as áreas do empreendimento com maior efeito potencial sobre a saúde da população e o meio ambiente são as unidades de produção da usina termelétrica movida a carvão mineral e a unidade de produção de cimento que, além de consumirem grandes quantidades de água, emitem poluentes atmosféricos acima de parâmetros aceitáveis (RIMA, 2005).

Apesar do conhecimento adquirido sobre os impactos negativos gerados nos processos produtivos das siderurgias, os órgãos governamentais continuaram liberando as Licenças de Instalações (L.I), Licença Prévia (LP), e Licença de Operação (LO) de algumas unidades da empresa. O mais agravante é que a fábrica poluente estava sendo aprovada em uma área onde, conforme o próprio EIA/RIMA da TKCSA, há várias riquezas naturais e que preserva várias espécies.

A atitude permissiva dos órgãos públicos, principalmente, em relação aos processos de licenciamentos ambientais, foi alvo de severas críticas por parte da comunidade, dos

pescadores, dos movimentos sociais, ambientalistas e também de pesquisadores e universitários.

O estudo preparado por pesquisadores FIOCRUZ, linha do tempo, retrata, entre outros fatos, a ações relativas ao processo de licenciamento:

Nos dias 08,10 e 12/05/2006 – Realização de três audiências públicas exigidas pelo processo de licenciamento da TKCSA. No dia 13/06/2006 – Lei 4372 – a TKCSA fica isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, ou de outro imposto que venha a substituí-lo, durante o período de cinco anos. O projeto de lei n.1/2009 renova o benefício totalizando 10 anos de isenção; 13/07/2006 – Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para implantação de usina siderúrgica de produção de placas de aço, que contará também com unidades de fabricação de cimento e de oxigênio e com usina termelétrica; 17/07/2006 – Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para realização de dragagem, aterro hidráulico e implantação do terminal portuário Centro Atlântico; 05/09/2006 – CECA delibera pela concessão da Licença de Instalação da CSA, após 50 dias da concessão da licença prévia; 07/09/2006 – Projeto Básico Ambiental da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA – Usina. ERM Brasil Ltda; Outubro/2006 – Início das dragagens impactantes da TKCSA, e marco “Zero” do estabelecimento do conflito, e também o início das ameaças as lideranças que se opõem ao projeto; 21/12/2006 – Decreto n. 40442 regulamenta a lei 4529, de 31 de março de 2005. (CASTRO, H.. PESSOA, A., 2010)

Em 2010, dois pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e da Escola Joaquim Venâncio, da FIOCRUZ, ligados à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em análise do RIMA utilizado para o licenciamento da TKCSA, observaram uma série de lacunas, principalmente no tocante à perspectiva da saúde pública e da saúde ambiental, entre as quais: (i) a fragmentação da avaliação do empreendimento, ignorando a possibilidade de exposição cumulativa e simultânea da população aos diferentes poluentes; (ii) riscos não devidamente analisados relacionados ao ruído provocado pelo tráfego de trens e caminhões, pelos efluentes líquidos, resíduos sólidos e, principalmente as inúmeras emissões atmosféricas; (iii) instalação de empreendimento poluidor em bacia aérea já saturada e área socioambiental de grande vulnerabilidade (Baía de Sepetiba) com grande vocação turística e para a produção de alimentos (SOUZA PORTO et al, FIOCRUZ, 2011).

A Resolução CONAMA 001/1986 define que:

O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação (CONAMA 001/1986).

As análises realizadas pelos pesquisadores da FIOCRUZ sinalizam ainda que o RIMA da TKCSA não permite que a população tenha acesso ao conhecimento necessário para avaliar todas as consequências ambientais do empreendimento. O parecer da FIOCRUZ concluiu que o RIMA era insuficiente para servir como um instrumento de subsídio para um

diálogo franco e transparente entre a população, a empresa e o poder público sobre o empreendimento.

Os estudos sobre o segmento de produção das siderurgias revelam grande número de substâncias tóxicas dentre as quais: poeira mineral, cromo, níquel, benzeno, tolueno, xileno, hidrocarbonetos, ácido sulfúrico, componentes voláteis de piche de carvão, todos potencialmente cancerígenos.

Logo no início das obras, em 2006, ocorreram várias manifestações dos pescadores, barqueatas na baía de Sepetiba, das quais participaram os pescadores da Ilha da Madeira. O objetivo era protestar e chamar a atenção para a destruição ambiental que a empresa vinha causando: desmatamentos, desvios dos rios, destruição do manguezal e as obras de dragagem para a construção do porto que revolvia o metal pesado, decorrente dos vazamentos da Ingá, do fundo da baía. Com o passar dos anos, os metais foram sedimentando-se no fundo da baía e isso permitiu que os pescadores voltassem a exercer as suas atividades com certa “normalidade”. Nas palavras de uma representante da APLIM: - *“quando as coisas começaram a se normalizar, a pesca voltando a dar resultados, novamente começamos a reviver os pesadelos”* (representante da APLIM, 2012).

Os pescadores sempre que podiam denunciavam a conivência dos órgãos públicos e a falta de fiscalização: - *“havia dois pesos e duas medidas, se um pescador precisasse tirar um pau do mangue e fosse pego, podia até ser preso, mas com a empresa... tava destruindo uma área enorme e ninguém fazia nada”* (Pescador da baía de Sepetiba, 2012).

Segundo representantes da APLIM, os primeiros impactos foram sentidos quando começaram as obras de dragagem da área: - *“Ali onde construíram o porto da TKCSA era um local de desova de peixes e crustáceos, destruíram muito manguezal, morreu muito peixe, a pesca caiu muito, foi uma fase dura”* (Membros da APLIM, 2012).

Os relatos afirmam que a dragagem estava formando ilhas de sedimentos na desembocadura dos rios, obstruindo rios e canais. *“Havia placas de ferro em pesqueiros que eram preservados e utilizados por gerações de pescadores aqui da baía”* (Membro da APLIM, 2012).

No período da tainha era comum a pesca no rio ou nas proximidades dos mesmos. Segundo relatos, as águas calmas facilitam a pesca, principalmente, para quem faz uso de pequenas embarcações. Quando as obras se intensificaram os pescadores não conseguiam realizar a pesca: havia a poluição, o barulho dos bate-estacas afugentando os peixes e também os riscos iminentes de acidente com as embarcações. O tráfego de embarcações da empresa

tornou-se intenso e trafegavam de manhã e à noite. “*De dia, eles passavam com lanchas tão rápidas e grandes que quase emborcava as nossas canoas. A noite eles nem enxergavam a gente*”(pescador da baía de Sepetiba, 2012).

Em 2008, ocorreu um acidente com um barco de pesca. A situação de risco fez com que os pescadores organizassem uma barqueata na baía de Sepetiba, chamando a atenção das autoridades públicas e dos representantes da empresa. O propósito do protesto foi pacífico e os pescadores buscavam o diálogo com a TKCSA. Segundo relatos dos pescadores, a empresa manteve uma postura fechada e distanciada, responsabilizando os manifestantes pelos prejuízos gerados com a paralisação das obras.

Entre 2006 e 2008 as manifestações dos pescadores contra a empresa se intensificaram e houve repercussão extralocal. Movimentos sociais organizados internacionalmente, intelectuais e diversas outras instituições, passaram a apoiar e se articularam na luta contra as ações da TKCSA. Foi um momento importante que possibilitou a integração das lutas dos pescadores com outras lutas, num primeiro momento unificou as organizações da pesca que atuam no entorno da baía.

Com a intensificação das denúncias e das manifestações, os pescadores alegavam que a coerção aumentou. As lideranças começaram a sofrer intimidações pessoais. Os pescadores ficavam inseguros em sair para pescar, à noite, sozinhos. Em 2008, dois pescadores da baía de Sepetiba, sofreram acidente, tiveram o seu barco atropelado por uma embarcação a serviço da CSA no Canal de São Francisco. Um dos pescadores foi internado em estado grave e outro desapareceu nas águas do canal. A embarcação ficou totalmente destruída e todos os pertences e a produção do dia foram perdidos.

Uma das lideranças da pesca, que teve papel de destaque nas manifestações, começou a sofrer ameaças de morte, telefonemas anônimos, carros passavam em frente a sua residência e disparavam tiros para o alto. Na época, o pescador acusou um funcionário da segurança do canteiro de obras da TKCSA de ser o responsável pelas ameaças. O homem passou a ser investigado pela polícia por ser suspeito de fazer parte de um grupo de milícia que agia na região. O caso recebeu atenção da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Após sofrer uma ameaça direta, o pescador decidiu pedir ajuda e vive em local desconhecido, sob a tutela do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do governo federal brasileiro. A empresa por sua vez, na época, alegou ter feito investigações

próprias e não encontrou qualquer irregularidade na equipe que prestava serviço de segurança nos canteiros de obras.

Por se tratar de uma empresa multinacional alemã, e pelo fato dos movimentos sociais que estavam apoiando também se articularem internacionalmente, as denúncias ganharam dimensões internacionais. Em 2010, por força da organização do PACS, um pequeno grupo de pescadores foi para a Alemanha participar da reunião anual dos acionistas da Thyssenkrupp em Bochum, onde denunciaram impactos sociais e ambientais do empreendimento.

Segundo a Federação das Associações de Pesca do Rio de Janeiro (FAPESCA, 2005), havia cerca de 8 mil pescadores artesanais que atuavam na baía de Sepetiba, com uma renda média de 3 salários mínimos mensais, as famílias são compostas, em média, por cinco pessoas, no total são aproximadamente 48 mil pessoas afetadas. Se por um lado os pescadores ficam tolhidos no exercício de suas atividades, por outro, acabam encontrando dificuldade de inserção em outro setor de trabalho devido à falta de experiência e qualificação. Nesse contexto enfrentam inúmeras dificuldades financeiras.

Os entrevistados da APLIM destacam que foram cumpridas as exigências de realização das audiências públicas no decorrer do processo de licenciamento do empreendimento. A condução dos trabalhos seguia sempre o mesmo padrão. A empresa usava em média, de 2 a 3 horas, para explicação do projeto, sempre com uma linguagem muito técnica e após a longa exposição, era feito uma pausa, oferecido um lanche aos participantes. Nesse momento, os organizadores aproveitam para selecionar as perguntas, que deveriam ser entregues por escrito e, na sequência, eram respondidas, sempre em linguagem técnica.

Em decorrência da obrigatoriedade das ações de mitigação da empresa, começaram as negociações relativas aos recursos destinados à compensação ambiental. Vários entrevistados destacaram que a empresa mantinha a prática de realizar reuniões em separado com algumas lideranças da pesca.

Do nosso ponto de vista, essa estratégia aliada à questão das ameaças e intimidações sofridas pelos pescadores, contribuiu para a divisão, manipulação e cooptação de algumas lideranças, tanto da pesca no entorno da baía de Sepetiba, como entre as lideranças comunitárias de Santa Cruz. Segundo representante da APLIM (2012) corria boatos que determinadas associações haviam recebido indenizações, “*passando para o lado da empresa*” (Representante da APLIM, 2012).

Até hoje, há divergências e inimizades entre lideranças de algumas associações de pescadores do entorno da baía de Sepetiba, em decorrência de desconfiança e de suspeitas de recebimento de recursos financeiros pagos pela empresa. Pelo que aferimos, não houve transparência no processo de pagamento e recebimento das medidas compensatórias, o que contribui, ainda mais, para a divisão e enfraquecimento da organização dos pescadores.

Para além dos conflitos com os pescadores, em 2010, com o início das atividades de produção, ocorreram acidentes nos alto-fornos. Em agosto de 2010 houve uma explosão do alto-forno 1 e, em dezembro do mesmo ano, ocorreu novo acidente com o alto-forno 2.

As explosões provocam a emissão de corpos particulados, que ficou conhecido como "chuva de prata". O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) aplicou multa à empresa e condicionou o funcionamento do alto-forno 2 à uma auditoria para averiguar as irregularidades e apontar saídas dos problemas (JusBrasil, 2013).

Segundo relatório da FIOCRUZ, o material particulado com diâmetro igual ou menor a 10 µm (micrometro), também chamado de material particulado inalável, é um poluente que está associado a diferentes problemas de saúde, incluindo problemas respiratórios e aumento da incidência de câncer. Tais problemas são ampliados na presença dos hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), que são produzidos pela combustão incompleta da matéria orgânica presente no carvão e absorvidos no material particulado. Este tipo de poluição é especialmente problemático no caso da TKCSA, devido à grande quantidade de material particulado inalável já presente na região antes mesmo deste empreendimento.

Outro problema apontado pela população do entorno refere-se ao fato de que a empresa vem gerando um forte processo migratório, visto que muitos empregados são de outras regiões. Alegando a necessidade de contratação de força de trabalho especializada, a empresa prioriza "pessoas de fora". No processo de construção do alto-forno, trouxeram levas de trabalhadores chineses e os trabalhadores, sem qualificação da região, acabam tendo poucas chances.

As empreiteiras contratadas para construção das obras costumam manter um contingente de trabalhadores treinados e estes atuam itinerantes, nas diversas obras. Normalmente, as obras de grande vulto acabam gerando processos migratórios sem planejamento, o que acentua os problemas urbanos como "favelização", sobrecarga dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, aumento da violência entre outros. O bairro de Santa Cruz no Rio de Janeiro, a cidade de Itaguaí e o bairro Ilha da Madeira, nos últimos anos passaram a viver com maior intensidade esse tipo de problema.

Essas e outras denúncias levaram um grupo de técnicos do INEA a criar uma comissão consultiva para que, em diálogo com a comunidade, buscassem alternativas, principalmente, em relação à saúde ambiental dos moradores do entorno da usina. As pessoas que compunham a comissão representavam diversas instituições acadêmicas e, também, órgãos ligados à saúde do estado e do município, sendo o convite nominal. A intenção era desenvolver um diagnóstico rápido e propor sugestões de ações em torno da crise instalada pela atividade da TKCSA o que, do nosso ponto de vista, foi uma iniciativa positiva. No entanto, a situação tornou-se controversa, na medida em que o órgão assumiu o papel de articulador e mediador numa situação de crise, na qual o INEA era um dos alvos centrais da crítica. Os trabalhos não tiveram continuidade.

A comissão era composta por pessoas com posições divergentes. Alguns atores vinham prestando assistência à saúde da comunidade e acompanhavam o caso assumindo uma postura crítica diante das ações da empresa e também em relação à posição do próprio INEA. A situação exigia mudança no posicionamento político do órgão, com abertura para assimilar as críticas, incorporar as sugestões e realizar as mudanças, e isso acabou não acontecendo.

Outro agravante é que o contato entre o INEA e a comunidade era permeado por tensões, cobranças em relação aos processos de licenciamentos, a falta de fiscalização, entre outros. Observamos que para a comunidade o INEA, ao liberar as Licenças Ambientais agiu em favor da empresa “contra a comunidade”. O órgão era cobrado por assumir ao longo do processo de licenciamento, uma posição de conformidade com as metas políticas estabelecidas pelo atual governo do Estado, ao mesmo tempo, que fazia perante a comunidade um discurso de neutralidade.

Em 2011, tivemos a oportunidade de participar, de uma reunião entre os representantes da empresa e representantes dos pescadores da baía de Sepetiba, com mediação de dirigentes do INEA. A relação de cordialidade do órgão com a empresa não se reproduzia no trato com os pescadores. Observamos ainda, que durante toda a reunião, não houve distinção entre o discurso da Empresa e do INEA, que naquele momento corporificava a visão do atual governo do Estado.

Cabe ressaltar o papel fundamental que o Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul (PACS), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a FioCruz e outras instituições, vem desempenhado ao longo de todo o processo. A ação organizada possibilitou dar visibilidade aos problemas socioambientais gerados pela TKCSA, tiraram do isolamento os pescadores e, o que é mais importante, deixou vários registros, relatórios, vídeos etc., que

servem hoje, e continuaram servindo, de referências para futuras pesquisas. Também possibilitará acompanhar, ao longo dos anos, os impactos positivos e negativos gerados por todo esse processo.

Entre 2006 a 2012 foram inúmeras ações frente aos conflitos socioambientais com a TKCSA. No Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil Fase/FIOCRUZ iniciou-se os registros das principais ações. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental e os relatórios do PACS possibilitaram a continuidade desses registros. No quadro abaixo, reproduzimos os apontamentos feitos pelas entidades, destacando as principais ações que demarcam os conflitos socioambientais relativos ao Complexo Siderúrgico da TKCSA.

Quadro 05 - Resumos das ações dos pescadores frente à atuação da TKCSA (Continua)

Data	Fatos Marcantes
Jun/2006	A Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) e Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) expedem licença de instalação para projeto da CSA;
Fev/2007	Técnicos da FEEMA, IEF e MPE/RJ realizam vistorias no canteiro de obras da CSA e encontram irregularidades. Na vistoria, os técnicos do IEF lavraram auto de infração contra o empreendedor devido ao corte raso de vegetação do mangue, o que está em desacordo com os termos da LI e fere a Lei Estadual 3.467/2000;
Mar/2007	População local participa de reunião com a diretoria e ouvidoria do BNDES para tratar dos impactos, desde o início das dragagens da CSA;
Mar/2007	Advogados dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba entram com ação cautelar exigindo indenização à CSA por estarem impedidos de pescar desde o início das obras de dragagem da baía;
Mai/2007	Pescadores recorrem ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para denunciar a falta de interesse da procuradora encarregada do inquérito sobre o conflito e a ação de milícias armadas para garantir as obras de dragagem da CSA. Pescadores denunciam violações dos direitos humanos e degradação ambiental;
Jun/2009	BNDES anuncia que empréstimo de R\$ 1,4 bilhão dependerá de adequação do projeto a termos legais. O que significa cumprir as condicionantes propostas pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPE/RJ).
Dez/2007	IBAMA aplica multa de R\$ 100 mil e embarga obras da CSA por supressão indevida de vegetação. Empresa teria suprimido o dobro de manguezais autorizados.
Mar/2008 Dia 26	Dois pescadores ligados à APESCARI têm seu barco atropelado por embarcação a serviço da CSA no Canal de São Francisco. Um dos pescadores foi internado em estado grave e outro desapareceu nas águas do canal. A embarcação ficou totalmente destruída e todos os pertences e a produção do dia foram perdidos. CSA impediu acesso dos familiares dos pescadores ao local e a busca do pescador desaparecido.

Quadro 05 Resumos das ações dos pescadores frente à atuação da TKCSA (Continuação)

Abril/2008	Advogados dos pescadores encaminham denúncia ao MPF/RJ em relação ao acidente ocorrido no Canal de São Francisco. Até aquela data, o corpo do pescador Carlos Alberto Marques da Silva ainda não havia sido encontrado e a empresa estaria atuando nas buscas de modo duvidoso. As autoridades competentes estariam se omitindo e o pescador sobrevivente teria sido internado em hospital particular pela CSA, como seu funcionário, a fim de evitar a divulgação do caso.
Abril/2008	Pescadores de Sepetiba e entidades de apoio realizam barqueata e ato público contra as dragagens realizadas pela CSA na baía
Mai/2008	Durante reunião preparatória para o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), a ser realizado em Lima no Peru, Pescadores da Baía de Sepetiba denunciam a empresa alemã Thyssenkrupp por danos ao meio ambiente e violação aos direitos humanos. A empresa é acusada de inviabilizar a pesca na região, prejudicando mais de oito mil famílias, por causa das obras do complexo siderúrgico da CSA.
Mai/2008	MPT interdita obras da CSA por irregularidades trabalhistas e falta de equipamentos para garantir a segurança dos trabalhadores.
Mai/2008	Thyssenkrupp Steel (TKS) e CSA são condenadas no Tribunal Popular dos Povos, realizado em Lima no Peru, por destruir os ecossistemas da Baía de Sepetiba e prejudicar os pescadores artesanais da região. Com esta condenação, a Thyssenkrupp é formalmente acusada junto à ONU-Organizações das Nações Unidas e no parlamento Europeu pelos crimes econômicos e violações de direitos humanos, desrespeito a cláusulas trabalhistas e crime ecológico.
Junh/2008	Ministério Público Federal (MPF) adverte o estado do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sobre irregularidades no licenciamento ambiental das obras da CSA. Secretaria de Estado do Ambiente e IBAMA receberam recomendações dos procuradores da República Maurício Manso, Gisele Porto e Andréa Bayão para corrigirem medidas relativas a esse empreendimento.
Ago/2008	Ministério Público do Trabalho (MPT) entra com ação civil pública contra a CSA por se utilizar de trabalhadores chineses para realizar trabalho não especializado nas obras da empresa. Segundo procuradoria, os trabalhadores estariam atuando sem contrato de trabalho e contrariamente à legislação trabalhista brasileira.
Fev/2009	A ONG Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) entrega ao presidente do BNDES dossiê contendo denúncias de violações dos direitos humanos por parte da CSA contra os pescadores artesanais da baía de Sepetiba.
Mar/2009	Mais de 150 organizações sociais e personalidades fazem carta de apoio aos pescadores da baía de Sepetiba. Na carta denunciam ameaças de morte sofridas por lideranças dos pescadores. Milicianos seriam os responsáveis pelas ameaças.

Quadro 05 - Resumos das ações dos pescadores frente à atuação da TKCSA (Final)

Mar/2009	Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj) realiza audiência pública para discutir impactos das obras da CSA na baía de Sepetiba. Pescadores denunciam mortes e violência no local.
Jun/2009	Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro realiza audiência pública para tratar dos impactos socioterritoriais da CSA.
Jan/2010	Pescadores e ativistas locais participam de Reunião Anual dos acionistas da Thyssenkrupp em Bochum, Alemanha, onde denunciam impactos sociais e ambientais do empreendimento.
Mai/2010	Comitê Baía de Sepetiba pede Socorro denuncia TKCSA na III Sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), em Madrid, Espanha.
18/06/2010	TKCSA é inaugurada.
Jun/2010	Comitê Baía de Sepetiba Pede Socorro divulga nota criticando inauguração da TKCSA, questionando atuação do INEA frente o licenciamento e exigindo reparação de danos e equidade.
Set/2010	Realizada “Missão de Solidariedade” às comunidades do entorno da TKCSA.
Out/2010	Trabalhadores da FIOCRUZ aprovam moção de repúdio à atuação da TKCSA
Dez/2010	MPPERJ move ação civil pública contra a TKCSA por danos ambientais e à saúde humana.
Dez/2010	MPPERJ e INEA firmam acordo para realização de auditoria independente nas instalações da TKCSA.
Fev/2011	Moradores de Santa Cruz se reúnem com representantes do INEA para discutir impactos da TKCSA.
Mai/2011	SEA anuncia embargo de obras de ampliação da TKCSA.
Mai/2011	ALERJ realiza audiência pública para discutir impactos da usina.
Jun/2011	MPPERJ move nova ação civil pública contra a TKCSA.
Jun/2011	ALERJ realiza nova audiência pública para discutir medidas a serem tomadas em relação aos impactos verificados.
Jun/2011	ALERJ realiza terceira audiência pública para discutir impactos da usina.
Ago/2011	Moradores de Santa Cruz acampam em frente à Secretaria Estadual de Saúde para pressionar titular da pasta.
Set/2011	Secretaria Estadual do Ambiente realiza reunião com moradores de Santa Cruz.
Set/2011	Pesquisadores da FIOCRUZ divulgam relatório de avaliação dos impactos da CSA.
Out/2011	TKCSA processa por danos morais pesquisadores da UERJ e da FIOCRUZ.
Out/2011	MPE/RJ move nova ação contra a TKCSA por danos ambientais e à saúde da população.
Dez/2011	OAB/RJ realiza reunião com representantes da TCKSA e pesquisadores processados para negociar a retirada da ação e anunciar o acompanhamento do caso por parte de comissões da Ordem.
Jan/2012	TKCSA retira ações contra pesquisadores.
Fev/2012	TKCSA lança publicação voltada para comunidades do entorno da empresa.

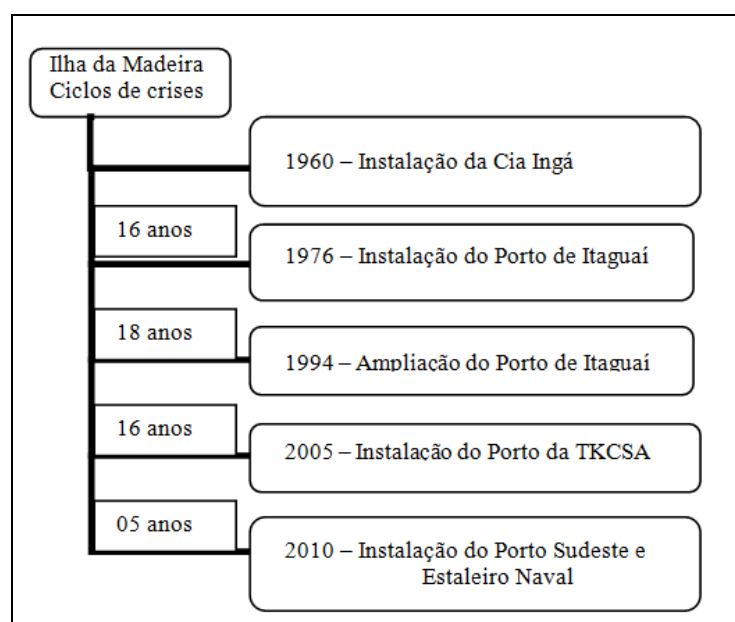
Fonte: Mapa de Justiça Ambiental, FASE/FIOCRUZ, 2006-2010; RBJA, 2012.

As lutas iniciadas pelos pescadores tomaram uma proporção que os próprios pescadores não imaginavam. O envolvimento das universidades, o papel da FIOCRUZ, o papel do Ministério Público Estadual e Federal, as organizações e movimentos populares, foram fundamentais. A participação de todos esses atores permitiu dar visibilidade à problemática da comunidade pesqueira, tirando-as do isolamento. Todas as mobilizações e organização vêm forçando a aplicação de multas contra a TKCSA. Ainda que a empresa não as cumpra integralmente, as mobilizações tem sido válidas, uma vez que forçam as tomadas de decisões dos órgãos públicos, dos Ministérios Públicos, de alguns políticos e desconstrói o discurso verde e a imagem da empresa, principalmente, perante a opinião internacional, que é um ponto nevrálgico no caso da TKCSA.

3.5.3 A Comunidade Pesqueira da Ilha da Madeira: transição acelerada.

Observando os fatos constituintes da crise socioambiental no território da Ilha da Madeira, descritos até o momento, constatamos que há um intervalo médio, de 16 anos entre um fato e outro. Se demarcarmos o início das obras de cada empreendimento em uma linha do tempo, verificamos que até a instalação do Porto da TKCSA manteve-se este intervalo temporal, médio, entre um evento e outro. Porém, depois da TKCSA, esse espaço de tempo diminui e as transformações são ainda mais radicais e destrutivas.

Figura 28 - Linha do Tempo. Fatos ocorridos na Ilha da Madeira/RJ



Fonte: LOPES, Vera F. M., 2012

A cada nova ocorrência é possível identificar processos de perdas: poluição das águas, do ar, das praias, entre outros. Apesar disso, o intervalo temporal de 16 anos entre um evento e outro nos parece significativo para a renovação adaptativa dos sistemas socioambientais. Os relatos dos pescadores e os vários Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) produzidos confirmam que, apesar dos eventos destrutivos, o ecossistema da ilha e seu entorno se mostravam resilientes, compreendendo isso como a capacidade de absorção, processamento e reestabelecimento do equilíbrio dinâmico, sem a quebra das suas funções essenciais (WALKER et al, 2006).

No caso das comunidades pesqueiras artesanais, o sistema natural influencia diretamente a vida social. Para os pescadores, se não há peixe, a qualidade de vida que é básica, torna-se muito mais difícil. No estudo das culturas, que tem relação com o conceito de identidade socioterritorial, aprendemos que, na produção material de sua existência, os seres humanos produzem e reproduzem as relações sociais que os distinguem da natureza e dos outros seres humanos (MARX, 1968). Portanto, é característica da cultura “o modo como, em condições determinadas (...), os homens produzem materialmente (pelo trabalho, pela organização econômica) sua existência e dão sentido a essa produção material” (CHAUÍ, 1994, p. 293).

A cultura guarda relação também, com a criação da ordem simbólica da lei, da linguagem, dos valores, das crenças, das práticas, comportamentos, ações e instituições que variam de uma formação social para outra, “um todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (LARAIA, 2009)

O olhar humano, ou seja, o olhar que se aprende através dessas teias culturais, dá significação à vida e às coisas a sua volta – a paisagem. Estes significados, sempre são distintos a depender da sociedade e/ou grupo social no qual estamos inseridos (GEERTZ, 1989). Portanto, a maneira como se percebe a natureza e se lhe atribui significados também guarda relação com a formação cultural, com o processo de socialização e os valores apreendidos. O homem, de acordo com a cultura, valoriza, classifica as espécies existentes, define suas funções. Da mesma forma, tempo e espaço serão percebidos e pensados de formas diferenciadas a depender da cultura e do período histórico no qual vivemos.

Na dinâmica da vida social da Ilha da Madeira, dezesseis anos representaram um tempo de transformações significativas, as gerações se alternaram, os mais jovens passaram a

conviver com as restrições impostas pelas condições socioambientais. Os pescadores necessitavam ir para pesqueiros cada vez mais distantes para conseguir o pescado, os ciclos de escassez aumentavam, por sua vez, passaram a conviver com as novas tecnologias, as condições exigiam barcos com motor, equipamentos de pesca mais modernos, mais caros. Essas e outras questões alteram a forma de vida, as expectativas, os valores e a consciência individual e coletiva dos moradores da ilha. Muitos pescadores adaptaram seus pequenos barcos de pesca e nos finais de semana e feriados, transportam turistas e veranistas para as outras ilhas da região. Alguns pescadores já fecham pacotes para pesca esportiva.

A “nossa” ilha não está isolada no mundo, a concepção do modo de produção capitalista é globalizante e gera, cada vez mais, uma homogeneização dos padrões culturais. As riquezas das diversidades culturais vão aos poucos perdendo suas características locais, regionais, tendendo para uma homogeneização. Na visão de Bauman (2001) e de Saramago (2000) isso pode ser traduzido como artificialidade, massificação, tornando-se efêmeras.

Por sua vez, percebe-se que há um caldo cultural, um movimento que aos poucos vai ganhando força mundial, que se contrapõe a essa ordem dominante. Esses movimentos fazendo uso de vários recursos, incorporando recursos tecnológicos avançados, como as articulações das Redes Sociais virtuais, recuperam as memórias de lutas passadas e reforçam a necessidade de transpor as formas de organização do modo de vida atual. Recoloca-se no centro a substancialidade das relações, a importância do valor de uso, a necessidade de fortalecer a vida e as lutas pela conservação da natureza e dos modos de vida dos povos tradicionais resistindo assim, a visão racional tecnicista da cultura hegemônica.

Na Ilha da Madeira, percebe-se que as raízes do passado, os valores, a identidade com o território ganha uma significação simbólica muito forte. Penso que enquanto existirem os “antigos” a identidade socioterritorial permanece. Porém a preocupação é com relação à velocidade da destruição, que na Ilha da Madeira é indiscutível. Parafraseando Caetano Veloso (1978), não há força simbólica que resista “a força da grana que ergue e destrói coisas belas”. O poder, efetivo e simbólico, das empresas intimida as pessoas, faz calar as lideranças.

Se a comunidade aprendeu com as experiências da Ingá, do Porto de Itaguaí e com a TKCSA, os empresários e governantes também aprenderam. Os novos empreendimentos ao se instalarem no território já trazem na bagagem uma série de medidas para conter as resistências. Aprenderam a dismantlar os movimentos antes mesmo de se iniciarem, a minar as forças, seja por meio do uso da violência física ou da violência simbólica. Fragmentam as organizações comunitárias, jogam uns contra os outros, cooptam lideranças, entre outros

recursos. Seguem agindo conforme planejado em seus planos de negócios: arrancam, literalmente, os obstáculos do caminho, sejam eles naturais ou sociais, modificam a paisagem, remanejam populações, tudo é válido para alcançar os seus objetivos e metas de realização dos lucros.

3.6 Quarto ciclo da crise Socioambiental na Ilha da Madeira: a instalação do Porto Sudeste (MMX-LLX) e do Estaleiro de Base Naval (EBN)

*“Eles [as empresas] quando chegam,
querem que a gente saia.
Vão dando preço para as nossas casas.
Eles enxergam tijolos e cimento,
mas para nós não é isso.
É a nossa vida. Meus pais nasceram aqui,
Eu fui criada e criei meus filhos aqui.
Meus pais estão velhinhos, gostam daqui,
conhecem todo mundo, sentem-se seguros aqui,
não terão mais tempo de vida, para reconstruir tudo isso em outro lugar.
(...) Então eu te pergunto:
- como podem por preço em relações construídas ao longo de toda uma vida?
É muito triste,
ver tudo que a gente levou uma vida inteira para construir,
sendo destruído em minutos”.*

(Antiga moradora da Ilha da Madeira, sobre o processo de remoção. Trabalho de campo, 2012).

O Porto Sudeste é um terminal privado de uso misto, dedicado à movimentação de minério de ferro que está sendo construído pela empresa LLX Operações Portuárias, unidade logística da Mineração e Metálicos S/A (MMX) ambas pertencentes ao Grupo EBX. O empreendimento localiza-se na Ilha da Madeira/baía de Sepetiba/Itaguaí - RJ.

Figuras 29 – Imagens da construção do Porto LLX/MMX (2011)



(a)

Legenda: (a) Vista aérea da área de instalação
Fonte: RIMA LLX, 2011.



(b)

(b) Desmatamento para área de edificação

Conforme a empresa denomina, “o Super Porto, representa um passo determinante para a MMX consolidar a sua posição como uma mineradora com logística totalmente integrada” (MMX, 2011).

As obras de instalação iniciaram no final de 2009 e a previsão para o início das atividades operacionais é para o final de 2013. O empreendimento recebeu licença para ocupar uma área de, aproximadamente, 60 hectares, mas foi solicitada nova licença para ampliação de mais 40 hectares, devendo ocupar uma área total de 100 hectares.

A estrutura marítima terá, inicialmente, dois berços de atracação com profundidade de 20 metros. Segundo a LLX, o investimento inicial previsto é de R\$ 2,4 bilhões. O porto começará a funcionar com uma capacidade operacional de 50 milhões de toneladas por ano de granéis sólidos de minério. Mas, a empresa já encaminhou novo pedido de licenciamento para a duplicação. A previsão é que a capacidade do porto chegue a 100 milhões de toneladas de granéis sólidos de minério por ano. O “Porto Sudeste” deverá movimentar a produção das minas da MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”) em Minas Gerais e de outros produtores de minério de diversas áreas do “Quadrilátero Ferrífero” de Minas Gerais. Para isso nas obras estão construindo a interconexão com a malha ferroviária existente, operada pela empresa MRS Logística S.A (LLX, 2009, MMX, 2012).

Em 2009, a MMX/LLX solicitou empréstimo de R\$ 1,8 bilhão do BNDES, valor que representava 75% do total do montante relativo aos investimentos de bens de capital (JB, abril/2009). O banco já liberou várias parcelas do projeto aprovado no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI), com taxas de juros fixas de 4,5% ao ano para a aquisição de bens de capital (BNDES, jan/2010). Em 2009 foram liberados R\$ 70 milhões e em 2010 o banco aprovou R\$ 805 milhões. Em 2012 mais 900 milhões foram liberados (Valor Econômico, 10/2012; MMX, 2012).

As exigências legais para o licenciamento foram cumpridas, mas os pedidos de licenciamentos ocorreram de forma fragmentada. No primeiro momento a empresa solicitou licença para um projeto que previa a exportação de 50 milhões de toneladas de minério por ano e que foram aprovadas (Licença Prévia nº IN000057, emitida pelo INEA em 13 de abril de 2009 e Licença de Instalação nº IN000491, emitida pelo INEA em 30 de julho de 2009). Após as liberações dessas licenças a empresa fez novo pedido prevendo duplicação da produção para a movimentação de 100 milhões de toneladas por ano de minério, granéis sólidos.

Os conflitos relativos ao Porto Sudeste têm início em 2009. Em reportagem da Rede Brasil Atual (2009), a LLX estava pressionando os pescadores e moradores para que vendessem as suas casas e, em caso de recusa, sofriam pressões e ameaças, com processos de desapropriação: - *“querem dizimar a Ilha da Madeira e transformar tudo aqui, num gigantesco depósito de minério”* (Representante APLIM, em entrevistas para THUSWOHL, Rede Brasil, 2009).

Nessa mesma reportagem, um representante da Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM) afirmou que a empresa havia oferecido caminhões frigoríficos, como compensação aos pescadores, mas segundo ele, os pescadores recusaram, afirmando: *“não queremos cala-boca. De que adianta caminhão frigorífico se não tem peixe para pescar”* (THUSWOHL, Rede Brasil Atual, 2009). A reportagem destaca ainda que as associações de pescadores haviam movido cinco ações judiciais, em que pediam a imediata suspensão das licenças de instalação do Porto Sudeste, duas em Itaguaí, duas em Mangaratiba e uma no Rio de Janeiro. Segundo a reportagem:

“A 14ª Vara de Fazenda Pública do RJ embargou o projeto até que as denúncias de irregularidades ambientais sejam apuradas. Os advogados da LLX, os mesmos da CSA, estão se mexendo para reverter essa liminar, mas o fato é que a empresa realizou seus estudos de impacto ambiental como se não houvesse outros empreendimentos impactantes no entorno da baía, explica o advogado dos pescadores. A LLX não pode ir além do que a CSA já causou, pois isso fará a baía entrar em colapso. A própria empresa admite que sua instalação pode implicar na extinção de espécies marinhas.” (THUSWOHL,M. Rede Brasil Atual, Revista do Brasil,2009, no.34)

Em novembro de 2009 detonações provocadas pela empresa para abertura de um túnel de acesso ao porto geraram indignação e revolta entre os moradores. Os mais afetados foram os que residem próximos à entrada do bairro, local onde foram realizadas as primeiras explosões. Vale destacar que muitos dos moradores que vivem nesse perímetro já sofreram processos de remanejamento no período das remoções da Ingá e novamente vivem o drama.

Figura 30 – Foto da estrada de acesso à Ilha da Madeira



Fonte: Vera Maciel, 2010.

Em decorrência das violentas explosões para abertura de um túnel, no dia 23 de novembro, os moradores se uniram e fizeram um protesto diante dos portões da empresa. Denunciaram que havia ocorrido uma “verdadeira” chuva de pedras.

Figura 31 – Fotos: Abertura do túnel de acesso ao Porto Sudeste e Placa das detonações



(a)

(b)

Legenda: (a) Abertura do túnel de acesso ao Porto da LLX

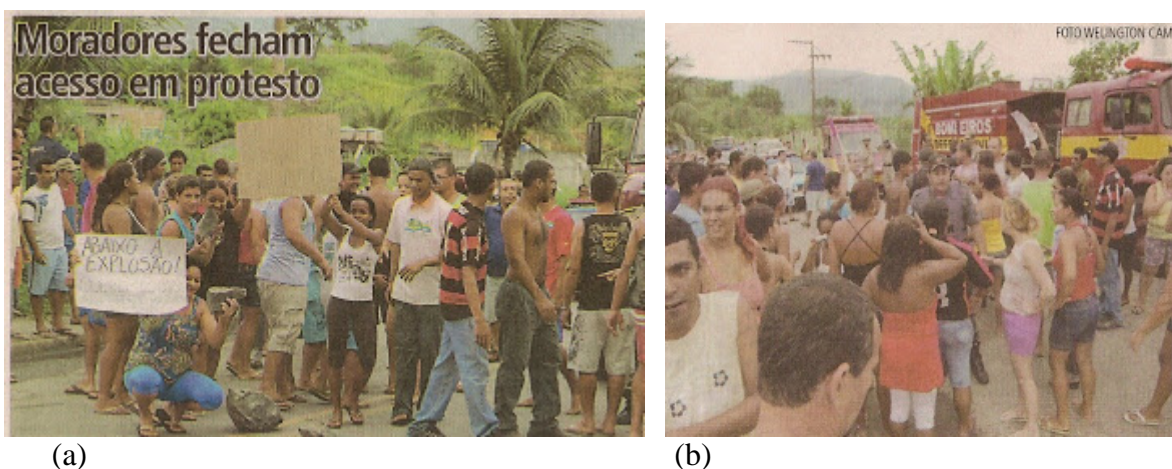
(b) Placa de aviso do dia e hora das detonações, em branco.

Fonte: (a) <http://www.grandesconstrucoes.com.br>; (b) LOPES, Vera F.M, 2012

Algumas pedras chegavam a pesar 80 quilos e foram lançadas sobre as casas. Ainda segundo depoimentos dos moradores, a empresa estava pressionando a população, “*de forma grosseira*”, a aceitar suas condições e deixar o local:

“- *Eles estão fazendo isso para forçar a gente a sair daqui, já que não queremos aceitar a mixaria que eles nos ofereceram*” (Iracema Oliveira dos Santos, de 71 anos). Os moradores contam que as explosões ecoam como um terremoto dentro de casa. “- *Sempre que isso estoura minha casa estremece. Pego meus documentos e saio correndo com medo de ela desabar*” (Leda Claro Oliveira Cruz, de 67 anos); “- *Isso que eles estão fazendo é terror psicológico pra gente sair daqui logo!*” (João Ferreira Lima, 40 anos)” (Fonte: <http://www.politicadeitaguai.com.br/2009/11/sofrida-ilha-da-perseguiacao.html>).

Figuras 32 – Protesto de Moradores



Legenda: Foto das pedras arremessadas na explosão para abertura do túnel; (b) Manifestação
 Fonte: (a) <http://3.bp.blogspot.com>
 Fonte (b) <http://www.politicadeitaguai.com.br/2009/11/sofrida-ilha-da-perseguiacao.html>

Os moradores reclamavam que, durante todo o processo de instalação do empreendimento, o acesso ao bairro ficou bastante comprometido: lama, buraco, congestionamento e interdição de pista para realização de explosões. A desafetação da Estrada Joaquim Fernandes atende as necessidades dos empreendimentos (MMX/LLX e Estaleiro Naval), mas causa grande desconforto aos moradores que necessitam sair do bairro diariamente, acarretou alterações no itinerário dos meios de transportes públicos isolando os moradores que moram no local e dificulta os deslocamentos diários.

Figura 33 – Foto. Acesso Precário à Ilha da Madeira



Fonte, Vera Maciel, 2011.

Entre 2009 e 2010, pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e da Fundação Oswaldo Cruz finalizaram um estudo sobre saúde ambiental, financiado pela Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, que deu origem ao documentário “Território de Sacrifício ao Deus do Capital”. No filme são evidenciados os problemas socioambientais da Ilha da Madeira. Dando voz aos moradores, registram os dramas vivenciados pela comunidade, no processo de instalação da MMX/LLX, com imagens relativas às explosões e depoimentos sobre remoções, entre outros problemas.

As manifestações evidenciam que, até 2010, os moradores ainda sentiam-se motivados e mantinham acesa a chama da resistência. O filme, a presença da equipe de pesquisa, os reflexos dos movimentos na TKCSA foram fatores importantes para manter a motivação do processo de resistência da comunidade. Mas, após 2010, os moradores passaram a viver certo isolamento. O desânimo e a descrença nos processos de mudanças imperavam.

No final de 2010, as ações dos empreendimentos na Ilha da Madeira se intensificaram. As obras avançavam com muita velocidade. As empresas diversificaram as táticas no trato com a comunidade. Os protestos serviram de alerta. Destaca-se ainda o fato do grupo EBX, já ter acumulado experiência na construção do Porto do Açú (São João da Barra/RJ). As remoções no norte do estado do RJ haviam causado vários protestos que afetaram negativamente a imagem da empresa, a experiência de Açú, os protestos contra a TKCSA, do

nosso ponto de vista, serviram de aprendizado para a MMX/LLX e, posteriormente, para o Estaleiro Naval.

Percebe-se que houve habilidade da equipe técnica contratada pela LLX/MMX na condução das negociações das medidas compensatórias na Ilha da Madeira. Procuraram estabelecer relações mais próximas às lideranças-chave. Os advogados da LLX eram os mesmos que atuavam na TKCSA (THUSWOHL. Rede Brasil Atual, 2010).

As remoções das famílias passaram a ser tratadas de outra forma. A empresa, na compra dos imóveis, passou a oferecer valores acima de mercado. Os moradores, aproximadamente 100 famílias, diante da degradação do local, das condições de riscos às quais estavam submetidos, do espanto com a rapidez da destruição, sentiam-se impotentes e cediam, vendendo os imóveis.

Por sua vez, os moradores que resistiam em sair do local passaram a conviver com todo tipo de transtornos: moravam praticamente dentro de um canteiro de obra, com poeira, rachaduras nas paredes, barulhos, lamas. As casas que sobraram viraram abrigos para cobras e vários outros animais que, assustados com as explosões, machucados e sem ter abrigo em decorrência dos desmatamentos, buscavam refúgio nos quintais das casas que restavam. Além desses problemas, havia a pressão psicológica. Em entrevista, uma das moradoras relatou que a empresa negociava com ela, mas como ela não aceitava certas condições impostas, passaram a procurar outras pessoas da família, em separado, gerando graves conflitos familiares.

Interessante observar a dinâmica dos fatos, nesse mesmo período, a luta contra a TKCSA ganhava projeção. Porém, devido aos dramas imediatos e urgentes na Ilha, as associações de pescadores e demais entidades representativas dos moradores voltaram-se para os problemas imediatos e acabaram fechados em si mesmos. O isolamento em relação ao movimento também guarda relação com as formas como foram conduzidas as negociações das medidas compensatórias na TKCSA. Os boatos, o jogo de cooptação, acirraram os conflitos entre as associações de pescadores da baía de Sepetiba. A união entre as associações do movimento dos pescadores, que nunca teve muita expressão e organicidade, tornou-se ainda mais fragilizada.

Por sua vez, como já sinalizado no capítulo dois, o apoio à organização social e política dos pescadores, em geral, no Brasil como no Rio de Janeiro, ainda é incipiente. No Rio de Janeiro são poucas pessoas dentro das instituições universitárias, governamentais e mesmo entre os representantes dos partidos políticos que desenvolvem trabalhos de longo prazo, com implicação junto às comunidades pesqueiras. A dificuldade em poder contar com

o apoio efetivo de pessoas e/ou instituições de “fora” refletiu nesse isolamento e fragmentação dos pescadores da Ilha.

A situação que estava ruim começava a ficar pior. Ainda no final de 2009 deram início às obras do Estaleiro de Base Naval.

3.6.1 O que está ruim sempre pode piorar: junto com as obras do porto Sudeste as obras do Estaleiro de Submarinos - Itaguaí Construções Navais.

Figura 34- Mapa da área Diretamente Afetada. Projeção-Plano de Expansão do Porto de Itaguaí



Fonte: RIMA/Estaleiro e Base Naval para Construção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear, 2009.

O Estaleiro e Base Naval para a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear é de uma *joint-venture*, ou Sociedade de Propósito Específico (SPE), com 50% das cotas sob controle da Odebrecht, 49% da DCNS francesa (grupo francês que atua no setor naval), e 1% da Marinha do Brasil. Em concordância com a Marinha do Brasil, e governo brasileiro e as referidas empresas terão o controle do empreendimento por 20 anos. Após esse período, o controle passa a ser da Marinha do Brasil (MARINHA DO BRASIL, 2011).

A participação do governo brasileiro na Sociedade de Propósito Específico, segundo a Marinha do Brasil (2012), apesar de simbólica, lhe dará o direito de veto em questões estratégicas. O Estaleiro DCNS-Odebrecht é parte do Plano estratégico de defesa Nacional e visa garantir a construção naval em larga escala (MARINHA DO BRASIL, 2011).

No RIMA (2009), toda a Ilha da Madeira foi considerada como área do Porto de Itaguaí, daí a denominação Itaguaí Construções Navais. O estaleiro está estrategicamente situado próximo a NUCLEP, braço industrial do complexo nuclear do Brasil. Segundo planejamento, o grupo Odebrecht começaria a obra da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), depois viriam às obras do estaleiro e uma base de submarinos de alta sofisticação.

As áreas envolvidas somam 980 mil metros quadrados, dos quais 750 mil m² na água. O acesso ao conjunto também se dará por um túnel escavado em rocha de 850 metros de comprimento e uma estrada exclusiva de 1,5 quilômetro. Conterá com dois píeres de 150 metros cada, 3 docas secas de 170 metros, das quais duas serão cobertas. A previsão é de que o primeiro submarino (scorpène) deixe o estaleiro em 2017 (MARINHA DO BRASIL, 2012).

No plano de obras, no período de instalação, foi previsto a geração de 700 empregos diretos (RIMA, 2009). Serão realizadas obras em rodovias, terá também um túnel de acesso à baía de Sepetiba, aterro hidráulico, dragagem e edificações. No total serão 27 edifícios. A dragagem passa de 6 milhões de metros cúbicos. Depois de pronta, a instalação poderá dar apoio técnico a uma frota de 10 submarinos e terá capacidade para construir duas unidades novas simultaneamente. Um dos prédios será destinado ao procedimento de troca do reator do navio nuclear ou do combustível, sua altura será equivalente a um prédio de 16 andares. Os submarinos vão circular, entrar e sair das instalações por meios próprios, movimentando-se por uma zona molhada com 340 mil m² (DEFESA BR, MB, 2012 e RIMA, 2009).

Os Estudos de Impactos Ambientais e o relatório foram produzidos em parceria entre Empresa MRS Estudos Ambientais Ltda. e a Marinha do Brasil. O Rima data de agosto de 2009. Foram destacadas como Áreas Diretamente Afetadas (ADA): baía de Sepetiba, Itaguaí, Ilha da Madeira (Vila do Engenho e Praia de Fora), Coroa Grande e, em Mangaratiba, o distrito de Itacuruçá. O estudo sinaliza que as obras implicarão em desmatamentos de áreas, remoção e movimentação de material proveniente de terraplanagem, dragagem, aterros, intensificação de veículos pesados para o transporte de carga. Considerando que a NUCLEP será fornecedora de peças e calderaria pesada, os trechos entre a empresa e o estaleiro terão tráfego contínuo de produtos pesados, gerando necessidades de alteração no acesso à ilha.

Há vários pontos, polêmicos e contraditórios, no Relatório de Impactos Ambientais (2009). Por um lado o RIMA reconhece que existem sítios arqueológicos na região situados na Área Diretamente Afetada (ADA) e que serão destruídos; também considera haver na região há um rico patrimônio cultural material e imaterial relativo às comunidades e conhecimentos tradicionais, conforme descrição:

“ os estudos realizados apontam a presença de um patrimônio histórico, arqueológico, cultural e paisagístico para a região do empreendimento. (...) envolvendo diferentes manifestações tradicionais e populares, tanto de natureza material como imaterial, edificações, artesanatos, cantos, danças, cultos religiosos, técnicas construtivas, formas de manejo da paisagem entre outras. Ressalta-se aqui tanto o patrimônio material como imaterial das comunidade pescadoras que habitam AID, e que apresentam um rico e extenso conhecimento e memória tradicional” (RIMA ESTALEIRO NAVAL, 2009)

Por outro lado, apesar de assumir que existe toda essa riqueza, o texto considera não haver pescadores artesanais tradicionais na Ilha da Madeira, afirmando não serem os pescadores, descendentes dos antigos moradores da ilha. Essa afirmação gerou indignação na população local e todos os pescadores entrevistados destacaram essa fala, com muita indignação. Segundo o texto do RIMA:

“Na Ilha da Madeira os descendentes dos antigos moradores se encontram fora da ilha (...) o que foi observado foi pescadores artesanais oriundos de migrações em diferentes períodos, cujas relações de solidariedade ocorrem a partir das práticas pesqueiras, sem, contudo, ocorrer relações fortes de parentescos e de longa descendência na região (...)” (RIMA, Estaleiro Naval, 2009)

Os impactos ambientais positivos apontados no RIMA (2009) em relação à instalação do empreendimento foram: aumento da oferta de emprego na região; aumento de arrecadação municipal e da geração de renda para o setor terciário; aumento da demanda de serviços públicos.

Os impactos negativos: dúvidas e ansiedades em relação às implicações do empreendimento; aumento dos níveis de ruído; aumento de emissão de poeiras; intensificação do fluxo de veículos pesados; geração de resíduos sólidos e efluentes; supressão da vegetação, alteração do patrimônio arqueológico e histórico, dragagem dos sedimentos marinhos.

Durante a operação do Estaleiro Base Naval aponta-se como impactos negativos: diminuição da área de navegação e a alteração no padrão das correntes marítimas; desmobilização da força de trabalho, diminuição na geração de renda e na receita tributária, aumento do tráfego náutico, emissão radiológica, risco de contaminação radiológica acidental. O único impacto positivo apontado, após início da operação, foi o estabelecimento de micro-

habitat. Os encoramentos que limitarão o EBN e a área da baía de evolução serão locais potenciais para o desenvolvimento de mariscos e crustáceos, colaborando para restabelecimento do ecossistema local.

3.6.2 Ilha da Madeira: no contato com a realidade a concretude dos problemas

Em julho de 2010, entramos na Ilha da Madeira pela primeira vez. As obras do Porto Sudeste e do Estaleiro ainda estavam no início, mas já havia muito estrago ambiental. Um movimento intenso de caminhões, tratores, máquinas, bate-estacas, principalmente, no perímetro que dá acesso ao bairro.

Figura 35 – Fotos: Obras na estrada de acesso a Ilha da Madeira e a Placa da LLX.



(a)

(b)

Legenda: (a) Foto das Obras na estrada de acesso à Ilha da Madeira/RJ; (b) Placa da empresa LLX

Fonte Vera Maciel, 2010.

Ainda assim, conseguimos ver uma pequena parte da ilha bucólica que habita a memória, principalmente, dos antigos moradores. O objetivo nesse primeiro momento era vivenciar a Ilha, o seu cotidiano, conhecer o território, obter registros fotográficos, conversar de maneira informal com os pescadores e moradores.

Figura 36 – Ilha da Madeira/RJ, 2010. Fotos de Barcos de Pesca e do Local Escolhido para a Construção do Túnel e do Porto Sudeste, LLX



(a) (b)
 Legenda: (a) Barcos de Pesca; (b) Área verde, local escolhido para a construção do túnel e do Porto Sudeste, LLX.
 Fonte. Vera Maciel, 2010.

As atividades das obras não cessavam, os operários trabalhavam dia e noite. Durante esse primeiro momento de trabalho de campo, era comum acordar de madrugada com os estrondos e um leve tremor. Por vezes, as explosões para a abertura dos túneis eram realizadas a noite. Segundo moradores, as empresas alegavam questões de segurança, mas para os moradores era uma forma de não se exporem às fiscalizações e possíveis denúncias.

Figura 37- Foto Ilha da Madeira/RJ, obras do Porto Sudeste, desconstrução da paisagem



Fonte: Vera Maciel, 2010.

Conversando com a dona do estabelecimento onde fiquei hospedada, revelou-me que, após o início das obras, haviam surgido várias rachaduras no seu imóvel e havia muitos outros

imóveis nessa mesma condição. A conversa foi interrompida com a entrada de outros hóspedes, provavelmente, técnicos que trabalhavam na obra. A presença deles gerou um clima de constrangimento e não demos continuidade ao assunto. Subentendi a contradição da situação: por um lado, a insatisfação com as “rachaduras” no imóvel, por outro, a garantia dos quartos alugados, pelo menos, enquanto continuassem as obras.

Essa contradição também era vivida por alguns proprietários de estabelecimentos comerciais. As empresas, prestadoras de serviços que atuavam nas obras, em geral, faziam convênios com os restaurantes locais, na hora das refeições o movimento era intenso. Em conversa informal, indaguei o proprietário de um restaurante sobre as oportunidades de crescimento. Segundo sua análise, as oportunidades eram pontuais, algo daquele momento e que todos (os donos de restaurantes) deveriam e precisavam aproveitar o máximo. Afirmou também que estaria mais feliz se o estabelecimento estivesse cheio de turista, visto que na situação atual, o futuro era incerto, e não sabia se no futuro conseguiria continuar vivendo ali.

Em outro momento, conversando informalmente com uma jovem sobre a ilha, contou-me sobre um trabalho escolar relativo ao manguezal da ilha e sua destruição. Quando revelei que eu também era pesquisadora e perguntei se podia ter acesso ao trabalho, ela imediatamente mudou a postura e respondeu que não. Após mais um tempo de conversa, justificou-me que preferia não se expor, visto que havia postado um currículo na empresa e aguardava o resultado.

A desinformação e a insegurança eram generalizadas e davam margem para o surgimento de muitos boatos. Alguns moradores preferiam não emitir qualquer opinião, havia um clima de receio. Posteriormente, comentei essa minha impressão com uma entrevistada e ela considerou o fato de haver muita gente “de fora” e os moradores desconfiavam das reais intenções das conversas, optando assim, por não emitir opiniões.

Essa situação remete a todo o histórico já vivido pela comunidade em outros períodos. O poder da empresa ganha concretude e passa a ser superpotencializado, seja pela ostentação e grandeza das obras, dos maquinários e da velocidade em que são realizadas; seja em decorrência do medo da vigilância de estarem falando com alguém “a mando” da empresa interessada em mapear os moradores e suas opiniões; ou ainda, em função da insegurança em relação ao futuro, pensar na continuidade da vida naquele local com a presença das empresas.

Vale ressaltar também que as entidades representativas dos pescadores e dos moradores ganham o status e visibilidade, muito mais para os “de fora” do que propriamente entre os moradores. Na vida cotidiana da ilha, as pessoas se reconhecem pelos laços afetivos

de vizinhança e familiares e não, necessariamente, por serem da entidade X ou Y. Os agrupamentos são estabelecidos em função dos laços de solidariedade constituídos nas relações primárias. As pessoas se agrupam em apoio umas às outras e a formalização em entidades é uma decorrência imposta pelas “ameaças” ou necessidades “de fora”.

Foi assim que ocorreu na criação da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM), associação mais antiga da ilha, conforme já detalhado no início desse capítulo. O mesmo aconteceu com a outra entidade de pescadores à Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM).

Na década de 1970, alguns pescadores da praia do Saco do Engenho, após serem remanejados no processo de instalação da Ingá, receberam da prefeitura um terreno na Estrada Joaquim Fernandes, praia próxima à entrada da ilha. No terreno, construíram com apoio da prefeitura, um barracão onde, inicialmente, eram guardados os materiais de pesca e ancorados os pequenos barcos. Posteriormente, criaram uma associação, passando a usar o espaço como posto de venda de pescado. Na placa da associação chama-nos a atenção a frase: “Preservando e conservando a vida marinha, a pesca artesanal tecendo um mundo sustentável, e a integração homem natureza”.

Figura 38 - Foto da Sede da APAIM, Ilha da Madeira



Fonte Vera Maciel, 2010.

Constatamos divergências entre as associações, mas não foi possível obter maiores informações dos entrevistados sobre os motivos; ambas preferiram não tocar no assunto. Pelo que consegui compreender, as divergências são antigas, remetem às relações políticas junto à

prefeitura de Itaguaí e se acirraram no processo de discussão sobre as políticas de compensação ambiental da TKCSA, piorando no processo de mitigação do Porto Sudeste e posteriormente, do Estaleiro Naval.

A posição da APAIM, no momento das entrevistas, entre 2010 e 2011, era de resistência e enfrentamento diante das ações das empresas. Posicionavam-se contrário às negociações, entendendo que os moradores não podiam e não deviam ceder.

Em ambas as associações os principais dirigentes eram muito politizados, havia clareza nas análises, convicção e articulação nos discursos. Porém, a fala dos representantes da APAIM era marcada por um sentimento de revolta e indignação que, por vezes, no debate se comprometiam por ser um discurso muito emocional. Os representantes da APLIM se expressavam com firmeza, mantendo a racionalidade. Ao mesmo tempo, deixavam transparecer a ideia que iriam lutar até onde fosse possível, mas no fundo, não acreditavam que houvesse retrocesso nos processos que estavam em andamento. Esse era um dos pontos da divergência.

No âmbito das medidas compensatórias da MMX/LLX, a APLIM encaminhou e conseguiu aprovação do projeto de reconstrução da Sede da Entidade. Essa medida gerou muita polêmica entre os pescadores, afirmando que os representantes da APLIM haviam se deixado cooptar pela empresa.

Os recursos de compensação são aprovados mediante projetos encaminhados pelas entidades, em tese, as medidas compensatórias não podem servir aos interesses pessoais. Nem todas as associações conseguem aprovação dos seus projetos. As prefeituras também recebem recursos de compensação ambiental. Em 2011, a prefeitura de Itaguaí tinha recebido 20 milhões relativos à medida compensatória do Porto Sudeste. Há projetos que são aprovados, mas não são concretizados. O projeto de Reforma da Sede APLIM foi um dos poucos projetos concretizados.

Figura 39 - Foto de painel informativo sobre a reforma da Sede da APLIM



Fonte: Vera Maciel, 2012.

Figura 40 – Foto de uma Placa fixada na Sede da APLIM



Fonte: Vera Maciel, 2012.

Na placa fixada na sede da APLIM tem os seguintes dizeres:

“Rejuvenescendo 50 anos. A LLX reescreveu os contornos da paisagem da baía de Sepetiba e escreveu novas histórias com seus vizinhos, dividindo com eles as iniciativas para o desenvolvimento social da região. A MMX nova responsável pelo empreendimento do Superporto Sudeste, mantém vivo este ideal contribuindo com o avanço e desenvolvimento da região. O apoio aos projetos escolhidos e desenvolvidos pelas próprias organizações locais da pesca aponta um novo futuro para as pessoas e para a natureza. O projeto rejuvenescendo aos 50 contou com a reforma completa da Sede APLIM com o objetivo de oferecer maior espaço e infraestrutura para uma das associações mais antigas da Ilha da Madeira. A reforma ampliou o espaço de forma considerável incluindo um segundo andar com salão de eventos e uma cozinha industrial. Agora a APLIM contará com a infraestrutura ideal para dar suporte à realização de reuniões e cursos para os seus associados, além de um espaço adequado para o beneficiamento de pescado (APLIM, 2012)”.

O prédio foi reconstruído e nele, de fato, tem um laboratório de informática, com vários computadores, uma cozinha que pode ser adaptada para beneficiamento de pescado, salas de aula, um prédio relativamente grande, com uma fachada moderna, que em relação às outras associações, chama muita atenção. Conversando com os membros da APLIM sobre o projeto de reforma do prédio, eles justificaram que a reforma da Sede era uma necessidade. Na elaboração do projeto tiveram o apoio de um advogado que há muitos anos colabora com a APLIM.

Figura 41 - Sede da APLIM, Ilha da Madeira/RJ.

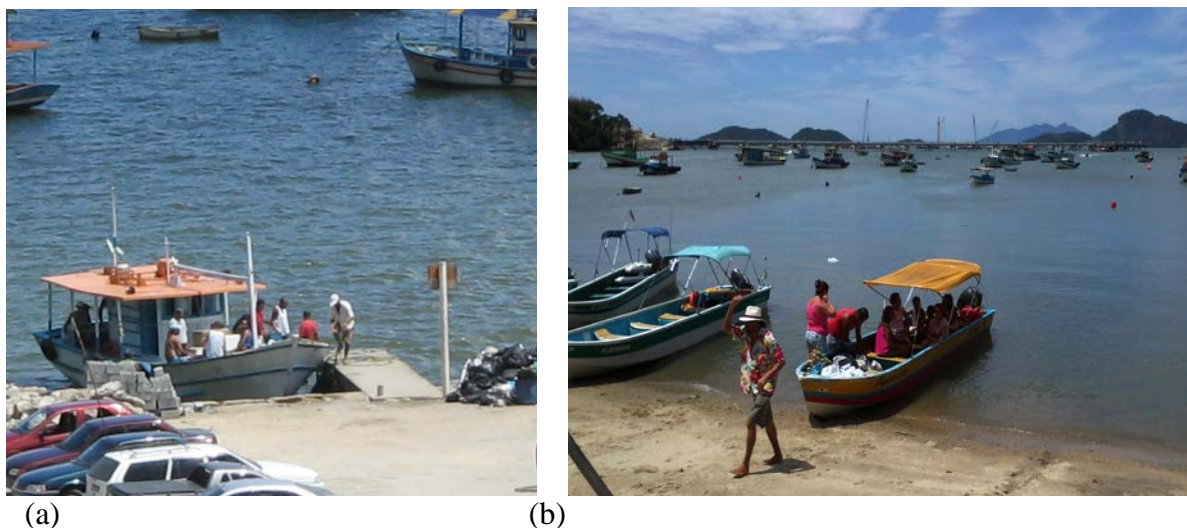


Fonte Vera Maciel, 2012.

Segundo um representante da APLIM, desde os problemas vivenciados com a Cia Ingá, a associação vem debatendo a necessidade de buscar alternativas para além da pesca. A Associação ajudou os pescadores, donos de barcos, a acessarem recursos financeiros para a melhoria dos barcos: compras de motores, entre outros. O objetivo era a necessidade de diversificação da atividade profissional.

Conforme já relatado, alguns pescadores passaram a atuar também, no transporte e turismo. A inserção dos pescadores no transporte e turismo também não foi fácil: - *“Para fazer transporte de turista, tem que aprender a lidar com o público, isso não é fácil, pois o nível de escolaridade dos pescadores é baixo, não tiveram condições de completar os estudos, fizemos até um curso para ajudar”* (Representante da APLIM, 2012). Importante destacar que essa medida atendeu, principalmente, aos pescadores que são proprietários de pequenos barcos, mas ainda assim, é uma minoria que possui barco.

Figura 42 - Ilha da Madeira, barcos de pesca, transporte e turismo.



Legenda: (a) Barco de Pesca adaptado à pesca turística e barco de transporte e turismo

Fonte: Vera Maciel, 2012.

Com a chegada dos outros empreendimentos, a insegurança em relação ao futuro da pesca na baía de Sepetiba aumentou e, para a APLIM, havia necessidade de qualificar os pescadores para atuar em outras áreas: “*Encaminhamos o projeto da sede, pensando que ali pode ser um espaço onde os pescadores possam fazer cursos, se qualificar e ter outras opções*”. (Representante da APLIM, 2012)

Em 2012, a APLIM encaminhou novo projeto, como medida compensatória do Estaleiro Naval. A negociação visava à realização de dois cursos de Marinheiro (Moço de Convés) ministrados pela Marinha: “*negociamos o curso para tirar carteira de moço de convés. A condicionante nossa era que as vagas do curso fossem para as pessoas aqui da Ilha da Madeira, porque o pescador não tem condições de concorrer com pessoas que acabaram os estudos recentemente*” (representante da APLIM, 2012). No último curso tiveram 703 inscrições para 105 vagas. No período de inscrição dos cursos, encontrei representantes da APAIM, na sede da APLIM, se inscrevendo para um curso.

Em 2010, um representante da APAIM, fazendo uma análise sobre a situação da pesca na Ilha da Madeira, relatou que nos 35 anos de trabalho como pescador, nunca tinha vivido situação tão ruim, por vezes, saía para o mar e voltava com um único peixe, não conseguia mais cobrir os gastos da pescaria. Afirmou que os projetos “*faraônicos*” [TKCSA e o Porto Sudeste] estavam arrasando a Ilha e a baía Sepetiba e não via perspectiva de melhora. Para

ele, a instalação das empresas foi fruto de negociações e articulações de interesses “grandes” entre as empresas e as várias esferas governamentais: - *“O que conta é o dinheiro. Os políticos e o Estado dão isenções, afrouxam as regras fazem tudo para as empresas se instalarem, depois de instaladas, não adianta cobrar. Fizemos muitas denúncias, mas as empresas continuam destruindo”* (Pescador da APAIM, 2010).

Figuras 43 – Fotos obras dos empreendimentos: Porto Sudeste e Estaleiro Naval



(a)

(b)

Legenda (a) – Construção do Túnel do Estaleiro Naval; (b) Obras do porto Sudeste, neste lugar, viviam muitas famílias.

Fonte Vera Maciel, 2011

Representantes da APLIM, em 2012, afirmaram que durante o licenciamento, ainda na fase de obtenção da Licença Prévia, foram realizadas audiências públicas. A empresa apresentou um projeto no qual o cais do Porto Sudeste estaria em local diferente de onde foi instalado. Na implantação, o cais ficou mais próximo às residências, aumentando os impactos negativos: danificou os imóveis (rachaduras), gerou impacto visual, transformação de paisagem, ruídos, poeiras. Muitos desses impactos deverão continuar após o início das operações. Segundo a entidade, em nenhum momento foi exposto que haveria alteração do projeto.

Porém, em julho de 2011, a empresa MMX/LLX entra com novo pedido de licenciamento para a ampliação das instalações. Seguindo as normas legais, apresentou novo estudo de impacto e novo RIMA. Nele sinalizou como principais impactos negativos: a alteração no cotidiano da população realocada, alteração das relações comunitárias, aumento da possibilidade de biodisponibilização de substâncias persistentes, risco de interferências na atividade pesqueira, alteração da paisagem, aumento dos fatores de perturbação da fauna terrestre e aumento dos distúrbios nas comunidades aquáticas pelas restrições ao uso dos habitats e recursos da área de influência direta.

Dentre os impactos positivos destacam: a geração de empregos, o aumento da capacitação da força de trabalho contratada, dinamização da economia, aumento da arrecadação de tributos e da capacidade de exportação de minério.

Figura 44 - Construção do Pier - PortoSudeste da LLX/MMX.



Fonte: Vera Maciel, 2011

Figura 45 - Pier da LLX e saída do túnel de acesso ao Porto, vista da baía de Sepetiba



Fonte: Vera Maciel, 2011.

Figura 46 - Pier Porto Sudeste da LLX/MMX



Fonte: Vera Maciel, 2012.

Em 15 de março de 2012, o Grupo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Rio de Janeiro (GATE/MPRJ) realizou análise crítica preliminar dos estudos apresentados e identificou falhas em relação ao cumprimento das normas que determinam o conteúdo do EIA/RIMA, destacando:

(i) a incorporação de dados de outros EIA; (ii) o fracionamento do projeto e da avaliação de impactos; (iii) a inadequação da análise de sinergia e cumulatividade com outros empreendimentos na Baía de Sepetiba; (iv) diagnósticos insuficientes e equivocados; e (v) equívocos na identificação, avaliação e mitigação de impactos (REDE AMBIENTE PARTICIPATIVO - RAP, 2012).

Em 28 e 29 de maio de 2012 foram realizadas Audiências Públicas em Itaguaí/RJ e Muriqui/Mangaratiba/RJ. Em setembro de 2012, a empresa encaminhou a Complementação do EIA para o INEA.

Nas entrevistas os moradores reclamaram da forma como eram conduzidas as audiências, em geral: longas, cansativas, linguagem técnica, com pouco espaço de interlocução com os moradores, muita informação de uma única vez sem tempo para reflexão, às perguntas tinham que ser encaminhadas somente por escrito e que, em geral, as dúvidas dos moradores não eram esclarecidas.

A audiência que ocorreu no dia 28 de maio, em princípio, estava prevista para ser realizada em um local com capacidade para 500 pessoas, porém foi transferida para o plenário da Câmara dos Vereadores de Itaguaí, que é menor. Marcaram para as 19h00min, teve início as 19h40m e encerrou somente as 01h05m. Havia muitas dúvidas dos moradores, em relação ao projeto, entre as quais, as que diziam respeito às áreas de exclusão de pesca; ao plano de desenvolvimento sustentável da baía de Sepetiba, ao fundeio dos grandes navios e a preservação do boto cinza. As explicações, segundo moradores, não foram satisfatórias. Apesar da mudança de local, os moradores se mobilizaram e com faixas e cartazes mostravam a sua indignação. A presença dos moradores gerou certa repercussão na mídia local.

Figura 47 - Foto Audiência Pública LLX/MMX



Fonte: <http://jornalatual.com.br/porta/?p=19408>

Em setembro de 2012, os moradores encaminharam um abaixo assinado ao Ministério Público do Rio de Janeiro solicitando que fossem tomadas providências, para suspensão do licenciamento do Porto Sudeste, visto que o projeto estava causando transtornos de várias ordens aos moradores. Mas as obras continuam em ritmo acelerado. A antiga ilha e seus moradores vão tentando absorver as transformações socioambientais, econômicas e políticas. O território e a paisagem ganham novos contornos, conforme podemos verificar na comparação entre as fotos de satélite.

Figura 48 - Foto Aérea Ilha da Madeira, 1964



Fonte: Missão AST-10 da FAB – USAF, 1964 em 1:60.000, apud. OLIVEIRA, S.

Figura 49 – Foto de Satélite, Ilha da Madeira, 2008



Fonte: Google Maps, 2008.

Figura 50 – Foto de Satélite, Ilha da Madeira, 2013



Fonte: Google Maps, 2013.

3.6.3 Ilha da Madeira, baía de Sepetiba/Itaguaí-RJ o futuro ao deus, do capital, pertence.

Se olharmos pela lógica das empresas e do Estado, poderíamos dizer que o progresso e o desenvolvimento, finalmente, chegaram à Ilha da Madeira. Conforme descrição na placa afixada na APLIM “rejuvenecendo 50 anos”. Em outras palavras, diríamos que a ilha foi tirada do atraso, abrindo perspectivas para um futuro promissor. Rejuvenescer 50 anos, remete à concepção de crescimento do Brasil no período JK (Juscelino Kubitschek): 50 anos em 5.

Uma das formas de observar esse crescimento é verificar, entre outras coisas: as oportunidades de empregos geradas, o aumento do grau de escolaridade; ofertas dos serviços públicos como os transportes; construções de novas escolas; melhoria na saúde, segurança e na qualidade de vida, em geral, que tem relação direta com as boas condições ambientais.

Na ilha da madeira tem uma única escola e um posto de saúde. Ambos passaram por reformas decorrentes das medidas compensatórias. A escola do bairro, no entanto, continua atendendo crianças até o ensino fundamental; não há escola de ensino médio. Os alunos do ensino médio precisam se dirigir a outras localidades para estudar. O posto de saúde também passou por reformas, mas mantém um funcionamento modesto, sem emergência, sem maiores recursos. Os casos mais graves precisam ser encaminhados à Itaguaí e, por vezes, para Santa Cruz. No período em que realizava o trabalho de campo, o esposo de uma das entrevistadas, que colaborou profundamente com a pesquisa, sofreu um infarto a noite, e por falta de recursos médicos faleceu a caminho do hospital. A comunidade costuma dirigir-se ao hospital de Santa Cruz no Rio de Janeiro por considerarem o atendimento em Itaguaí ainda mais precário.

Quanto às oportunidades de emprego, as empresas enfatizam o aumento da força de trabalho e, de fato, as obras mobilizam um contingente grande de trabalhadores, porém por diversas ocasiões, os moradores questionaram o fato das empresas quase não utilizarem a força de trabalho local. O RIMA do estaleiro naval, conforme já destacado, aponta que no fim das obras haverá problemas com a desmobilização da força de trabalho, diminuição na geração de renda e da receita tributária.

Com relação à segurança, a situação ficou ainda mais crítica, as empresas além do contingente de trabalhadores “de fora”, acabam atraindo uma massa de pessoas que vêm em busca de trabalho, que ao verem frustradas as suas expectativas, engrossam as fileiras dos

desempregados e, por vezes, acabam aumentando os índices de violência, roubos e prostituição da região. Essa situação acaba onerando a prestação dos serviços públicos, principalmente, municipais.

Não há novidade no fato de que grandes empreendimentos provocam processos migratórios e refletem no aumento populacional. Analisando o mapa de desemprego no Brasil, tomando como referência o censo de 2010 realizado pelo IBGE, verifica-se uma média de desemprego nacional de 7,6%. Dentre os municípios do estado do Rio de Janeiro, os índices são altos: duas em cada três cidades têm desemprego acima da média nacional. Itaguaí apresentava um índice de 12% ou seja, 6.215 pessoas desempregadas (IBGE, censo 2010; O GLOBO¹³).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, dados de janeiro de 2013 evidenciam que o mercado de trabalho está perdendo dinamismo. Os piores desempenhos foram no Rio de Janeiro (fechamento de 24,6 mil vagas), Pernambuco (11,5 mil) e no Ceará (4,7 mil) (MTE, 2013). Isso significa que essas regiões precisam desenvolver políticas públicas eficazes para que, no futuro, não haja aumento do índice de violência, processos ainda mais intensos de favelização, entre outros. Conforme experiências já vivenciadas em outras cidades do Rio de Janeiro como, por exemplo, Macaé-RJ, após instalação do complexo petrolífero.

Quanto aos serviços de transporte, a situação é ainda mais precária. Existe uma única linha de ônibus que serve aos moradores. O trajeto é longo, cansativo e, em decorrência das obras, tornaram-se insalubres, muita poeira, buracos, uma condição quase desumana, tanto para os passageiros como para os motoristas e cobradores. Em relação ao transporte, a população acaba optando pelo uso de kombis, que tem maior frequência, mas trafegam em péssimas condições, além de serem inseguras. Durante todo o trabalho de campo fiz uso do transporte público, portanto, a análise expressa também a condição de usuária.

Quanto à qualidade de vida e saúde ambiental, não há como expressar qualquer entusiasmo em relação ao futuro. A população e o meio ambiente na Ilha da Madeira e na baía de Sepetiba, conviveram durante anos com problemas ambientais seríssimos. A ação irresponsável de empresários causou danos irreparáveis, deixou uma “ferida aberta na terra” e saíram ilesos, sem responder ou pagar por um crime que deveria ser considerado inafiansável. Essa mesma comunidade, posteriormente, perdeu um patrimônio belíssimo, não por acaso

¹³ <http://oglobo.globo.com/> visitado em 18/02/2013

denominado de “praia do Coração”; durante várias vezes reviveram o drama do metal pesado nas diversas dragagens realizadas na baía; sem falar da perda dos pesqueiros com as restrições das áreas de pesca e de navegação. Mais recentemente, as transformações paisagísticas arrasaram o pouco de beleza que restava na Ilha.

Mas, e o futuro? E o rejuvenescimento? Em relação à qualidade de vida, penso que é difícil encontrar um indicador de qualidade de vida ou vida saudável em um ambiente tomado por montanhas de minérios de ferro, com trens e grandes navios fazendo o transporte de minérios dia e noite. Como se não bastasse, conviver cotidianamente com o risco de um vazamento nuclear, visto que o estaleiro estará expondo, o que restar da população local, a uma situação de risco permanente.

A lógica do território como recurso, compreendida pelas empresas e pelo Estado, difere da lógica do ‘território usado’ entendido como o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais. Resta-nos então voltarmos ao ponto de partida desse capítulo, dando ênfase aos relatos dos informantes-chave, deixando que expressem a visão e perspectivas que têm em relação ao futuro. Sem a pretensão de fazer generalizações, a fala desses entrevistados contempla a opinião de um contingente significativo de moradores da Ilha da Madeira.

O senhor Magno, pescador de 76 anos, ao ser indagado sobre o futuro, analisou:

“Eles chegaram [as empresas], a gente só ouvia dizer, não falavam com o povo. Compraram quase toda a ilha. Já tiraram umas 200 famílias daqui. Os mais velhos que vão embora não aguentam, adoecem, já morreram dois conhecidos nossos. (...) Sobrou muito medo na ilha. Tem morador que já nem sai de casa. Antigamente, a gente dormia do lado de fora, com a casa toda aberta e não acontecia nada. Hoje tem que trancar tudo, é tanta gente estranha... montueira de pião, não respeitam nada, nem a gente, parece que aqui só tem pedra e mato, passam gritando a qualquer hora do dia e da noite, fazem barulho na porta da gente. (...) Futuro? O que vai acontecer? A gente tá no fim da vida, os filhos e netos que vão sentir a diferença. (...) Se ao menos a gente morresse sabendo que os filhos da gente ficariam bem... Minha filha tem curso superior, mas trabalha em Itaguai, em um escritório de contabilidade, ganha uma mixaria. Mandou currículo para todas essas empresas que estão chegando aqui, mas não conseguiu nada. Quase ninguém daqui consegue trabalho nessas empresas. Eu não tenho mais nem sonho. Apesar de ser um madeirano nascido e criado aqui, a minha vontade é de sair, ir embora ... Tô muito desgostoso. Para mim, isso aqui vai ficar muito ruim e não tem mais como fazer frente”. (Pescador da Ilha da Madeira, 2012).

As questões levantadas por um dos representantes da APLIM são as seguintes: “Será que a gente terá direito de ficar aqui ainda? E o que será dos pescadores? A saída é trocar de atividade? Os membros da APLIM, como já relatado, começaram a investir em cursos, como uma alternativa de sobrevivência:

“Estamos tentando buscar alternativas para que os pescadores possam sobreviver. Uma das alternativas é trocar de pescador para marinho, assim não perdemos a relação com o mar. Mas isso é somente uma forma de criar uma perspectiva, para que as pessoas ganhem seu

sustento. Por que não adianta a gente malhar em ferro frio. Não adianta eu ficar dizendo que a pesca é que vai resolver e a coisa só piorando, até porque a gente não tem apoio do governo e dos órgãos públicos. As vezes penso que vão fazer com os pescadores da baía de Sepetiba o mesmo que fizeram com os índios, vão jogar numa reserva até se extinguirem, ou deixar lá, só para dizer que tem. Infelizmente é assim, o capitalismo vem, varre tudo e por onde passa vai continuar destruindo, porque o que conta são os interesses de uma minoria, a busca do lucro a qualquer preço.” (Representante da APLIM, 2012).

Na análise do senhor Luiz 72 anos, a situação da ilha nunca esteve tão ruim. Segundo ele, nem no período da Ingá a situação era tão ruim como está: - *“Hoje, fico esperando o momento da empresa bater em minha porta fazendo uma proposta de compra da minha casa. Se isso acontecer eu vendo, vou embora, por que a ilha perdeu todo o encanto. Não sinto mais prazer em sair, nem na varanda de casa”* (Morador da Ilha, 2012).

O representante da APAIM, preferiu não falar. Quando questionado sobre o futuro, fez um gesto com a mão, mostrando à frente a baía de Sepetiba, baixou a cabeça e se calou.

A fala de todos os entrevistados foram marcadas por forte carga emocional, evidenciando incerteza e profunda tristeza pelas mudanças. O senhor Roberto Barboza, em muitos momentos, fez questão de evidenciar a quebra dos laços de solidariedade, que na atualidade não consegue resistir, seja pelas mudanças socioeconômicas e políticas, seja pelo fato de muitas famílias terem deixado a ilha. Na visão dele: *“a ilha foi ‘invadida’ por forasteiros e para eles [os forasteiros] aquele território só tem um significado: oportunidade de se ganhar dinheiro”* (Roberto Barboza, 2012).

Nesse capítulo, procuramos descrever a crise da Ilha da Madeira que teve início com a chegada da Cia Ingá, na década de 1960, passando por vários ciclos que contribuíram para acentuar cada vez mais a crise. Na descrição de cada ciclo demarcado pela chegada dos empreendimentos, procuramos evidenciar as transformações socioambientais, econômicas e políticas e a condição da pesca artesanal. Na atualidade, a atividade pesqueira, por força e mérito de aguerridos pescadores, se matém, cada vez com maiores dificuldades.

Procurando relacionar resumidamente alguns fatores endógenos que contribuem para a sustentabilidade da pesca artesanal e do meio ambiente na Ilha da Madeira: os laços de solidariedade entre os moradores; a identidade socioterritorial; a identificação e orgulho da profissão de pescador; iniciativas para a criação das Associações e Entidades representativas; consciência política dos moradores; capacidade de resiliência dos ecossistemas terrestres e aquáticos, dentre outros.

Entre os fatores exógenos, podemos destacar basicamente, as relações institucionais - apoio de Organizações Não Governamentais e de Movimentos Sociais; atuação de

pesquisadores e universidades; atuação de setores do poder público, entre os quais o Ministério Público do Rio de Janeiro, em alguns momentos, o apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Município.

Quantos aos aspectos relativos à vulnerabilidade, considero que foram amplamente abordados ao longo de todo este capítulo.

4 CONCLUSÃO

No diálogo teórico com Milton Santos (2000), Acsehrad (2004), Berkes, Colding, Folk, (2003) entre outros, introduzimos a problemática da pesquisa que trata das transformações socioambientais nas comunidades pesqueiras frente às ações de grandes complexos industriais, a partir de conceitos estruturantes como: território, identidade socioterritorial, conflitos socioambientais, justiça ambiental, pescadores artesanais entre outros.

No capítulo dois, apresentamos um panorama sobre a organização da pesca no Brasil, mais especificamente, da pesca artesanal, destacando aspectos referentes à regulamentação da atividade, historicizando a organização das colônias de pescadores e as políticas governamentais relativas à pesca. Na sequência, direcionamos o foco para a realidade da pesca artesanal no Rio de Janeiro. Apresentamos o cenário das lutas em defesa da conservação da atividade e dos territórios, com destaque para os conflitos socioambientais dos pescadores artesanais de São João da Barra, norte do estado do Rio de Janeiro frente à instalação do Porto de Açu e, dos pescadores de Magé, baía da Guanabara/RJ, frente à expansão das atividades petrolíferas.

A instalação de megaempreendimentos no estado Rio de Janeiro faz parte de uma articulação política entre os governos federal, estadual e municipal, apoiada em programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - e tem gerado processos de vulnerabilização, a essas e outras comunidades pesqueiras, decorrentes da ação dos grandes complexos em seus territórios. A contextualização dos conflitos foi caracterizada a partir da lógica estrutural do modo de produção capitalista e das concepções dos projetos políticos que atendem, centralmente, aos interesses do grande capital.

No capítulo três, pontuamos a concretude dos fatos relativos às transformações socioambientais na comunidade da Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ, onde descrevemos os vários ciclos constitutivos da crise, que tem início na década de 60, com a instalação da Cia. Ingá Mercantil. A riqueza desse estudo de caso está na recuperação da história desse território a partir da vivência, do olhar e das narrativas de alguns informantes-chave, pescadores e moradores da Ilha que, por meio das histórias orais, descrevem as transformações e crise socioambiental da antiga ilha, hoje um bairro de Itaguaí. Além das narrativas, o estudo pauta-se também em pesquisas documentais e bibliográficas.

No presente capítulo, em contribuição aos debates referentes à temática, retornamos a dois aspectos balizadores dessa pesquisa, (i) a questão norteadora: - Como os grandes

empreendimentos, ao se instalarem nos territórios com culturas pesqueiras tradicionais afetam o modo de vida e trabalho dos pescadores? Para tanto, nos propusemos compreender as transformações econômicas, políticas e socioambiental que ocorreram na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí-RJ, desde a instalação da Cia. Ingá; (ii) às hipóteses: - os grandes complexos industriais ao se instalarem nos territórios tradicionalmente ocupados por pescadores acabam por inviabilizar a continuidade da pesca artesanal na medida em que: destroem o meio ambiente, alteram radicalmente a paisagem, dificultam os acessos aos recursos pesqueiros e naturais, desterritorializam e acabam por afetar o sentimento de pertencimento dos nativos, inferiorizando e minimizando os resultados do trabalho das culturas tradicionais. O fortalecimento da organização social e política dos pescadores, a formação, a coletivização das lutas, a democratização dos processos decisórios, a gestão compartilhada dos recursos de uso comuns nos territórios são fatores que podem favorecer a continuidade da cultura da pesca artesanal, com sustentabilidade e justiça ambiental. Desde que todos esses aspectos extrapolem a organização de âmbito local, envolvendo outros atores sociais em escala regional, nacional e até internacional.

Guardadas as especificidades, o caso da Ilha da Madeira, apresenta aspectos generalizáveis em relação a outras comunidades tradicionais. No capítulo dois, ao pontuarmos algumas situações vivenciadas por outras comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro, verificamos vários aspectos similares: perda do território, ação desrespeitosa das empresas, falta de diálogo com as comunidades, falta de fiscalização e transparência nos processos de licenciamento, falta de espaços para as negociações dos projetos, dos financiamentos, das políticas de compensações ambientais, a valorização de um modelo de produção que se impõe hegemonicamente em detrimento a outras formas organizativas de produção, entre outros.

Estes aspectos evidenciados são passíveis de verificação não somente no campo prático da observação direta junto às comunidades pesqueiras, como em teses e pesquisas que tratam de questões socioambientais, por exemplo: as pesquisas realizadas pela Rede de Justiça Ambiental (Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil), pesquisas e teses da Fundação Oswaldo Cruz referentes à saúde ambiental, do IPPUR/UFRJ sobre conflitos socioambientais, do programa de pós-graduação em Meio Ambiente da UERJ, entre outras. Pode-se ainda constatar em notícias veiculadas nas diversas mídias que evidenciam casos de desrespeito ao meio ambiente e às comunidades tradicionais no Rio de Janeiro¹⁴.

¹⁴ A mais recente, diz que a pesca em Niterói sofre com despejo de material de dragagem. Refere-se aos descartes de sedimentos a 15 km de Itaipu, Niterói/RJ (o Globo de 30/06/2013)

Outro aspecto a ser destacado é que a visão dialética pressupõe a compreensão de que transformar, mudar é inerente às dinâmicas dos sistemas socioecológicos. Ao estudar e pontuar os problemas gerados nos diversos processos de transformações vivenciados pela comunidade pesqueira da Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí-RJ, não intencionamos negar a lógica dialética das mudanças, pelo contrário, acreditamos nos processos de mudanças e reconhecemos que as estruturas socioecológicas são dinâmicas. Porém, em se tratando das mudanças sociais, consideramos fundamental reconhecer que estas são pautadas por situações historicamente determinadas. O novo sempre vem, mas a configuração que terá esse “novo” vai depender de uma série de fatores inerentes às condições históricas onde está sendo gestado.

O fato é que as transformações socioambientais que ocorreram naquele território foram frutos de situações exógenas, planejadas e executadas por pessoas e grupos que nunca viveram naquele local. O que é mais grave, as pessoas diretamente afetadas só tomam conhecimento dos fatos, no momento em que trabalhadores e máquinas chegam para destruir o território. A indignação está na forma como ocorrem às mudanças, que evidencia a questão do “racismo ambiental” e injustiça socioambiental decorrentes da sobreposição de interesses econômicos e políticos e de modelos de produção.

Conforme Santos (1994) afirmou, a técnica, os objetos e coisas, dialeticamente, ajudam a definir os territórios. Ficou evidenciado ao longo da pesquisa que na Ilha da Madeira havia um conhecimento técnico e riquezas culturais materiais e imateriais, desconsideradas e marginalizadas em nome de um modelo de desenvolvimento, de uma idéia de “progresso” pensada a partir de outra lógica que pouco ou nada tem em comum com a visão da comunidade.

Na atualidade, a supremacia do modo de produção capitalista homogênea impõe e define padrões e condutas em relação a diretrizes técnicas, econômicas e políticas e seguem descaracterizando e marginalizando as culturas tradicionais.

No Brasil, desde a década de 50, a temática do “desenvolvimento” aparece no cenário econômico e político, a depender da conjuntura com maior ou menor intensidade. A ideologia do desenvolvimento é afirmada tanto por proposições liberais como neoliberais, e já assumiu diferentes roupagens, por exemplo: indo desde práticas governamentais mais autoritárias como o período da ditadura militar (após golpe de 1964), como nas propostas mais democráticas dos períodos recentes cujo discurso é democrático popular. Nos vários cenários aparecem à velha concepção desenvolvimentista, com forte apelo ideológico. Os discursos, a

dependem do período histórico e do contexto econômico e político, apresentam algumas variações, pequenas nuances, mas, em geral, a tônica é sempre focada na riqueza material, no desenvolvimentismo anunciado como prosperidade promovida pelo crescimento econômico acelerado.

Tal questão ajuda a evidenciar que, historicamente, no Brasil não houve descontinuidade em relação ao projeto econômico. Ele foi e continua sendo pautado pelos interesses do grande capital internacional em aliança com os interesses dos grupos nacionais. Nessa lógica, o desenvolvimento é pautado por um paradigma que dissocia desenvolvimento, sociedade e natureza. Nesse cenário, há um sufocamento da criatividade, das técnicas, da cultura e da tradição que emergem nos territórios. A pesca artesanal é um exemplo nesse sentido. No segundo capítulo fica evidenciado que nunca houve políticas efetivas de valorização da atividade e as poucas iniciativas criadas visavam à pesca industrial.

O caso da Ilha da Madeira é emblemático porque, entre outras coisas, ajuda a evidenciar as formas de apropriação do território. Na lógica da comunidade, o território e os recursos de uso comum são necessários e tem valor de uso. Para as empresas e o Estado o território e os recursos de uso comum são mercadorias que devem gerar lucros. Na medida em que deixam de gerar lucros, são sucateadas, abandonadas sem nenhuma responsabilização sobre os danos causados ao ecossistema, aos seres humanos e demais formas de vida. Em cada período de crise do capital, a lógica do sucateamento, seja dos recursos ou das pessoas, emerge com força. Vale uma máxima do senso comum, “falir, às vezes, pode ser um grande negócio”, como aconteceu com a Cia. Ingá e tantas outras empresas no Brasil. O ônus das falências, em geral, fica com as comunidades, com os trabalhadores e com o Estado, que mais uma vez, cumpre o papel de servir ao capital, socorrendo os investidores, perdendo as dívidas, arcando com os passivos deixados.

A injustiça socioambiental na Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ, se caracteriza também pela falta de políticas públicas e recursos para as atividades do setor, pelo fato dos pescadores não terem uma representação efetiva, uma organização com força política para influenciar nas decisões governamentais, por ser uma região pobre, com uma população de baixa escolaridade.

Apesar de todas essas limitações, a pesquisa evidenciou que houve resistência e, o mais interessante, é que as bases dessa resistência não tinham uma conotação de movimento político, mas de identidade socioterritorial, cultural, de memória e de respeito à tradição de um modo de vida, profundamente ligado ao território, aos valores e aos laços de solidariedade.

Levaram meio século para conseguir desenraizar as pessoas desse território e só estão obtendo êxito porque, de fato, os expulsaram e estão destruindo o lugar, modificando a paisagem e apagando a memória. Mas, uma questão profundamente marcante é que os moradores são retirados do território, mas o território permanece neles. A maior prova dessa resistência é a memória coletiva que, em parte, conseguimos registrar nesta tese.

A importância das articulações dos movimentos locais com instâncias extras locais ficou evidenciada nos relatos referentes à implantação da TKCSA. Esse processo mostrou a importância das articulações institucionais, o apoio das organizações sociais, dos movimentos, das instituições acadêmicas e principalmente, a projeção internacional.

Com relação à democratização dos processos decisórios e de gestão compartilhada dos recursos de uso comum, não houve possibilidade de ser testada, visto que foi uma sucessão de atos arbitrários e pouco participativos. Mas a experiência da Ilha da Madeira e da baía de Sepetiba, em geral, serve de referência para outras comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro entre as quais, as da baía de Ilha Grande, que ainda está conservada. Mas, fica um “grito de alerta” visto que já houve divulgação de projetos para aquela região, inclusive, a construção de um novo porto em Angra dos Reis para atender às demandas do aumento da produção petrolífera, relativas à descoberta do pré-sal.

Na descrição dos fatos registramos os vários ciclos da crise socioambiental vivenciada pelos pescadores e demais moradores da Ilha da Madeira, baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ, no esforço de resgate de memória, com depoimentos valiosos, recuperamos um pedaço da história dessa comunidade. Registramos também, a indignação de muitos pescadores frente a tanta injustiça e, por vezes, feitas de silêncios tão repletos. Evidenciamos, a revolta e a indignação dos que não se calam e, mesmo sofrendo ameaças, continuam mantendo suas ações afirmativas. Demarcamos a posição de quem segue acreditando na construção de um mundo mais justo, pautado por relações substanciais, onde não haja dissociação entre natureza e sociedade, onde o desenvolvimento esteja a serviço da felicidade humana, o território e os recursos naturais sejam compreendidos como bens comuns, como valores de uso e não como mercadorias.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Implicações socioambientais do projeto de ampliação do Porto de Sepetiba* – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999. (Estudos Séries e Debates; n.33).

_____. *Justiça Ambiental e Construção Social do Risco*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Ouro Preto, MG: nov. de 2002.

_____ et al. *Justiça Ambiental e Cidadania* – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____.(Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil* - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____.(Org.) *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro* - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANSELMO, Márcio Belleti. *Desenvolvimento de um Sistema de Mistura para tratamentos de efluentes em depósito de resíduos*. 2011. Dissertação - Pontifca Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812412_2011.pdf>. Acesso em: 2012.

ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Porto de Sepetiba*. Disponível em: <www.antaq.gov.br>. Acesso em: 2012.

ARDOINO, Jackes. “A Complexidade”. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI* - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ASCERALD, MELLO e BEZERRA. *O que é Justiça Ambiental* – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARBOZA, Roberto. *Tópicos Madeiranos*. Rio de Janeiro: Ed. Galo Branco, 2008.

BARCELLOS, C. *Distribuição e comportamento de metais pesados em uma área costeira próxima a uma usina de beneficiamento de Zn e Cd, Baía de Sepetiba*. 1991. Dissertação - Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

BAUMAN, Z. *A Modernidade Líquida*. [s. l.]: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BEGOSSI, A.(Org.). Áreas, Pontos de Pesca, Pesqueiros e Territórios na Pesca Artesanal. In: *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e Amazônia* - São Paulo: NUPAUB/USP, Hucitec. FAPESP, Nepam/UNICAMP, 2004. Cap. 7.

BERKES, COLDING e FOLKE. *Navigating Social-Ecological Systems: bulding resilience for complexity and Chang*. Cambridge University Press, 2003.

BERTAUX D. *L'approche biographique: sa valité méthodologique,ses potentialités*. Cahiers int sociol. 1980; 69: 197-225.

BRANDÃO, Carlos. *O necessário diálogo entre a economia política do desenvolvimento e a geografia econômica, crítica em momento de crise estrutural do capitalismo*. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, 2007. Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>.

_____, Z.e MAY, T. *Aprendendo a Pensar com a Sociologia* – Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

BRASIL. *Decreto-lei nº 794*, de 19 de out. de 1938, Código de pesca. Rio de Janeiro, RJ, 1938. Capítulo V. Rio de Janeiro, 1938.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei Federal 9.985/2000, dispõe sobre a criação da Agência Nacional das Águas (ANA), Brasília 2000.

BRASIL, Decreto Legislativo, Lei 143/2002 – Sobre a Obrigatoriedade do cumprimento da Convenção 169 da OIT. Congresso Nacional, Brasília, 2002.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei 11.699/2008, dispões sobre as Colônias, Federações e Confederações dos pescadores do Brasil, Brasília, 2008.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Lei Federal 11.959/2009, dispões sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil, Brasília, 2009.

CAIXA ECONÔMICA. Programa Bolsa Família. [homepage da Internet]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: out 2012.

CALLOU, A.B.F. *Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local* - UNIRCOOP, 5 (1): 164-183. 2007.

CANTO, Reinaldo. *A Crise Mundial de Alimento e a Fome que virá por aí*. Revista Carta Capital, 14 set 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: dez 2012.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Da apropriação da natureza à construção de Territórios pesqueiros*. GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, nº 14, p. 119-125, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *O Drama Burguês*. TV Cultura: Documentário da Série Ética, 2011. [homepage da Internet]. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=eEA8qni9oQE>. Acesso em: abril 2011.

COIMBRA, Z. *Cartilha sobre Colônia de Pescadores*. Santarém, 2004. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/zezinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>>.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação. In: SANTOS et al. (Org.). *Território, Globalização e Fragmentação* - São Paulo: HUCITEC, 1996.

CPP (Conselho Pastoral da Pesca). *Cadernos Informativos: Pescadores em Luta*. - Recife, 2000.

CRESPO, Samyra; ROVERE, Ana L Nadalutti (Coord.). *Relatório Ambiental Urbano Integrado: informe GEO* – Rio de Janeiro: Projeto Geo Cidades; IBAM/ISER/REDEH, 2002. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd65/GEORiodeJaneiro/indice.pdf>>. Acesso em: jan 2013.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Conhecimento e Práticas Tradicionais*. Seminário Paisagem e Cultura Caiçara - [s.l]: NUPAUB, 2001.

CUNHA FILHO, J.F. (Apresentação) *TKCSA o Rio de Janeiro e a busca da sustentabilidade (um caso de Sucesso)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. [homepage da Internet]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1287080586.pdf>.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

DENZIN, N. K. *Sociological Methods: a sourcebook*. NY: Aldine Atherton, 1970.

DIAS NETO, J. *Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros Marinhos no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos do Brasil*. Dissertação - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2002.

DIAS NETO, J.C.; Vogel, A.; Valpassos, C.A.M. *História de Pescador: O Direito do Ponto de Vista Nativo*. Congresso da Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

DIEGUES, A.C.S. *A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil*. Etnográfica, 3 (2): 361-375.1999.

_____. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. 1973. Dissertação - NUPAUB/CEMAR, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1973.

_____. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar* - São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítimas*. - São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DORIA, Luiz A. *São Francisco de Itaguaí: o Porto e a Ilha da Madeira*. Disponível em: <<http://www.rdvetc.com/2010/sao-francisco-xavier-de-itagua-i-o-porto-e-a-ilha-da-madeira>>. Acesso em: 2012.

DOURADO et al. Os novos empreendimentos e os Passivos Ambientais Industriais na baía de Sepetiba. In: *Baía de Sepetiba Estado da Arte* – Rio de Janeiro: UERJ/RJ, p. 253-62, 2012.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho - 4ª ed. – São Paulo : Edições Melhoramentos, 1955.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos* - Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

EVANS_PRICHARD, E. E. *Os Nuer* – São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - ONU). *Dados sobre Pesca e Aquicultura*, 2008. Disponível em: <www.fao.org>.

_____. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura (SOFIA)* - Roma: FAO Fisheries Department.

_____. *The State of World Fisheries and Aquaculture 2012*. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/en>>. Acesso em: out 2012.

FARO, Luiz C.; POUSA, Carlos; FERNANDEZ, Cláudio. *Conversa com Eliezer* – Rio de Janeiro: Ed. Insight; Setetiba Tecon e Ministério da Cultura, 2005.

FASE/FIOCRUZ. *Mapa de Justiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Coordenação geral de Marcelo FIRPO – Rio de Janeiro: LIS/ ICICT/Fiocruz, 2006-2010. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>.

FERREIRA, J.M.C. *O desenvolvimento sustentável no contexto da globalização e das novas tecnologias*. Anais do Encontro Internacional Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Ribeirinhas. Portugal, 2007.

FREITAS, Sonia M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. Ed. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2006

FIPERJ. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/pesca>>. Acesso em: ago-nov 2012.

FIRJAN. *Publicações e pesquisas e decisão Rio 2010-2012*. Disponível em: <<http://www.firjan.or.br>>. Acesso em: jul 2010.

FIRPO, Marcelo. *O conflito é essencial para a construção da democracia*. RADIS, n. 129, jun 2013. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/radis>> Acesso em: 2013.

FONSECA, K. *Maré Vermelha - Escola Brasil*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: dez 2009.

FORACCHI, M., MARTINS, J. *Sociologia e Sociedade* – Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos S.A., 1978.

FURTADO, L. G. Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia* – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.

GALEANO, E. *O Império do Consumo*. Atual. maio 2010. [homepage da Internet]. Disponível em: <www.resumenlatinoamericano.org>. Acesso em: jul 2011.

GEBARA, Livia. *Gestão do Monitoramento Ambiental Marinho das Atividades de Produção de Petróleo e Gás no Brasil* - Seminário Ambiental. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas* – São Paulo: Editora Gen/LTC, 1989.

GIULIETTI, N. e ASSUMPÇÃO, R. A Indústria Pesqueira no Brasil. In: *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, 42(2): 95-127, 1995.

GRAMSCI, A. *Cadernos de Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999.

GTZ. *Promoção de Cadeias de Valor: metodologia Value LinKs B*. Apostila. Amazonas, 2009.

GUNDERSON, L, et al. *Assessing Resilience in Social-Ecological Systems: Workbook for Practitioners, Resilience Alliance* – EUA/NY, v. 2. , 2010. Disponível em: <<http://www.resalliance.org/3871.php>>.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* - 3ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Encontro Nacional de Geografia, Porto alegre, 2004.

_____. *Redes de diásporas*. Cadernos de Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, p. 9-15, 1999.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. - 2ª ed. – São Paulo: Ed. Annablume, 2006. _____ . *Urbanismo y Desigualdad Social* - 3ª ed. – Espaha: Siglo Veintiuno, 1985.

HOLANDA DE OLIVEIRA, Schweyka S. *Caracterização florística e fitossociológica de fragmentos na Mata Atlântica em restauração e reabilitação da Ilha da Madeira, RJ*. Monografia - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/if/lmbh/pdf/mono_disset_tese47.pdf>

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. - 26ª ed. - São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

IASI, M. *O Dilema de Hamlet, o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002

_____. *Ensaio sobre Consciência e emancipação* – São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

IBG. *Dados sobre Pescadores na Baía da Guanabara*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.portalbaiadeguanabara.org.br>>.

IBGE. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez 2009.

_____. *Mapa da área de Aplicação da Lei no 11.428/2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em: nov 2012.

INDRIUNAS, A. e PARRUCO, C. *Como funcionam os biomas*. Ciência da Terra, 1998. Disponível em: <<http://ciencia.hsw.uol.com.br/biomas.htm>>. Acesso em: fev 2013.

INEA. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: jan 2010.

JAPIASSU, Hilton. *O Mito da Neutralidade Científica* – Rio de Janeiro: Editora Imago, 1975.

JOFILSAN, Pedro Tavares. *Capacitando o Desenvolvimento Empresarial* – Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998. (Série Cadernos Temáticos 2).

JORNAL ATUAL. *Docas apresenta planos de expansão dos portos do Rio e de Itaguaí*. Disponível em: <<http://jornalatual.com.br/portal/?p=1554>>. Acesso em: 2013.

JORNAL Negócios e Investimentos. Ano 1, nº 1, nov. 2012. Disponível em : <<http://www.youblisher.com/p/506080-Jornal-Itaguaui-Negocios-Investimentos/>> Acesso em: jan 2013.

JORNAL O GLOBO. *Resultados do IDEB Rio de Janeiro*. Portal G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 2013.

_____. *Funcionará ainda nesse semestre a primeira usina de Zinco do País* – Rio de Janeiro: Arquivo da Biblioteca Nacional do RJ, 05 jan.1965.

JORNAL UOL. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://jc3.uol.com.br/jornal>>. Acesso em: dez 2009.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica - 3ª ed.* - São Paulo: Atlas, 1985.

LARAIA, R. de Barros. *Cultura um Conceito Antropológico* - Rio de Janeiro: Ed. J. ZAAR, 2009.

LAVILLE, C e DIONNE, J. *A construção do saber. Manual de metodologia em pesquisa de ciências humanas* – Minas Gerais: Eds. Artmed, 1999; UFMG, 2007.

LEFEVBRE, Henri. *Lógica Formal / Lógica Dialética* – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1987.

LEITE LOPES, J. S et al. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais - Itaguaí: a tragédia ambiental da baía de Sepetiba*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004; NUAP, 2004.

LIANZA.S. (Coord.). *Relatório PAPESCA/UFRJ 2010-2011*. Rio de Janeiro, 2010.
Disponível em: <<http://papescalitoralfuminense.blogspot.com>>. Acesso em: jun 2010.

LITTLE, P. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. - Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

LOPES, Vera de F.M. (Material didático). *Gestão de Empreendimentos na Pesca, projeto de Formação para Agentes territoriais de pesca* - Brasília: Convênio SEAP/PR-IADH, Desenvolvimento Territorial e Formação de Equipes, 2009.

Maciel; NEPOMUCENO, Vicente . Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos, um experimento em Macaé - RJ. *Gestão e Produção (UFSCar)*, v. 1, p. 0350102260, 2006.

_____. (Relatório Técnico). *O trabalho da Mulher na atividade pesqueira*. - Rio de Janeiro: Projeto Gestão Ambiental na Atividade Comunitária de Aquicultura em Jurujuba, COPPE/UFRJ, 2002 a 2004.

LUDKE M. e MEDA, André. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* - São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, C.J.S. *Questão ambiental brasileira: uma análise sociológica do processo de formação do arcabouço jurídico-institucional*. *Revista de Estudos ambientais*, n.2 (2-3): 5-20.

MACHADO, G. *Recadastramento reduz número de pescadores artesanais registrados*. Brasília: Agência Brasil, 2006. Disponível em:
<<http://www.ecoviagem.uol.com.br/noticias/ambiente>> Acesso em: jun 2010.

MARINHA DO BRASIL. *Estaleiro de Submarinos Itaguaí Construções Navais* - Defesa Br. Disponível em: <www.defesabr.com/MB/mb_estaleiro_submarinos.htm>. Acesso em: 2012 - 2013.

MARQUES, J. G. *Pescando Pescadores* - São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Abordagens metodológicas em pesquisas na área de Administração. In: *Revista de Administração*. São Paulo, v. 32, nº 3, jul-set 1997.

MARX, K. *Livro 1 do Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1, 1968.

MARX e ENGELS. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença, v. 1, 1976.

MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário). *Relatório do Plano territorial de desenvolvimento Rural Sustentável*. – Bahia: 2008; SC: FURB, 2000. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio143.pdf>. Acesso em: jul 2010.

MDS (Ministério de Desenvolvimento Sustentável). *Assistência técnica e recursos vão apoiar pescadores extremamente pobres*. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/outubro/assistencia-tecnica-e-recursos-vaio-apoiar-pescadores-extremamente-pobres>>. Acesso em: nov 2012.

MELLO, E. *Dados sobre a Pesca no Brasil e no mundo*. Disponível em:

<<http://www.refugioambiental.com.br>>. Acesso em: 2012.

MELLO, Gabriella B. de. *A Pesca Industrial e os Oceanos: Refugio Ambiental, 2012*.

Disponível em: <http://www.refugioambiental.com.br/sala_pescaindustrial.htm>. Acesso em: out 2012.

MENDONÇA, BARCELOS, MAROLA, et al. *Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú*. – Rio de Janeiro; Niterói: AGB (Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários das Associação dos Geógrafos Brasileiros), set 2001.

MORIN, A. *Pesquisa-ação Integral e Sistêmica – uma antropopedagogia renovada*.

Tradução de Thiollent, M. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MMA (Ministério Do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas).

Biodiversidade brasileira - avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. - v. 1. – Brasília: CDS/UNB (Centro de Desenvolvimento Sustentável), 2002.

Disponível em: <<http://www.unbcds.pro.br/pub/?CODE=01B&COD=5>>

_____. *Ecossistemas Costeiros*. Disponível em: <<http://homolog-w.mma.gov.br>>. Acesso em: 2012.

MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura*. Brasil: 2008-2009.

_____. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura*. Brasil: 2010.

_____. *Dados sobre a Pesca Artesanal no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em: 2012.

_____. *Dados sobre Pesca Industrial e Artesanal*. Disponível em:

<<http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em: jul 2010.

MONTEIRO, D. e SILVA, K. *O Direito ante os povos e comunidades tradicionais: uma visão antropológica da Constituição Federal Brasileira (2012)*. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/23667/o-direito-ante-os-povos-e-comunidades-tradicionais-uma-visao-antropologica-da-constituicao-federal-brasileira#ixzz2YB1BcG00>>. Acesso em: 2013.

MPP (Movimento de Pescadores e Pescadoras). *Em Defesa dos Territórios Tradicionais Pesqueiros*. – Rio de Janeiro: Encontro Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

MTE (Ministério de Trabalho e Renda). *Dados de desemprego*. Disponível em: <www.mte.org.br>. Acesso em: jan 2013.

MULS, Marco L. *O Desenvolvimento Econômico Local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micros, pequenas e médias empresas*. 2004. Tese - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MULTIRIO. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.multirio.com.br>>. Acesso em: jan 2010.

NETTO, J.P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. – São Paulo: Ed Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P. e BRAZ, M. *Economia Política uma introdução crítica* – São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

NUCLEP. *Dados Corporativos*. Disponível em: <<http://www.nuclep.gov.br/empresa>>. Acesso em: dez 2012.

OLIVEIRA, Clarisse I., CASTRO, Arauny M., CARVALHO, Laura N. *Racismo Ambiental do RJ: o caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico, Santa Cruz RJ*. – Caxambu/MG: 35º Encontro Anual da ANPOCS, GT 03 (Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos), 2011.

PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul). [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em: jul 2010.

_____. *Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. - 2ª ed. rev. e atual. –Rio de Janeiro, nov 2009. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2013/01/CSA.pdf>>.

PAIVA, M. P.P. *Administração Pesqueira no Brasil* - Rio de Janeiro: Editora Interciência, P.177, Rio de Janeiro, 2004.

PAPESCA, Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca/UFRJ, Relatório Técnico, SOLTEC/PAESCA-UFRJ/FINEP, Rio de Janeiro, 2010, disponível em: <http://papescalitoralfluminense.blogspot.com.br> visitado em 2012.

PEDLOWSKI, M. A. *Entradas atmosféricas de nutrientes, metais pesados e acidez livre na Baía de Sepetiba*. 1990. Dissertação - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

PELLEGRINO, Hélio. Entrevista concedida a Clarice Lispector. *Revista Manchete*, 14 fev.1977. Disponível em: <<http://www.facebook.com/notes/h%C3%A9lio-pellegrino/entrevista-de-h%C3%A9lio-pellegrino-a-clarice-lispector/419702941411976>>.

PREFEITURA, de Itaguaí. Cidade do Porto: histórico. Disponível em: <<http://itaguai.rj.gov.br>>.

PREFEITURA, de Macaé. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br>>. Acesso em: jul 2010.

PREFEITURA, de Magé. Disponível em: <<http://www.mage.rj.gov.br>>. Acesso em: jul 2010.

PREFEITURA, de São João da Barra. *Diagnóstico Plano Diretor*. Disponível em: <<http://www.sjb.rj.br/plaanejamento.asp>>. Acesso em: jul 2010.

PREFEITURA, do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br>>. Acesso em jul 2010.

PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. *Dossiê dos impactos e violações da vale no mundo*. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril 2010. Disponível em: <http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf>. Acesso em: fev 2012.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder* - São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, E. B. Algumas considerações sobre a legislação que rege a atividade profissional do pescador brasileiro (definições e conceitos). In: *Seminário Alternativas de Desenvolvimento – pesca - coleta e cultivo*. São Paulo: SEP, p. 327-332, 1977.

RAP (Rede Ambiente Participativo). *Portos, Aeroportos, Rodoviárias e Terminais do RJ: Ampliação do Porto Sudeste*. Disponível em: <<http://rap.mp.rj.gov.br/?p=438>>. Acesso em 2012 - 2013.

REDE SOLIDÁRIA DA PESCA. [homepage da Internet]. Disponível em: <<http://redesolidariadapesca.blogspot.com>>. Acesso em: jul 2010.

REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE (EcoDebate). *RJ inicia a descontaminação do terreno da Companhia Ingá Mercantil, um dos maiores passivos ambientais do estado*. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/05>> Acesso em: 2011.

RIMA. Serviço de Dragagem no Acesso Aquaviário ao Complexo Industrial do Porto Organizado de Itaguaí, Ecologus, Rio de Janeiro, 2007.

RIMA. Obras de Instalação do Terminal Portuário para Embarque de Minério de Ferro da Usiminas, Usiminas, Rio de Janeiro, 2010.

RIMA. *Estaleiro e Base Naval para a Construção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear* - MRS Estudos Ambientais Ltda e Marinha do Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/arquivos/rima_estaleiro_base_navai>. Acesso em: 2010.

RIMA. *Ampliação do Porto Sudeste Movimentações de Granéis Sólidos para 100Mtpa , Ilha da Madeira Itaguaí, ERM e MMX* – Rio de Janeiro, 2011.

_____. *PORTO SUDESTE, MMX, 2008*. Disponível em: <www.firjan.org.br>. Acesso em: nov 2012.

RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. *Comunidade Tradicional ou Zona de Sacrifício? A disputa pela Ilha da Madeira, cenário de conflito, regulação e intervenção!* In: Horizontes de Brasil Escenários, Intercambios Y Diversidad – 1. ed. – Espanha: AGMS EDITORA, 2011.

ROSMAN, Paulo Cesar C. e MONTEIRO, Teófilo C. do N. *Avaliação da Poluição por Esgoto Sanitário na Baía de Sepetiba Usando Modelagem Ambiental* - Cancun/México: XXVIII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental, 27-31 out. 2002.

RUFFINO, M. *Estatística Pesqueira do Amazonas e Pará 2003*. Manaus: IBAMA / Pró-Várzea, 2006.

SANTOS, M. *Espaço e Método* - São Paulo: Ed. Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado* – São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Por uma Geografia das Redes. In: *A natureza do poder* - São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal* - Rio de Janeiro: Ed. Record; São Paulo: Ed. Record, 2001.

_____. Técnica, Espaço e Tempo. In: *Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional* – São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____. *Território, Territórios ensaio sobre o ordenamento territorial* - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. et al. *O Papel Ativo da Geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

SAQUET, Marco Aurélio. *Abordagens e concepções de território* - São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, José. *A Caverna* – São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. – 5ª ed. - São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEMINÁRIO APEC (2011). *Horizontes do Brasil: cenários, intercâmbios e diversidade*. – Barcelona: Ediciones APEC, 2011. v. 1.

SEAP/IBAMA/PROZEE . Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil, Relatório Técnico Final, Brasília, 2006, disponível em: www4.icmbio.gov.br/cepene/download.php?id_download=319 Acesso em, 2012

SCHOPENHAUER, Arthur. *Coleção os Pescadores* – São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

SENADO FEDERAL (Brasil). *Períodos Legislativos da Quarta República - 1963-1967, Domicio Gondim Barreto*. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1582&li=42&lcab=1963-1967&lf=42>. Acesso em: mar 2013.

SILVA, Antonio E. P. *A organização Social da colônia de Pescadores de Imperatriz Z29 (CPI-Z29)*. 2005. Dissertação – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* – Florianópolis: Lab.de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Documento eletrônico e impresso disponível em: <<http://www.projetos.inf.ufsc.br>> Aceso em: 10 jun.2011.

SILVA, Luiz G. *Os pescadores na História do Brasil*. – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988. v. 1 (Colônia e Império).

SILVA, M.C. et al. Caracterização Socioeconômica da Pesca Artesanal no Município de Conceição do Araguaia. *Revista Amazônia: Cia & Desenvolvimento*, Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>.

SILVA FILHO, Joaquim B. (Coord.). *Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* - Itajaí: PROZEE (Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva); SEAP e IBAMA, 2005.

SILVA SÁ, Paulo G. *Contaminação do Ambiente Marinho por Metais Pesados e suas implicações sobre comunidades de pescadores artesanais*. Tese - Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro, 1999.

SILVANO, R. A. M. *Ecologia de Três Comunidades de Pescadores do Rio Piracicaba (SP)*. Dissertação - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Nelson J. E. e TRIERVEILER, Fernanda (Coord). *RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do terminal flexível de Gás Natural liquefeito na Baía de Guanabara*. Disponível em: <www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e...meio.../rima.pdf>.

SINDIPETRO NF. *Jornal Nascente*, n. 660, 661, 662. Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br>>. Acesso em: jul de 2010.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. – São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SOARES, J.L. & TOLENTINO, J. Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “A bomba de Itaguaí”. In: ACSELRAD, Henri. *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SOUZA, Carla. *Colônias de pescadores passam a serem reconhecidas como entidades sindicais*. – Rio Grande no Norte: Jornal Hoje, mar de 2010. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/?shva=1#inbox/13ae6395b4cf078c>>. Acesso em: out 2012.

SPINDOLA, T e SANTOS R. *Trabalhando com a história de vida, percalços de uma pesquisa(dora)* - Escola de Enfermagem, USP, São Paulo, 2003: p. 119-126.

TCE (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO). *Dados sobre Itaguaí*. Disponível em: <www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 2009.

TEIXEIRA, David R. Marxismo e cultura: contraponto a perspectiva pós-moderna. In: *Filosofia e Educação*, ISSN 1984-9605; Revista Digital do Paidéia, vol.2, n. 2, out 2010 – mar 2011. Disponível em: <www.fae.unicamp.br/revista/index.php>. Acesso em: 2013.

THIOLLENT, M. *Metodologia de Pesquisa-Ação* - 7a ed. (1ª ed.-1985). - São Paulo: Editora Cortez, 1996.

_____. *Pesquisa-Ação nas Organizações*. Ed. Atlas, 1997.

_____. (Org.). *Pesquisa-Ação e Projetos Cooperativos na Perspectiva de Henri Desroche*. – São Paulo: EduFSCAR, 2006.

THIOLLENT, M et al. *Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão*. – Niterói: EdUFF, 2000.

THUSWOHL, M. Rede Brasil Atual. *Revista do Brasil*, n. 34, abril 2009, atual. 7 jan 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/34/morte-anunciada-de-uma-triste-baia>>. Acesso em: dez 2012.

THYSSENKRUPP. [homepage da Internet]. Atual. Jun 2012. Disponível em: <<http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/o-complexo.html>>. Acesso em: 2013.

TORRES, Marcelo L. L. *Estudos Sócio Econômicos do Município de Itaguaí do Estado do Rio de Janeiro* - Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado e Secretaria geral de Planejamento, 2011.

UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global de 2011*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf>>. Acesso em: jan 2013.

UOL. [homepage da Internet]. Reportagem de 12 agos 2008. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/54684.shtml>>- Acesso em: dez 2009.

VELOSO, Caetano. Sampa. In: *Muito-Dentro da Estrela Azulada (Álbum)*. – Gravadora Polygram, 1978.

VERENA, Alberti, Manual de História Oral. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2004

VIANA, M. *Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca Marinha no Estado do Rio de Janeiro*. – Rio de Janeiro: FAPERJ/SEBRAE, 2009.

VIEIRA, BERKES, SEIXAS. *Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais* – Santa Catarina: Ed. Secco, 2005.

VIVATERRA. *Baía de Sepetiba agoniza*. Disponível em: <www.noticias.terra.com.br>. Acesso em: jan 2013.

WALTER, B. et al. *Insight, part of a Special Feature on Exploring Resilience in Social-Ecological Systems A Handful of Heuristics and Some Propositions for Understanding Resilience in Social-Ecological Systems*. Resilience Alliance, c2006.

WASSERMAN, Julio Cesar. *O impacto da mobilização química de metais durante um serviço de dragagem na baía de Sepetiba para o Terminal marítimo da CSA – Rio de Janeiro: Relatório de dragagem da CSA, 2005.*

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* - Brasília: UnB, 1991.

K YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos* - 2º ed. – Porto Alegre/RS: Editora Bookman, 2001.

ZBOROWSKI, Marina B e LOUREIRO, Carlos F.B. *Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp CSA*. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

APÊNDICE A – Fatos ocorridos em São João da Barra / RJ - Porto de Açu

No quadro a seguir apresentaremos os fatos marcantes baseado no Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil realizado pela FIOCRUZ e FASE (2006-2010) em relação ao Porto de Açu e os períodos em que ocorreram. Com atualização de dados até 2012.

Quadro 6 - Fatos Relativos aos conflitos gerados com a construção do Porto de Açu (continua)

Data	Fatos Marcantes
Out/2007	Início das obras de construção do Porto do Açu, em São João da Barra;
Mar/2008	MMX Minas-Rio Mineração obtém do IBAMA licença de instalação para abertura do canteiro de obras;
Jun/2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro decreta área de mais de 7.200 hectares no 5º distrito de São João da Barra como área de interesse público, onde será construído o Condomínio Industrial do Complexo Portuário do Açu. Atuais moradores do local serão desapropriados;
Ago/2008	Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) libera licença prévia da Usina Termoeletrica Porto do Açu;
Ago/2008	Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação civil pública na Justiça Federal pedindo liminar para que sejam paralisadas as obras do Porto do Açu, em São João da Barra;
Ago/2008	Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, anuncia estudo para a desapropriação da área prevista para a construção do Condomínio Industrial do Complexo Portuário do Açu. Agricultores presentes no local recebem promessa de serem indenizados ou transferidos para outras áreas;
Dez/2008	FEEMA (atualmente INEA) emite licença de instalação para obras do Porto do Açu;
Jan/2009	LLX Minas-Rio, LLX Açu e MPX assinam convênio com Prefeitura Municipal de São João da Barra para instalação de entreposto pesqueiro no município;
Jan/2009	Governador do Estado do Rio de Janeiro assina decreto declarando de utilidade pública imóveis e benfeitorias situados nas faixas de terra necessárias à construção e passagem do Mineroduto Minas-Rio;
Fev/2009	Pescadores da Colonia Z-2 revelam estar apreensivos quanto aos impactos da construção do Porto do Açu na pesca do camarão na região. Obras do porto estariam afetando principal área de pesca do crustáceo no município;
Abr/2009	Após BNDES Participações adquirir cerca de 12,5% das ações da LLX e integrar projeto do Porto do Açu, Governo Federal aceita incluir projeto no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC);
Jul/2009	Governo do Estado do Rio de Janeiro anuncia concretização das negociações entre o Grupo EBX e a WISCO. Previsão é que siderúrgica se instale no Complexo Portuário de Açu com investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões.
Ago/2009	Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) libera licença para construção do pátio logístico do Porto do Açu.
Ago/2009	Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal realiza audiência pública para discutir projetos e impactos do projeto do Complexo Portuário do Açu.

Quadro 6 - Fatos Relativos aos conflitos gerados com a construção do Porto de Açú (continuação)

Ago/2009	Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspende a decisão que havia interrompido o processo de instalação do Mineroduto Minas-Rio;
Out/2009	INEA concede licença de instalação UTE Porto do Açú;
Nov/2009	Membros da Comissão Especial de Aquicultura e Pesca da ALERJ visitam canteiros de obras de Porto do Açú e defendem compensações financeiras aos pescadores de São João da Barra;
Abr/2010	Justiça Federal nega pedido de liminar em julgamento de ação movida pelo MPF/RJ.
Set/2010	INEA concede licença de instalação para Unidade de Tratamento de Petróleo da LLX;
Dez/2010	Marinha do Brasil autoriza LLX a construir canal em São João da Barra - obra servirá para instalação de unidade de construção naval da OSX no local;
Mar/2011	Trabalhadores da empresa ARG iniciam greve e paralisam obras do complexo;
Abr/2011	Produtores rurais sob processo de desapropriação fecham via de acesso às obras do Complexo para protestar contra falta de transparência e diálogo na condução das desapropriações e indenizações;
Mai/2011	Produtores rurais realizam nova manifestação na estrada de acesso ao complexo portuário;
Set/2011	Comissão de Direitos Humanos da ALERJ realiza audiência pública para discutir complexo portuário;
Nov/2011	Comissão Especial da ALERJ realiza reunião para discutir projetos socioambientais da EBX;
Dez/2011	CPT e Pequenos Produtores do 5º Distrito de São João da Barra divulgam denúncias de irregularidades nas desapropriações do complexo portuário;
Dez/2011	Ministério Público Estadual obtém liminar junto à Justiça Estadual para impedir arbitrariedades cometidas contra moradores idosos do 5º distrito de São João da Barra;
Fev/2012	Trabalhadores do complexo portuário realizam manifestação por melhores condições de trabalho e pagamento de horas extras;
Mar/2012	BNDES concede empréstimo à LLX para continuidade de obras do complexo portuário;
Mar/2012	Justiça Estadual de Minas Gerais concede liminar ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) suspendendo obras do mineroduto Minas-Rio.

Referência: FASE/FIOCRUZ, Mapa de Justiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2006-2010, com atualizações até 2012.

APÊNDICE B - Fatos ocorridos em Magé/Baía da Guanabara - GLP

Baseado no Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela FIOCRUZ e FASE (2010) sinalizamos, no quadro abaixo, alguns fatos ocorridos na luta dos pescadores de Magé.

Quadro 07 – Fatos Relativos aos conflitos entre os Pescadores e a TKCSA (continua)

Data	Fatos Marcantes
Final de 2007	Início das obras do Terminal Flexível GNL da Baía de Guanabara e do Projeto GLP da Baía de Guanabara.
Mar/2009	Pescador ligado a AHOMAR sofre atentado a tiros enquanto retirava sua rede perto do canteiro de obras da Petrobrás. Pescador já havia recebido ameaças anteriormente;
Mar/2009	O pescador Alexandre Anderson de Souza, liderança do Grupo Homens do Mar, participa de mesa redonda no III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em Caucaia/CE;
Mar/2009	Pescador sofre ameaças de seguranças ligados ao Projeto GLP da Baía de Guanabara da Petrobrás enquanto passava próximo à Praia da Coroa, em Mauá;
Abr/2009	Baseado em denúncias da AHOMAR, MPF inicia inquérito civil para averiguar danos socioambientais provocados pela Petrobrás;
Abr/2009	Pescadores ligados ao Grupo Homens do Mar iniciam bloqueio do canteiro de obras do Projeto GLP da Baía de Guanabara da Petrobrás;
Mai/2009	O pescador Alexandre Anderson de Souza sofre atentado a tiros em frente ao Pier Pacoaíba na praia de Mauá. Disparos teriam vindo de dentro do canteiro de obras da Petrobrás par ao Projeto GLP da Baía de Guanabara;
Mai/2009	Petrobrás obtém liminar determinando a retirada dos barcos dos pescadores do canteiro de obras da empresa;
Mai/2009	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) inicia campanha de cartas para pressionar as autoridades policiais responsáveis pela investigação do caso a não deixar o ocorrido sem esclarecimentos e providências;
Mai/2009	Grupo Aéreo Marítimo (GAM) realiza operação ilegal na Praia de Mauá para impedir mobilização dos pescadores contra os impactos causados pela obra do gasoduto da Petrobrás. Denunciado ao MPE e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ;
Mai/2009	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé, Secretaria Municipal da Fazenda de Magé e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Magé realizam vistorias no canteiro de obras da Petrobrás na Praia de Mauá. São constatadas 42 irregularidades e canteiro de obras é interdito pelas autoridades municipais. Licenciamento ambiental do empreendimento é posto em xeque. Na mesma noite o tesoureiro do Grupo Homens do Mar é espancado por três homens armados e em seguida assassinado com cinco tiros na cabeça;
Mai/2009	Pescadores ligados ao Grupo Homens do Mar realizam ato em frente à sede da Petrobrás no Rio de Janeiro/RJ.

Quadro 6 - Fatos Relativos aos conflitos entre os Pescadores e a TKCSA (continuação)

Set/2009	MPF entra com ação civil pública junto a 1ª Vara Federal de Magé exigindo que a Petrobrás indenize 96 pescadores artesanais pertencentes à AHOMAR. Na mesma ocasião o juiz titular da vara João Marcelo de Oliveira Rocha concedeu medida liminar determinando que a Petrobrás proceda à implantação de indenização mensal no valor de 1 salário mínimo pelos embarços à atividade pesqueira dos 96 pescadores associados. Além disso, determinou que a Petrobrás em 120 dias realize estudo complementar aos respectivos EIAs/RIMAs que embasaram as licenças de operação já concedidas pelo INEA aos Projetos GNL e GLP, que identifique quais foram as famílias de pescadores atingidas pelo impacto das obras consistentes na criação das respectivas zonas de exclusão de pesca ou atividade, qualificando e quantificando o prejuízo causado. O INEA também ficou obrigado a incluir condicionantes nesse sentido a eventuais licenças de operação a ser concedidas ao projeto;
Jul/2010	Alexandre Anderson de Souza, presidente da AHOMAR, sofre tentativa de assassinato.

Referência: FASE/FIOCRUZ, Mapa de Justiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2006-2010.

APÊNDICE C – Roteiro semi-estruturado para as entrevistas na Comunidade Pesqueira da Ilha da Madeira, Baía de Sepetiba, Itaguaí/RJ

Data _____ Local _____

Entrevistado _____

- Histórico Pessoal e do território
 - a) Você poderia começar contando um pouco sobre a sua história de vida e trabalho na pesca e também nos contar sobre como era a Ilha antigamente? Como era a qualidade de vida e do meio ambiente, na Ilha?
 - b) Como e quais eram as modalidades de pesca? Como vocês se definiam (familiar/tradicional/industrial)? Quais eram as espécies de pescado mais comum? Qual tinha maior valor de mercado? Onde eram encontrados/capturados?
 - c) Tinham muitos pescadores / você consegue lembrar quantas pessoas viviam da pesca?
 - d) Eles ainda pescam e/ou moram aqui na Ilha?
 - e) Como era a relação de convívio entre os pescadores e suas famílias?
- Histórico da Organização social e Gestão da atividade
 - a) E a organização Social dos pescadores, quando e como surgiram as associações?
 - b) Quais eram os propósitos no início? Tinham relações com a colônia? Qual?
 - c) Havia alguma forma de gestão da atividade? Como era definido o espaço da pesca os pesqueiros?
 - d) Como era a comercialização? Quem comprava e onde se vendia (mercado)?
 - e) Como e quem abastecia os pescadores? Quem fornecia os apetrechos? Quem fabricava e onde se conseguiam as redes?
 - f) Os pescadores conseguiam sobreviver e manter a sua família com a atividade pesqueira ou tinham outras atividades complementares? (Em que época?)

- g) Como era a relação dos pescadores com o poder público local? Quais ações eles desenvolviam na Ilha e região? Quais ações eram desenvolvidas diretamente junto aos pescadores?
- Crise
 - a) Como está a pesca hoje? O que mudou? O que você acha que provocou as mudanças? A partir de quando?
 - b) As mudanças estão beneficiando os pescadores? Como?
 - c) Como está a qualidade de vida e trabalho dos pescadores hoje? Quantos pescadores vivem da pesca atualmente na Ilha?
 - d) Quais modalidades de pesca sobrevivem e quais espécies são pescadas? Alguma desapareceu? Por que você acha que isso aconteceu?
 - e) Como é atualmente a relação de convívio entre os pescadores e suas famílias?
 - Atualidade - Gestão
 - a) Hoje como é feita a gestão da atividade? Como é definido o espaço da pesca os pesqueiros? E a organização Social dos pescadores (como estão as associações hoje)?
 - b) Como esta a comercialização? Quem compra o pescado e quem e onde se comercializa?
 - c) E o abastecimento de apetrechos, como é realizado?
 - d) Os pescadores conseguem sobreviver e manter a sua família com a atividade pesqueira?
 - e) Qual é a perspectiva de futuro dos pescadores e de suas famílias?
 - Associação
 - a) Como estão as associações hoje? Quantas têm e como é a sua atuação?
 - b) Como é a relação entre elas?

- c) Quais são os principais conflitos?
 - d) Como é a relação da Associação com a Colônia?
 - e) E como é a relação da Associação com os órgãos públicos ligados à pesca?
 - f) E a relação dos pescadores com o poder público local? Quais ações eles desenvolvem na Ilha e região? Quais ações estão sendo desenvolvidas diretamente junto aos pescadores?
- Em relação aos empreendimentos industriais que estão sendo instalados na região
 - a) Como foi o início do processo de instalação desses empreendimentos? Vocês foram procurados? Consultados? Houve diálogo com a comunidade? Que ações foram desenvolvidas, junto à comunidade pesqueira?
 - b) Quais mudanças os empreendimentos provocaram? As mudanças beneficiam os pescadores? Como?
 - c) Como isso influenciou na pesca?
 - d) Houve reação da comunidade? Quais ações foram desenvolvidas?
 - e) O poder público local se posicionou de que forma? E os órgãos ligados a pesca, como se posicionaram? Quais ações/ medidas estão em andamento?
 - Visão de Futuro
 - a) Em sua opinião, quais são as perspectivas de futuro para a pesca e os pescadores daqui?
 - b) Você pode dizer quais são os pontos fortes e fracos em relação às mudanças que estão ocorrendo?